

Intelectuais e vida pública: dilemas do arranjo democrático contemporâneo

Maro Lara Martins

O papel dos intelectuais requer permanente reflexão no sentido de atualizar sua importância para a consolidação da democracia e reforço da atividade reflexiva nos campos da ciência e da cultura. A compreensão de sua presença e atuação na vida pública tem sido alvo de diversos estudos na tentativa de mapear seu protagonismo nos variados processos de modernização, na construção das agendas políticas, na capacidade de interpelar criticamente a sociedade a partir do posicionamento em questões cruciais para a vida pública, vocalizando demandas, construindo alternativas, ou mesmo endossando posições consolidadas pode ser compreendida como elemento fundamental na formação dos arranjos democráticos.

Nos últimos anos, o método histórico-comparativo possibilitou aos cientistas sociais a construção de diversas categorias além das tipologias das modernizações: modernidade-mundo, modernidades alternativas, modernidades múltiplas, modernidade periférica, geografia dos modernismos, entre outras. O debate por tais incursões levaria em conta a floração de diferentes linguagens, imaginários e subjetividades. Desta intermediação, diversas categorias foram alocadas: poética do imaginário, entre-lugar, fluidez identitária, referencialidade, transcodificação, subalternidade, epistemologia do Sul, geopolítica do conhecimento, entre outras. Desta intermediação, algumas questões a serem desenvolvidas dizem respeito a tenacidade de práticas cognitivas críticas e os modos pelos quais os intelectuais lidaram com a escrita e com a experiência moderna, as formas literárias e a vida pública, a formação de sensibilidades distintas, subjetividades e imaginários modernos e modernistas, a definição de linguagens, em seus aspectos políticos, técnicos, éticos e estéticos, e os andamentos específicos de cada caso, sejam eles regionais, nacionais ou transnacionais.

O papel dos intelectuais requer permanente reflexão no sentido de atualizar sua importância para a consolidação da democracia e reforço da atividade reflexiva nos campos da ciência e da cultura. A compreensão de sua presença e atuação na vida pública tem sido alvo de diversos estudos na tentativa de mapear seu protagonismo nos variados processos de modernização, na construção das agendas políticas, na capacidade de interpelar criticamente a sociedade a partir do posicionamento em questões cruciais para a vida pública, vocalizando demandas, construindo alternativas, ou mesmo endossando

posições consolidadas pode ser compreendida como elemento fundamental na formação dos arranjos democráticos.

Todavia, a escassez de espaços de interação entre a atividade intelectual e o público em geral – manifesta, por exemplo, na busca por novas formas de organização nos dias de hoje –, constitui por vezes um obstáculo na construção do diálogo entre a ciência institucionalizada e os demais setores da sociedade, dado prejudicial para a consolidação da democracia e da atividade reflexiva. O conhecimento produzido permanece, quase sempre, encapsulado no restrito círculo de especialistas capazes de acessar sua linguagem e códigos de informação, tornando tênue o papel dos intelectuais aos olhos da audiência externa.

A sociedade contemporânea – e não só a ocidental - multiplicou as oportunidades para a presença da opinião e da discussão em espaços como universidades, sistemas judiciários, parlamentos, mídia, ONGs e associações variadas, instituições religiosas, aparatos estatais, mercado editorial e internet. Se isto favorece o expert ou o porta-voz, amplia as possibilidades de intervenção pública dos intelectuais, desde que saibamos reconhecer – na esteira da reflexão gramsciana – a nova complexidade desta figura, portadora reflexiva das tensões entre o universal e o particular, entre o comum e o diferente, entre a autonomia humana e a inércia de estruturas e sistemas, recriadas por uma sociedade pós-tradicional, agora global e em contínua mutação. E, se isto é verdadeiro – ou plausível – não há porque desconhecer o impacto da atuação dos intelectuais na recriação ou corrosão de nossa imaginação democrática, entendida como uma questão universal.

Estes temas, intelectuais e vida pública, no horizonte de reflexão, seja em perspectiva local, regional, nacional, transnacional ou global, extrapolando ou não as experiências democráticas ocidentais. E que enfatizem as diversidades temporais das experiências em análises de curta, média ou longa duração.

O tratamento teórico destas questões sob um ponto de vista criativo, cujos resultados podem advir da reflexão sobre a própria teoria já existente, ou mesmo, da prática de pesquisa, procurando estabelecer contato com as mais diversas tradições intelectuais em seus múltiplos contextos. A intenção é pintar um quadro geral sobre o protagonismo dos intelectuais nas diferenciadas experiências democráticas, a partir de uma variedade de olhares.

As aproximações entre a teoria social, a historiografia e os estudos culturais têm se tornado mais evidentes. Estas possibilidades de interlocução, cujo rendimento teórico

podemos identificar na produção das pesquisas e na difusão das teorias, possuem algumas articulações mais nítidas no que se refere ao uso de conceitos e ferramentas da teoria social, dos estudos culturais e da teoria da história.

No caso específico das relações entre a teoria social e a historiografia, o debate teórico se estabeleceu com mais força e rotina a partir dos desdobramentos da sociologia histórica e da história social. Temas em comum, como o papel dos intelectuais em cada contexto foram entendidos sob a chave dos diferentes processos de entrada na modernidade. Estes caminhos, que decidiriam o papel do Estado e do mercado nas sociedades modernas passariam a exemplificar a multiplicidade dos caminhos da modernidade. Essa abertura teórica, ancorada no método histórico-comparativo, possibilitou aos historiadores e aos cientistas sociais a construção de diversas categorias, além das tipologias das modernizações: modernidade-mundo, sistema-mundo, modernidade-colonialidade, modernidades alternativas, modernidades múltiplas, modernidade periférica, geografia dos modernismos, modernização desigual, entre outras perspectivas.

No outro polo, as relações entre a teoria literária, especialmente as conexões entre a história cultural e os estudos culturais, sob o argumento desta multiplicidade da modernidade e do método comparativo, incluso a literatura comparada e a historiografia literária, encaminhara o debate sobre considerações que levariam em conta: as formas pelas quais a cultura modernista fora criada, apropriada e criativamente traduzida, a criação de estratégias literárias e figurativas em sintonia com as experiências e subjetividades concernentes da posição às margens, a explicitação dos antagonismos advindos dos diferentes tipos de modernização, a floração de linguagens modernistas e suas dimensões política, técnica, estética e ética. Desta intermediação, diversas categorias foram alocadas: criouliização, hibridismo, poética do imaginário, fronteira, entre-lugar, diferenças, fluidez identitária, referencialidade, transcodificação, subalternidade, colonialismo do poder, sociologias conectadas, sociologia transnacional, sul global, epistemologia do sul, geopolítica do conhecimento, entre outras.

Se um polo do debate privilegiaria as relações entre teoria social, sociologia histórica e história social, o outro abarcaria a teoria literária, a história cultural e os estudos culturais. O ponto de contato entre estes dois polos de debate, levanta algumas questões centrais para a teorização contemporânea das ciências sociais.

Em especial, ao ressaltar a tenacidade de práticas cognitivas críticas ao andamento moderno universalista, seja do ponto de vista da constituição de concepções críticas ao

universalismo, seja como crítica ao processo histórico constituidor da modernidade, apontando características da experiência moderna, ou mesmo da sensibilidade moderna, como a confluência para a inventividade, em seu aspecto construtivo, e o inacabamento destas proposições, se comparado a outros casos de experimentações modernas, subjetividades alternativas à composição dos modelos de teorização classicamente eleitos como padrões de modernidade, como França, Inglaterra e EUA.

Estas diversificações das experiências modernas, como ponto de partida para as análises das formas como os intelectuais lidaram com a escrita, as formas literárias e a vida pública, ou mesmo relacionando-se à formação de sensibilidades distintas e a definição de linguagens em seus aspectos políticos, técnicos, éticos e estéticos das experimentações modernas e modernistas. Assinalando os andamentos específicos de cada caso, sejam eles regionais, nacionais ou transnacionais, na configuração de espaços e espacialidades distintas nas quais as experimentações modernas e modernistas se realizaram e se realizam.

Essa abertura teórica, advinda do diálogo entre áreas distintas, mas com certa afinidade eletiva, exacerbaria analiticamente as práticas, imaginários e subjetividades, os movimentos sociais e políticos, agentes e instituições, críticos ao movimento hegemônico de constituição de universalidades, ou mesmo de contrapontos ao capitalismo contemporâneo. Diz respeito aos movimentos pelos quais esta abertura encontra-se com a teorização contemporânea das ciências sociais, seu papel reflexivo e crítico. O que em última análise, também se refere a teorizações sobre a própria Modernidade e sobre as experiências modernas e modernistas em diferentes tempos e espaços.

Este movimento de aproximações entre aspectos teóricos e metodológicos oriundos de campos disciplinares distintos conferem possibilidades criativas de construção teórica e arranjos dos objetos de pesquisa, ressaltando a multiplicidade analítica de um mesmo tema. Ao mesmo tempo, esta reflexão coteja também os limites do diálogo, seja pelas práticas institucionais, pelas formas com as quais as apropriações disciplinares se deram, seja pela divisão dos saberes ou pela especialização cada vez maior dos analistas. Além das considerações críticas sob o ponto de vista político das teorizações e dos aspectos éticos subjacentes às consequências inerentes às interpretações das ciências sociais e seus desafios no mundo contemporâneo, cujos resultados podem advir da reflexão sobre a própria teoria já existente, ou mesmo, da prática de pesquisa, seja de agentes, individuais ou coletivos, como os intelectuais, seja de movimentos sociais e políticos, seja de instituições, a confrontar práticas e imaginários estabelecidos. Assim

como uma reflexão teórica sobre as diversas categorias alocadas advindas da abertura possibilitada por esta triangulação e os eventuais desdobramentos dos processos históricos analisados.

Pequena Bibliografia Básica:

ADAMS, J.; CLEMENS, E. S.; ORLOFF, A. S. (Eds.). *Remaking modernity: politics, history and sociology*. Durham (NC): Duke University Press, 2005.

BHAMBRA, G. K. *Rethinking modernity: postcolonialism and the sociological imagination*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2007

BECK, U. *Cosmopolitan vision*. Cambridge: Polity Press, 2006.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BENDIX, R. *Construção Nacional e Cidadania*. São Paulo: Edusp, 1996.

BROOKER, P & HACKER, A. *Geographies of Modernism: literatures, cultures, spaces*. London: Routledge, 2005.

BURKE, P. *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CERTEAU, M. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CEVASCO, M. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

COMAROFF, Jean. "Teorias do sul". **Mana** [online]. vol.17, n.2, pp. 467-480, 2011.

CONNELL, R. *Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science*. Cambridge: Polity Press, 2007.

COSTA, S. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

COUTINHO, E. "Reflexões sobre uma nova historiografia literária na América Latina." **Ilha do desterro**. Florianópolis, n° 59, 2010.

EINSENSTADT, S. (org) *Patterns of Modernity*. London: Francis Palmer, 1987.

MIGNOLO, W. *Histórias locais/Projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo horizonte: Editora da UFMG, 2013.

MOORE JR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

OLINTO, H. K. “Interesse e paixões: histórias de literatura.” In: ____. *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996.

RAMA, A. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

RAMOS, J. *Desencontros da Modernidade na América Latina: literatura e política no século XIX*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

SAID, Edward W. “Representar al colonizado. Los interlocutores de la antropología” en González, Stephan, Beatriz (Coord) *Cultura y tercer mundo 1. Cambios en el saber académico*. Caracas: Nueva Sociedad, 1996.

SANTIAGO, S. *O Cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São. Paulo: Editora Cortez. 2010.

SCHMIDT, S. J. “Sobre a escrita de histórias da literatura: observações de um ponto de vista construtivista.” In: OLINTO, Heidrun Krieger (Org.). *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996.

SCHORSKE, C. *Viena fin de siecle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TILLY, C. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WHITE, H. Teoria Literária e Escrita da História. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1991, p. 21-48.

ZILBERMAN, R. Canone literario e historia da literatura. **Organon**. Porto Alegre, v.15, nº 30-31, 2003.

III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas;

30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES)

ST 11 - Anticapitalismo, Democracia Radical e Sociabilidades Emergentes:
abordagens Teóricas e Empíricas Sobre o Ativismo Social Contemporâneo;

A democracia em questão: análise das ocupações de escolas no Rio de Janeiro;

Rafael Bastos Costa de Oliveira (UERJ / UCP)

Viviane Marinho da Costa (UFRJ / FIOCRUZ)

Resumo

Este estudo é uma breve análise teórica sobre a democracia, contemplando a sua tensão contemporânea, tendo como caso as recentes ocupações das escolas da rede de educação básica do estado do Rio de Janeiro e a reivindicação discente pela gestão democrática da educação. O problema é: qual é a tensão existente entre a política atual de gestão democrática da educação - prevista nos marcos legais - e o que questionam os estudantes de escolas ocupadas na rede estadual de educação do Rio de Janeiro? A hipótese é que existe um limite entre a ação governamental institucionalizada e as práticas pedagógicas, políticas e culturais no interior das escolas analisadas. O referencial teórico-metodológico adotado é o materialismo histórico dialético, com destaque para as categorias de hegemonia e democracia. As considerações parciais indicam que há uma insatisfação elevada dos jovens estudantes sobre os rumos da gestão democrática das escolas e as medidas até então adotadas, por parte do governo estadual, não contempla a pauta discente.

Palavras - chave: gestão democrática da educação; hegemonia; democracia.

Introdução

O respectivo estudo faz parte de uma pesquisa, em andamento, do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado, Sociedade Civil e Participação Política (GPESP), que mantém vínculo institucional com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e com a Universidade Católica de Petrópolis. Este grupo se insere no campo de estudos qualitativos (em especial de metodologias etnográficas e sociológicas) sobre algumas experiências de participação da sociedade civil, do município de Petrópolis e região metropolitana do Rio de Janeiro, na construção de políticas públicas de educação. A análise contempla a participação social em diversas esferas deste campo das políticas públicas, a saber: no espaço da gestão escolar, nos conselhos sociais (tanto da escola, quanto no conselho municipal de educação, assim como nas conferências nacionais) e em movimentos sociais. São consideradas principalmente as categorias: democracia, ideologia, organização política, projeto de educação, gestão democrática da educação, financiamento da educação e projeto de país.

No levantamento de experiências escolares que promovem uma gestão democrática em estreita parceria com a comunidade (em Petrópolis e região metropolitana do Rio de Janeiro), nos deparamos, nos meses de março a junho de 2016, com o processo de ocupações de escolas públicas da rede básica estadual do Rio de Janeiro. Como já vínhamos teorizando sobre a categoria democracia, verificamos que as ocupações revelavam uma face radicalizada¹ dessa experiência, necessitando uma análise empírica aprofundada e teorização sobre este fenômeno social contemporâneo, que já tinha ocorrido no estado de São Paulo e até os dias recentes vem se repetindo em todo território nacional, como os casos de Minas Gerais e Goiás. Desde então voltamos nossas atenções para investigar esses acontecimentos. Desta forma, delimitamos como objeto as ocupações fluminenses, de março a junho.

As ocupações aconteceram em um contexto de greve de servidores estaduais, incluindo os profissionais da educação, e em um cenário de forte crise econômica do governo do estado,

As pautas centrais eram:

¹ A radicalidade que nos referimos remete às origens da ideia de democracia na Grécia antiga, no qual a liberdade de exercer a oratória, convencer, ser convencido e dar os rumos da *polis* era uma tarefa a ser feita cotidianamente, diretamente e pelos homens livres.

1. Eleição direta para diretor, gestão democrática imediata
2. Fim da prova do SAERJ
3. Passe livre irrestrito, pelo direito à cidade
4. Reformulação do ensino, por uma escola com a cara dos estudantes
5. Pagamento imediato dos professores ativos e aposentados.

Revelou-se notório que a democracia era uma categoria analítica central, pois estava presente na pauta de reivindicação publicizada (na luta discente pela gestão democrática da escola, pelo direito à cidade, pela busca de isonomia no pagamento do funcionalismo público). A observação empírica foi crucial para notar que as práticas militantes dos ocupantes manifestavam demandas que iam ao encontro de uma construção de experiências mais democráticas, como:

- A ebulição dos debates sobre feminismo;
- Construção da pauta da diversidade sexual e respeito às minorias;
- O protagonismo feminino na organização do espaço;
- A autogestão;
- O questionamento do modelo de gestão escolar atual;
- A identificação com a participação política direta;
- A crítica ao sistema político partidário vigente;
- A identificação do espaço público como espaço a ser ocupado pela comunidade escolar;
- A participação da comunidade escolar no cuidado com o espaço escolar e na definição dos usos desses espaços;
- Reflexão sobre a necessidade de revisão do currículo, ampliando a possibilidade de se debater temas transversais e contemporâneos.

O objetivo do presente estudo então é fazer uma análise teórica sobre a democracia, contemplando a sua tensão na contemporaneidade, tendo como foco os casos recentes de ocupações das escolas da rede de educação básica do estado do Rio de Janeiro e a reivindicação discente pela gestão democrática da educação.

A mediação que buscamos captar é possível ser descrita através do seguinte problema: qual é a tensão existente entre a política atual de gestão democrática da educação - prevista nos marcos legais – e o que questionam os estudantes de escolas ocupadas na rede estadual de educação do Rio de Janeiro?

A hipótese levantada é que existe um limite elevado entre a legalidade que trata dos princípios da gestão democrática na educação (presentes na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e as práticas pedagógicas, políticas e culturais no interior das escolas analisadas, que tem como um dos pontos nevrálgicos a concepção hegemônica de democracia².

Este estudo se justifica pela necessidade de refletir sobre a democracia na contemporaneidade, suas mudanças, seu trato na política educacional no Rio de Janeiro e a leitura dos jovens sobre esta categoria. Consideramos que a juventude fluminense e de outros estados vem sendo protagonista no debate problematizador atual de questionamento dos limites da democracia vigente no país.

O referencial teórico-metodológico adotado é o materialismo histórico dialético, com destaque para as categorias de hegemonia, abordada por Antônio Gramsci, Democracia, devidamente pensada por Ellen Wood e por Carlos Nelson Coutinho. Autores de outros campos teóricos também são mobilizados a exemplo de Giovanni Sartori e Norberto Bobbio. Esta investigação foi feita a partir da metodologia de pesquisa-ação.

As considerações parciais estão sendo construídas, contudo é possível afirmar, a priori, que há uma insatisfação elevada dos jovens estudantes sobre os rumos da gestão democráticas das escolas e as medidas até então adotadas por parte do governo estadual não contempla a pauta discente. Entendemos que esta insatisfação se materializa no plano particular da escola, porém transcende esse espaço e encontra uma mediação mais ampla (mais total) que é à crítica à democracia contemporânea. Assim, os discentes realizam formas extremamente atuais de mobilização e contestação ao *status quo*.

² Entendemos que hoje a hegemonia da democracia brasileira é marcada pelo que Gramsci (2011) entende como a hegemonia da pequena política sobre a grande política. Esta perspectiva não coloca os debates nevrálgicos (a exemplo da educação como prioridade).

Como consequência deste movimento, é possível apontar que na esfera legislativa foi aprovado uma importante lei, a Nº 7299, de 03 de Junho de 2016, que dispõe sobre o estabelecimento de processos consultivos para a indicação de diretores e diretores adjuntos das instituições de ensino integrantes da rede da secretaria de estado de educação e da fundação de apoio à escola técnica – FAETEC.

No acompanhamento que fazemos de algumas escolas, via redes sociais, notamos que ao longo de 2016 algumas eleições diretas para diretores foram feitas.

Referencial teórico - metodológico

Para realização desse trabalho lançamos mão de técnicas de pesquisa qualitativa como a observação participante e a pesquisa virtual em redes sociais.

A observação participante foi realizada no período entre abril e maio de 2016 em 4 escolas estaduais. As visitas foram realizadas em dias e períodos distintos, tendo algumas escolas recebido mais de uma visita. As escolas foram selecionadas com objetivo de obter uma maior variedade no perfil dos estudantes, assim como ampliar a compreensão das diferenças entre as regiões do estado.

A pesquisa em redes sociais foi feita com base em materiais levantados no *facebook*, em páginas relacionadas com a militância de estudantes do Estado do Rio de Janeiro. Entre as páginas investigadas estão incluídas páginas de escolas ocupadas, páginas de coletivos de organização das ocupações e outras similares.

As escolas visitadas estão distribuídas geograficamente da seguinte forma: 1 escola na Região Serrana; 1 Escola na Baixada Fluminense; 2 escolas na cidade do Rio de Janeiro.

As páginas visitadas foram principalmente: a) Escolas do RJ em luta – página que se coloca como ponto de apoio para organização de novas ocupações de escolas, que centraliza divulgação de mobilizações e publica cartilhas para estudantes que objetivam se organizar.; b) Comando Ocupa Tudo; c) Secundaristas do RJ em luta; além de informações de outras páginas replicadas por essas páginas, perfis e comunidades.

O método materialista histórico dialético foi nossa referência analítica, pois buscamos articular as particularidades do objeto com as mediações da totalidade que o mesmo está envolvido.

Gohn (1997) pondera que a perspectiva marxista de análise dos movimentos sociais tem muita força no Brasil. Nesse caso específico, relacionamos o objeto em

questão com o método denominado por Marx (1983) de Método da Economia Política, pois são notórias as mediações entre o singular e o geral.

Gohn (*Idem*) destaca que os chamados Novos Movimentos Sociais têm como forte característica uma ênfase nos microprocessos da vida cotidiana. Verificamos isso nas pautas já apresentadas anteriormente, sobretudo às questões ligadas às demandas minoritárias.

Para a autora a crítica ao paradigma marxista de análise dos movimentos sociais gerou o paradigma dos Novos Movimentos Sociais, em que se entendia que o marxismo não dava conta de determinadas explicações relacionadas à cultura e luta política, por exemplo.

Entendemos que Gramsci (1986) nos ajuda a tecer a articulação importante entre senso comum (portanto, espaço de construção da cultura), democracia, luta política e construção de outra hegemonia.

Neste escopo, a democracia é uma pauta crucial para construção de uma guerra de movimento que pode levar a juventude a um patamar mais próximo do que eles reivindicam. Portanto, a luta por uma gestão democrática na escola é uma pauta significativa.

Verificamos que nesse processo algumas escolas ocupadas já estão realizando eleições diretas para diretor. É o caso do Colégio Estadual Dom Pedro II (de Petrópolis).

Percebemos que os jovens ocupantes buscam a luta por outra hegemonia que tem a democracia como bandeira significativa. Na nossa leitura este processo se assemelha com a reflexão de Coutinho (1984) que vai localizar a democracia como um valor universal.

Sartori (1994) ao debater a teoria da democracia, a descreve como a luta por ser e a resistência de um é. Verificamos que essa afirmação de Sartori é reveladora quando pensamos o caso das ocupações dos estudantes do Rio de Janeiro, pois notamos um governo do estado pouco engajado para entender as pautas dos novos movimentos que lutam e tentam manter a sua perspectiva hegemônica, que se baseia numa definição de democracia igualmente dominante.

Wood (2010) entende que a lógica capitalista atual coloca em risco a própria noção liberal de democracia que vem sendo construída ao longo dos últimos séculos. Faz-se necessário então voltar atenção para as pautas da classe trabalhadora.

O desafio maior dessa investigação reflexiva é captar as divergências nesse debate entre tradição hegemônica de realização de uma perspectiva de democracia e as novas pautas democráticas que os estudantes reivindicam.

Breve descrição das observações

As visitas que fizemos possibilitou levantar diversas categorias de análise, tais como: gestão democrática da educação, questões de gênero, cooperação, organização política, concepção de movimento social, construção de identidade e auto organização.

Por uma questão objetiva, não conseguiremos dar conta de tratar de todos esses âmbitos levantados, focaremos na questão da auto organização basicamente e na construção da identidade, pois é um fator fundamental existentes nas ocupações e também os demais aspectos estão sendo alvo de construção de uma maior elaboração teórica sobre.

As escolas visitadas se situam nos municípios de Petrópolis (região serrana do estado Rio de Janeiro), Nova Iguaçu (região da baixada fluminense) e na própria capital fluminense, na região norte.

Em Petrópolis visitamos o Colégio Estadual Dom Pedro II, um dos mais tradicionais da cidade. Segundo os alunos foi a primeira vez que uma escola foi ocupada na cidade. Em Nova Iguaçu, foi o Instituto de Educação Rangel Pestana. Instituição reconhecida na região e que forma professores. Na cidade do Rio de Janeiro, fomos até as ocupações do Colégio Estadual Paulo Freire, no bairro do Cachambi (subúrbio da cidade) e o Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila (bairro de Manguinhos, também no subúrbio).

Esta última foi inaugurada em 2009, como fruto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e foi a primeira obra deste projeto inaugurado na cidade. Contou, na ocasião da abertura, com participação do ex presidente Lula. A escola tem uma estrutura muito interessante, com piscina, inclusive, além de quadros interativos e demais equipamentos. Porém vem sofrendo com depredação do patrimônio. A piscina virou até mesmo foco de dengue, devido aos mau cuidado.

Nas escolas visitadas identificamos que os alunos se dividiram em comissões, responsáveis por tarefas específicas como comunicação, alimentação, atividades, entre outras. Em diversos casos foi possível verificar o apoio da comunidade local para manutenção das ocupações.

Foi corriqueiro o apoio de pais de alunos também, além de uma parte importante da academia e de artistas, como Marisa Monte, Chico Santa Cruz e etc. Os ocupantes fizeram diversas plenárias e oficinas interativas com a comunidade, como sarau, feijoada, roda de samba, apresentação de maracatú, oficinas de teatro, além de debates políticos sobre a situação da educação do país, questões de gênero e etc.

Diversos agrupamentos políticos também apoiaram o ato dos discentes

secundaristas, a exemplo da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e ANEL (Assembleia Nacional de Estudantes - Livre). Isto gerou inúmeros debates nas diferentes unidades escolares.

Cada visita feita nas escolas, em geral, era conduzida da seguinte forma: a gente comunicava os mesmos pela internet, fazíamos nossa apresentação, propomos oficinas de debates e diálogo e conversamos com os estudantes e alguns pais de alunos, quando encontrávamos. Eles descreviam os propósitos da ocupação, apresentavam suas pautas centrais e demandas.

Realizamos algumas entrevistas com lideranças e/ou alunos que se dispuseram, a partir das falas deles foi possível realizar diversas sínteses, sobretudo, no que se refere à construção de uma gestão democrática na escola.

Sobre as formas de organização é possível citar que as escolas tinham modelos similares de organizar as ocupações. Identificamos que os alunos se dividiram em comissões, responsáveis por tarefas específicas como comunicação, alimentação, atividades, entre outras. Existia uma

Percebemos também que a ocupação estava sendo composta não somente por estudantes, mas recebendo o apoio de responsáveis de alunos e da comunidade escolar. Em algumas escolas, foi possível identificar a participação de grupos políticos organizados como coletivos, união de estudantes e partidos políticos, estes últimos sendo minoritários.

As atividades realizadas eram definidas e demandadas pelos ocupantes, que, em geral, tinham predileção por debates e atividades culturais, em oposição ao clássico modelo de aulas expositivas. Sobre os temas, identificamos uma predileção por temas da atualidade (políticas públicas, sustentabilidade), opressões (gênero, raça, LGBT), entre outros temas. Temas como respeito às diferenças, repúdio a atitudes LGBTfóbicas ou machistas eram recorrentes nas conversas informais e nos espaços deliberativos dos estudantes. Foi possível notar também uma importante liderança feminina em diversas escolas. Esses debates demonstraram reverberar não somente enquanto aconteciam, mas também na vida e na prática dos ocupantes. Vejamos uma fala de aluno de uma das escolas ocupadas publicada em rede social:

"Gente, eu vim falar sobre uma experiência que estou tendo com a minha escola Ocupada, Está tendo vários debates sobre questão de gênero, e Sobre Homofobia e Feminismo! está sendo tão gratificante participar disso! Então, Eu comprei um Bottom com a Bandeira LGBT e eu sempre ando com ele preso na blusa do lado onde o coração fica, que significa que eu tenho orgulho pelo o que luto, não luto só por essa causa e por outras que são necessárias como racismo, feminismo e etc... Hoje na escola um

cara super simpático fez uma entrevista falando o que era ocupação, e eu falei tudo! e depois ele falou a respeito sobre o meu Bottom, e eu comecei a falar a respeito sobre LGBTFOBIA, Foi tão maravilhoso! Muita gente olha para mim no meio da rua andando com um Bottom LGBT Na blusa, eu não acho estranho! Eu sempre vou lutar, dependendo dos obstáculos que aparecer! *Tivemos aulas de teatro e eu coloquei em prática a opressão sobre ser Gay, e foi Tão maravilhoso!* Eu vou lutar até onde eu está em um negócio que se chama caixão! Além disso! Pode Reclamar Porque *vou Lutar para ter Educação na escola e Colocar nessa Luta, Questões sobre Direito Igualitário!* Se nós alunos ocupando escolas, estamos fazendo uma reviravolta, imagina colocar questões igualitárias nisso? Vai ser maravilhoso! <3 *Não tenho medo de lutar e muito menos de mostrar quem eu sou, e que nesse mundo vim para lutar.*" (grifos nossos)

Podemos relacionar essas reflexões levantadas pelo aluno com o proposta do educador russo Pistrak (2000), que argumenta que a auto-organização do discente é um elemento crucial para a construção da identidade com a escola e para dar sentido ao trabalho pedagógico.

Outra questão importante está relacionada com o sentimento de pertencimento ao espaço ocupado e a preocupação com a manutenção do mesmo. Na maioria das escolas visitadas os estudantes puderam reconhecer sua escola a partir de um outro lugar, que não mais o daqueles que só acessavam os espaços que lhes eram permitidos. Foram encontradas salas nunca antes visitadas como salas de leitura e informática, que eram negadas a algumas turmas. Foram encontrados inclusive materiais para serem feitos reparos em quadras esportivas que se encontravam sem uso e que, durante a ocupação foram pintadas, teladas e recuperadas pelos ocupantes.

Considerações Parciais

Concluimos, a priori, que há uma insatisfação elevada dos jovens estudantes sobre os rumos da gestão democráticas das escolas e as medidas até então adotadas por parte do governo estadual não contempla a pauta discente. Fora desse plano particular, é notório um questionamento do modelo democrático liberal atual como um todo.

A juventude que aqui estudamos revela perceber a dificuldade civilizatória da sociabilidade capitalista atual e opta por uma forma mais radicaliza de construção de perspectivas democráticas – as ocupações.

A experiência cotidiana na luta dos discentes revela para eles possibilidades mais interessantes do que o que institucionalidade propõe atualmente.

Os discentes não negam o valor da democracia e da participação política, mas entendem que é urgente a construção de outras formas de construção coletiva da política.

Referências

- BOBBIO, N. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- COUTINHO, C. N.. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. 6ª edição, tradução de Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1986.
- _____. *Cadernos do Cárcere, v. 3. Maquiavel, Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª Ed.. Rio de Janeiro, 2011.
- GOHN, M. G . *Teorias dos Movimentos Sociais- Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. 1. ed. SÃO PAULO: Edições LOYOLA, 1997.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- PISTRAK, M. *Fundamentos da escola do trabalho*. SP: Expressão Popular, 2000.
- SARTORI, G. *A teoria da democracia revisitada*. 1. Debate contemporâneo. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- WOOD, E. M. *Democracia contra o Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2010.

III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas;
30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES)

ST 11 - Anticapitalismo, Democracia Radical e Sociabilidades Emergentes:
abordagens Teóricas e Empíricas Sobre o Ativismo Social Contemporâneo,

**Uma proposta de
radicalização do debate democrático via participação**

Maria Carolina Tiraboschi Ferro
Unicamp

Resumo

O presente trabalho visa contribuir com debate acadêmico sobre avaliação da participação da sociedade civil no Brasil e busca problematizá-lo, dialogando criticamente com o sentido predominante de avaliação encerrado na chave da efetividade das instituições participativas (e da deliberação que ocorre dentro delas), e tem como intenção discutir dimensões de impactos não restritas à política pública. Dessa forma, busco construir uma abordagem analítica que visa a extrapolar a participação institucional. Meu intuito principal é o de reinserir no debate sobre avaliação da participação a preocupação com sentidos atualmente obscurecidos – especificamente, emancipação, autonomia e transformação social – e recuperar dimensões de análise que estão ausentes – destaco aqui a dimensão política não institucional da ação coletiva e das biografias, a dimensão simbólica (da cultura) e a socioeconômica (da desigualdade de classes) – pela forma como este debate sobre se configurou no país. Acredito ser possível, desta forma, resgatar a discussão do papel da participação na democracia a partir de um conteúdo mais radical.

Palavras chaves: avaliação da participação, democracia radical, movimento popular

Introdução¹

A definição do que pode ou não ser considerado legitimamente como participação e a delimitação de seu lócus e de sua função no regime democrático está em constante disputa, tanto no debate acadêmico como no campo das práticas sociais. No Brasil, quando se trata da agenda de avaliação da participação, a partir da década de 1990, forma-se um campo de estudos sobre participação propriamente dito que tendeu a reduzir o conceito à participação institucional, focando suas análises nas últimas duas décadas e meia nas instituições participativas (IPs). A literatura de movimentos sociais, por sua vez, vem trazendo como contribuição fundamental a dimensão do ator e da agência, ausente em grande parte do debate sobre participação institucional. Ao discutir a ação coletiva e acompanhar a atuação do movimento, consegue-se expandir a avaliação da participação para além das IPs, analisando outras esferas de ação política e outras estratégias de luta. Embora o conceito de participação não seja central na literatura de movimentos sociais (devido, em parte, ao seu “sequestro” pelo campo de análise institucional), meu esforço é de aproximar essas duas tradições teóricas e de disputar o significado de participação no campo acadêmico brasileiro da Ciência Política e das Ciências Sociais em geral.

Assim, antes de prosseguir, cabe explicitar e esclarecer que minha leitura do conceito de participação é pouco convencional pois, como afirmo, nos dias de hoje, a literatura brasileira tem circunscrito o conceito à vinculação à uma IP. Dessa forma, a participação popular nas ruas e a participação via movimentos sociais que na década de 1980 era considerada “participação”, desde 1990 raramente têm sido lida assim, nem mesmo pelas correntes críticas da Ciência Política que combatem a concepção reducionista de participação eleitoral. Esse é um dos pontos que quero problematizar neste trabalho e que, mais adiante, irei aprofundar ao discutir o conceito de participação que adoto.

Neste artigo realizo uma breve contextualização do debate acadêmico sobre avaliação da participação no Brasil e busco problematizá-lo. Viso a contribuir com este debate, dialogando criticamente com o sentido predominante de avaliação da participação encerrado na chave da efetividade das IPs (e da deliberação que ocorre dentro delas), e tenho como intenção discutir dimensões de impactos não restritas à política pública. Dessa forma, busco construir uma abordagem analítica que visa a extrapolar a participação institucional. Meu intuito principal é o de reinserir no debate sobre avaliação da participação a preocupação com sentidos atualmente obscurecidos – especificamente, emancipação, autonomia e transformação social – e recuperar dimensões de análise que estão ausentes – destaco aqui a dimensão

política não institucional da ação coletiva e das biografias, a dimensão simbólica (da cultura) e a socioeconômica (da desigualdade) – pela forma como este debate se configurou no país.

I. Debate brasileiro sobre avaliação da participação

Afinal, quais funções a participação da sociedade civil tem efetivamente cumprido? Quais dimensões da vida individual, social e política ela tem impactado? Quais resultados podemos atribuir à participação? Quais os sentidos que os movimentos populares têm dado a ela? O debate da participação na teoria democrática participativa foi acompanhado de fortes conotações normativas. Segundo Cunha et al. (2011, p. 297), analistas atribuíram à participação efeitos democráticos que foram, por muito tempo, dados como garantidos ou muito difíceis de serem mensurados. É possível tornar tais assertivas normativas mensuráveis? Que tipos de impactos a literatura brasileira tem priorizado na análise? Quais os principais desafios de operacionalizar avaliações de resultados da participação?

Essas são questões que me motivaram a realizar um esforço de mapeamento e revisão da literatura brasileira sobre avaliação de impactos e resultados da participaçãoⁱⁱ. Nesse esforço, foi possível identificar dois campos de estudo distintos que têm se empenhado em promover essa avaliação: a literatura de participação propriamente dita e a literatura de movimentos sociaisⁱⁱⁱ. Analiso, a seguir, ambas literaturas e problematizo suas abordagens analíticas.

Literatura de participação: instituições participativas (IPs)

No campo das experiências concretas, existe atualmente no Brasil uma “arquitetura da participação institucional” (TEIXEIRA et al., 2012), construída a partir do final e 1980, amparada por um desenho do Estado brasileiro que conecta as IPs com instituições representativas tradicionais. No entanto, os impactos que essa arquitetura participativa tem tido na nossa jovem democracia ainda são difíceis de medir e generalizar. Nesse sentido, há um esforço, em anos recentes, após mais de duas décadas de intensa experimentação participativa, de se fazer um balanço das experiências e de seus resultados. Foi no sentido de reconhecer a importância desse esforço e de compreender seus desafios e limites que identifiquei duas vertentes nas análises dos impactos da participação em IPs: estudos sobre qualidade do processo participativo e estudos sobre resultados.

A primeira vertente de estudos está atenta para a qualidade do processo participativo *dentro* das IPs, pensando os impactos desta participação sobre a deliberação. A qualidade do processo participativo é entendida de forma

multidimensional, envolvendo tanto a qualidade e a intensidade do processo deliberativo interno às IPs, como também as relações estabelecidas entre a IP e fatores externos à deliberação (como o desenho institucional, o grau de associativismo e o projeto político do governo), que estruturam e condicionam as dinâmicas internas de deliberação. Pensa-se a “efetividade” da participação a partir da *efetividade deliberativa* que seria a “*capacidade efetiva de influenciar, controlar e decidir sobre determinada política pública*” (CUNHA, 2009, p. 238). Nota-se forte influência de teoria deliberacionista como fundamentação das análises.

A segunda vertente de estudos busca avaliar os resultados da participação em IPs em dimensões externas às instituições como, por exemplo, nas políticas públicas e na redistribuição do acesso a programas e serviços públicos. De acordo com Pires (2011b, p. 29) há uma multidimensionalidade dos possíveis resultados e impactos das IPs *para fora*. No entanto, identifiquei que a imensa maioria dos autores foca suas análises em uma única dimensão de impacto: a política pública. Curiosamente, outra característica distintiva do grupo de autores que integra esta vertente das pesquisa é o fato de pouco utilizarem o termo efetividade. Aqui, os termos mais usados são: resultados, efeitos e impactos da participação em IPs, sendo as análises influenciadas, em grande medida, pelo campo de estudo sobre políticas públicas.

A título de balanço preliminar, ao transformar o ato de participar em sinônimo de “participação em IPs”, reduziu-se o lócus da participação aos espaços institucionais^{iv}. Ao meu ver, a literatura nacional sobre participação em IPs tem promovido ademais uma segunda redução: sob chave analítica da efetividade ou dos resultados, tem atenuado aquilo que se espera da participação. Uma participação “efetiva” tem se resumido a uma deliberação de qualidade e ao impacto na política pública (melhores decisões, redistribuição de acesso, etc.). Ao reduzir o sentido da participação, limitou-se o horizonte de análise de seus possíveis impactos e resultados. Encontra-se fora do horizonte de discussão desta literatura sentidos e impactos como emancipação, transformação social, constituição de sujeitos políticos e mudança nas relações de poder. O próprio debate sobre democracia e democratização tem estado ausente. Cabe ainda chamar a atenção para o fato do próprio conceito de participação estar sendo questionado nesse debate, disputando espaço com o conceito de representação, na medida em que as experiências nas IPs vêm sendo lidas sob a chave da representação de grupos e segmentos sociais. O conceito de participação perde capacidade analítica para o de representação “extraparlamentar” (GURZA LAVALLE, 2011a; GURZA LAVALLE; ISUNZA, 2011).

Literatura de movimentos sociais: impactos na política pública

Sem dúvida, o foco de análise da literatura de movimentos sociais é distinto das IPs: o ator coletivo. Olhar para o movimento tem permitido a estes estudos examinarem os diversos espaços (institucionais ou não) que este ator percorre, as diferentes estratégias que utiliza (protesto, articulações com legislativos, *advocacy* no judiciário, ocupação de edifícios abandonados ou de terras improdutivas, entre outras) e as alianças que estabelece com atores estatais e não estatais com o objetivo de influenciar a construção e implementação da política pública. Nesse sentido, logram uma análise que extrapola as IPs. Estes estudos também têm sido capazes de mostrar como se alteram, de acordo com a conjuntura política e a correlação de forças, os espaços e estratégias que os movimentos sociais fazem uso para lograr incidir politicamente. Neste caso, fixar a análise nas IPs pode limitá-la consideravelmente.

Os autores desse grupo podem ser divididos em duas vertentes ou interesses de pesquisa principais, a saber: a) analisar os impactos e efeitos da participação institucional sobre os próprios atores coletivos e seus repertórios de ação^v; e b) indagar os possíveis efeitos e resultados da atuação dos movimentos sociais para as políticas públicas e o contexto político^{vi}. Neste último caso, analisa-se a capacidade de incidência do movimento na política pública, seus impactos sobre o debate público, o espaço participativo ou a construção democrática, ou seja, os impactos da atuação do ator para além dele mesmo, afetando o contexto sociopolítico.

A título de balanço desta literatura que tem buscado realizar uma “avaliação” da participação dos movimentos, é possível afirmar que por mais que este campo de estudos não foque exclusivamente na participação em IPs, quando pensa em impactos/resultados o faz também de forma restrita, privilegiando na maioria das vezes os efeitos a partir das IPs e/ou com forte foco nas políticas públicas. Assim, a participação institucional segue, em grande medida, dando o tom das análises e a política pública continua sendo a dimensão de impacto privilegiada.

II. Debate democrático: perda de radicalidade

Desde o contexto da redemocratização brasileira até os dias de hoje é possível afirmar que o debate sobre democracia e participação avançou no país se comparado a formulações limitadas à participação eleitoral. No entanto, por outro lado, tal debate segue restrito se pensado em termos de uma concepção mais substantiva de participação e de potencial locus e papel na democracia e, conseqüentemente, seus possíveis resultados. Atualmente, encontra-se ausente a

discussão sobre a participação como dimensão de um certo sentido radical da democracia.

De certa forma, trata-se de disputar o sentido da avaliação da participação. É forte a disputa pelo sentido da participação no campo de estudos, sendo possível afirmar que houve, por hora, uma "vitória" da perspectiva institucionalista. Em oposição, aspiro ampliar o conceito de participação política, que não se resume à dimensão institucional. Afinal, não se trata apenas da aposta pela inovação institucional, mas também da disputa pela construção democrática num sentido mais amplo, que incorpore ademais a aposta na cultura democrática, na constituição de sujeitos políticos e inclua diferentes estratégias de luta contra a desigualdade social.

Identifico que houve uma perda de radicalidade no atual debate da teoria democrática participativa. A diferença da análise de Gurza Lavalle (2016), acredito que a perda de radicalidade da atual geração do participacionismo – distanciando-se de um ideal de participação que leva ao desenvolvimento de teorias comprometidas com a maximização da soberania popular ou da autodeterminação dos cidadãos – não trouxe como *trade off* o ganho analítico e de exequibilidade das análises que o autor identifica, não pelo menos quando se quer pensar a democracia para além de um regime político institucional e se pensa a construção de uma sociedade democrática. A geração atual (aquela que o autor denomina de “terceira geração” do participacionismo), ao restringir as expectativas sobre a participação e também seu escopo de atuação, distanciou-se de uma concepção normativamente mais robusta de democracia. Acredito ser esta a fonte da atual “crise da teoria participativa” que restringiu tanto seu escopo, suavizou de tal forma seus princípios, que hoje discute questões restritas e pontuais perdendo de vista a discussão sobre democracia, sobre o papel da participação para a construção de uma sociedade participativa que busca ser democrática em todos os seus níveis e esferas, e não apenas na institucionalidade do regime democrático existente. Como teoria crítica das democracias realmente existentes, a teoria democrática participativa foi perdendo espaço no debate acadêmico, no meio social, nas esquerdas de modo geral e, conseqüentemente, sua possibilidade de gerar leituras de mundo como capacidade de orientar e influenciar a ação social, ou seja, sua eficácia prática.

Destaco cinco pontos que me parecem fundamentais para caracterizar a perda de radicalidade do debate democrático participativo. O primeiro é que a ênfase na efetividade das IPs abandona a perspectiva emancipatória da participação democrática. A participação passa a ter um caráter de disputa dos recursos do Estado, de influenciar as políticas públicas, enfocada em um setor específico dessas políticas. Passa-se a uma participação de resultados “concretos” em termos de

políticas públicas. Tudo isso é fundamental para o avanço na conquista e concretização de direitos sociais específicos. No entanto, o foco dos estudos nesses espaços, não veio articulado a uma discussão maior sobre seus impactos para a construção de uma sociedade democrática – pensada em sua totalidade, ou seja, nas dimensões culturais, políticas, sociais e materiais –, para a democratização de outras esferas, para a constituição de sujeitos políticos, para a emancipação ideológica e material. Enfim, o debate realizado está restrito à IP e à política pública, sem conectar esses espaços com diretrizes normativas próprias do debate democrático como a emancipação dos sujeitos. As IPs têm contribuído para a emancipação? A atuação dos movimentos populares tem fortalecido a formação de sujeitos emancipados e, nesse sentido, fortalecido o potencial de democratização da sociedade? Esse tipo de questões está ausente dos debates, seja da participação institucional, seja do estudo dos movimentos sociais.

O segundo ponto seria a perda da perspectiva de autonomia (individual e coletiva) dos sujeitos na democracia. Como afirma Carole Pateman (1985), normativamente não podem se colocadas condições que impeçam as pessoas de agir autonomamente na democracia, mesmo que formalmente o sujeito tenha aceitado “voluntariamente” essas condições do contrato social. Essa questão se perdeu nos desdobramentos da discussão de participação. Pouco se discute atualmente o que significa para a teoria democrática a subordinação a regras injustas, a perda de autonomia. Tampouco há tratamento teórico para quais seriam as condições (materiais e culturais) para conquistar autonomia, para a produção autônoma de interesses. A agenda da efetividade das IPs muitas vezes vê as pessoas como portadoras de necessidades que podem ser verificadas externamente e não como sujeitos que constroem seus próprios interesses. Acredito ser mais interessante um foco que faculte a posição coletiva de interesse do sujeito, a busca pela autonomia de sujeitos coletivos, que deixe mais clara a vinculação entre a trajetória individual e a constituição desses sujeitos coletivos e a luta desses sujeitos coletivos para se tornarem agentes comuns e obrarem com certo grau de autonomia. Podemos simplesmente dissociar a discussão de democracia da de soberania popular? Consciente das dificuldades concretas da autonomia popular no sistema capitalista, essa união entre democracia e soberania não deveria ser, pelo menos, uma busca constante no debate e na prática democrática?

Como terceiro ponto está a perspectiva da transformação social. Ao restringir a análise nas IPs, nas políticas públicas, nos impactos da atuação do movimento social em IPs para a própria organização do movimento, tanto a literatura de participação propriamente dita como a de movimentos sociais, perderam de vista a

discussão da transformação social. Essa é uma característica de nossos tempos, de falta de um horizonte utópico após o fracasso da proposta socialista. No entanto, essa dimensão está consciente ou inconscientemente presente em certo grau na prática dos movimentos populares, mas lhe falta tratamento teórico acadêmico, já que as lentes analíticas priorizam outras dimensões de impacto da participação.

Destaco como quarto ponto que caracteriza a falta de radicalidade do atual debate sobre participação a perda da recusa de aceitar a divisão entre esferas onde a participação e tomada de decisões igualitárias é válida – fundamentalmente no Estado e na política institucional – e outras onde democracia e igualdade não são discutidas: no trabalho e nas relações produtivas, nas diretrizes da política econômica, nas relações afetivas e no ambiente doméstico, na escola, entre tantas outras. A teoria participativa hoje olha para o Estado, busca analisar e contribuir para a disputa da participação nas suas decisões: luta-se pelos recursos do Estado, deixando-se de pensar a participação democrática em todo o resto que extrapola a política institucional. Entendo assim que radicalizar a democracia significa repolitizar esferas que foram sequestradas do âmbito da política, levar a democracia política para outros âmbitos.

Por fim, o quinto ponto que contribuiu para a perda de radicalidade do debate democrático se refere à participação associada com deliberação. No campo das teorias democráticas alternativas, a teoria participativa foi perdendo espaço desde 1980 para a teoria deliberativa. A deliberação acabou por engolir a participação, e quando a participação aparece tende a ser como um caminho para a deliberação. É preciso ter participação a fim de que a deliberação seja mais adequada. Essa confluência entre participação e deliberação é problemática porque o debate deliberativo tende a projetar posições de consenso, desinflar o caráter conflitivo característico da política. O foco no consenso deliberativo mascara o conflito inerente à uma sociedade marcadamente desigual. A participação atrelada à deliberação perde alguns de seus elementos constitutivos: está na raiz do movimento que nos leva a cada vez mais a participação deixar de ser presença nos espaços de decisão, e ao fato que tem-se hoje que a participação se dá por meio de representantes. É evidente que participação e representação não são polos opostos, mas sim, eles são diferentes. A aposta inicial da teoria da democracia participativa era que a representação tinha seus problemas e que esses problemas seriam reduzidos ao ampliar a participação direta. Quando se fala hoje que o que há é participação por meio de representação se está abolindo toda essa crítica que era feita ao processo e aos problemas da representação.

A crítica aos cinco pontos de perda de radicalidade se vincula à discussão sobre as expectativas normativas da participação e o horizonte utópico da democracia e o quanto estes são de fato uma barreira para pensar os impactos e resultados da participação ou, por outro lado, o quanto seria possível avançar na análise dos impactos sem expectativas normativas claras e sem utopia.

III. Por uma nova abordagem analítica da participação e de seus impactos para a construção democrática

Reconhecendo a importância da participação institucional em IPs para a ampliação do conceito de participação para além do voto (concepção esta reducionista dos teóricos elitistas) e para a qualificação do projeto democrático, destaco, no entanto, que a participação política não se limita a estes espaços. Oportuna a reflexão de Dagnino e Tatagiba sobre onde queremos chegar com esta proposta da ampliação do foco de análise da participação no Brasil e sobre aquilo que não queremos negar dos avanços já alcançados:

Não se trata de negar a importância da aposta nos espaços participativos institucionalizados como forma de qualificar o projeto democrático; tampouco de abrir mão dos ganhos analíticos que a investigação desses processos tem permitido no que se refere ao avanço dos debates acadêmicos sobre a democratização. Trata-se, isso sim, de **reconhecer a complexidade do processo de construção democrática, na diversidade de dimensões, sujeitos e espaços que ele envolve**, inspirando direções de pesquisa que ampliam o seu foco, em abordagens que privilegiam as relações que se estabelecem entre a multiplicidade de sujeitos e espaços envolvidos (DAGNINO; TATAGIBA, 2007, p. 10-11, grifo meu).

Participação e política: para além do institucional

Há vários entendimentos sobre participação política na literatura de teoria democrática, internacional e nacional. A literatura contemporânea sobre democracia hegemônica atualmente na Ciência Política internacional, herdeira de Schumpeter, tende amiúde a reduzir, com maior ou menor rigidez, o conceito à participação eleitoral, ou seja, a principal função da participação é colocar em marcha a representação política. O voto é o mecanismo por excelência da participação. Uma vez instaurada a representação, ganha vida o funcionamento regular da democracia.

No entanto, uma parte importante de estudos sobre democracia que surgem a partir da década de 1960 na Ciência Política estadunidense, e que se tornaram *mainstream*, apresentam uma definição mais abrangente de participação que não se restringe ao voto e está vinculada a uma compreensão liberal alargada de

democracia. *“A participação política abarca um conjunto de práticas mais amplas, para além das eleições, contemplando repertórios de ação empregados pelos cidadãos e por atores da sociedade civil com o intuito de influir nas decisões das autoridades políticas ou na operação dos órgãos administrativos do Estado”* (GURZA LAVALLE, 2016, s.p., referindo-se a VERBA, SCHLOZMAN, BRADY, 1995). Poderíamos dizer que se trata de uma definição intermediária de participação política, mais ampla que a participação eleitoral, mas limitada ao focar apenas na expectativa de influência da sociedade civil sobre o Estado e o governo. A participação é vista sempre do indivíduo em relação à política institucional e ao Estado e não com a pólis como um todo. Nesse sentido, a denomino de participação institucional. A participação é então o tipo de relação que o indivíduo tem com o espaço de representação do Estado.

Por outro lado, a partir de correntes mais críticas, encontramos noções alternativas de participação. Para Carole Pateman (1992), em sua leitura substantiva de participação política, só seria participação de verdade quando se participa de forma direta na tomada de decisão. Assim, se faz importante a presença do indivíduo no debate e na votação ou escolha. Além disso, Pateman explode o conceito de política, ampliando-o para outras esferas de vida nas quais deve haver também participação. Em suma, a participação política é direta, acontece de forma individual na tomada de decisões sobre questões que afetam o dia-a-dia dos cidadãos, assim como referentes ao sistema político mais amplo.

No entanto, muitos autores da corrente crítica da teoria democrática não trabalham com um conceito tão exigente de participação política como o de Pateman. Em geral, a participação significa capacidade de agir de maneira a influenciar a tomada de decisão. Um exemplo seria a noção de paridade de participação de Nancy Fraser, apresentada como requisito para se considerar uma ordem democrática. Por paridade participativa a autora entende a exigência que os indivíduos alcancem o espaço público em condições de igualdade para deliberar (FRASER, 2009). O foco de Fraser (2001) está posto na deliberação discursiva e dialógica através do processo democrático de debate público, observando a exigência de paridade participativa, e não na efetiva tomada de decisão. Dessa forma, a paridade participativa significaria a igualdade de capacidade para deliberar e influenciar no processo de tomada de decisão na esfera pública, condição para Fraser para que haja justiça social. Fraser trabalha com uma concepção ampla de participação política e, como consequência a paridade participativa não deve ser esperada apenas com relação à política institucional e ao Estado, mas a todos os

domínios de interação social, politizando esferas consideradas “privadas” (não públicas, “não políticas”).

Interessante observar que para autoras críticas como Carole Pateman e Nancy Fraser, ao serem comparadas com autores como Verba e seus colegas, a participação deixa de ser um atributo subjetivo do indivíduo – que é mais participativo quando se envolve mais com a política institucional – e passa a ser muito mais um atributo do sistema que é mais (ou menos) poroso a que cidadãos influenciem ou tomem decisões. Igualmente, também muda o foco e a amplitude da participação, que não está somente em relação à política institucional e ao Estado, mas inclui a esfera pública, a economia, a educação, a cultura, a vida doméstica, a sociedade como um todo. O que é e o que não é alvo da participação política não está pré-determinado, sendo passível de disputa.

Não parece factível ou produtivo para o presente trabalho a idéia de construir um conceito de participação que busque resolver os inúmeros dilemas presentes no debate. Me pareceu importante, no entanto, situar, mesmo que breve e parcialmente, tal debate e buscar me aproximar de um conceito operacional de participação que possa ser trabalhado na pesquisa. Por se tratar de um conceito polissêmico que é usado em diversos contextos, tampouco é possível classificar exaustivamente tal discussão, assim que este não foi meu intuito. Procurei unicamente incorporar a essência dessa discussão na Ciência Política para não usar o conceito de participação de maneira pouco rigorosa, como se fosse linguagem corrente, porque se trata de um conceito extremamente disputado.

Busco propor um conceito amplo de participação no qual a latitude dos fenômenos empíricos denotados como tal é “alargada”. Afinal, a própria participação pode ser concebida de forma bem ampla como simplesmente “tomar parte em algo”, ou seja, engajar-se. O escopo analítico aqui proposto é mais restrito, e privilegia o campo da teoria democrática e a atuação dos movimentos populares. Privilegio uma concepção que não restringe a participação a um lócus específico (por exemplo, em IPs), que permite incluir a multiplicidade de atores da sociedade civil, e que considera um conjunto mais extenso de práticas, para além do voto nas eleições, contemplando diferentes repertórios de ação empregados pelos cidadãos e por atores coletivos com o intuito de influir nas decisões referentes a questões públicas.

Dessa forma, participação política será entendida, daqui em diante, como engajamento cívico no debate público e em questões de interesse público, seja como cidadão avulso, seja via organizações da sociedade civil, seja em canais institucionais de escolha ou diálogo (IPs, mesas de concertação, eleições, plebiscitos, etc.), seja via ação direta no espaço público (marchas, mobilizações,

protestos, *advocacy*, lobby, ocupações de terrenos e prédios vazios, entre outras); com o intuito de influir ou tomar decisões referentes a questões públicas (não restritas à política institucional e ao Estado). Dessa forma, não me interessa apenas a participação institucional em espaços criados pelo Estado democrático. Coincidindo com Pateman e Fraser, considero outros âmbitos como políticos e não apenas os sistemas de governo, todos relevantes para a formação de uma sociedade participativa e democrática. Aliás, não se predefine nessa concepção o que é e o que não é político *a priori*, sendo isso disputado e definido na esfera social e no debate político, sofrendo constantes alterações.

Compreensões alargadas de participação, como aquela que acabo de propor, de modo a englobar diversas esferas da vida relevantes para os indivíduos, descentram as instituições políticas tradicionais como vértice da participação ou, se preferirmos, politizam esferas tradicionalmente consideradas como parte do âmbito privado e social (não político). Nesse sentido, essas concepções de participação exigem uma ampliação do próprio conceito de política^{vii}, não mais limitado à luta pelo poder entendido como obtenção da autorização e da representação por meio das eleições, ou seja, poder limitado ao Estado, estendendo a ação política para a própria sociedade civil, cujos atores, *“ao defender projetos na esfera pública e desenvolver a ação coletiva, estão fazendo política, disputando espaços de poder e orientando a política pública”* (DAGNINO et al, 2006, p. 35). Neste tipo de concepções de política, os atores da sociedade civil, para além dos da sociedade política, são vistos como heterogêneos e considerados legítimos para a ação política. Afirma-se, assim, a multiplicidade de terrenos, sujeitos, temas e processos considerados constituidores da política.

Me interessa aqui refletir sobre o papel dos movimentos sociais para a ampliação do conceito de política e democracia na América Latina. Como afirma Dagnino (2000), um impulso fundamental para o processo de renovação político-teórico da esquerda latino-americana iniciado a partir de meados da década de 1970 veio dos próprios movimentos sociais e de suas lutas concretas. Para a autora, estes tiveram papel fundamental no continente para alterar a visão estatista da política no campo das lutas concretas. Dessa forma, a disputa sobre o conceito de política no campo teórico reflete a luta política efetiva travada na sociedade.

No entanto, a contribuição potencial ou real dos movimentos sociais para a expansão e o aprofundamento da democracia foi e continua sendo frequentemente questionada, e muitas vezes é vista como negativa, como ameaça. As análises predominantes da democracia centram-se na “engenharia institucional”, considerado o requisito mais importante para a consolidação da democracia na América Latina.

Essas análises negligenciam a possibilidade de que arenas públicas não-governamentais ou extra-institucionais possam ser igualmente essenciais para a consolidação de uma cidadania democrática significativa para grupos e classes sociais subalternos (ALVAREZ et al., 2000).

O que essas leituras sobre o papel dos movimentos sociais não reconhecem, em realidade, é precisamente a existência de uma disputa entre concepções alternativas de democracia e arena política (DAGNINO, 2000, p. 79). No campo tipicamente político, os movimentos sociais vêm lutando para traduzir suas agendas em políticas públicas – institucionalizando assim suas conquistas em termos de direitos – e expandir as fronteiras da política institucional através, por exemplo, da criação de conselhos, conferências, e espaços de participação diversos, as IPs. No entanto, os movimentos sociais vão além do campo tipicamente considerado político e de sua dimensão institucional e também lutam de maneira significativa para redefinir o próprio sentido de noções convencionais de política, representação e participação e, em consequência, da própria democracia (DAGNINO, 2000, p. 16)^{viii}. Assim, eles têm buscado participar da definição das próprias regras do jogo democrático, se recusando a aceitar regras pré-definidas pelas elites políticas e econômicas. Lutam para se tornarem atores legítimos no campo político e, com isso, buscam expandir a própria definição de política, ao afirmar que esta não é uma atividade restrita aos atores situados no interior do sistema institucional. Buscam, igualmente, politizar a sociedade civil e a esfera pública. Assim, desafiam e refazem constantemente as fronteiras do político. *“Ao politizar o que não é concebido como político, ao apresentar como público e coletivo o que é concebido como privado e individual, eles desafiam a arena política a alargar seus limites e ampliar sua agenda”* (DAGNINO, 2000, p. 95).

Embora a tendência de parte da literatura de ressaltar apenas as virtudes políticas e potencial para a transformação social desses atores deve ser criticada, não nos impede de reconhecer seu verdadeiro potencial para empurrar o aprofundamento democrático ao promover mudanças concretas na sociedade^{ix}. O que pretendo então é iluminar implicações menos visíveis e, com frequência, negligenciadas dessas lutas, especificamente dos movimentos populares urbanos: constituição de sujeitos políticos, combate à desigualdade racial, de gênero e socioeconômica, produção de novas visões de mundo e do horizonte de uma sociedade efetivamente democrática^x. Essas implicações *“não devem ser vistas como subprodutos das lutas políticas, mas como constitutivas dos esforços dos movimentos sociais para redefinir o significado e os limites da própria política”* (DAGNINO, 2000, p. 81).

Cultura e política: disputa de significados e práticas

Atualmente, o conceito de cultura está normalmente associado a expressão "política cultural" no sentido de *"ações do Estado ou de outras instituições com relação à cultura, considerada um terreno específico e separado da política, muito frequentemente reduzido à produção e consumo de bens culturais: arte, cinema, teatro etc."* (ALVAREZ et al., 2000, p. 17). No entanto, há outra vertente vinculada ao campo da antropologia que define cultura de forma ampla como o terreno de produção e atribuição de significados, de representações, que estão necessariamente incorporados em qualquer prática social. Aqui, cultura é entendida como concepção de mundo, conjunto de significados que integram práticas sociais.

Gramsci, através da teoria da hegemonia^{xi}, iluminou o fato de que essa atribuição de significados ocorre em um contexto caracterizado por conflitos e relações de poder. Assim, a cultura não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nas práticas sociais. *"Por outro lado, a compreensão da configuração dessas relações de poder não é possível sem o reconhecimento de seu caráter "cultural" ativo, na medida em que expressam, produzem e comunicam significados"* (idem). Esse é processo pelo qual o cultural se torna fato político. A relação entre cultura e política perde sua externalidade. Gramsci afirma que cultura é internamente constitutiva da política, diferenciando-se das abordagens que buscam a "politização" da cultura, que geralmente significa inserir elementos de consciência de classe na cultura popular. A cultura é política porque a luta por significados e por quem tem o direito de atribuí-los (campo simbólico) são constitutivos de processos que buscam, implícita ou explicitamente, redefinir o poder social (campo tipicamente político). Para Gramsci a dimensão da cultura é crucial para o processo hegemônico. O terreno das idéias e da cultura apresenta positivamente sendo este o terreno de luta fundamental para emancipação e transformação social^{xii}.

Embora Gramsci não tenha discutido diretamente o tema da democracia, sua obra e seus conceitos nos ajudam a problematizar o terreno democrático enquanto terreno de uma concepção ampliada de política, que inclui a dimensão cultural, o plano das idéias e concepções de mundo. Assim, sua obra contribui a pensar teórico-politicamente uma concepção de democracia que presta contas à dimensão da cultural, problematizando o plano simbólico da construção democrática. Também possibilita visualizar a disputa entre diferentes concepções de democracia, de política, de cultura.

Alvarez et al. (2000) afirmam que na América Latina todos os movimentos sociais põem em prática uma política cultural^{xiii} e não somente aqueles que são mais claramente culturais, os denominados na década de 1980 de “novos” movimentos sociais, numa separação da literatura entre a luta identitária e a luta material . “(...) *as políticas culturais são também postas em ação quando os movimentos intervêm em debates políticos, tentam dar novo significado às interpretações culturais dominantes da política, ou desafiam práticas políticas estabelecidas*” (ALVAREZ et al., 2000, p. 23). Assim, os movimentos sociais desafiam a cultura dominante ao disputarem a legitimidade de significados e práticas.

A cultura política dominante na América Latina é marcada por princípios destinados a garantir a exclusão social e política e pela capacidade de certos grupos de dominarem a definição do que conta ou não como político, sendo ainda marcada por relações de favor, personalismo, clientelismo e paternalismo. O autoritarismo sociocultural está profundamente enraizado em nossas sociedades. As políticas culturais dos movimentos sociais tentam amiúde desafiar ou desestabilizar as culturas políticas dominantes, pondo em questão o que pode ou não ser considerado político. Essa é uma luta no campo cultural, sempre entendido como constitutivo do campo político. Assim, quando os movimentos sociais pretendem modificar o poder social o que está em questão, no fundo, é uma transformação da cultura política dominante. Fazem isso através da luta pela redefinição de conceitos como democracia, cidadania, participação, política, direitos, igualdade e diferença.

Claro está que a disputa de significados extrapola a arena puramente conceitual, havendo rebatimentos entre teoria e lutas sociais, onde distintas concepções de mundo disputam tanto os conceitos como o poder na sociedade. Interpreto que Alvarez et al. (2000) estão afirmando que os movimentos sociais dos pobres e marginalizados que lutam amiúde para demonstrar que são pessoas com direitos e recuperar assim sua dignidade e estatuto de cidadãos, lutam no campo da cultura, do simbólico, que é mutuamente constituído do campo da política e do material. Assim, significados e práticas são inseparáveis, assim como cultura, política e bases materiais. Os movimentos populares se engajam simultaneamente em lutas por direitos e significações. Em última análise, estão disputando uma visão alternativa de democracia.

Uma vez que os subalternos têm sido historicamente relegados ao estatuto de não-cidadãos na América Latina, a mudança da cultura política e a multiplicação de arenas públicas devem ser vistas igualmente como parte integrante da expansão e aprofundamento da democracia, porque permitem contestar e re-significar a exclusão política, sociocultural, de gênero, racial e econômica.

Meu objetivo ao recuperar a dimensão cultural (sempre em diálogo com a dimensão política) da luta dos movimentos sociais é justamente, a semelhança de Alvarez et al. (2000), destacar implicações menos visíveis e, com frequência, negligenciadas destas lutas, mas igualmente importantes para a expansão e o aprofundamento da democracia. A capacidade de produzir novos significados que penetrem os discursos dominantes e transformem a forma de interpretação da sociedade sobre determinados temas, que desestabilizem – pelo menos parcialmente – e modifiquem a cultura política dominante e as práticas excludentes das democracias latino-americanas, é parte integrante das lutas populares e fundamental para promover a transformação social. Sendo assim, crucial para promover culturas políticas alternativas e ampliar e aprofundar a democracia na América Latina^{xiv}.

Assim, parafraseando Alvarez et al. (2000, p. 30), proponho que em vez de avaliar ou medir o "sucesso" dos movimentos sociais principal ou exclusivamente com base no modo como suas demandas são processadas – e se o são – no interior da política de representação (institucional), lançar nova luz sobre o modo como os discursos e práticas dos movimentos sociais podem desestabilizar e assim – pelo menos parcialmente – transformar os discursos dominantes e as práticas excludentes da democracia latino-americana.

Desigualdades materiais: retomando a discussão de classes

O continente latino-americano é marcado por profundas desigualdades sociais. Quais os efeitos das desigualdades (políticas, socioeconômicas, culturais, raciais, de gênero) sobre a participação? E, por outro lado, quais os impactos e resultados da participação com relação às desigualdades existentes nas sociedades capitalistas?

A crítica de Miguel (2012) contribui a refletir sobre os constrangimentos impostos pelo capitalismo ao funcionamento dos regimes democráticos. Segundo o autor, na maior parte das análises da Ciência Política essa questão não é sequer mais tematizada uma vez que há uma crença na inevitabilidade da ordem capitalista, ao menos em nosso horizonte histórico. Assim, a igualdade formal de direitos é acompanhada de uma total despreocupação com as bases materiais que possibilitam o usufruto de tais direitos. *"A junção entre capitalismo e democracia envolve a acomodação entre esta última e a desigualdade econômica. A capacidade de mobilização e de influência política está ligada ao controle de recursos materiais; sua distribuição excessivamente assimétrica viola o princípio de igualdade política que é básico na democracia"* (MIGUEL, 2012, p. 111). Não pode haver igualdade de

poder político (e de participação) sem uma quantidade substancial de igualdade econômica.

A desigualdade de classes, expressão direta de uma assimetria no controle dos recursos materiais, embora expresse mal a diversidade da desigualdade em nossas sociedades, com certeza deve estar no centro daquilo que deve ser combatido para se considerar uma sociedade democrática. Para a compreensão do mundo contemporâneo é fundamental admitir que a desigualdade de classes é central na estruturação das diferentes sociedades históricas e que ela pode funcionar como obstáculo à expressão de outras diferenças (MIGUEL, 2012).

As desigualdades materiais, conjuntamente com outras desigualdades sociais sobrepostas, afetam o exercício da autonomia coletiva e, conseqüentemente, a possibilidade de uma sociedade efetivamente democrática. *“O pensamento democrático traz o apelo normativo de que as regras que regem a vida em sociedade devem ser produzidas, coletivamente, por todos os que estarão submetidos a elas. Se decisões sobre uma esfera tão importante como a economia são monopolizadas por um pequeno grupo, então todo o projeto de autonomia coletiva está ameaçado”* (MIGUEL, 2012, p. 111). A economia foi sequestrada da política. Adotar um conceito amplo de política – tal como pretendo neste trabalho – significa politizar a economia, reconhecendo que no âmbito econômico estão em jogo relações de poder que precisam ser disputadas pela sociedade civil. Igualmente, implica reconhecer que política e base material são mutuamente constitutivas, uma não existe sem a outra, ambas se influenciam, sem que haja uma sobre-determinação de uma sobre a outra. Qualquer projeto de democracia que se pretenda fiel ao seu caráter emancipatório precisa discutir as desigualdades de classes.

Autores participacionistas como Pateman (1992) buscam “inverter os termos da equação” proposta elitismo democrático e argumenta que a participação efetiva é uma resposta para equacionar a desigualdade política real imperante nas democracias e, indiretamente, modera a desigualdade econômica e outros déficits da democracia. Pensam a participação de forma mais ampla, incluindo a participação política na esfera civil que se dá por meio de associações, movimentos e demais entidades da sociedade organizada. Dessa forma, consideram os impactos da participação sobre a desigualdade política para além dos espaços institucionais, defendendo que a participação não apenas forma cidadãos, vai além, pois ao formar sujeitos políticos, em contextos de pobreza e desigualdades, permitiria que mesmo sem educação formal e com escassos recursos materiais, os participantes aprendam, adquiram capacidades e desenvolvam suas potencialidades humanas de

pensamento, sentimento e ação; adquirindo assim ferramentas para combater a desigualdade política, para a busca de superação da pobreza e outros déficits democráticos. Assim, a participação seria uma via para a superação das desigualdades em regimes democráticos.

É importante esclarecer que interessa analisar um tipo de participação específica, a participação das classes subalternas, daqueles que têm escasso acesso a recursos de modo geral (educacionais, socioeconômicos, culturais, políticos, entre outros) e que se engajam na luta coletiva devido à necessidade de melhorar suas condições de vida. Esse engajamento se dá, principalmente, em movimentos populares de luta por direitos sociais, compostos pelas grupos desprivilegiados. São esses sujeitos participando via luta coletiva que travam o embate contra as desigualdades, fazendo com que a dimensão do conflito e as práticas disruptivas se tornem inescapáveis na análise. Nesse sentido, busca-se recuperar uma discussão comum nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil de poder popular que ativa e expressa conflitos visando a transformação social.

Modelo tridimensional de análise

O diagnóstico inicial do presente trabalho, após revisão bibliográfica do estado da arte da literatura brasileira sobre avaliação da participação, foi que esta restringiu o seu foco à participação institucional e à dimensão de impacto da política pública, deixando de lado outras dimensões consideradas relevantes para a discussão do lócus, da função e dos possíveis impactos e resultados da participação no regime democrático. Meu esforço até aqui foi expor a importância de considerar outras dimensões de análise: a política não institucional; a cultural; e a econômica; para pensar a relação entre participação e democracia, em uma busca por reconectar essas duas discussões, já que muitas vezes o debate sobre democracia e democratização tem estado ausente na discussão da participação institucional. Proponho assim um modelo tridimensional de análise da participação dos movimentos populares.

IV. Os sentidos perdidos da participação

Me interessa discutir emancipação e autonomia como resultados possíveis da participação política em movimentos populares. Uma participação pensada com um conteúdo mais radical, associado à transformação social e a idéias de justiça e igualdade democrática. Em última análise, quero discutir o *para que* se participa, o sentido que os movimentos populares dão a sua participação na democracia.

Emancipação é entendida aqui como o processo de conscientização da situação de opressão e a libertação da mesma, um processo que constitui sujeitos com independência de pensamento e condições de tomar decisões autônomas. Dessa forma, a libertação da situação de opressão envolve libertar-se da subordinação ideológica (que significa estar submetido a uma concepção de mundo imposta mecanicamente pelo ambiente exterior ao indivíduo) e engajar-se ativamente na transformação da situação.

Em sua obra clássica, *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire fala sobre o papel da conscientização e da aplicação de uma educação realmente libertadora (FREIRE, 2011). Com foco nas camadas populares da sociedade, afirma que a conscientização de uma situação existencial, concreta, de injustiça *“Ihe possibilita inserir-se no processo histórico, como sujeito, evita os fanatismos e o inscreve na busca de sua afirmação”* (p. 32). Para o autor, o futuro não está predeterminado, não está “tudo dominado”, havendo espaço para a agência dos homens. Através da desconstrução da cultura dominante que está enraizada e naturalizada em todos nós, universalizada como “a cultura”, é possível a conscientização da estrutura de desigualdade e do lugar de cada indivíduo dentro dela, das situações de opressão, e permite a inserção das classes populares no processo histórico como sujeito (e não mais receptoras passivas de um destino inevitável definido externamente). Ao tomar consciência é que se pode sair da passividade e partir para a ação transformadora. Assim, a educação popular visa justamente a conscientização dos educandos – as camadas populares e marginalizadas – sobre a dominação e opressão e a libertação individual, que se dá inicialmente no plano da consciência, mas que exige a ação concreta.

Por mais que a libertação seja do indivíduo, ela se dá por meio de processos coletivos. Tanto o processo de conscientização como o a ação transformadora são possíveis por meio do coletivo. *“Quando descobre em si o anseio por libertar-se, percebem que este anseio somente se faz concretude na concretude de outros anseios”* (idem, p. 47). *“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”* (idem, p. 71). Via processos coletivos de discussão e reflexão, o indivíduo, na troca com outros, toma consciência de sua posição na estrutura social, das relações de dominação e opressão, desnaturalizando as mesmas. É nesse ponto que visualizo o potencial dos movimentos sociais como espaços de socialização que estimulam a emancipação e se comprometem com a transformação real das condições de opressão.

Por sua vez, no presente texto, em diálogo com a teoria da democracia participativa, autonomia^{xv} é pensada em termos mais amplos, associada ao jogo

democrático e à possibilidade de participar da definição das “regras do jogo”, a não subordinação a regras, leis, políticas consideradas injustas. Aqui, pode-se pensar tanto em termos individuais como coletivos. Autonomia coletiva pode ser pensada como sinônimo de soberania popular significando que as regras que regem a vida em sociedade devem ser produzidas, coletivamente, por todos que estão submetidos a elas. Remete ao apelo normativo do que significa democracia, ou seja, o governo do povo. No nível individual, autonomia remete à autodeterminação, a possuir condições (culturais e materiais) para definir os próprios interesses autonomamente (sem subordinação). Igualmente, se refere à não subordinação a regras que você não participou da elaboração e à possibilidade de ter voz e ser legitimamente reconhecido como sujeito igual para participar da definição das regras do jogo.

As reflexões de Carole Pateman associam autonomia e democracia. Desde seu trabalho clássico, *Participação e Teoria Democrática* (1992 [1970]), e ao longo de sua vasta produção, podemos afirmar que há um fio condutor que permanece em sua obra: a crítica às formas de subordinação, aparentemente voluntárias, que estão na base do consentimento político. Ao escrever *Contrato Sexual* (1993 [1988]), a autora utiliza o contrato de casamento e o contrato de trabalho como os principais exemplos, mas em realidade o contrato de representação política seria a mesma coisa. São formas pelas quais as pessoas voluntariamente abrem mão da sua autonomia e se colocam subordinadas a outras pessoas. Existe em Pateman um compromisso normativo extremamente rigoroso que é a ideia de que esta autonomia tem que ser preservada. O cidadão não pode se colocar condições que o impeçam de agir autonomamente, mesmo que formalmente ele tenha aceitado “voluntariamente” essas condições.

Se olharmos para os movimentos populares, eles partem de um lugar subordinado, seus militantes compartilham essa condição de escassa autonomia, de heteronomia. A partir das contribuições de Pateman, eu diria que esses movimentos se recusam a essa subordinação formal e concreta, aparentemente voluntária, ao realizarem a disputa na sociedade através ocupações de terrenos e prédios vazios, protestos, participando nos conselhos de política públicas, tentando incidir na política institucional, lutando pela moradia popular como direito, entre diversas outras estratégias de luta, o movimento está de certa forma indo contra essa subordinação involuntária que todo cidadão se submete no contrato social, por considerá-lo injusto, por beneficiar certos setores da sociedade em claro detrimento dos setores populares. O movimento está ali justamente buscando recuperar certo grau de autonomia no qual os setores sociais que ele representa possam participar das

decisões ou, pelo menos, fazer parte da discussão política sobre temas de seu interesse.

Para pensar a categoria transformação social me apoiarei em Gramsci, que pensa a sociedade de forma não restrita, como uma totalidade que inclui a dimensão econômica, social, política e cultural. Ao pensar a sociedade como uma totalidade orgânica, não promove a separação radical de infraestrutura e superestrutura, nem a determinação da primeira sobre a segunda. Assim, a transformação passa pela transformação econômica, social, cultura e política^{xvi}. Na medida em que a revolução é vista como o processo de construção de uma nova hegemonia, o que implica uma nova concepção de mundo, o papel das idéias e da cultura assume um caráter positivo (DAGNINO, 2000, p. 67). Assim, em Gramsci, a hegemonia aparece como projeto de transformação social (p. 69). Resulta extremamente interessante pensar a transformação social como um processo que implica uma nova concepção de mundo, ou seja, que precisa mudar as percepções, valores e idéias da sociedade, e não apenas a estrutura material ou o Estado e suas instituições.

De acordo com Dagnino, *“Como na maioria das sociedades latino-americanas, as lutas políticas no Brasil de hoje são travadas em torno de projetos alternativos de democracia”* (2000, p. 79). Podemos afirmar que essa disputa segue atual e sendo o eixo central das lutas políticas do continente. A autora fala da disputa de dois projetos políticos que refletem visões de mundo distintas e que disputam a hegemonia na sociedade brasileira: o projeto democrático-participativo e o projeto neoliberal^{xvii}. E se pensamos, a partir das categorias gramscianas, a hegemonia como projeto de transformação social, esses dois projetos políticos em disputa refletem a luta pela transformação social no país.

E qual seria o papel dos movimentos populares de esquerda na luta pela transformação social? Para Dagnino (2000), os movimentos sociais participaram profundamente dessa luta desde o começo da resistência ao regime autoritário dos anos 1960 e foram parte atuante e fundamental da construção do projeto democrático-participativo, desenvolvendo uma concepção alternativa de democracia que abarca a democratização da sociedade como um todo e não apenas do sistema político e do Estado. A transformação social para parte da esquerda brasileira passou a ser – sob a influência de Gramsci e diversos outros pensadores – entendida como um processo, compreendida como a construção da hegemonia que implica imbricação entre cultura, política e economia, e que é disputada na sociedade civil, mas também, a partir do processo de redemocratização, no Estado e nas instituições democráticas formais. Os movimentos sociais são atores centrais

nessa disputa hegemônica^{xviii}, buscando uma articulação de interesses que possa compor uma nova visão de mundo, uma nova hegemonia.

Em minha análise preliminar, essa concepção ampla de transformação social que marcou a luta social da esquerda brasileira até a década de 1990, foi gradativamente se reduzindo e atrelando à transformação do Estado e da institucionalidade política, sendo que a transformação cultural centrada na construção de nova visão de mundo que fosse capaz de articular diversos interesses de diferentes setores sociais e, assim, disputar a hegemonia na sociedade foi sendo deixada para segundo plano, quando não totalmente esquecida, pela esquerda brasileira, e dentro desta, pelos movimentos populares, marcados pela fragmentação temática e focados em conquistar a efetividade das políticas públicas. Assim, a especialização dos movimentos sociais parece ter como consequência negativa a perda da perspectiva da transformação da sociedade como um todo. No entanto, pretendo testar essa leitura a partir do trabalho empírico.

V. Considerações finais: democracia radical

E qual seria a perspectiva que adoto no presente trabalho para pensar a radicalização da democracia? Primeiro cabe dizer que o aprofundamento democrático passa pela possibilidade e condições de participação democrática, ou seja, a participação igualitária. E participar do quê? Radicalizar a democracia significa – a partir da adoção de um conceito amplo de política, entendendo que o poder está espalhado nas relações sociais – a luta pela igualdade de participação em decisões (e/ou da possibilidade de influenciar decisões) em diversas esferas das relações humanas, recusando a divisão pré-estabelecida entre público e privado, entre esferas onde se permite participação e outras onde não se permite. Isso simboliza a construção de uma sociedade democrática via participação. Significa levar a democracia para outros âmbitos, muito além da política institucional (Estado, IPs, e sociedade política). Significa, assim, reconhecer a multidimensionalidade da democracia, que não se restringe ao institucional e inclui a dimensão cultural-simbólica e material. Ou seja, é preciso democratizar efetivamente as condições de reprodução material da vida e de reconhecimento cultural, para além da participação política e direitos políticos. E essa democratização não deve limitar-se ao plano do direito formal, mas precisa urgentemente avançar em termos concretos. Radicalizar o debate democrático significa, igualmente, reintroduzir a perspectiva emancipatória, de construção de autonomia e de transformação social, que se perderam nas propostas participativas das últimas décadas. Recuperar a dimensão da utopia. Por fim, a radicalização do debate democrático envolve incorporar a dimensão do ator, o

papel da agência na transformação social, sem ignorar as determinações estruturais.

Uma reflexão sobre os sentidos perdidos da participação democrática, a partir da experiência concreta dos movimentos populares, pode servir de inspiração para a renovação da esquerda no país e na América Latina, tão urgente na atual conjuntura política. Para colocar em prática minha perspectiva de radicalização do debate (e da prática) democrático, busquei ao longo deste texto construir um modelo de análise que permitisse contemplar as questões listadas no parágrafo acima. A idéia de “radicalização da democracia” se apresenta aqui como uma proposta de “síntese conceitual” e “abordagem integrada”, através de um modelo analítico que incorpora contribuições de diferentes campos de estudo e autores. Proponho um modelo multidimensional de análise da participação, contemplando as dimensões política (para além do institucional), cultural-simbólica e material, associado à uma análise dos possíveis resultados da participação que recupere dimensões “perdidas” e “radicais” como emancipação, autonomia e transformação social.

O gráfico abaixo busca resumir esquematicamente a proposta de modelo teórico-analítico de avaliação da participação que busquei construir ao longo deste artigo, com foco na avaliação da militância popular.



Gráfico - Proposta de modelo teórico-analítico de avaliação da participação

Referências bibliográficas

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, Junho 2014.

ABERS, R.; TATAGIBA, L. "Institutional Activism: Mobilizing for Women's Health from Inside the Brazilian Bureaucracy", in F. M. Rossi e M. von Bülow (Orgs.), *Social Movements in Latin America: New Theoretical Trends and Lessons from a Mobilized Regions*. London, Ashgate, 2014.

BLIKSTAD, K. D. O agir coletivo nas interfaces da sociedade civil e do sistema político: o caso da atuação do movimento de moradia de São Paulo sobre a política pública de habitação. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, 2012.

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Humanitas, 2000.

AVRITZER, L. (Org.). *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez, p.7-56, 2010.

CORTES, S. V.; SILVA, M. K. Sociedade civil, instituições e atores estatais: interdependências e condicionantes da atuação de atores sociais em fóruns participativos. *Estud. sociol.*, Araraquara, v.15, n.29, p.425-444, 2010.

CUNHA, E.; *Efetividade deliberativa: estudo comparado de conselhos municipais de assistência social (1997/2006)*. Belo Horizonte. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Minas Gerais, 2009.

_____; ALMEIDA, D.; FARIA, C.; RIBEIRO, U. Uma estratégia multidimensional de avaliação dos conselhos de políticas: dinâmica deliberativa, desenhos institucional e fatores exógenos. In PIRES, R. (Org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, pp.297-322, 2011.

DAGNINO, E. *Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana*. In ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Humanitas, 2000.

_____. "¿Sociedad civil, participación e cidadania: de que estamos falando?" En Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110, 2004.

_____.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, (Org.). A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, pp. 13-91, 2006.

_____.; TATAGIBA, L. (Orgs.) Democracia, sociedade civil e participação. Chapecó: Argos, 2007.

_____.; TATAGIBA, L. Movimentos sociais e participação institucional: repertórios de ação coletiva e dinâmicas culturais na difícil construção da democracia brasileira (Versão em francês publicada em Revue Internationale de Politique Comparée 17(2), Número especial sobre Répertoires d'action collective en Amérique Latine), 2010.

FRASER, N. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé. Democracia hoje. Brasília: Editora UnB, 2001.

_____. Reenquadrando a Justiça em um Mundo Globalizado. In: São Paulo: Lua Nova, n. 77, 2009.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GURZA LAVALLE, A. Após a participação: nota introdutória. Lua Nova, São Paulo, n. 84, 2011a, pp. 13-23.

_____.; ISUNZA, E. "A trama da crítica democrática: participação à representação e à accountability". Lua Nova (Impresso), v. 84, São Paulo: Cedec, p. 95-140, 2011.

_____. "Participação, (Des)Igualdade Política e Democracia". In Luis Felipe Miguel (Org.), Desigualdades e democracia: o debate da teoria política. UNESP: São Paulo, 2016.

MEZA, H. Autonomia em movimento. Análise da trajetória das relações do movimento de mulheres com os partidos políticos na Nicarágua pós-revolucionária. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2014.

MIGUEL, L. F. Democracia e sociedade de classes. Revista Brasileira de Ciência Política, n 9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, pp. 93-117.

PATEMAN, C. Participação e Teoria Democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. The Problem of Political Obligation: A Critical Analysis of Liberal Theory. University of California Press. Berkeley. Los Angeles. 1985.

_____. O contrato sexual. Paz e Terra. 1993 [1988].

PIRES, R. (Org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011a.

_____. Participação, exclusão e território: estratégias para a análise dos efeitos distributivos das instituições participativas. In PIRES, R. (Org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, pp.263-278, 2011b.

SILVA, M. K. Dos casos aos tipos: notas para uma apreensão das variações qualitativas na avaliação das instituições participativas. In PIRES, R. (Org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, pp. 233-246, 2011.

TATAGIBA, L. A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o processo participativo. In PIRES, R. (Org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, pp.171-186, 2011.

_____. BLIKSTAD, K. 2011. Como se fosse uma eleição para vereador: dinâmicas participativas e disputas partidárias na cidade de São Paulo. Lua Nova, 2011, São Paulo, 84: 353-364.

_____.; TEIXEIRA, A. C. Os efeitos do movimento de moradia sobre as políticas públicas . IX Encontro ABCP, 2014.

TRINDADE, T. A. Ampliando o debate sobre a participação na política e a construção democrática: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2014.

TEIXEIRA, A. C. C.; SOUZA, C. H. L.; LIMA, P. P. F.. "Arquitetura da participação no Brasil: uma leitura das representações políticas em espaços participativos nacionais". In: Souto, Anna L.; Paz, Rosangela (Orgs.). Novas lentes sobre a participação: utopias, agendas e desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 2012.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L., BRADY, H. Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics. Harvard University Press. Cambridge. 1995.

ⁱ O presente artigo faz parte da justificativa teórica da pesquisa de doutorado da autora que será concluída no final de 2017. Busca refletir sobre o papel da participação dos movimentos populares para o aprofundamento democrático. A pesquisa utiliza como objeto empírico os movimentos de moradia da cidade de São Paulo.

ⁱⁱ A pergunta norteadora para a pesquisa bibliográfica foi: quais conceitos e ferramentas analíticas os autores que debatem participação no Brasil estão mobilizando para dar conta do tema da avaliação dos impactos e resultados? Como critério foram selecionados textos recentes, especificamente, de 2009 em diante. Duas coletâneas de trabalhos se tornaram referência para pensar a questão da avaliação dos impactos da participação no país. São elas o livro *A dinâmica da participação local no Brasil*, organizado por Leonardo Avritzer e publicado no ano de 2010 (AVRITZER, 2010) e a publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) organizada por Roberto Pires sob o nome de *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*, lançada em 2011 (PIRES, 2011a). Tomei ambas produções como base para minha pesquisa bibliográfica, sem prejuízo de agregar outras contribuições recentes.

ⁱⁱⁱ Ao retomar brevemente a trajetória da literatura nacional é possível observar que uma parte dos autores brasileiros que nos anos 1970 e 1980 estudavam movimentos sociais passou, a partir década de 1990, a estudar a sociedade civil e os espaços institucionais de participação que efervesciam nesse momento. A idéia de movimentos sociais se arrefeceu, não porque esses atores perderam seu vigor, mas devido a mudanças nas categorias analíticas: se renovaram as lentes de leitura do mundo e o termo sociedade civil tomou conta do campo acadêmico das Ciências Sociais. Acompanhando a trajetória dos atores sociais que passaram a dedicar grande parte de suas energias aos espaços institucionais de diálogo com o Estado, surge e se desenvolve uma literatura, apartada da literatura de movimentos sociais, focada na análise da participação da sociedade civil nesses espaços. É nesse cenário que o conceito de participação – que antes tinha sentido de participação popular e emancipação – acabou sendo reenquadrado como participação institucional e “aprisionado” por um campo de estudo específico. Para esta literatura emergente – a denominada aqui “literatura de participação” – participar virou sinônimo de “participação em IPs”, reduzindo-se o lócus da participação na democracia, seu sentido e, conseqüentemente, os resultados esperados.

^{iv} O debate promovido por Avritzer (2008) contribui a compreender que o conceito de IPs ingressa no debate nacional no sentido de fortalecer um esforço importante do campo de pesquisa da participação social: abrir espaço na ciência política mais “tradicional” para o debate sobre participação que se encontrava à margem. No entanto, por outro lado, ao enquadrar o campo de estudo da participação para o interior das instituições políticas, ou seja, ao falar dos espaços de participação como instituições, acabou-se limitando a participação a um caráter institucional, deixando de fora outras facetas da ação participativa dos atores sociais.

^v Destaco, nesta vertente, estudos como: Dagnino e Tatagiba (2010); Tatagiba (2011); Cortês e Silva (2010), Silva (2011).

^{vi} Destaco, nesta vertente, estudos como: Tatagiba e Blikstad (2011); Tatagiba e Teixeira (2014); Abers; Serafim; Tatagiba (2014); Abers e Tatagiba (2014); Blikstad (2012); Trindade (2014).

^{vii} Como todo conceito, o de política está em disputa. Sua disputa no campo teórico reflete a luta política efetiva travada na sociedade. Ampliar tal conceito significa se contrapor à concepção “estatista” da política, que concentra o poder – e, conseqüentemente, a política – no Estado, nas instituições formais e na classe política. Antonio Gramsci, desde dentro do marxismo, contribuiu enormemente para a transformação da noção estatista de política. O conceito de poder em Gramsci não está relacionado a um aparato a ser tomado, mas a um conjunto de relações sociais a ser transformado. Dessa forma, não é tomando o Estado de golpe que se conquista o poder. Nas sociedades ocidentais, o poder está entrincheirado na sociedade civil. Assim, a política também está disseminada no conjunto da sociedade. A base para a inovação marxista de Gramsci é sua crítica ao

reducionismo econômico. Para o autor, não há sobredeterminação da estrutura material sobre a superestrutura. A política, os atores, a agência têm papel fundamental nas lutas pela transformação social, sendo que a disputa tanto na sociedade civil como por dentro do Estado são importantes. O Estado é burguês, mas pode ir sendo tomado aos poucos, de baixo para cima, a partir da sociedade civil. Para Gramsci, não há dicotomia entre Estado e sociedade civil.

^{viii} Ao contrário do que se possa afirmar, os movimentos sociais não só não têm mostrado problemas com a institucionalidade política e do Estado, como lutam para expandir os canais institucionais democráticos, assim como ocupam as cadeiras de conselhos, conferências e mesas de diálogo com o poder público. Igualmente, têm vínculos mais ou menos orgânicos com partidos políticos e seus representantes no executivo e legislativos, assim como traçam teias de relações com o judiciário em busca de fortalecer suas bandeiras de luta. No entanto, sua atuação extrapola a “engenharia institucional” e a política tradicional, buscando incluir no processo de democratização latino-americano outras dimensões que consideram fundamentais e que têm sido historicamente relegadas. Dessa forma, como afirma Dagnino (2000), não há contradição na atuação dos movimentos populares por dentro do Estado e sua estratégia via sociedade civil, na esfera pública, sendo ambos (Estado e esfera pública) vistos como arena de luta política pelos movimentos sociais (eles não estão de costas para o Estado!).

^{ix} Cabe evidenciar que neste trabalho não realizei um tratamento dos movimentos sociais como atores sociais ou sujeitos políticos homogêneos, reconhecendo-se sua heterogeneidade tanto de temas, linhas de atuação, estratégias de luta, objetivos, estando presente dentro deste campo, assim como na sociedade brasileira como um todo, práticas autoritárias, clientelistas e objetivos antidemocráticos.

^x Existe democracia sem sujeitos democráticos, sem indivíduos conscientes e acessando direitos? Acredito que não é possível pensar seriamente em uma democracia sem pensar nesta questão, tornando-se relevante estudar os indivíduos que compõem os movimentos populares (desprivilegiados do acesso cultural e material aos direitos básicos) e os efeitos dessa participação sobre estes sujeitos e o acesso a direitos. Mais uma vez, essa abordagem exige um conceito de política e de participação amplos que integrem a participação em movimentos sociais como ação política da cidadania.

^{xi} Para promover o diálogo entre cultura e política e o deslocamento do peso da cultura no debate marxista, Gramsci faz uso do conceito de hegemonia. Há diversas definições de hegemonia distintas à gramsciana, assim como há diferentes leituras do conceito em Gramsci. Aqui, me apoio na leitura de Evelina Dagnino (2000). Diferentemente da interpretação corrente de hegemonia como dominação, como o poder que prevalece sobre os demais, Gramsci propõe interpretar o conceito como uma construção histórica, que pode ou não ocorrer, sendo considerado “*um processo de articulação de diferentes interesses em torno da gradual e sempre renovada implementação de um projeto de transformação da sociedade*” (DAGNINO, 2000, p. 66). A hegemonia é vista como uma construção desde baixo de uma vontade coletiva que expressa a busca de uma unidade dentro da diversidade de sujeitos políticos coletivos autônomos (COUTINHO apud DAGNINO, 2000, p. 71). Nas palavras de Gramsci, a construção hegemônica requer “*a obtenção de uma unidade ‘cultural-social’ mediante a qual uma multiplicidade de vontades dispersas, com objetivos heterogêneos, são soldadas juntas com um objetivo único, com base numa mesma e comum concepção de mundo*” (GRAMSCI apud DAGNINO, 2000, p. 73).

^{xii} Gramsci valoriza a cultura popular e seu potencial para a promoção da transformação social, tendo um olhar positivo mas não celebratório sobre a mesma. De certa forma, Gramsci inverte os pilares do marxismo clássico, colocando peso na

dimensão cultural e política, sem com isso desvalorizar a dimensão material da infraestrutura econômica. A transformação social é constituída também de uma profunda transformação cultural. Gramsci denomina esse processo de reforma intelectual e moral, que conjuntamente com uma reforma econômica, possibilitam a transformação social.

^{xiii} Alvarez et al (2000) partindo da noção inglesa de *cultural politics*, de difícil tradução para o português, definem política cultural – diferentemente da noção que a reduz à produção e ao consumo de bens culturais, principalmente pelo Estado – como sendo: “*Nossa definição de política cultural é ativa e relacional. Interpretamos política cultural como o processo posto em ação quando conjuntos de atores sociais moldados por e encarnando diferentes significados e práticas culturais entram em conflito uns com os outros. Essa definição supõe que significados e práticas – em particular aqueles teorizados como marginais, oposicionais, minoritários, residuais, emergentes, alternativos, dissidentes e assim por diante, todos concebidos em relação a uma determinada ordem cultural dominante – podem ser a fonte de processos que devem ser aceitos como políticos. Que isso seja raramente visto como tal é mais um reflexo das definições entranhadas do político, abrigadas nas culturas políticas dominantes, do que uma indicação da força social, eficácia política ou relevância epistemológica da política cultural. A cultura é política porque os significados são constitutivos dos processos que, implícita ou explicitamente, buscam redefinir o poder social. Isto é, quando apresentam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania, que desestabilizam os significados culturais dominantes, os movimentos põem em ação uma política cultural*” (ALVAREZ et al., 2000, p. 24-25).

^{xiv} No entanto, reconhecer a dimensão cultural da luta dos movimentos não deve significar deixar para segundo plano a luta em outras dimensões como aquela relacionada ao Estado e à sociedade política, assim como as lutas materiais. Esse equilíbrio na análise é o que busco e sei de sua complexidade, por isso não subestimo as dificuldades deste tipo de análise e sei que minha busca é inicial e incompleta, não suficiente, mas importante.

^{xv} A categoria de autonomia demanda reatualizações. Como sugere Meza (2015), referindo-se aos estudos de Goldstone, parece muito mais útil adotar um modelo analítico de *continuum*, ou seja, pensar a autonomia como um *continuum* presente na prática dos atores da sociedade civil, mais do que um simples atributo, na maioria das vezes conferido pelo pesquisador ou outros atores externos. Assim, certas práticas dos movimentos sociais aumentam sua possibilidade de autonomia, enquanto outras diminuem, havendo sempre um *trade-off* entre autonomia e outras variáveis como, por exemplo, capacidade de gerar impacto político e de efetivar suas reivindicações, como ressalta Tatagiba (2011). Também podemos pensar em níveis nos quais a autonomia é exercida. Ao pensar o regime democrático, autonomia seria a possibilidade de participar da definição das regras do jogo democrático, das leis e políticas que regem a sociedade. A não subordinação automática as regras injustas e a luta para participar da definição das mesmas. Num nível mais intermediário, do movimento social e sujeitos coletivos, autonomia adquire outros significados como a possibilidade de se relacionar autonomamente com o Estado, o sistema institucional, a sociedade política, mantendo sua identidade coletiva, sua autonomia organizativa e de recursos. Já no nível do indivíduo, autonomia passa pela possibilidade de autodeterminação de interesses, também associada à identidade e condições de definir quem sou eu e a que quero me associar livre e conscientemente.

^{xvi} No entanto, o autor enfatiza mais essas duas últimas porque o debate de esquerda da época (o marxismo clássico) reduzia tudo à dimensão econômica. Vale

ressaltar que Gramsci visa pensar uma sistematicidade orgânica e não busca minimizar a questão econômica.

^{xvii} Dagnino (2004) define projeto político a partir de inspiração gramsciana como “os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos”.

^{xviii} Neste contexto, me instiga investigar a transformação social como resultado possível da participação dos movimentos populares. Claro está que não me refiro à transformação ampla e plena da sociedade capitalista, mas à transformação pensada como um *continuum* de aprofundamento democrático, de conquista – tanto formal como concreta – de direitos sociais, culturais, políticos e econômicos. Me interessa pensar em que medida, de forma deliberada ou não, os movimentos populares e, especificamente o movimento de moradia de São Paulo, está lutando pela transformação social e que transformação seria essa.

**III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas
30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES)**

**ST 11 - Anticapitalismo, Democracia Radical e Sociabilidades Emergentes:
abordagens Teóricas e Empíricas Sobre o Ativismo Social Contemporâneo**

Participação política das mulheres zapatistas

Clara Cecilia Seguro da Silva¹ (EACH-USP)

Soraia Ansara² (EACH-USP)

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. claraceciliass@hotmail.com

² Mestre e Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora convidada no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo e professora titular do Centro Universitário Estácio Radial de São Paulo. soraiansara@hotmail.com

Resumo

Este trabalho analisa os discursos proferidos pelas mulheres indígenas no movimento zapatista desde 1994 até 2007. A presença e o destaque das mulheres neste movimento vêm se modificando, ao longo de sua história. Tal processo tem levado à disputa de cargos de poder, sobretudo com as ações mais recentes do movimento neste ano de 2016. Para compreender o processo de participação das mulheres zapatistas tomamos por referência as discussões sobre movimentos sociais e participação política de Tarrow (1997), Melucci (1989;1999) e Gohn (2014) a fim de perceber como os comunicados abordam a participação das mulheres e as características dos discursos neles identificados. Utilizamos a metodologia qualitativa de análise de discurso, com a página web do movimento como principal fonte, destacando os temas sobre os quais as mulheres se pronunciam e contam sua participação no movimento. Seus discursos denunciam a pouca participação das mulheres na direção e nas comunidades, mas também revelam sua participação efetiva no Comité Clandestino Revolucionário e as mudanças nas formas de participação, antes caracterizada pela ênfase na participação militar e, atualmente focada na participação política.

Palavras chave: participação; mulheres; movimento; zapatista;

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo discutir a participação política das mulheres zapatistas analisando os comunicados do EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) feitos a partir do ano de 1994, quando teve sua primeira aparição pública no levante de 1º de janeiro de 1994, em uma ação militar para tomada das prefeituras do Estado de Chiapas no México.

O EZLN após este ato deu início publicamente a um movimento: primeiro de demandas ao governo para que as populações indígenas fossem incluídas na formulação das políticas nacionais e que estas efetivamente chegassem às comunidades; e após um período de nove anos de tentativas de negociação com o governo, assumiram a gestão dos territórios tomados de forma autônoma, mantendo uma posição, anticapitalista e antissistêmica. Este grupo militar, após ter cedido aos apelos nacionais e internacionais pelo cessar fogo, começou a ter o apoio de várias organizações e movimentos de esquerda, movimentos de trabalhadores, feministas e de diversas demandas, além da sociedade não organizada mexicana e internacional, formando o que comumente se chama de movimento zapatista.

Desde sua primeira aparição pública, o movimento surpreendeu pela publicação em um de seus comunicados, da Lei Revolucionária das Mulheres e por ter em seu contingente Majores e Comandantas indígenas, ou seja, mulheres em cargos de poder, que também proferiam sua palavra em comunicados e entrevistas exercendo um papel nas negociações com o governo. Com o tempo essa forma de participação foi se modificando até as recentes notícias da proposta da representação de uma mulher indígena na disputa pela presidência do México.

Neste artigo, procuramos entender como se deu a participação das mulheres no decorrer dos anos no movimento e a relação entre participação e mobilização considerando as contribuições de Tarow (1997), de Melucci (1989; 1999) e de Maria Glória Gohn (2014), que destaca os diferentes modelos de participação que ocorrem por meio da mobilização comunitária e que vem se tornando mais comuns nas práticas de ONGs e políticas públicas sociais, aplicadas pelo governo, no Brasil.

Usando a metodologia de análise de discurso destacamos os temas que são mais enfatizados e as mudanças nos comunicados publicados ao longo dos anos e como esses demonstram as mudanças no papel que as mulheres desempenham dentro do movimento e os temas sobre os quais se manifestam. Tais comunicados estão disponíveis na página oficial do movimento www.enlacezapatista.ezln.org.mx, que foi nossa principal fonte.

O artigo procura mostrar que foi construída uma imagem externa do movimento que enfatizava a imagem das insurgentes, capitãs e soldadas, no entanto, ao longo de sua história essas mulheres passaram a pronunciar-se nos espaços políticos da nação, ressaltando-se a mudança do movimento para uma estratégia de resolução política do conflito; e

posteriormente, focalizando o aumento da participação das mulheres e sua diversificação no próprio território autônomo, como expõem os pronunciamentos dos encontros.

Nesta análise, na primeira parte conceituamos participação como mobilização principalmente na visão de teóricos dos movimentos sociais, passando diretamente à apresentação de excertos dos comunicados nos quais as próprias mulheres falam ou se fala sobre as mulheres e, finalmente analisa os temas de destaque e as modificações ocorridas durante esses anos, que vem influenciando as ações recentes do movimento.

2. Participação política das mulheres zapatistas³

Neste artigo destacamos dois aspectos fundamentais para a compreensão da participação das mulheres: como esta participação é apresentada desde a aparição pública do movimento zapatista e como e sobre o que estas mulheres se expressam com o passar dos anos.

O fenômeno da participação política tem sido estudado por diferentes áreas do conhecimento desde os anos de 1960. Neste artigo entendemos a participação política como um “fenômeno essencialmente multidimensional”, (Verba, Scholozman & Brady, 1995), focando principalmente a mobilização política, a partir da abordagem de Tarrow (1997) e Melucci (1983; 1999) e a participação das mulheres de acordo com a abordagem de Gohn (2014).

A ênfase que atribuímos à mobilização se justifica pela característica do movimento zapatista constituir-se como um movimento com uma mensagem global contra os processos hegemônicos de globalização que se utiliza de novas formas de ação coletiva como as redes comunicacionais da Internet para divulgar suas palavras de ordem. Tal estratégia levou o movimento a romper com as fronteiras nacionais projetando-o mundialmente.

O conceito de mobilização política contribuiu para a formação de uma nova perspectiva da participação política, que abarca também novos repertórios como os protestos, greves, boicotes, desobediência política. (BORBA, 2012)

Para Tarrow (1997) o fator de maior influência para a participação nos movimentos sociais é o aparecimento de oportunidades políticas. Essas podem ser geradas de diversas maneiras por outros grupos de interesse, ou questões sistêmicas internas ou internacionais como guerras, mudanças governamentais, crises financeiras, acordos internacionais, eventos mundiais, mas sempre externas ao movimento. Em observação aos movimentos ocorridos desde a Revolução Francesa, o autor fortalece o conceito de redes de mobilização, que são

³ Todos os trechos de comunicados e entrevistas neste capítulo estão disponíveis na sessão “Archivo Histórico” do site oficial do movimento: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/> e podem ser encontrados por ano e data.

as redes formadas por famílias, religiões, comunidades, organizações, federações, apoiadores da causa profissionais, acadêmicos, etc.

As redes de mobilização incentivam a participação a partir de relações que as massas fazem com símbolos familiares. Essas redes ficam em movimento latente para o momento em que surge a oportunidade política de ação. As oportunidades políticas podem inclusive beneficiar a mobilização, gerando mais participação de pessoas que em outro momento teriam dificuldades financeiras e veem suas oportunidades como iguais.

O repertório criado pelos movimentos é transmitido pela cultura e se torna um fator mobilizador, de forma que as pessoas participam de ações coletivas que historicamente entendam que tenham algum impacto. São as redes de mobilização as responsáveis por manter as ações vivas, quando o movimento está em período de latência, para que o ato se concretize em um movimento social.

Tarrow (1997) faz uma análise da mobilização dos movimentos mais estrutural destacando as redes de apoio que movimentam meios de comunicação como jornais e a televisão e mais recentemente a internet, como também diversos profissionais, articulando-se com advogados e intelectuais que apoiem o movimento com seus pareceres. Tais redes se articulam também com igrejas, comunidades e famílias constituindo sociedades, organizações, federações que têm o contato contínuo com os integrantes de base e fazem parte de seu cotidiano.

O autor acentua que os movimentos contemporâneos têm mais facilidade em se mobilizar devido à quantidade de organizações que já existem.

Lo que tienen de «nuevo» los «espacios libres» de los movimientos contemporáneos es que los organizadores han comprendido el poder del contacto directo y han intentado crear técnicas para imbricarlos en movimientos más amplios sin encapsularlos en jerarquías rígidas. (Tarrow, 1997. p. 255)

Melucci (1983) reconhece a importância da análise de Tarrow, mas entende que a mobilização dos movimentos, ocorre principalmente pelas identidades produzidas, de forma que a participação se dá pela solidariedade e a identidade gerada nos movimentos. Este autor vê os movimentos sociais como agentes de mudança e reconhece a ideologia como um processo cultural criado na luta cotidiana e na solidariedade entre as pessoas de um mesmo grupo. Para ele não é a consciência de classe que mobiliza, mas a identificação.

O autor concorda com Tarrow (1997) em que os incentivos ou oportunidades dadas pela participação influenciam a motivação individual, mas o valor destes é determinado pela rede da qual o participante pertence, sua valorização é interativa e não feita de maneira individual. A participação é motivada pelo resultado entre os valores pessoais e o contato com

motivadores e redes de relação que influenciam diretamente a construção de sua identidade coletiva.

Eles [movimentos sociais] não lutam meramente por bens materiais ou para aumentar sua participação no sistema. Eles lutam por projetos simbólicos e culturais, por um significado e uma orientação diferentes da ação social. Eles tentam mudar as vidas das pessoas, acreditam que a gente pode mudar nossa vida cotidiana quando lutamos por mudanças mais gerais na sociedade. (MELUCCI, 1989, p. 59)

As mulheres zapatistas, nos comunicados, mencionam a oportunidade de poderem estudar, ter acesso à saúde, a um trabalho e a uma melhora econômica, quando viviam em uma situação de extrema pobreza, além da possibilidade de acessarem a posição de igualdade de direitos com os homens, quando repetem a frase imortalizada pela comandante Ramona “*nunca más um México sin nosotros*”.

O principal porta-voz do movimento zapatista é o Subcomandante Insurgente Marcos, e por esta razão, será inevitável citá-lo recorrentemente neste texto, haja vista que em determinados períodos é ele quem fala sobre as mulheres zapatistas, assim como sobre todos os demais. Ao tomar contato com o discurso do SCI Marcos, expresso nos comunicados percebemos que ele cria personagens literários e romantiza as mulheres, como veremos em alguns de seus textos, entretanto é graças a ele que também conhecemos algumas histórias sobre as mulheres zapatistas.

Até serem criados espaços nos encontros zapatistas nos quais as mulheres compartilhassem como é sua participação, a maior parte da informação direta do movimento sobre elas vinham das entrevistas com as insurgentes, da imagem forte da Comandanta Ramona, dos comunicados das representantes do CCRI-CG (*Comite Clandestino Revolucionário Indígena – Comandancia General*) nas ações do movimento ou de alguma história do SCI Marcos.

Desta forma, são estes discursos que teremos por base para analisar a participação das mulheres no movimento zapatista.

2.1. As insurgentes: Participação militar

Um ano antes de começar a “guerra”, como conta o Subcomandante Insurgente Marcos, os zapatistas perderam a segunda batalha. Foi no ano de 1993 quando as mulheres indígenas insurgentes fizeram sua própria consulta para saber como se constituiria a “*Ley Revolucionária de Mujeres*”:

En su justa lucha por la liberación de nuestro pueblo, el EZLN incorpora a las mujeres en la lucha revolucionaria sin importar su raza, credo, color o filiación política, con el único requisito de hacer suyas las demandas del pueblo

explotado y su compromiso a cumplir y hacer cumplir las leyes y reglamentos de la revolución. Además, tomando en cuenta la situación de la mujer trabajadora en México, se incorporan sus justas demandas de igualdad y justicia en la siguiente LEY REVOLUCIONARIA DE MUJERES:

Primero. Las mujeres, sin importar su raza, credo, color o filiación política, tienen derecho a participar en la lucha revolucionaria en el lugar y grado que su voluntad y capacidad determinen.

Segundo. Las mujeres tienen derecho a trabajar y recibir un salario justo.

Tercero. Las mujeres tienen derecho a decidir el número de hijos que pueen tener y cuidar.

Cuarto. Las mujeres tienen derecho a participar en los asuntos de la comunidad y tener cargo si son elegidas libre y democráticamente.

Quinto. Las mujeres y sus hijos tienen derecho a ATENCION PRIMARIA en su salud y alimentación.

Sexto. Las mujeres tienen derecho a la educación.

Séptimo. Las mujeres tienen derecho a elegir su pareja y a no ser obligadas por la fuerza a contraer matrimonio.

Octavo. Ninguna mujer podrá ser golpeada o maltratada físicamente ni por familiares ni por extraños. Los delitos de intento de violación o violación serán castigados severamente.

Noveno. Las mujeres podrán ocupar cargos de dirección en la organización y tener grados militares en las fuerzas armadas revolucionarias.

Décimo. Las mujeres tendrán todos los derechos y obligaciones que señala las leyes y reglamentos revolucionarios. (Ley Revolucionaria de las mujeres, Mexico, 1993)

Esta lei, junto com todas as leis revolucionárias, foram as primeiras palavras das insurgentes tornadas públicas para o mundo. Segundo Silvia Marcos (2007), feminista mexicana, esta lei representa uma expressão da utopia feminista e, por parte do movimento zapatista, um passo estratégico e inovador por ser o primeiro a colocar as demandas das mulheres no mesmo patamar que todas as outras do movimento. Em diversos momentos da luta zapatista, a questão da participação das mulheres é retomada, seja pelo movimento, seus críticos ou apoiadores.

Após as mobilizações da sociedade civil mexicana e internacional pelo cessar fogo e o início dos diálogos de paz, aparecem a major Ana Maria e a comandanta Ramona nos Diálogos da Catedral de San Critóbal de Las Casas na comissão de negociação de paz, com integrantes do governo, o bispo Samuel Ruiz, outras organizações e o EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional).

No dia 8 de março daquele ano a capitã Irma e a companheira Hortência fazem o primeiro discurso pelo dia Internacional da Mulher, uma tradição que vai sendo mantida no movimento ao menos neste período de auge da imagem das comandantas. Elas ressaltavam naquele momento sua igualdade com os homens e sua posição de maior exploração.

Nosotras, como mujeres, podemos hacer trabajo igual que los hombres. Podemos empuñar las armas no sólo para ser amas de casa. Tenemos derecho a participar en la lucha armada como mujeres proletarias. (compañera Hortencia, 08/03, Mexico. 1994)

Las mujeres somos las más explotadas. La mayoría ni siquiera sabe leer ni escribir, porque nos quieren para humillarnos. Compañeras de todos el país: para que esto no siga así tenemos que usar junto con los compañeros las

armas, para hacer que nos entiendan que la mujer también puede luchar y pelear con el arma en mano [...]. "Nosotros ya nos cansamos, no queremos vivir como animales, ni que siempre alguien nos diga qué hacer o qué no hacer. Hoy más que nunca debemos luchar juntos para que algún día seamos libres. Esto lo ganaremos tarde o temprano, pero vamos a ganar." (capitã Irma, 08/03, Mexico 1994)

Antes mesmo da sua aparição pública, as mulheres conquistam uma visibilidade pública, incomum com a Ley Revolucionária das Mulheres e depois ao reafirmar sua posição lado a lado com homens dentro do movimento como expressam a capitã Irma e companheira Hortencia nestes comunicados, no dia da mulher.

Em entrevista à rádio UNAM Capitã Elisa, soldado Isadora e subtenente sanitária Elena falam sobre suas motivações para a participação no movimento:

*¿Por qué decidió usted ingresar al ejército zapatista?
Bueno, me ingresé allí porque yo veía pues la situación que vivía la gente. Entonces yo pensaba cómo resolver este problema, pues yo no sabía si hay compañeras en la montaña.
Pero ya cuando me dijeron que sí hay un grupo de compañeros que están luchando por el pueblo, entonces pues llegó un día que los compañeros insurgentes bajaron en el pueblo, allí fue cuando me explicaron qué es lo que querían, por qué luchaban. Entonces pues yo decidí ingresarme también allí, porque de por sí veía la situación que está muy... muy cabrona, pues. Entonces yo hablé con un compañero insurgente. Yo le dije que si me aceptan allí, y me dijo que sí. Entonces yo me fui a la montaña a prepararme. Mi familia pues también ellos están de acuerdo que yo me ingresara allí, y así fue cuando me ingresé en el ejército zapatista." (Capitã Elisa, radio UNAM, 08/03 de 1994)*

Digo pues a las mujeres que sí pueden hacer los trabajos y que sigan adelante también como piensan. Si quieren empuñar las armas o apoyar así al ejército zapatista, como piensan pues, porque no es obligado. Lo que piensan, pues, es lo que tienen que hacer. (Soldado insurgente Isadora, radio UNAM, 08/03 de 1994)

Cuando ya empecé a ver a los compañeros, que empezaron a explicar la política, todo, todo lo que nos llegaban a decir, pensé pues, es bueno para nosotros, y ahí es donde pensé pues, de estar en mi casa seguiría igual como antes, sin saber nada y sin aprender a leer y escribir, estaría igual. Mejor pensé salir de mi casa. Y además, si me enseñaban en mi casa, todo lo que nos enseñaban al principio, no es igual estar en la casa y estar aquí, no iba a aprender igual.

*"Y cuando gane el EZLN, ¿usted qué va a hacer?
Pues, seguiré siendo sanitaria, pero ya en un lugar aquí, en una clínica o en un hospital para atender más a los heridos, a la población pues, a todos los que necesitan." (Supteniente sanitaria Elena radio UNAM, 08/03, Mexico. 1994)*

Percebemos que as motivações apontadas pelas mulheres referem-se à questões vividas por toda comunidade como a fome, a morte de recém-nascidos ou mesmo à participação anterior de pais e familiares no movimento. De acordo com Melucci (1999) "(...) *la motivación para la participación no puede considerarse exclusivamente como una variable individual, aun cuando opera em nível del individuo*" (p.29). Suas falas expressam a

identificação da qual fala Melucci (1999) e as motivações pessoais que as fazem participar do movimento, como as possibilidades de melhoria de seu cotidiano e a realidade da comunidade que participam.

As palavras das comandantes costumam ser curtas e muito diretas, mas trazem esperança e uma visão prática do mundo. Seus discursos recorrentemente descrevem que quando se tornaram insurgentes, essa era a única alternativa que tinham numa realidade em que grande parte delas era vendida para um marido, tinha cerca de sete ou dez filhos como a maioria das outras mulheres indígenas e nunca chegava a estudar ou até mesmo aprender a falar espanhol. Ser insurgente no movimento significava dar um basta à sujeição à que estavam destinadas, dizer não à dominação do homem sobre elas.

Em julho de 1994, Elena Poniatowska, jornalista do *La jornada* entrevista o SCI Marcos que descreve as mulheres zapatistas:

Mira, las zapatistas son muy cabronas y se enfrentan al comandante y al Supcomandante y al Comité, y cuando ellas dicen algo, se imponen y están armadas (se ríe). ¿Tú te vas a poner a discutir con una comandante que tiene 30 tiros en su cargador? A ver pégale, te revienta un escopetazo (se carcajea). Llega borracho y dale un madrazo. No, si no se dejan. Además dile «No, no tienes derecho a tomar anticonceptivos», ¿te va a hacer caso? Si no quiere, nada hay que hacer. Ahora les dicen «Te tienes que casar con ese», «¿Por qué?», «Porque ya pagó». Antes así era, pagabas y ya. ¡Pero ahora qué esperanzas! «No, no me quiero casar con ése, me quiero casar con el otro». A ver, dile que no a una zapatista. (SCI Marcos, 24/06, México. 1994)

A imagem criada nos comunicados e entrevistas de Marcos é de mulheres que não se submetem, mulheres que estão “empoderadas”, fortes, corajosas, que não se submetem ao marido ou aos costumes machistas. Quando Marcos fala das insurgentes seus comunicados são para as redes de mobilização, que são as redes formadas por famílias, religiões, comunidades, organizações, federações, apoiadores da causa profissionais, acadêmicos, etc. como descreve Tarrow (1997).

O ano de 1995 é marcado pela continuidade das negociações com o governo para o cessar fogo e a criação de uma lei específica para os indígenas. Estas negociações acontecem na cidade San Andrés e contam com a presença de mulheres entre os negociadores. Neste mesmo ano, intensifica-se a presença militar no estado de Chiapas e a traição do governo ao atacar um território zapatista, em 9 de fevereiro, durante o cessar, fogo. Nesta ocasião, fica famosa a imagem das mulheres se colocando em fila de braços dados formando uma corrente para expulsar os militares de suas comunidades como fizeram em La Realidad. No mesmo mês a Comandanta Ramona faz seu comunicado:

(...) Quiero que todas las mujeres se despierten y sientan en su corazón la necesidad de organizarse; con los brazos cruzados no se puede construir el

México libre y justo con el que todos soñamos: democracia, justicia, dignidad y paz.” (Comandanta Ramona, 25/02, México. 1995)

O diálogo de San Andrés Sakamch'en prossegue trazendo a comandanta Trinidad na delegação indígena e também a única mulher presente na negociação. A mulher indígena de etnia tojolabal⁴ usava como uniforme sandálias de plástico, um vestido comum e um suéter cor de rosa e em seu discurso a palavra mais ouvida na língua espanhola era “Fuerza” que era o bastante para que indígenas da etnia tzotzil⁵ e mestiços⁶ pudessem se fortalecer:

Yo represento a todas las mujeres mexicanas, indígenas, y de Chiapas. Ojalá que para el otro viaje vengan otras mujeres. Ojalá que de nuestras venidas nos tomen en cuenta.

Un reportero la provoca: “¿Y si no encuentran solución a sus demandas?” Trinidad, visiblemente cansada (entre lo que caminó y lo que viajó en ambulancia se le fue el día entero), clava la mirada sobre la mesa donde apoya sus manos y dice con tristeza: “Si no resuelve, qué quiere usted que se haga [...]El pensamiento de las mujeres que están en las montañas es que se salga el Ejército de las montañas”, expresa.

Insiste en las demandas femeninas: “Queremos que las mujeres sean reconocidas. Me decidí a ser zapatista para que se mejoren nuestras comunidades”. (Comandanta Trinidad,13/05, Mexico. 1995)

No ano seguinte, no tradicional comunicado do dia 8 de março, nenhuma mulher zapatista fala, mas sim o Comité Clandestino Revolucionário Indígena – Comandância General (CCRI-CG). Mais uma vez é reforçada, no comunicado, a tripla exploração que sofrem as mulheres indígenas e ainda o fato de que as mulheres zapatistas lutam dentro e fora do movimento:

Humilladas doblemente, como mujeres y como trabajadoras, las indígenas mexicanas son también humilladas por su color, su lengua, su cultura, su pasado.

Triple pesadilla que obligó a las mujeres zapatistas a empuñar un arma y sumar su “Ya basta!” al de sus compañeros varones. Triple pesadilla que obliga a una triple rebelión.

Las mujeres zapatistas, las combatientes y las no combatientes, luchan por sus propios derechos como mujeres. Enfrentan también la cultura machista que en los varones zapatistas se manifiesta en muchas formas. Las mujeres zapatistas no son libres por el hecho de ser zapatistas, tienen todavía mucho que luchar y mucho que ganar.” (Comunicado do CCRI-CG, 08/03, México. 1996).

O comunicado explicita a não homogeneidade interna do movimento e como as mulheres têm que fazer suas exigências mesmo com os próprios companheiros de luta, para que não sejam invisibilizadas e coerentes com o discurso exterior.

⁴ Tojolabales ou tojolab'al são etnias de origem maia, cujo povo se concentra no Estado de Chiapas, México em diversas regiões.

⁵ Tzotzil é uma etnia de origem maia abundante em Chiapas principalmente na região Altos.

⁶ Do espanhol *mestizo*, esta é a forma como são chamados os indígenas que falam espanhol e pouco sabem sobre a língua de seu povo.

Dois dias depois o SCI Marcos faria o comunicado “12 mujeres en el año 12 (segundo de la guerra)”, em que destaca a luta dessas doze mulheres nos dias do conflito. Vale ressaltar que eram as mulheres que lideraram batalhões de homens, como a comandanta Ana Maria. Tais mulheres sobreviveram ao massacre no mercado de Ocosingo, e muitas delas eram enfermeiras que salvaram a vida de muitos soldados insurgentes. Merece destaque o discurso sobre a comandanta Ramona, a mais lembrada e com quem se perpetua um imaginário da luta das mulheres zapatistas,

Entre los jefes indígenas de la rebelión hay una mujer pequeña, de por sí pequeña entre las pequeñas. El rostro amordazado en negro logra dejar libres los ojos y algunos cabellos que guardan la nuca. En la mirada el brillo de quien busca. Una escopeta recortada calibre 12 terciada a la espalda. Con el traje único de las sandreseras, Ramona baja de las montañas, junto a cientos de mujeres, rumbo a la ciudad de San Cristóbal la noche última del año de 1993. junto con Susana y otros varones indígenas forma parte de la jefatura india de la guerra que amanece 1994, el Comité Clandestino Revolucionario Indígena Comandancia General del EZLN. La comandante Ramona asombrará con su estatura y su brillo a los medios internacionales de comunicación cuando aparecerá en los Diálogos de Catedral llevando en su morral la bandera nacional que la Mayor recuperó el primero de enero. Ramona no lo sabe en esa época, y nosotros tampoco, pero lleva ya en el cuerpo una enfermedad que le come la vida a mordiscos y le apaga la voz y la mirada. Ramona y la Mayor, únicas mujeres en la delegación zapatista que se muestra por primera vez al mundo en los Diálogos de Catedral, declaran: “Nosotras ya estábamos muertas, no contábamos para nada”, y lo dicen como sacando cuentas de humillaciones y olvidos. La Mayor le traduce a Ramona las preguntas de los periodistas. Ramona asiente y entiende, como si las respuestas que le piden hubieran estado siempre ahí, en esa figura pequeña que se ríe del español y del modo de ser de las ciudadinas. Ramona ríe cuando no sabe que se está muriendo. Cuando lo sabe, sigue riendo. Antes no existía para nadie, ahora existe, es mujer, es indígena y es rebelde. Ahora vive Ramona, una mujer de esa raza que tiene que morir para vivir...” (SCI Marcos, 11/03, Mexico. 1996)

Os zapatistas falam com o Congresso Nacional para o qual é enviada a Comandanta Ramona e no dia 12 de outubro “Día de la Raza” ela se imortaliza, na *Plaza del Zócalo* da Cidade do México, discursando em nome de todos e todas zapatistas para que os mexicanos e mexicanas juntos gritem “*!Nunca más un México sin nosotros!*”

*“Hermanos y hermanas mexicanos:
Yo soy la comandante Ramona del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. Soy el primero de muchos pasos de los zapatistas al Distrito Federal y a todos los lugares de México.
Esperamos que todos ustedes caminen junto a nosotros.
Esta es nuestra palabra, hermanos y hermanas mexicanos.” (Comandanta Ramona, 12/10, Mexico.1996)*

A frase imortalizada pela comandante Ramona “*nunca más un México sin nosotros*”, reforça a afirmação de Melucci (1999) de que os atores dos movimentos sociais acreditam que podem mudar o cotidiano lutando por mudanças mais gerais da sociedade.

2.2. Bases de apoio, promotoras e milicianas: participação política

Começa o período de marchas, em 1997, com a primeira marcha dos 1.111 zapatistas. Depois, em 1999, a saída de 5000 delegados para consultar a opinião da sociedade civil sobre os direitos dos povos indígenas. Deste ano até 2001 não houve aparição ou falas de mulheres sobre mulheres, exceto, pelo discurso do SCI Marcos publicado no dia 8 de março de 2000, em que o comandante fala da insurgente La Mar

Não se sabe se a personagem “La mar” é literária ou real, ainda que ele próprio defenda sua existência. Em seu discurso, SCI Marcos exalta a dupla luta da mulher dizendo “*No porque nosotros las imponamos de esa forma, sino por cosas que vienen de otras partes y otros tempos*”. E discorre sobre as dificuldades que as mulheres zapatistas enfrentam quando chegam à comandantas, sobretudo pelo fato de os homens não respeitá-las, além das dificuldades que todas enfrentam tais como: a vida na selva, não estarem próximas de suas famílias e se tiverem filhos terem de voltar para suas comunidades. Ele fala também do lugar das tropas que vão saindo dos holofotes para dar lugar aos aspectos políticos do movimento, primeiro da negociação com o governo e dos discursos em vários Estados e organizações durante as marchas e depois para a participação nos cargos como promotoras de saúde, educação e comunicação, comissárias, juntas de bom governo e conselheiras;

SCI Marcos enfatiza a atitude das mulheres insurgentes, “*(...) las insurgentes suman una sombra más a la del pasamontañas que portan: son mujeres*”. “*Y, me toca decirlo, suman también un rango superior de heroísmo*” e depois afirma que várias mulheres insurgentes e seus heroísmos individuais vão marcando o movimento seja no comando, na composição do hino zapatista e mesmo em tendo ensinado o SCI Marcos a atirar.

Após quatro anos do comunicado da Comandancia General de 8 de março de 1996, que é destacado neste tópico, o SCI Marcos, retoma o fato de ainda dentro do movimento as mulheres terem que manter sua posição de resistência em relação a seus companheiros de luta.

Em 2001 os zapatistas organizam “*La Marcha del Color de la Tierra*” para que seja assinada a lei da COCOPA (*Comisión para la Concórdia y Pacificación*) acordada durante os Acordos de San Andrés entre o governo e os movimentos, embora nunca executada. Nesta marcha uma comissão zapatista deu sua palavra em cada um dos estados no caminho ao Distrito Federal.

No caminho, as mulheres participaram do Congresso Indígena questionando sobre a falta de uma mesa que aborde a questão da mulher. Guiomar Rovira, autora do livro *Mujeres de Maíz* com vários depoimentos de mulheres zapatistas nos primeiros anos do levantamento entrevistou as delegadas Susana e Yolanda novamente em 2001 antes de saírem para a marcha:

“Son dos mujeres tzotziles que visten sus ropas tradicionales, Yolanda, que debe de ser de Chamula, y Susana, con huipil de grecas rojas y rosadas, de algún lugar cercano a San Andrés.”

Hablando de los acuerdos de San Andrés sobre derechos y cultura indígena, ustedes van a ir al Congreso de la Unión a defender la propuesta de ley de la Comisión de Concordia y Pacificación (Cocopa). ¿Cómo mujeres creen que esa ley las tome en cuenta?

Y. Sí, porque así lo dice la ley (lee de su cuaderno caligrafiado) “los pueblos indígenas podrán elegir a sus autoridades y ejercer sus formas de gobierno interno con autonomía, o sea de acuerdo a sus costumbres y cultura, pero siempre cuidando la participación de las mujeres en términos de igualdad con el hombre

¿Por qué la delegación sólo cuenta con 4 mujeres de 24 comandantes? Ese es el avance que tenemos. Claro que somos mayoría de mujeres en los pueblos, nosotras vamos en nombre de todas. En verdad, ese es el avance que tenemos como mujeres zapatistas, todavía nos falta...”

¿Qué tan difícil ha sido para ustedes como comandantas, es decir, como mujeres que trabajan con las bases, con las comunidades, y cuya labor principal es organizar a otras mujeres?

Y. Sí fue muy difícil, sobre todo al principio, porque en los pueblos hay muchas mujeres que no llegan a entender y están conformes, y también hemos topado con el dominio de sus esposos que no las dejan que participen. Ahorita ya está habiendo cambios, pero antes sí se nos hizo muy difícil que las mujeres entiendan, que tenga ese valor de hablar, participar, conocer de la situación en que vive.

S. ...Todavía falta mucho trabajo, yo no puedo decir que ya está y todo bien, falta que más compañeras participen.” (Susana e Yolanda, Entrevista com Guiomar Rovira, 19/02, Mexico. 2001)

Assim como expressaram na entrevista, Susana e Yolanda discursaram, apresentando esses temas que se repetiam em sua essência em todas as cidades sendo seus pontos principais: sua tripla exploração por serem mulheres, indígenas e pobres; a necessidade de sua luta com os homens ou com o argumento de que as mulheres são mais exploradas; retomavam os 500 anos de esquecimento em que trabalhavam em fazendas como escravas e depois, o esquecimento do governo a um estado no qual nunca chegou educação ou saúde que resultavam na morte de crianças por doenças e de mulheres no parto. A palavra esperança sempre se repete, a esperança em seu próprio trabalho, de que devem persistir organizando-se e lutando, uma esperança em uma mudança que não verão mas deixarão para as próximas gerações.

Suas falas funcionam como um chamamento de outras mulheres indígenas e não indígenas, para que se organizarem e lutarem juntas. Como prova de seu êxito na luta falam dos cargos que podem alcançar na organização, dos trabalhos coletivos e os comércios que montam nas comunidades, também para que se reafirmem como capazes de qualquer

trabalho. As zapatistas que mais se destacaram neste período foram: Susana, Yolanda e a Comandanta Esther.

Os comunicados descrevem a marcha que se dirigiu ao Congresso da União na qual a delegação zapatista elege como portadora da palavra principal dos zapatistas a Comandanta Esther, que faz o seguinte pronunciamento:

...ahora es nuestra hora. El respeto que ofrecemos al congreso de la unión es de fondo pero también de forma. No está en esta tribuna el jefe militar de un ejército rebelde. está quien representa a la parte civil del ezln,...nadie.así que aquí estoy yo, una mujer indígena. Nadie tendrá por qué sentirse agredido, humillado o rebajado porque yo ocupe hoy esta tribuna y hable. Quienes no están ahora ya saben que se negaron a escuchar lo que una mujer indígena venía a decirles y se negaron a hablar para que yo los escuchara.mi nombre es esther, pero eso no importa ahora soy zapatista, pero eso tampoco importa en este momento. Soy indígena y soy mujer, y eso es lo único que importa ahora. Esta tribuna es un símbolo por eso convocó tanta polémica por eso queríamos hablar en ella y por eso algunos no querían que aquí estuviéramos. Y es un símbolo también que sea yo, una mujer pobre, indígena y zapatista, quien tome primero la palabra y sea el mío el mensaje central de nuestra palabra como zapatistas. (Comandanta Esther, 28/03, México. 2001)

Percebemos que se diminui a ênfase nas insurgentes e a imagem militar do movimento dá lugar ao carácter autônomo e político que se intensifica muito mais com a criação dos caracóis e dos Municipios Autônomos. A voz das comandantas não se ouve mais nos comunicados, agora, as mulheres tem seu espaço nos eventos zapatistas, nos quais falam as mulheres bases de apoio.

Depois da grande mobilização de 2001, os dois anos seguintes marcaram o silenciar zapatista, e por baixo de diversos rumores, construía-se as bases para a autonomia que teria suas regras e procedimentos. A não aprovação da proposta de emenda constitucional feita pela *Comisión para la Concórdia y Pacificación* (COCOPA) foi considerada uma traição aos povos indígenas, e assim o movimento incitava a que cada comunidade se organizasse e criasse sua própria autonomia, realizando os Acordos de San Andrés por conta própria.

No ano de 2003 são inaugurados os *Caracoles* centro de cada *MAREZ* (*Municipio Rebelde Zapatista*) onde ficam as sedes das *Juntas de Buen Gobierno* que são o centro político e administrativo de cada região. Na inauguração dos Caracóis, pela voz da Comandanta Esther, os povos e as mulheres indígenas foram incentivados a exercer autonomamente o que se havia acordado em San Andrés.

De igual manera les hacemos una invitación a todas las mujeres indígenas mexicanas a que se organicen para que juntas trabajemos la autonomía y practicar nuestro derecho que merecemos como mujer. Ya no es tiempo de callar, ni humillar ante los hombres, ni pedirles favor a que nos respeten. Ya es hora de actuar de nosotras mismas y obligar a los hombres a que nos respeten nuestros derechos. Porque si no lo hacemos,

nadie lo hará por nosotras. Lo que nos queda ahora es actuar y practicar entre hombres y mujeres para construir y avanzar nuestra autonomía. (Comandanta Esther, 09/08, México. 2003)

Como defende Melucci (1999), a participação é um processo contínuo que vai se alterando, de acordo com os aprendizados do movimento. A participação não se expressa apenas nos atos contra as autoridades, mas nas mudanças que conquistam no cotidiano, ou seja, a conquista de um lugar de igualdade entre homens e mulheres, na autonomia que marca sua participação no dia-a-dia, como expressa a Comandanta Esther.

Em 2004 o Subcomandante Marcos comunica a primeira avaliação do andamento dos caracóis denunciando dois problemas: a presença militar e a falta de participação das mulheres em todos os níveis de governo e em todas as áreas.

La participación de las mujeres en las labores de dirección organizativa sigue siendo poca, y en los consejos autónomos y JBG es prácticamente inexistente. Aunque esto no es aporte del EZLN a las comunidades, es también nuestra responsabilidad.

Si en los Comités Clandestinos Revolucionarios Indígenas de zona el porcentaje de participación femenina está entre 33 por ciento y 40 por ciento, en los consejos autónomos y Juntas de Buen Gobierno anda en menos de uno por ciento en promedio. Las mujeres siguen sin ser tomadas en cuenta para los nombramientos de comisariados ejidales y agentes municipales. El trabajo de gobierno es aún prerrogativa de los varones. Y no es que estemos en favor del “empoderamiento” de las mujeres, tan de moda allá arriba, sino que no hay todavía espacios para que la participación femenina en la base social zapatista se vea reflejada en los cargos de gobierno.

Y no sólo. A pesar de que las mujeres zapatistas han tenido y tienen un papel fundamental en la resistencia, el respeto a sus derechos sigue siendo, en algunos de los casos, una mera declaración en papel. La violencia intrafamiliar ha disminuido, es cierto, pero más por las limitaciones del consumo de alcohol que por nueva cultura familiar y de género.

También a las mujeres se les sigue limitando su participación en actividades que impliquen salir del poblado

Aunque se ve que va para largo, esperamos algún día poder decir, con satisfacción, que hemos conseguido trastocar cuando menos este aspecto del mundo.

Sólo por eso valdría la pena todo. (SCI Marcos, 21/08, México. 2004)

Enquanto os comunicados das mulheres evidenciavam, em 1994, as conquistas que tiveram com a participação no movimento, como acesso à educação, saúde e a possibilidade de exercer cargos de promotoras de saúde e educação, além dos cargos políticos, também salientam dificuldades que ainda encontram dentro e fora do movimento, como as dificuldades de participação das mulheres que ainda não sabem ler ou não conseguem sair de suas comunidades.

O comunicado de Marcos. em 2004, denuncia a pouca participação das mulheres nos cargos das comunidades e nas Juntas de Buen Gobierno, enquanto, por outro lado, revela sua participação efetiva no Comité Clandestino Revolucionário Indígena – Comandancia General (CCRI - CG) que são os cargos mais altos na hierarquia dos territórios autônomos.

Durante os anos de 2006 e 2007 organizou-se a visita a “Otra Campaña”, primeiro apenas com o SCI Marcos que foi o delegado zero desta missão e posteriormente com uma delegação composta por três homens e três mulheres. No meio da segunda fase de visita morre a comandanta Ramona, imortalizando-se na historia zapatista por sua representação da luta e participação das mulheres. A comandanta passava de uma mulher indígena para um símbolo das lutas, o único nome feminino a ser mencionado nos gritos zapatistas: “Viva Comandanta Ramona!”

*Ahorita. Me acaban de avisar... fue por eso que interrumpimos esto, que la compañera Comandanta Ramona murió hoy en la mañana. Como todos saben, no andaba mal pero (inaudible)...
La Comandanta Ramona estuvo en la clausura de la Plenaria. Perdón, cuando empezó la Plenaria en La Garrucha. Estuvimos bromeando con ella. Todavía hace unos días la vieron los compañeros el primero de enero. Me mandó un saludo e hizo bromas (inaudible). Pero ahorita recuerdo que ese día de la Plenaria nos dio un bordado que había hecho ella cuando estaba pues convaleciente de la operación que le hicieron hace casi diez años. Me lo entregó y me dijo que esperaba que la Otra Campaña fuera como ese bordado. Eso es lo que tenemos que hacer. (SCI Marcos, 06/01, Mexico. 2006)*

Em 2007 se intensificam os encontros internacionais, ou “intergalácticos”, como os zapatistas os chamam. No que tange a participação das mulheres as falas se baseiam nos seguintes aspectos: a vida antes da chegada da organização; o desrespeito sofrido pelos homens, brancos, ricos, pobres, seus esposos, pais, etc.; suas dificuldades em participar, por não se acharem capazes, por não falar espanhol, por não ser alfabetizadas, ter muitos filhos; sua participação nos trabalhos coletivos, como promotoras de educação, saúde e muitas em radio-comunicação; sua participação em cargos políticos do governo autônomo de sua comunidade até a Junta de Bom Governo; e as ações de cada Junta para promover a participação das mulheres.

Com este evento o movimento reforça a identidade e os aspectos de mobilização da identidade coletiva como menciona Melucci (1999), vivendo as mudanças e fazendo de seu cotidiano a sua expressão principal de participação política, na construção de sua identidade como mulheres zapatistas.

3. Considerações Finais

Percebemos que, historicamente, a participação das mulheres zapatistas no movimento nos primeiros anos foi mais frequente em diversos cargos militares como comandantes e majores, mas também soldadas e responsáveis de saúde. Em 2003, são criadas as Juntas de Bom Governo que surgem em oposição ao “mal governo” e são formadas

por representantes eleitos por mulheres, homens e crianças de todas as comunidades zapatistas. Tais juntas têm por função estabelecer um processo de regionalização, com a finalidade de fortalecer a união e a coordenação entre as diferentes comunidades, municípios autônomos e regiões, tanto no nível da organização quanto no que se refere aos distintos projetos: as cooperativas de mulheres, projetos de educação saúde e saneamento básico. Após o estabelecimento dos municípios autônomos se identifica a continuidade da participação das mulheres nos altos cargos do Comitê Clandestino Revolucionário – Comandância Geral, porém, com uma ausência de representantes nas bases, ou seja, nos cargos nas comunidades.

Cabe ressaltar que houve um processo mais longo para que as mulheres fossem assumindo cargos desde as instâncias mais baixas do governo autônomo até os cargos de *conselheiras* municipais e autoridades locais em suas próprias comunidades que foi até meados de 2007.

Os comunicados deixam claro que a imagem das mulheres se modifica com o passar dos anos, haja vista que as mulheres da primeira fase - na qual se destacam as comandantas Ramona e Esther, têm um discurso politizado do seu cotidiano. Ao mesmo tempo, a preocupação delas é pela mobilização de mais mulheres dentro e fora das comunidades indígenas e o apelo para se organizarem, pois defendem que a própria luta é propulsora de mudanças no cotidiano. Fica evidente este potencial mobilizador como marca da sua participação, ou seja, a mulher não aparece somente para se pronunciar sobre sua situação, mas para mobilizar outras mulheres e no caso das comandantas para mobilizar toda a sociedade civil.

Os comunicados do SCI Marcos, neste período, romantizam a mulher insurgente, ela é a personagem idolatrada por ser a mais oprimida. As palavras proferidas nestes comunicados são de exaltação da coragem e de reconhecimento do que foi construído pelas mulheres dentro do movimento, que vai desde o Hino Zapatista até o aprendizado do uso de armas para se defender. Os comunicados de Marcos têm uma abordagem externa com o objetivo de atingir as redes de mobilização, mas não outros grupos indígenas e sim outras categorias e profissionais da sociedade civil mexicana e externa, criando um imaginário sobre aquelas mulheres.

De uma visão mais macro, a partir das estruturas, como sugere Tarrow (1997), as mudanças políticas geradas pela assinatura do Acordo de Livre Comercio da América do Norte (NAFTA) – assinado por Canadá, México e Estados Unidos, em 1992) – foram uma oportunidade política para a aparição pública zapatista que usou posteriormente sua articulação com a esquerda e outros grupos que auxiliaram na mobilização pela internet para que a sociedade civil se manifestasse pelo cessar fogo.

Na segunda fase, o movimento se abre para as marchas, as mulheres se pronunciam, ainda no movimento de mobilização, mas já compartilhando o que era possível no território zapatista, com relatos históricos da situação das comunidades indígenas, expressos como denuncia, o que acaba se mantendo na terceira fase. Neste momento a preocupação expressa pelo Subcomandante nos seus comunicados é tornar públicos os avanços do movimento ao assumir que não se avança sem a participação das mulheres. Em outras palavras, defendendo que se o movimento conseguir a participação das mulheres já terá cumprido sua finalidade, nas palavras dele “terá valido a pena”.

Essa fase trata de alimentar a rede de mobilização e fortalecer a mobilização interna das comunidades, quando permite que observadores se instalem por períodos. De acordo com a crítica que faz Gohn (2014) sobre a invisibilidade da mulher na maioria dos movimentos populares e étnicos, o movimento zapatista, tenta destacar essas mulheres também como um marco por serem as mais exploradas, insistindo em uma mudança de perspectiva do “mau-governo” que dá ênfase aos poderosos, para o “bom-governo” que prioriza os que são mais prejudicados, dentre estes a mulher-pobre-indígena.

A terceira fase, após 2006, é marcada pelo discurso das mulheres que passam a se pronunciar nos eventos, falando de suas experiências, mas de forma histórica, sobretudo, o que seu povo passou e passa. Fazem também o papel da prestação de contas, sobre os avanços na participação das mulheres, onde e quando acontece. Em 2007 realizam o Encontro das mulheres zapatistas com as mulheres do mundo, no qual só as mulheres falam e os homens zapatistas fazem outras tarefas e vetando a entrada de outros homens. É o primeiro e o último encontro exclusivo de mulheres que marca um ideal a ser alcançado e o fortalecimento com a rede de movimentos de mulheres.

A mulher zapatista, mostrada pelas comandantas, é uma mulher indígena de origem humilde, que viu no caminho militar uma alternativa de vida, a possibilidade de estudar, aprender a ler e escrever, a possibilidade de escolher com quem casar-se, poder mudar algo na vida de suas comunidades e concretizar a *Ley Revolucionaria de las mujeres*, essa mulher é prática, não heroica, não decide ser heroica, apenas segue um desejo de ter outra história, melhorar a própria vida ou a de sua comunidade.

Cabe agora saber como se deu a continuidade desta participação com uma nova identidade de mulheres que já nasceram e cresceram e território zapatista, se de fato foi alcançada a participação igualitária das mulheres ou que mecanismos estas e o movimento tem encontrado para realizar esta participação interna em coerência com as atuais propostas de lançar uma mulher representante de um Conselho Indígena de Governo à disputa da presidência do México, questão ainda em andamento no movimento zapatista.

4. Referências Bibliográficas

ARAUJO, N.V. e LIMA, J. L. **Melucci e Tarrow: revisão teórica sobre movimentos sociais.** in: Revista em Pauta, vol. 7 n. 25- jul. 2010. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2887> Acesso em 09 dez. 2016.

BORBA, Julian. **Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação** in: Revista Sociedade e Estado. vol. 27 n. 2 - Mai/Ago 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v27n2/a04v27n2.pdf> Acesso em 09 dez. 2016.

EZLN. **Ley Revolucionária de Las mujeres** in: El Despertador Mexicano, Órgano Informativo del EZLN, México, No.1, diciembre 1993. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1993/12/31/ley-revolucionaria-de-mujeres/>. Acesso em 05 set. 2016.

EZLN. **Capitana Irma: Las mujeres somos las más explotadas.** 08 mar.1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/03/08/capitana-irma-las-mujeres-somos-las-mas-explotadas/> Acesso em 14 out.2016

EZLN. **Compañera Hortensia: Nosotras, como mujeres, podemos hacer trabajo igual que los hombres. Podemos empuñar las armas.** 08 mar. 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/03/08/companera-hortensia-nosotras-como-mujeres-podemos-hacer-trabajo-igual-que-los-hombres-podemos-empunar-las-armas/> Acesso em 14 out.2016

EZLN. **Subcomandante Marcos, entrevista con Elena Poniatowska: Las decisiones grandes, las estratégicas, las más definitivas, vienen de abajo.** 24 jul. 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/07/24/subcomandante-marcos-entrevista-con-elena-poniatowska-las-decisiones-grandes-las-estrategicas-las-mas-definitivas-vienen-de-abajo/> Acesso em 05 set. 2016

EZLN. **Comandanta Ramona: Otra vez le pedimos al pueblo de México que no nos olvide.** 25 fev. 1995. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/02/25/comandanta-ramona-otra-vez-le-pedimos-al-pueblo-de-mexico-que-no-nos-olvide/> Acesso em 16 out. 2016

EZLN. **Comandanta Trinidad: Queremos la paz digna y justa.** 13 mai. 1995. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/05/13/comandanta-trinidad-queremos-la-paz-digna-y-justa/> Acesso em 16 out. 2016

EZLN. **Celebración del día de la mujer que lucha, de la mujer digna.** 08 mar. 1996. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/03/08/celebracion-del-dia-de-la-mujer-que-lucha-de-la-mujer-digna/> Acesso em 17 dez. 2016

EZLN. **12 mujeres en el Año 12 (segundo de la guerra).** 11 mar. 1996. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/03/11/12-mujeres-en-el-ano-12-segundo-de-la-guerra/> Acesso em 17 out. 2016

EZLN. **Comandanta Ramona: Soy el primero de muchos pasos de los zapatistas al Distrito Federal y a todos los lugares de México.** 12 out. 1996. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/10/12/comandanta-ramona-soy-el-primero-de-muchos-pasos-de-los-zapatistas-al-distrito-federal-y-a-todos-los-lugares-de-mexico/> Acesso em 22 out. 2016

EZLN. **Discurso de la Comandanta Esther en la tribuna del Congreso de la Unión.** 28 mar. 2001. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/03/28/discurso-de-la-comandanta-esther-en-la-tribuna-del-congreso-de-la-union/> Acesso em 23 out. 2016

EZLN. **Comandanta Esther: palabras al señor Vicente Fox y el señor Luis H. Alvarez.** 01 jan. 2003. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/01/01/comandanta-esther-palabras-al-senor-vicente-fox-y-el-senor-luis-h-alvarez/> Acesso em 23 out. 2016

EZLN. **Leer un video Segunda parte: Dos fallas.** 21 ago. 2004. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2004/08/21/leer-un-video-segunda-parte-dos-fallas/> Acesso em 13 nov. 2016

EZLN. **Palabras del Subcomandante Insurgente Marcos al anunciar el fallecimiento de la Comandanta Ramona (06/ene/06).** Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2006/01/08/palabras-del-subcomandante-insurgente-marcos-al-anunciar-el-fallecimiento-de-la-comandanta-ramona-06ene06/> Acesso em 13 nov. 2016

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais.** 5ª edição. Ed. Loyola. São Paulo, Brasil, 2014.

MARCOS, Silvia. **Participación en Coloquio Aubry** (13 a 19 de dec. 2007). Parte II. Escuchar el Amarillo. In: Archivo Histórico. Enlace Zapatista disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2007/12/14/conferencia-del-dia-13-de-diciembre-a-las-700-pm/> Acesso em 13 nov.2016.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Italia, 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200004

MELUCCI, Alberto. **Teoría de la Acción Colectiva** in: Acción colectiva, vida cotidiana y democracia. El Colegio de México, 1999 disponível em: http://www.ses.unam.mx/docencia/2014II/Melucci1999_AccionColectivaVidaCotidianaYDemocracia.pdf Acesso em 10dez. 2016.

UNAM, Radio. **La situación de las mujeres..** 08 mar. 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/03/08/la-situacion-de-las-mujeres/> Acesso em 14 out. 2016

ROVIRA, Guiomar. **Comandantas Susana y Yolanda, entrevista.** 19 fev. 2001. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/02/19/comandantas-susana-y-yolanda-entrevista/> Acesso em 22 out. 2016

TARROW, Sidney. **El poder en movimiento. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política.** Alianza Editorial S.A. Madrid, 1997

VERBA, S., SCHLOZMAN, K.L.; BRADY, H.E. **Voice and equality. Civic voluntarism in American politics.** Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.

III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas
30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES)

ST 11 - Anticapitalismo, Democracia Radical e Sociabilidades Emergentes:
abordagens Teóricas e Empíricas Sobre o Ativismo Social Contemporâneo

**A influência do anarquismo nos protestos atuais: as jornadas de junho de
2013**

Autor: Isaías Albertin de Moraes

Professor Substituto do Departamento de Educação, Ciências Sociais e
Políticas Públicas - FCHS/Unesp - Campus Franca .Doutorando em Ciências Sociais
pela Unesp/Araraquara.

O presente trabalho buscou analisar o refortalecimento do movimento anarquista, em suas diversas vertentes, no Brasil contemporâneo. A pesquisa elencou, como unidade de análise, as cidades de São Paulo e de Rio de Janeiro. O recorte historiográfico se deu nas manifestações de junho de 2013. O método escolhido para a pesquisa foi o desenvolvido pela Teoria do Confronto Político – TCP, mormente os estudos relacionados a ideologia em fenômenos sociais mais amplos. O objetivo da metodologia o exploratório, ou seja, a pesquisa visa proporcionar maior familiaridade com o problema e explicitá-lo. Os procedimentos técnicos priorizados, portanto, foram: bibliográficos, documentais e pesquisa de campo. Na primeira parte do texto, apresentou-se uma breve historiografia do movimento anarquista no Brasil. Na segunda parte, focou-se no seu engrandecimento como uma das principais ideologias presentes nos movimentos antiestamento e anticapitalismo na contemporaneidade brasileira. Nessa fase, buscou analisar a preponderante atuação dos anarquistas, organizados ou não, em São Paulo e Rio de Janeiro, nas Jornadas de junho de 2013 e seus avanços como fenômeno social desde então.

Palavras-chaves: Anarquismo; Movimentos Sociais; Jornadas de junho de 2013 no Brasil.

Introdução

Em junho de 2013, marchas populares tomaram as ruas de diversas capitais brasileiras. Entre os manifestantes muitos se vestiam de preto, carregavam bandeiras e símbolos além de entoarem gritos de ordens anarquistas. A presença anarquista, nas principais e maiores manifestações de massa, desde a campanha de Diretas Já na década de 1980 e dos Caras Pintadas em 1992, no Brasil, foi tão notória que, a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro chegou a citar, como suspeito, Bakunin em seu inquérito de investigação sobre os atos.¹

O presente artigo buscou refletir sobre a participação dos anarquistas nas Jornadas de junho de 2013 e como eles vêm se organizando, o que pregam e suas ações. Para tanto, os procedimentos técnicos priorizados foram: bibliográficos, documentais e pesquisa de campo. O objetivo da metodologia o exploratório, pois a ascensão dos movimentos anarquistas recentemente no Brasil, ainda é algo pouco conhecido, pouco explorado. O estudo, portanto, almejou muito mais aprimorar ideias, descobrir intuições e construir hipóteses do que responder perguntas.

Para explanar sobre a temática proposta, a pesquisa, em um primeiro momento, usou dados de trabalho de campo colhidos, em junho de 2013, nas principais manifestações de São Paulo e de Rio de Janeiro, as duas maiores cidades do Brasil. Nessa ocasião, procurou-se realizar observação direta das atividades do

¹ A mídia brasileira divulgou amplamente inquérito elaborado, no ano de 2013, pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, de mais de 2 mil páginas, que responsabilizava 23 pessoas pela organização de ações violentas em manifestações de rua na cidade e apontava o filósofo russo Mikhail Bakunin como um dos suspeitos. Ver: BEIRÃO, Nirlando. Procura-se Bakunin. São Paulo: Revista Carta Capital. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/812/procura-se-bakunin-9772.html>>. Acesso em 10 de mai. 2016.

grupo estudado e de entrevistas não estruturada e focalizadas com informantes para captar as explicações e as interpretações do que ocorre naquela realidade. Além disso, foram criadas redes de contatos para coleta de novas informações, buscando o aprofundamento e a exploração, por meio de entrevistas periódicas, informal conversacional, objetivando, assim, compreender melhor os militantes anarquistas e como eles se organizam, seus valores e seu modo operante.

Os resultados obtidos com a pesquisa empírica e as entrevistas foram confrontados com a produção bibliográfica existente sobre o tema, com a pesquisa documental e com as contribuições teóricas dos referenciais selecionados, criando a possibilidade de um diálogo entre as diversas fontes levantadas. Adotou-se uma abordagem sistemática por meio da avaliação crítica dos dados bibliográficos e históricos, de fontes primárias e secundárias, tais como: livros, revistas, jornais, vídeos, discursos, fotografias, anúncios, entre outros. O estudo tentou, nesta fase, realizar a triangulação de dados.

Como referencial teórico para contribuir na análise desse novíssimo movimento social-espontaneísta contemporâneo, o artigo elencou a Teoria do Confronto Político, mormente os estudos relacionados a ideologia em fenômenos sociais mais amplos. Como operacionalização conceitual de Movimentos Sociais, o estudo optou por apresentar a estudiosa brasileira Maria da Glória Gohn. Segundo a autora:

Para nós, desde logo é preciso demarcamos nosso entendimento sobre o que são movimentos sociais: nós os vemos como ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc), até as pressões indiretas. (GOHN, 2003, p.13).

Para compreender a construção teórica-lógica-argumentativa do artigo se faz necessário definir, mesmo que seja sucintamente, pois não é o escopo da pesquisa, as principais características da *contentious politics* – em português Teoria do Confronto Político. Em 1996, Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly publicaram o artigo *To Map Contentious Politics* em que procuraram apresentar um quadro teórico único para as pesquisas relativas a processos sociais, tais como: os conflitos étnicos, religiosos, industriais, revoluções, ações coletivas e movimentos sociais. Segundo os autores:

O confronto político tem início quando, de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas. As reivindicações vão desde súplicas humildes até ataques brutais, passando por petições, reivindicações através de palavras de ordem e manifestos revolucionários. O confronto, portanto, depende da mobilização, da criação de meios e de capacidades para a interação coletiva. (MCADAM, TARROW, TILLY, 2009, p.11).

Para os teóricos dessa corrente, a interação coletiva envolve dois pontos. 1. Há sempre confronto, pois faz reivindicações vinculadas a outros interesses. 2. Um dos grupos envolvidos nessa interação conflitiva é o governo, estabelecido em um território definido e controlando os meios de coerção. (MCADAM, TARROW, TILLY, 2009). Os autores vão falar de uma interdependência e continuidade entre a presença do Estado e a atuação dos movimentos sociais.

Segundo MacAdam, Tarrow e Tilly (2009), à medida que o Estado vai ganhando força e se aprofundando na sociedade vão surgindo confrontos. Esses que antes estavam concentrados nas relações sociais e locais, deslocaram-se para centros nacionais de tomadas de decisão. A luta pelo controle do poder estatal fez com que os cidadãos, agora estabelecidos em papéis e identidades padronizados pelo Estado, organizassem em redes, surgindo os movimentos sociais. (DRAGO, 2011).

Outra questão apresentada pelos autores é a relação das revoluções com os movimentos sociais. Para os formuladores da Teoria do Confronto Político, a sociedade possui ciclo de confrontos. Esses se caracterizam pelo conflito acentuado que atravessa um sistema social e envolve variados tipos de ação coletiva. Segundo Tarrow (2009), conforme os ciclos de confrontos vão se expandindo, eles vão englobando mais movimentos e gerando oportunidades de ação coletiva tanto para setores reacionários quanto setores progressistas. Os ciclos, caso os grupos persistem no confronto, poderiam levar a uma revolução, agora, caso cedessem ao governo e comesse a cooperar, o ciclo tenderia a entrar em queda e a se institucionalizar, podendo se transformar em grupos de interesses. (DRAGO, 2011).

Verifica-se que a Teoria do Confronto Político pode ser utilizada como marco teórico, sobretudo quando o confronto é entre a relação sociedade x Estado. Ela é capaz de fornecer alicerce compreensivo para revoluções, para conflitos étnicos, religiosos, gênero, familiar e, no caso da pesquisa aqui proposta, para manifestações com pauta por melhores condições sociais, anticapitalista e anti-estamental, como as presenciadas nas grandes cidades brasileiras em junho de 2013. Os conceitos da Teoria do Confronto Político apresentados serão retomados no decorrer do artigo.

Na primeira parte do estudo, o texto procurou fazer uma breve introdução da ideologia anarquista e um conciso resgate histórico das atuações dos anarquistas nos movimentos sociais brasileiro. Em um segundo momento, o artigo descreve cronologicamente as Jornadas de junho de 2013, procurando dar maior ênfase na análise dos anarquistas, porém contextualizando e avaliando criticamente o cenário multifacetado e complexo em que eles estavam inseridos.

Teoria Anarquista e sua História no Brasil

A palavra anarquia (em grego ἀναρχία/anarkhia) significa literalmente “sem governo”, ou seja, é um modo de auto-organização que dispensa um poder central coercitivo e hierarquizado. Isso, no entanto, não quer dizer que não haja poder ou ordem, ele ainda existe na sociedade anárquica, a diferença que ele está difuso na própria sociedade que se autogere e não está concentrado em aparatos estatais.

Alguns autores, que se dedicam à temática, por exemplo, Kropotkin (2009), afirmam que o anarquismo é uma manifestação dos desejos naturais do ser humano de ser livre e de cooperarem; e que historicamente sempre estiveram presentes em costumes tribais, pelas comunidades aldeãs, pelas guildas medievais e em diversas comunidades. O processo de criação de instituições autoritárias e opressoras é que foi, na verdade, uma aberração que se vem perpetuando, mas que deve ser superada. Outros pensadores anarquistas reconhecem que Lao-Tsé, Zenão de Eleia e Jesus de Nazaré foram percussores dos ideários anarquistas como: ajuda-mútua, fraternidade, solidariedade, rejeição a tirania e defesa do comunitarismo. (ROCKER, 2005; WOODCOCK, 2002). Entretanto, como ideologia científica, estética, ética e tática; que motivou a estruturação de movimentos sociais com diretrizes econômicas, políticas e coletivas próprias, o anarquismo se desenvolveu entre o século XVIII e XIX. (WALTER, 2009).

Durante os processos revolucionários da Europa, autores, como o inglês William Gowin, o alemão Max Stirner e o francês Pierre-Joseph Proudhon, começaram a publicar textos questionando o papel do Estado, da propriedade privada e em defesa de maior liberdade. Proudhon, em sua obra *O que é propriedade?* de 1840, vai ser o primeiro a cunhar o termo anarquia. Segundo Proudhon:

Anarquia, ausência de mestre, de soberano, tal é a forma de governo de que todos os dias nos aproximamos e que o hábito inveterado de tomar o homem por regra e a sua vontade por lei nos faz olhar como o cúmulo da desordem e a expressão do caos. Conta-se que tendo um burguês de Paris do século XVII ouvido dizer que em Veneza não havia rei, esse bom homem não podia crer e julgou morrer a rir com a primeira notícia de uma coisa tão ridícula. Tal é o nosso preconceito [...]. Ninguém é rei; somos associados, quer queiramos quer não. (PROUDHON, 1975, p.239).

As correntes anarquistas podem ser divididas, segundo Guérin (1968), em duas: anarquismo individualista e anarquismo social. Os primeiros, alicerçado nas obras de Stirner, Proudhon e de Godwin, dão maior ênfase no indivíduo e no seu livre-arbítrio, porém interagindo com os demais por meio da associação voluntária e temendo a tirania do grupo. Como estratégia para transformar a sociedade está prioritariamente a educação e a propaganda. Os principais pensadores anarquistas individualistas são estadunidenses e escrevem suas obras, sobretudo, no século XIX, destacam: Henry David Thoreau, Josiah Warren, Lysander Spenner, Benjamin Tucker, Herbet Spencer.

Enquanto os anarquistas sociais pregam uma associação comunitária e produtiva com apoio mútuo e solidariedade, afirmando, inclusive, que o excesso de individualismo pode levar à competição e ao egoísmo. O anarquismo social vai enfatizar a necessidade da organização em movimentos sociais com ações diretas que almejam intervenções econômicas e políticas na busca por uma revolução social. Essa corrente, segundo Nettleau (2014) e Woodcock (2002), também sofreu influências de Proudhon e se dividem em: coletivistas, anarco-comunistas, anarco-sindicalistas e mutualistas. Os principais pensadores dessa corrente são: Mikhail Aleksandrovitch Bakunin, Piotr Alexeyevich Kropotkin, Errico Gaetano Maria Pasquale Malatesta, mais recentemente, Avram Noam Chomsky.

As raízes do anarquismo no Brasil estão diretamente relacionadas com a abolição da escravatura em 1888, a constituição da classe operária e a vinda de imigrantes europeus para substituição da mão-de-obra escrava. (VIANNA, 2006). Entre 1870 e a Grande Guerra Mundial (1914 – 1918), entraram, no país, imigrantes alemães, suíços, austríacos, poloneses, mas, sobretudo espanhóis, portugueses e italianos. Entre 1884 e 1903, o Brasil recebeu, segundo Dulles (1973), mais de um milhão de italianos. Em 1900, cerca de 90% da mão-de-obra empregada na recente e modesta indústria paulistana era composta por estrangeiros. Com esses imigrantes vieram ideias e livros anarquistas, mormente do anarco-sindicalismo e anarco-comunismo, que tiveram grande sucesso no sul da Europa. (DULLES, 1973).

Além disso, as famílias abastadas da elite brasileira enviavam seus filhos para estudarem na Europa, principalmente na França e em Portugal. Ao chegarem ao continente europeu, eles tinham contato com os ideários anarquistas e o traziam, posteriormente, para o Brasil. É nessa fase, que o médico baiano Fábio Lopes dos Santos Luz entraria em contato com as obras de Kropotkin, Elisée Reclus e Malatesta e se autodeclararia anarquista. Juntamente com o advogado e escritor sergipano Manuel Curvelo de Mendonça, eles são considerados os primeiros romancistas a usarem em suas obras a questão social. (RODRIGUES, 2010).

Um famoso jornalista anarquista italiano Oreste Ristori se estabeleceu em São Paulo em 1904 e fundou o semanário, em italiano, *La Battaglia*, com tiragem de 3.500 a 5.000 exemplares distribuídos na capital e no interior paulista e até mesmo no exterior. Da Espanha vieram Florentino de Carvalho e Everardo Dias. Enquanto o primeiro foi atuar como líder sindical em Santos, o segundo foi responsável pela publicação quinzenal do periódico *O Livre-Pensador* que exaltava e divulgava estudos científicos de Lamarck, Charles Darwin, Haeckel e Spencer, além de atacar o dogmatismo e poder da Igreja Católica e o entorpecimento social causado pelo fumo e álcool.² (DULLES, 1973). Além desses, havia, ainda, outros importantes periódicos e militantes com tendências anarquistas e socialistas, sobretudo nas cidades mais proletarizadas, ou seja, São Paulo e Rio de Janeiro. Destaque para: *O Protesto*, *O Libertário*, *O Socialista*, *Aurora*, *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre*, jornal *Avanti!* e *A Lanterna*. (RODRIGUES, 1997, 2010).

Enfatiza-se que as ideologias anarquistas que tiveram maior influência no Brasil foram a anarco-sindicalista e a anarco-comunista. A primeira prega a ação revolucionária via sindicatos, entre seus principais militantes foram: Neno Vasco, Giulio Sorelli, Edgard Leuronth e José Marques. A segunda defende a organização em redes horizontais de associações voluntárias (comunas) e em conselhos operários, pois segundo eles o sindicato poderia levar ao reformismo e a luta por questões intermediárias e não emancipatórias. Seus principais ativistas foram: Gigi Damiani, Oreste Ristori, Alessandro Cerchiai, Angelo Bandoni e Florentino de Carvalho. (LOPREATO, 1997).

Os anarquistas começaram a realizar mais frequentemente palestras em federações e centros de estudos. Em julho de 1917, com a Grande Guerra inflacionando os alimentos para o Brasil e a condição do trabalhador se tornando mais

² O combate a instituição religiosa e as drogas parecem algo autoritário e moralista, mas está embasado no seguinte pensamento de Bakunin: "Para escapar à sua miserável sorte, o povo têm três caminhos: dois imaginários e um real. Os dois primeiros são o bar e a igreja, o terceiro é a revolução social".

precária ainda, os sindicatos, as ligas, as federações, as uniões e as associações operárias se mobilizaram. Ao tentar dispersar uma manifestação na porta de uma fábrica no bairro do Brás em São Paulo, a cavalaria matou o jovem operário anarquista espanhol José Martinez. O funeral de Martinez atraiu uma multidão e se transformou em um ato político espontâneo.

A mobilização desencadeou, inicialmente, a greve em duas fábricas têxteis no bairro da Mooca em São Paulo e, rapidamente, se espalhou para outros setores da cidade. Três dias depois da morte de Martinez mais de 70 mil trabalhadores de São Paulo estavam em greve. O movimento se expandiu, posteriormente, para outros Estados. (KOVAL, 1982). Com certeza essa foi a maior mobilização operária e anarquista no Brasil até então. O movimento que tinha constantes debates internos sobre suas principais ideologias (anarco-sindicalistas X anarco-comunistas) e estratégias se uniram em prol de causas mais pragmáticas como: redução da jornada de trabalho, fim do trabalho infantil e livre associação para os trabalhadores. Além disso, conseguiram isolar os socialistas-cristão que se articulavam para um processo mais conciliatório.

Sublinha-se que, como apresentado pelos autores da Teoria do Confronto Político, a sociedade possui ciclo de confrontos e a grande Greve de 1917 pode ser considerado um momento intenso desse ciclo. No auge de expressividade do ciclo, os movimentos sociais, nesse caso de operários liderados por anarquistas, poderiam seguir dois caminhos: persistirem no confronto, podendo levar a uma revolução ou cederem ao governo e optarem na cooperação, levando o movimento a institucionalização. Não é uma questão puramente de escolha ideológica-política, mas uma questão de cálculo e estratégia de ação e leitura de cenário, pois às vezes é melhor recuar e se preparar melhor para um confronto futuro do que ser completamente exterminado ou fracassar.

Vários fatores levaram o movimento anarquista operário brasileiro a cada vez mais se institucionalizar e a se desfigurar após a Greve de 1917. Em outubro de 1917, ocorreu a Revolução Russa, que teve como principal força os bolcheviques, ex-integrantes do Partido Operário Social-Democrata Russo – POSDR, que adotaram a vertente do socialismo-marxista. O sucesso de tomada de poder pelos bolcheviques e a implantação de uma ditadura do proletariado repercutiram mundialmente, inclusive nos movimentos anarquistas brasileiros. Aliando a isso, e com fragmentação ideológica interna das ligas, dos sindicatos e das federações, alguns anarquistas vão começar a se converterem ao marxismo.

Além disso, como as organizações anarquistas eram consideradas as grandes responsáveis pelas grandes greves, elas ficaram sob o holofote do aparato repressor do Estado. Houve prisões e deportações de militantes, bem como jornais, escritórios e escolas infantis foram fechadas e até mesmo queimadas. Durante o governo de Artur da Silva Bernardes (1918 – 1922), a repressão se intensificou e muitos ativistas anarquistas foram enviados para campos de concentração e tortura como o de Clevelândia no Oiapoque. (DO CARMO, 1992; ROMANI, 2003).

No governo e a ditadura Vargas, os anarquistas não encontravam espaços para se organizarem que não fosse dentro dos próprios movimentos socialistas de orientação ideológica a ação prática marxista-leninista. O movimento que antes tinha centenas de milhares ficou restrito a algumas dezenas de pessoas. Por exemplo, no Décimo Encontro Anarquista de 1963, ou seja, em um período pós-ditadura Vargas e de efervescência sindicalista no Brasil, compareceram, segundo Rodrigues (2010), algo em torno de 100 militantes.

Após o Golpe Civil-Militar de 1964, a situação, que já era complicada, ficou ainda mais drástica com a perseguição ao PCB e sua ida para clandestinidade. O movimento anarquista ficou restrito a poucos membros em diversos grupos de esquerda de resistência a ditadura. Espaços como, Centro de Estudos Professor José Oiticica – CEPJO; Movimento Estudantil Libertário – MEL; Grupo de Teatro Social – Grutepa, o Movimento Pacifista Brasileiro; o Centro Internacional de Pesquisas sobre Anarquismo no Brasil – CIRA-Brasil, entre outros foram fortemente monitorados, militantes presos e torturados, e suas atuações restringidas ou encerradas pelos agentes da ditadura. (OLIVEIRA, 2014).

Em 1977, surge o jornal anarquista *O Inimigo do Rei* publicado pelos estudantes de filosofia da Universidade Federal da Bahia. O jornal, que teve como seus principais editores Ricardo Liper, Alex Ferraz e Tony Pacheco, levantava temas como: liberdade sexual, desobediência civil, pluralismo sindical, antimilitarismo e utilizava constantemente do humor e foi publicado até 1988. O sucesso de *O Inimigo do Rei* impulsionou outras revistas a publicarem como: *Barbárie* (1979), na Bahia e *Autogestão* (1979), em São Paulo. (OLIVEIRA, 2014).

Após a Lei da Anistia em 1979, e com a redemocratização no Brasil em andamento, os movimentos anarquistas, assim como toda a esquerda, começaram aos poucos se reestruturarem. Exemplos são: reabertura do Centro de Cultural Social em São Paulo – CCS/SP; fundação do Circulo de Estudos Libertários – CEL no Rio de Janeiro; criação do Centro de Documentação e Pesquisa Anarquista – CDPA em

Salvador; estabelecimento do Círculo Alfa de Estudos Históricos em São Paulo (grupo que pesquisadores responsável por preservar a memória do movimento anarquista no Brasil. (ALANIZ, 2009).

O anarco-sindicalismo teve sua tentativa de reorganização com a retomada da Confederação Operária Brasileira – COB e suas publicações como o jornal *A Voz do Trabalhador* em 1988. No entanto, com o centralismo, burocratização e partidarismo dominando as formações dos sindicatos no Brasil, a COB vai ser engolida pelo Partido dos Trabalhadores – PT e pela central sindical ligada historicamente a ele, a Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Na década de 1980 e 1990, a ideologia anarquista vai encontrar espaço somente entre os jovens que passarão a criar grupos de estudos, coletivos e a publicar revistas e panfletos libertários e contestadores. Além disso, começa a surgir bandas de estilo anarco-punk, destaque para Cólera, Inocentes e Garotos Podres todas da periferia de São Paulo. Serão essas ações desses jovens nas universidades, nos centros culturais e, mais recentemente, na internet e suas mídias sociais que estruturaram o alicerce para o renascimento da militância anarquista no Brasil durante os anos 2000 e que teve, até o momento, seu maior movimento espontâneo nas Jornadas de junho de 2013.

As jornadas de junho de 2013 e a presença dos anarquistas

As chamadas Jornadas de junho de 2013 teve como ponto inicial dia 06 de junho em São Paulo com a manifestação articulada pelo Movimento Passe Livre – MPL e por organizações estudantis contra o aumento das tarifas de ônibus, metrô e trens na cidade. Utilizando de redes sociais, tanto para convocar as pessoas quanto para informar, esses grupos conseguiram reunir em torno de 2.000 a 5.000 pessoas³ para lutarem a favor de um transporte coletivo inclusivo.

Já nesse primeiro ato, houve participação significativa de anarquistas, alguns portando a tradicional bandeira preta do movimento ou a bandeira preta e vermelha do Socialismo Libertário bakuniano, além de outras simbologias como bandanas, lenços, escudos improvisados com o desenho do A sobre o O (representando Anarquia é Ordem) entre outras, logo sua identificação como movimento era relativamente

³ Os números de participantes nas Jornadas de junho apresentados nas pesquisas foram obtidos por análise de diversas notícias vinculadas sobre a manifestação.

facilitada. Esses reivindicavam um transporte público popular de tarifa zero, pois, segundo eles, o transporte coletivo, da forma que se encontra, não contribui para acessibilidade da cidade e proporciona segregação. Os anarquistas, apesar de estarem marchando juntamente com o MPL⁴ e com membros da Associação Nacional dos Estudantes Livre – ANEL (aliás suas bandeiras também estavam presentes), adotavam, quando indagados, discursos críticos a aproximação desses grupos com partidos políticos, sobretudo aos que estão presentes ou aliados ao estamento-burocrático.⁵

Ressalta-se, antes de retomar a análise do ponto de vista cronológica das Jornadas de junho de 2013, que esse anti-centralismo partidário dos anarquistas presentes nessas manifestações é em virtude de adotarem a ação direta como forma de atuação. Segundo Sparrow:

A característica da ação direta é que ela busca chegar aos nossos objetivos por meio de nossas próprias atividades, ao invés de tentar isso por meio da ação de outros. A ação direta busca exercer o poder diretamente sobre os assuntos e as situações que nos dizem respeito. Dessa maneira, ela diz respeito à tomada do poder pelas próprias pessoas. Nisso, ela se diferencia da maior parte de outras formas de ação política como as votações, os lobbies, as tentativas de se exercer pressão política com ações industriais ou midiáticas. Todas essas atividades buscam outras pessoas para alcançar nossos objetivos. Tais formas de ação funcionam com base na aceitação tácita de nossa própria fraqueza. [...] A ação direta repudia a aceitação da ordem existente e sugere que temos tanto o direito, quanto o poder, de transformar o mundo. Isso é demonstrado quando a ação direta é realizada. Os exemplos de ação direta incluem bloqueios, piquetes, sabotagens, ocupações, colocações de barras de metal em árvores, greves parciais, reduções no ritmo de trabalho e a greve geral revolucionária. (SPARROW, 2009, p.11)

As táticas de ação direta vêm se modificando com o tempo, mais recentemente ganhou destaque duas específicas: desobediência civil e as performances dos *Black Blocs*. Desde as primeiras manifestações de junho de 2013, a tática *Black Blocs* esteve presente. Os *Black Blocs* não são um movimento ideológico, mas uma organização estratégica descentralizada e não hierárquica que alguns ativistas optam por adotar, especialmente os anarquistas. Essa tática, em suma, é criar uma linha de frente nos movimentos de massas com pessoas vestidas de forma padronizadas (sempre preto e com rosto coberto) responsáveis pela defesa

⁴ Em 2011, o MPL contou com o apoio de alguns vereadores do Partido dos Trabalhadores – PT e, em 2013, alguns de seus militantes ocuparam cargos relevantes no governo de Fernando Haddad.

⁵ O conceito de estamento-burocrático foi desenvolvido por Raimundo Faoro em sua interpretação social do Brasil. Ele, resumidamente, é o patrimonialismo e privilégios extra-econômicos que grupo da sociedade constrói em sua relação com o Estado, fazendo com que a estratificação social fique com camadas mais fechadas do que em um sociedade de classes sociais. (FAORO, 2000).

dos demais manifestantes contra a violência direta e coercitiva do Estado, representado pela polícia. Para tanto, estudam e elaboram guias de desobediência civil, táticas de formação, primeiros socorros, legislação e medidas de segurança. (DUPUIS-DÉRI, 2014; SALANO, MANSO & NOVAES, 2014). Além dessa função de resistência, os *Blacks Blocs* realizam ataques diretos contra símbolos do sistema capitalismo, particularmente propriedade privada representativa do sistema financeiro global. Os atos de ação direta com uso da violência direta é chamada por eles de performance. Segundo seus adeptos, essa é a forma que eles encontraram para serem ouvidos e denunciarem a violência do Estado.

Desse modo, desde o dia 06 de junho, houve algumas performances como: forçar fechamento de Shopping da região da Avenida Paulista – pichação de espaços, queima de lixeiras e provocação verbais a policias, entre outros. Os policiais, que também realizavam provocações, primeiramente, verbais, adotaram a brutalidade historicamente característica dos aparatos coercitivos do Estado brasileiro, particularmente da policia militar, para impor o domínio da situação. Resultado foi: diversos jovens feridos e 15 ativistas presos. (FREIXO, 2016).

Seguindo a lógica da Teoria do Confronto Político, renascia naquele momento um conflito acentuado que atravessa o sistema social brasileiro e envolve variados tipos de ação coletiva. O próximo momento desse ciclo ocorreria em 08 de junho de 2013 quando o MPL, a ANEL e outros coletivos e anarquistas vão novamente as ruas de São Paulo. Em torno de 5 mil pessoas se encontraram no Largo do Batata e subiram a Avenida Rebouças em direção à Avenida Paulista. No trajeto houve, novamente, fortes conflitos com a polícia. A pauta continuava a questão do passe livre, mas havia insatisfação generalizada com diversos serviços públicos (saúde, educação, transporte e segurança) e com os próprios partidos, isso era evidente nos dizerem dos anarquistas. Em conversas informais, pôde evidenciar que em sua maioria eram jovens universitários da classe média (alguns oriundos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo – USP e outros dos cursos de humanas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC-SP).

No dia 11 de junho de 2013, os mesmo grupos retornam as ruas de São Paulo, dessa vez, reunindo cerca 12 mil pessoas, majoritariamente jovens. Interessante enfatizar que se em um primeiro momento as manifestações continham uma grande maioria de estudantes de universidades públicas e tradicionais da classe média, nessa do dia 11 de junho, começou a surgir jovens oriundos das regiões periféricas. Em diálogos, constatou-se que muitos desses também eram estudantes e trabalhadores, porém de universidades particulares menos tradicionais e vários bolsistas do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES ou do Programa Universidade

para Todos – PROUNI. Segundo eles, em virtude da divulgação das manifestações anteriores em redes sociais – o número de grupos e páginas nas redes sociais se multiplicou – resolveram aderir às manifestações. Alguns, inclusive, estavam entre os adeptos as táticas *Black Blocs*, porém quando indagados se eram anarquistas negavam e não apresentavam o mesmo discurso ideológico presentes entre os entrevistados das primeiras manifestações. Que se notava era um descontentamento generalizado com a situação política, social e econômica do país.

Percebe-se que à medida que aumentou o número de pessoas – particularmente daqueles que são mais vitimizados diariamente pela violência direta, estrutural e cultural do Estado⁶, ou seja, os periféricos – as ações diretas e à adesão as táticas *Blacks Blocs* também aumentaram. Problema que muitos novos ativistas não a conheciam e não a realizaram conforme os anarquistas a reconhecem, danificando bens públicos, como: ônibus, estações de metrô, telefones, pontos de ônibus, entre outros. Aliás, esse processo era perceptível desde a primeira manifestação, enquanto alguns anarquistas tentavam organizar as ações diretas para bancos e outros símbolos capitalistas, algumas pessoas, por ter sido estruturalmente excluídos de educação política e por uma agressividade necessária a sobrevivência no sistema, faziam depredações desorganizadas.⁷ O conflito com a polícia resultou, segundo Gohn (2014), em 19 presos, entre esses havia: jornalista, professor, publicitário, metalúrgico e artista. Moradores de bairros como Alphaville, Poá e da região do ABCD.

No dia 13 de junho, apesar da pesada violência direta sofrida pelo aparato estatal e da intensa violência cultural praticamente pelos meios de comunicação que os acusavam de serem vândalos ou jovens mimados, mas vendo seu movimento crescer e ganhar novos adeptos, os manifestantes de São Paulo retornaram as ruas. Nessa mesma data, começou em outras cidades brasileiras manifestações similares. No Rio de Janeiro, cerca de 2.000 manifestantes marcharam pela Avenida Rio Branco em um protesto convocado pelo Fórum de Lutas Contra o Aumento das Passagens e articulando com ajuda das redes sociais. As diferentes tribos iam se misturando e, conseqüentemente, a pauta também se ampliava.

⁶ Para conhecer melhor o debate sobre violência e suas três formas na sociedade ver os diversos trabalhos de Johan Galtung. Uma introdução a sua vasta obra pode ser lido em: AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. Considerações sobre a violência pela ótica de Johan Galtung: alguns aspectos do terrorismo e o advento da intolerância. Araraquara: Revista Cadernos de Campo, n. 19, p.p 101-116. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7661>>.

⁷ Há um estudo que tenta explicar a razão das pessoas depredam bens públicos que elas necessitam. Elaborados por George Kelling e Catherine Coles, chama-se a Teoria da Janela Quebrada. Ver: (KELLING & COLES, 1996)

Enquanto que a manifestação do Rio de Janeiro foi relativamente tranquila. Em São Paulo, o cenário foi de barbárie do aparato estatal. Nesse dia, a polícia não economizou brutalidade nem balas de borrachas, bombas de efeito moral, gás de pimenta e gás lacrimogêneo. A intenção era que não houvesse manifestação e nem mesmo registros filmográficos das ações. A polícia atacava manifestante simplesmente pelo fato de estarem filmando. Desse modo, até mesmo jornalistas de diversos veículos oficiais da grande mídia foram feridos, e, segundo Gohn (2014), 192 pessoas foram presas.

Pode-se dizer que é nesse momento que o tratamento da mídia em relação as manifestações se modifica. A polícia, que antes já estava agindo de forma severa, ampliou ainda mais sua truculência. A televisão, os jornais e as revistas – impressos e digitais – as redes sociais e os blogs nacionais e internacionais repercutiram a ação policial. Esses mostravam jovens sendo massacrados pelo aparato coercitivo do Estado, muitos brancos universitários e de classe média. Isso chocou setores da opinião pública brasileira de onde esses jovens e seus colegas saíram. Esses acostumados, historicamente a verem somente jovens negros e periféricos vítimas da brutalidade, de repente resolveram denunciar esse abuso de poder (todo dia é 13 de junho em alguma periferia brasileira).

Nas conversas, em São Paulo e no Rio de Janeiro, conseguiu-se ver que alguns militantes anarquistas eram de grupos organizados como: Confederação do Anarquismo Organizado Socialmente, Juventude Anarquista, Organização Anarquista Socialismo Libertário, Utopia e Luta, Resistência Popular, Federação Anarquista do Rio de Janeiro, Coletivo Anarquista Luta de Classe, Coletivo Anarquista Bandeira Negra, além de pessoas que participavam de coletivos menores e grupos de estudos em universidades, ou acompanhavam grupos de estudos em redes sociais. Esses tinham um projeto anticapitalista, que defendia a autogestão, o cooperativismo, a associação dos trabalhadores de forma horizontalizada, o mutualismo econômico, a democracia direta, o fim da polícia. Além é claro de um antifascismo e antinacionalismo.

Em 17 de junho de 2013, a pesquisa de campo se realizou na cidade do Rio de Janeiro. Com concentração marcada na Candelária, mais de 100 mil ativistas percorreram a Avenida Rio Branco. Nessa ocasião já se notava uma diversidade maior de participantes, porém, ainda de jovens universitários de classe média. A influência da mídia na população com seu apoio e nova pauta para manifestações já se fazia sentir. Chuva de papel picado caia dos prédios, cartazes dos mais diversificados

apareciam entre os manifestantes, desde “não é apenas pelos 0.20”, “cadê Amarildo⁸” “estamos reformando o Brasil”, “saúde padrão Fifa”, até “+ amor por favor” (uma característica interessante de analisar, os movimentos de massas de junho de 2013, desde início, não utilizou de faixas pré-confeccionadas e nem carros de som).

Neste sentido, a proposição de novas pautas – majoritariamente críticas ao governo – às manifestações de 2013 ressaltam esse papel de grupos da mídia brasileiros como atores políticos relevantes no cenário nacional, através da sua capacidade de influenciar – e mesmo moldar – as percepções da sociedade sobre determinados eventos e processos através do *gatekeeper* e da *agenda-setting*. [...] nos parece inquestionável a importância da mídia convencional na mudança do caráter – e da narrativa – das manifestações de junho de 2013. (FREIXO, 2016, p. 18).

Alguns poucos anarquistas se organizaram em tática *Black Blocs* e foram para frente da manifestação, no entanto já era perceptível a presença, entre eles, de nacionalistas, portando, inclusive bandeira do Brasil. A diversificação de pauta não criava uma uniformidade entre os manifestantes, havia desde pessoas anti-PT, militaristas, passando por socialistas e anarquistas. Alguns militantes de bandeiras de movimentos sociais e de partidos estavam presentes com relativa tranquilidade, ouvindo somente algumas vaias. Os anarquistas, com certeza, eram a minoria nessa manifestação, a grande maioria era de uma população insatisfeita com os serviços públicos e com o estamento-burocrático como um todo.

A grande mídia é hostilizada e não consegue cobrir as manifestações no chão. Frases de ordem como: “a verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura” é ouvida já na concentração ou quando se via algum veículo da emissora carioca. Muitos também entoavam as frases: “sem violência, sem violência”. Em frente à Biblioteca Nacional um grupo de manifestantes distribuiu flores aos policiais. Enquanto um grupo de *Black Blocs*, com a clara presença e iniciativa de anarquistas, começou a atacar bancos, depredar vidraças de lojas e a jogar coquetéis molotov e rojões contra as forças policiais na frente da Assembleia Legislativa. Os policiais tiveram que refugiar dentro do prédio. Alguns outros manifestantes tentavam, em vão, pedir cautela, pois o inimigo é o patrão da polícia ou a instituição em si e não o próprio policial que não deixa de ser um proletariado.

Após esse dia, a grande mídia brasileira intensifica o apoio às manifestações, porém começa a federalizar as causas dos protestos com nítido objetivo de atingir a figura da presidenta Dilma Vana Rousseff. As grandes obras para Copa do Mundo e

⁸Amarildo Dias de Souza, ajudante de pedreiro e morador da favela da Rocinha, desapareceu no dia 14 de junho após ser abordado por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora – UPP.

para as Olimpíadas ganharam destaque, o tema de anticorrupção, reforma política e críticas diretas ao PT começam a aparecer cada vez mais. Os manifestantes foram categorizados pela imprensa entre pacíficos defensores da democracia X vândalos e propagadores do caos. Incontestável que setores da sociedade civil juntamente com apoio midiático que vinham tentando articular protestos contra os governos petistas desde o fracassado *Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros (Cansei)* 2007⁹, veem, nessas manifestações uma oportunidade (FREIXO, 2016).

Em 20 de junho de 2013, ocorreu a maior manifestação até então, mais de 300 mil pessoas participaram no Rio de Janeiro. A influência de grupos nacionalistas, anti-esquerda, anti-petista, anticorrupção, militaristas, grupos religiosos aumentaram na mesma proporção que avolumaram as pessoas portando bandeiras do Brasil e/ou vestindo camisetas da seleção brasileira de futebol. Os anarquistas eram um número insignificante e mais raro de se encontrar para realização da pesquisa. Os cartazes e as faixas se ampliam com frases como: “corruPTos”, “ou pare a roubalheira, ou paramos o Brasil”, “Brasil acima de tudo” e “saímos do Facebook”. Se nas manifestações de 17 de junho havia algumas vaias contra bandeiras de movimentos sociais e de partidos de esquerda, nessa os militantes da esquerda partidária foram agredidos e bandeiras foram rasgadas. As manifestações, que anteriormente eram multicoloridas se tornavam aos poucos verde-amarelas.

A partir desse dia, minha pesquisa se encerrou, pois se percebeu que os anarquistas estavam abandonando as manifestações de ruas como forma de se manifestar em virtude da violência cultural que a mídia, por meio de um discurso refalsado de imparcialidade e de apartidarismo, conseguiu impor a pauta dos movimentos de massas de rua no Brasil recente. À medida que as manifestações foram modificando os grandes meios de comunicação voltaram a conseguir cobri-los do chão e no meio da população e não mais de cima de prédios e de helicópteros, como era antes. Muitos anarquistas voltaram de onde saíram: as universidades, os grupos de estudos e os coletivos. Adotaram outras táticas de ação diretas, por exemplo, a ocupação.

Considerações Finais

O relato teórico-historiográfico da ideologia anarquista e sua presença no Brasil, nas Grandes Greves de 1917 e nas Jornadas de junho de 2013, como afirmado

⁹ O *Cansei* foi uma iniciativa de parte da elite brasileira opositora ao governo petista. Criado em 2007 e encabeçado pelo empresário João Dória Júnior, o executivo Paulo Zottolo e o advogado Luiz Flávio Borges D'Urso, não alcançou sucesso naquele momento.

no início do artigo, não teve a pretensão de exaurir a temática teórica do anarquismo e nem sua organização e atuação no Brasil, mas foi muito mais um alicerce para futuros trabalhos desse ciclo de confronto anti-estado e anticapitalista que se desperta na contemporaneidade.

As manifestações de junho de 2013, as maiores desde a redemocratização do país, tem um caráter de movimento de massa espontâneo. Ela foi a primeira, da história recente do Brasil, que não contou com a organização e atuação de partidos nem sociedade civil organizada e dividida entre direção e base. A esquerda – tradicionalmente organizada que sempre esteve presente nas ruas como: PT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, CUT, Partido Comunista do Brasil – PC do B, entre outros – tiveram em se contentarem, em um primeiro momento, com o papel de mero espectador. Apenas o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST teve maior protagonismo nas Jornadas de junho de 2013.

Os anarquistas pertencentes ou não de grupos organizados, eram minorias nas manifestações, contudo estavam, nos protestos aqui relatados, sempre na frente de ações diretas mais radicais. Eles defendem manifestações com mais autonomia (por isso parte da mídia vem os chamando de autônomos, porém nem todos autônomos são necessariamente anarquista), sem um sistema hierarquizado em líderes e base, mas em coletivos horizontalizados, críticos a forma tradicional de política organizada em partidos e sindicatos. É uma organização *bottom up*, e não mais *top down*, ou seja, de baixo pra cima e não de cima pra baixo.

Não se pode negar que, em conversas realizadas com alguns anarquistas durante as Jornadas de junho de 2013, bem como posteriormente, notou-se que eles sabem onde querem chegar, mas, muitos não sabem como. Indagados sobre a participação partidária, muitos são completamente contra e não tardam em usar a palavra “vendido” para designar companheiros que colaboram com partidos. Além disso, embora muitos conhecessem o anarco-sindicalismo – nem que fosse somente de nome, não conseguiam denominar profundamente autores ou estratégias dessa corrente, simplesmente defendiam o sindicalismo, a livre associação, o cooperativismo. Em conversas em um pequeno grupo o termo “peleguismo” apareceu mais de uma vez para atacar determinados sindicatos.

Verifica-se que houve pela mídia, cada vez mais colocada como sujeito político (ser de poder), o redirecionamento do ciclo de confronto que não levou a uma

revolução social, mas a ascensão de setores reacionários e a um golpe brando.¹⁰ Quando grupos como, Movimento Brasil Livre – MBL, Vem Pra Rua e Revoltados Online (que após o golpe brando vão se institucionalizar) tomam conta das ruas, os cartazes feitos a mão são substituídos por faixas customizadas e os carros de som retornam – com eles surgem os líderes que se dirigem e controlam de certo modo os manifestantes – a multidão deixa de ser multicolorida e passa a ser verde-amarela, as performances dos *Black Blocs* cedem lugares para atuações performáticas de homens fantasiados, bonecos, danças e brindes com taças de champanhe. Os militantes partidários são novamente aceitos, no entanto somente àqueles anti-PT e anti-esquerda. Várias frases de ordem presentes, nessa fase, são claramente fascistas e machistas.

Porém, é preciso ressaltar que a ampliação da pauta até chegar à questão de questionar as formas tradicionais da política representativa se deve, em significativa medida, as influências dos anarquistas no processo. Esses de forma ansiosa¹¹ forçaram a agenda com uso de ações diretas para provocar reformas estruturais em vez de focar em lutas pontuais. Isso em uma sociedade praticamente analfabeta política e com uma classe dominante golpista e antidemocrática oriunda de filhos ou de descendentes de senhores de escravos e não defensora da mobilidade social colaborou para que o medo do caos levasse a manipulação das massas, ao golpe brando e, conseqüentemente, ao despertar do autoritarismo fascista e ao retrocesso de direitos sociais.

Se o ciclo de confronto imposto pela mídia e por setores da sociedade civil organizada se encerrou com a institucionalização e a formação de grupos de interesses, o ciclo de confronto dos anarquistas, que se iniciou no Brasil nas Grandes Greves de 1917, e vinha permanecendo letárgico por um longo período, acordou nas Jornadas de junho de 2013. Conforme visto na Teoria do Confronto Político, um dos grupos envolvidos nessa interação de conflitiva é o governo, estabelecido em um território definido e controlando os meios de coerção, logo, como a ideologia

¹⁰ A pesquisa concorda com a avaliação feita por Noam Chomsky em 17 de maio de 2016. Em entrevista Chomsky afirma que o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff foi um golpe brando. No entanto, Chomsky não operacionaliza o conceito. Brevemente, o estudo ousa operacionalizar o conceito golpe-brando como um processo que utiliza da violência estrutural (no caso do brasileiro realizado pelo estamento-burocrático que utiliza e reestrutura as leis para seu benefício e contra seus opositores) aliado com a violência cultural (no caso brasileiro capitaneado pelos meios de comunicação). Ele é brando, pois a única violência que não ocorre é a direta. A entrevista do Chomsky pode ser vista aqui: *Foi um Golpe Brando que derrubou Dilma Rousseff* Noam Chomsky. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=LRZu6F1jfvw>>. Acesso em 01 de mai. 2017.

¹¹ Sobre ansiedade na pauta e mudanças estruturais, ver: *Slavoj Zizek - Não Aja, Pense!* Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2tsNQ4EO3Ec&t=205s>>. Acesso em 01 de mai. 2017.

anarquista prega o fim Estado-Nação o ciclo de confronto desse movimento social só acabará quando o Estado deixar de existir.

Infere-se que a escolha dessa temática procurou respeitar critérios metodológico-teóricos, buscando mecanismo de melhor compreender as transformações que estão correndo no ativismo social brasileiro da atualidade. Como dito na introdução, antes de ter o pretexto de buscar respostas, a pesquisa visou lançar luzes sobre um fenômeno social contemporâneo e que, ainda, carece de estudos mais aprofundados. Há um despertar de correntes anarquistas no Brasil e no mundo em virtude de uma insatisfação à ordem estabelecida, porém como superar esse sistema vigente sem levar ao caos ou a regimes mais autoritários? A história já mostrou que nem sempre boas intenções geram bons frutos e saber cadenciar os processos de mudanças é fundamental. O presente trabalho se encerra com essa indagação que procurará ser respondida em futuras pesquisas.

Referências

Vídeos

Foi um Golpe Brando que derrubou Dilma Rousseff Noam Chomsky. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=LRZu6F1jfw> >. Acesso em 01 de mai. 2017.

Slavoj Zizek - *Não Aja, Pense!* Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2tsNQ4EO3Ec&t=205s>>. Acesso em 01 de mai. 2017.

Bibliográficas

ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. *A sementeira de idéias: Edgar Rodrigues, uma vida dedicada à memória anarquista*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2009.

AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. Considerações sobre a violência pela ótica de Johan Galtung: alguns aspectos do terrorismo e o advento da intolerância. Araraquara: *Revista Cadernos de Campo*, n. 19, p.p 101-116. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7661> >.

BEIRÃO, Nirlando. Procura-se Bakunin. São Paulo: *Revista Carta Capital*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/812/procura-se-bakunin-9772.html>>. Acesso em 10 de mai. 2016.

DRAGO, Felipe. *Autogestão na produção habitacional: Programa crédito solidário entre a institucionalização e o confronto político*. 2011. 148 f. Dissertação

(Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/propur/teses_dissertacoes/Felipe_Drago.pdf>. Acesso em 15 de abril, 2017.

DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

DO CARMO, Paulo Sergio. *A ideologia do trabalho*. Rio de Janeiro: Moderna, 1992.

FAORO, Raimundo, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro, vol. I e II*. Ed. Globo, Publifolha, Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro, ed. 10, 2000.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Atualidade. In: GOHN, Maria da Glória. (Org.) *Movimentos Sociais no início do Século XXI. Antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUÉRIN, Daniel. *O Anarquismo. Da doutrina à ação*. Rio de Janeiro: Gerninal, 1968.

KELLING, George & COLES, Catherine. *Fixing Broken Windows: Restoring Order and Reducing Crime in Our Communities*. New York: Free Press, 1996.

KROPOTKIN, Piotr. *Ajuda Mútua: Um Fator de Evolução*. São Sebastião: Ed: A Senhora, 2009.

KOVAL, Boris. *História do Proletariado Brasileiro*. São Paulo: Alfa Omega, 1982.

LOPREATO, Christina S.R. *A semana trágica: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Museu da Imigração, 1997.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney & TILLY, Charles. To Map Contentious Politics. *Mobilization: An International Quarterly*. March, Vol. 1, No. 1, pp. 17-34., 1996. Disponível em: <<http://mobilizationjournal.org/doi/abs/10.17813/maiq.1.1.y3p544u2j1i536u9?code=hjdm-site>> Acesso em 10 de abril. 2017.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de abril. 2017.

NETTLAU, Max. *História da Anarquia: das origens ao anarco-comunismo*. São Paulo: Hedra, 2004.

OLIVEIRA, José Henrique de Castro. Vozes libertárias em tempos sombrios – Imprensa anarquista no período de ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).

Trabalho apresentado no 3º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia – Mídia e Memórias do Autoritarismo, realizado nos dias 14 e 15 de abril de 2014, na Escola de Comunicação da UFRJ. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sudeste/3o-encontro-2014/qt-7-2013-historia-da-midia-alternativa/vozes-libertarias-em-tempos-sombrios-2013-imprensa-anarquista-no-periodo-de-ditadura-civil-militar-no-brasil-1964-1985/at_download/file>. Acesso em 18 de abri. 2017.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *O que é propriedade?* Lisboa: Estampa, 1975.

ROCKER, Rudolf. *A ideologia do Anarquismo*. São Paulo: Faísca, 2005.

RODRIGUES, Edgar. *História do Movimento Anarquista no Brasil*. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2010.

RODRIGUES, Edgar. *Pequena história da imprensa social no Brasil*. Rio de Janeiro: Insular, 1997.

ROMANI, Carlo. *Clevelândia, Oiapoque - aqui começa o Brasil! trânsito e confinamentos na fronteira com Guiana Francesa (1900-1927)*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000294343>>. Acesso em 20 de abri. 2017.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

WALTER, Nicolas. *O que é anarquismo?* São Paulo: Faísca, 2009.

WOODCOCK, George. *História das Idéias e Movimentos Anarquistas*. Vol. 2. Porto Alegre: LP&M, 2002.

WOODCOCK, George. *História das Idéias e Movimentos Anarquistas*. Vol. 1. Porto Alegre: LP&M, 2002.

VIANNA, Nildo. *A Aurora do Anarquismo*. In: Deminicis, Rafael B. & FILHO, Daniel Aarão R. (Orgs). *História do Anarquismo no Brasil*. Vol.1 Rio de Janeiro: MAUAD, 2006.

III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas;

30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES)

ST 11 – Anticapitalismo, Democracia Radical e Sociabilidades Emergentes:
abordagens Teóricas e Empíricas Sobre o Ativismo Social Contemporâneo

A Política Habitacional no Rio de Janeiro e as Resistências Democráticas de

Base: Entre controle social e ganhos de autonomia na luta da União dos
Trabalhadores Favelados (UTF).

William Bueno Rebouças

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade
Federal Fluminense (PPGCP-UFF)

Resumo:

Revisitar o histórico da política habitacional no Rio de Janeiro nos permite compreender as escolhas que realizamos em nosso contexto atual de lutas populares, no sentido de buscar não somente o acesso aos bens públicos, mas principalmente a autonomia no processo de mobilização. Neste resgate à memória urbana, a luta da União dos Trabalhadores Favelados se insere em anos de forte controle social e moral produzidos pelo poder público com apoio da Igreja Católica, assim como de intensa disputa pela Política Urbana a ser implementada. A forma como a UTF se relaciona com os atores supracitados, assim como mobilização e a solidariedade produzida entre favelas são paradigmáticas para compreendermos a relação entre a institucionalidade “democrática” e os movimentos de base, no que tange às possibilidades e limites de participação e autonomia. Percebemos, portanto, como o duplo pertencimento de um movimento ao mesmo tempo classista e territorial potencializou sua mobilização junto às bases, organizando os trabalhadores das favelas de uma forma até então não vista, e como este foi enfraquecido a partir do momento em que as conquistas institucionais pareceram cada vez mais promissoras.

Palavras-Chave: Política Habitacional, Remoções, Territorialidades periféricas.

1. Introdução

Ao abordarmos o histórico de um campo específico da política pública podemos compreender quais são as relações entre Estado e sociedade possíveis em determinados contextos políticos e históricos¹. Contextualizar uma determinada política pública no que tange às relações de poder existentes em um dado território permite que verifiquemos as alternativas reais de participação e radicalização democrática em cada contexto sócio-espacial. Por outro lado, os estudos que focam sua atenção nas relações Estado-sociedade perdem de vista as inúmeras formas de ação e organização que procuram criar alternativas para além do Estado e de suas instituições. Por vezes, é possível verificarmos que um determinado movimento social consegue produzir participação real para seus membros e para os demais moradores de suas comunidades em situações adversas. Algumas das principais cidades do Brasil, e nosso foco aqui será a cidade do Rio de Janeiro, são amplamente marcadas por padrões de segregação e heteronomia na formatação de suas espacialidades, o que torna difícil falarmos de forma realista sobre participação via canais institucionais sem que verifiquemos consideráveis assimetrias de poder entre os atores.

Neste sentido, algumas questões de ordem teórica nos chamam a atenção: i) Como é possível falar de democracia participativa - ou deliberativa², para uma maior precisão conceitual - em contextos marcados por forte heteronomia? ii) Podem os movimentos sociais de base representar uma alternativa concreta de participação e autonomia nestes contextos?

No campo da política urbana, dois elementos são primordiais para que compreendamos os padrões de segregação e desigualdade das cidades. Primeiro, a pauperização relativa ou absoluta a que os trabalhadores são submetidos, e segundo o fenômeno da “espoliação urbana”, representada pelo “somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo”³, ou seja, a recusa à uma determinada parcela da sociedade aos meios necessários a vida urbana. Quanto mais agudizados forem estes dois padrões, mais o Estado assumirá características repressoras e autoritárias. Esta abordagem torna possível uma apreensão adequada dos elementos que permeiam os padrões de heteronomia e segregação sócio-espacial sob os quais a política urbana na cidade do Rio de Janeiro

¹ ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014.

² Nos referimos às propostas advindas da influência de Jürgen HABERMAS (1989).

³ KOWARICK, 1979. p.59.

se desenvolveu. Todavia, não podemos trocar o conhecimento específico sobre as lutas que levaram à atual configuração urbana por abstrações em nível teórico.

Para além das explicações funcionalistas e estruturalistas sobre o desenvolvimento espacial das grandes cidades em relação às desigualdades estruturais sob a égide capitalista, devemos nos atentar à correlação de forças real entre os atores políticos fundamentais na luta por projetos de cidade, alguns dos quais que evocam a participação e democratização do espaço urbano. A assimetria de poder, portanto, o maior peso das elites políticas conservadoras é exatamente o que produz cidades com elevado grau de heteronomia, negando voz a seus habitantes. É neste sentido que procuraremos compreender alguns momentos da política urbana do Rio de Janeiro, como: a destruição dos cortiços e bairros populares nos primeiros anos da República, a resistência à remoção de favelas durante os anos 50 e o recrudescimento da política de remoção aliada à ditadura empresarial-militar a partir de 1964. Acreditamos que uma abordagem sobre os principais atores políticos em ação nestas conjunturas, como a Fundação Leão XIII, a Cruzada de São Sebastião, e, principalmente, a União dos Trabalhadores Favelados, possa esclarecer como se deu a correlação de forças que gerou a formatação atual das espacialidades da cidade.

Se a política habitacional dos finais do século XIX dotou a cidade de fortes padrões de segregação sócio-espacial⁴, os próprios moradores dos setores populares se organizaram para garantir seu direito à habitação nas áreas centrais, onde estão localizados seus locais de trabalho e os bens essenciais à vida urbana. Dentre estes movimentos, a União dos Trabalhadores Favelados representou não só um outro nível de organização dos interesses dos moradores de favelas, mas também *ganhos de autonomia*⁵ na relação das associações com o poder público. Nossos objetivos aqui serão, portanto, apresentar como a política urbana - e, em suma, a política habitacional - dotou a cidade de padrões amplamente heterônomos e segregadores, e como, por outro lado, a União dos Trabalhadores Favelados representou um movimento de suma importância na resistência a esses padrões, assim como na produção de participação efetiva dos moradores de favelas na vida política da cidade.

⁴ Tese apresentada por ABREU (2013).

⁵ SOUZA (2006, p.111) se refere a “ganhos de autonomia” quanto a conquistas mais pontuais e modestas que possam facilitar a conquista de maior participação num próximo passo da ação política. O autor, portanto, buscar se desvencilhar da compreensão essencialista de um “projeto de autonomia” quanto simples questão de “tudo ou nada”, presente no pensamento de CASTORIADIS (1992). Autonomia e heteronomia passam a ser tomadas, não quanto categorias puras da realidade, mas em relação a um *continuum*, onde faz-se sempre possível a obtenção de um maior grau de participação, por um lado, ou um maior nível de arbitrariedade e fechamento da política, por outro.

2. Política higienista e a ocupação dos subúrbios e morros

A cidade do Rio de Janeiro foi o palco principal de eventos políticos cruciais para o cenário nacional, dentre outros, a vinda da Família Real para o Brasil, a Aclamação de Independência e o golpe militar que deu início à República em 1889. Durante este período, seu perímetro urbano passou de uma “cidade apertada, limitada pelos Morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição”⁶ que conquistava seu espaço no dissecamento de pântanos e mangues, no início do século XIX, para uma cidade cada vez maior e socioespacialmente estratificada na virada para o século XX. Sua população passou a atingir crescimento exponencial nos últimos anos da Monarquia com o grande afluxo de imigrantes das freguesias rurais - boa parte dos quais ex-escravos - e imigrantes europeus, incentivados pela incipiente industrialização nas áreas centrais. A população residente atingiu um crescimento de 90% entre 1872 e 1890, passando de 274.972 para 522.651 pessoas⁷.

A expansão da malha urbana foi acompanhada pela intensificação do padrão de segregação espacial já presente no centro. Os meios de transporte obedeceram a funções distintas, em um corte de classe bastante nítido. De um lado, os bondes levaram a expansão às freguesias mais próximas, como: Lagoa (bairro de Botafogo), Santana, Espírito Santo e Engenho Velho (Tijuca e Andaraí); de outro, as malhas ferroviárias das Estradas de Ferro: Dom Pedro II (inaugurada ainda em 1870), Rio D'Ouro, Melhoramentos do Brasil e Leopoldina adentravam as freguesias suburbanas, como Engenho Novo, Inhaúma e Irajá, e a Baixada Fluminense. O centro da cidade, por sua vez, ainda permanecia com os traços de cidade colonial e escravagista portuguesa, fato que se mostrava paradoxal às perspectivas de modernização das elites políticas.

No que tange à institucionalidade, o segundo império havia produzido uma política liberal de abertura gradual em direção à eleição indireta de representantes, o que chegou a gerar um razoável nível de participação eleitoral em torno de 10% da população total⁸. A família imperial ainda angariou apoio das camadas populares com a abolição da escravatura em 1888. O golpe republicano surpreendeu os apoiadores populares e agitou as correntes republicanas mais democráticas, euforia que logo se desfez quando o novo regime revelou sua natureza antidemocrática, restringindo as liberdades políticas e buscando extinguir o incômodo que representava o voto. No Rio

⁶ ABREU, 2013, p.35.

⁷ Ibidem, p.54.

⁸ CARVALHO, 1987, p.46.

de Janeiro apenas 1,3% da população votou para as primeiras eleições presidenciais diretas em 1894, enquanto que em 1910 apenas 0,9% dos fluminenses compareceram às urnas⁹.

O Distrito Federal foi marcado por intensa atividade política fora dos canais institucionais, assinalada pelos inúmeros motins, tentativas de greve geral, passeatas e revoltas, dentre as quais podemos assinalar como exemplo as Revoltas da Armada em 1891 e 1893 e a Revolta da Vacina de 1904, a qual pode ser considerada o ápice deste momento de efervescência política, ou visto de outra forma, de acentuada participação política não-institucionalizada da cidade. A partir da eleição de Prudente de Moraes e, principalmente, de Campos Sales, em 1898, ocorreu uma alteração de poder na elite política que comandava o país e a política conturbada da capital foi rapidamente suprimida pelo poder dos oligarcas cafeeiros do interior. A cidade passou a ser administrada por prefeitos nomeados pelos presidentes com forte aspecto tecnicista e autoritário. Ainda que movido intensamente pela política, o Distrito Federal passou a ser silenciado em âmbito institucional.

As prefeituras dos primeiros anos do século XX desenvolveram estratégias diferentes para o desenvolvimento das regiões do Rio de Janeiro. Outro fator que permeava a formatação da cidade foi a disputa entre o capital imobiliário e industrial mediam pelas áreas - e lógicas¹⁰ - estratégicas da cidade. Para a Zona Sul, o poder público fornecia todo tipo de infra-estrutura urbana, mesmo em locais praticamente desabitados com a Vila Ipanema, estimulando o capital imobiliário; o Centro deveria se constituir efetivamente como centro financeiro e possibilitar o escoamento de produtos, cabendo a expulsão de seus moradores; por sua vez, a Zona Norte foi destinada às indústrias, que se retiravam de regiões cada vez mais valorizadas da Zona Sul, como Gávea e Jardim Botânico, e procuravam áreas da zona norte como Manguinhos, Jacaré e Maria da Graça pela oferta de mão-de-obra barata que se deslocava para os subúrbios por conta da política de loteamento e abertura das estradas de ferro.

Os cortiços, antigos casarões alugados como casa de cômodos, foram eleitos como o principal problema urbano a ser enfrentado na virada do século para que se

⁹ CARVALHO, 1987, p.85 e 86.

¹⁰ A ideologia que associava o litoral ao estilo de vida moderno passou a ser disseminada a partir dos anos 80 do século XIX, principalmente pelas unidades do capital com investimentos na zona sul, como a Companhia Jardim Botânico. Até este momento, São Cristóvão ainda detinha o status de bairro de elite por abrigar a família real e a zona sul contava com áreas industriais que viriam a ser cercadas por favelas, como notadamente a Lagoa Rodrigo de Freitas. O conflito de interesses entre o capital industrial e imobiliário sobre essas áreas ocorreu até as primeiras políticas de zoneamento. ABREU, 2013, p.47.

efetivasse uma modernização verdadeira da cidade, elevando-a aos mesmos patamares de outras capitais do continente, notadamente, Buenos Aires. A disciplinarização dos elementos funcionais do centro da cidade foi tema central para as prefeituras da virada do século e foi abordada pela gestão de Pereira Passos. Nomeado prefeito em 1904 por Rodrigues Alves com a clara missão de modernizar o Porto do Rio de Janeiro e abrir vias que possibilitassem o escoamento das cargas, Passos governou com poderes quase ditatoriais, exercendo o mandato com a Câmara fechada durante seis meses. Neste período, o prefeito-ditador gerou uma reformulação geral das áreas centrais, destruindo inúmeros cortiços e abrindo vias que passaram a cortar a cidade.

As reformas continham teor fortemente higienista e sanitaria, tomando os cortiços como verdadeiras “chagas” que corrompiam não só a estética e a saúde da cidade, mas também, a moral daqueles que habitavam tais locais corrompidos. As reformas de Passos se espelharam em Georges Eugène Haussman, que modernizou, também com poderes excepcionais, a cidade de Paris¹¹. A chamada haussmanização¹², ou seja, o modelo de modernização estrutural dos grandes centros por meio de reformas urbanas com teor sanitaria e higienista para fazer valer a funcionalidade da cidade para a acumulação capitalista, ampliou o padrão já existente de segregação sócio-espacial da cidade, acentuando a disciplinarização das classes sociais no tecido urbano. A disciplina passa a ser tão mais importante, quanto mais profundas são as cirurgias urbanas, torna-se “questão fundamental para o governo tomar medidas que exorcizem o velho fantasma das grandes aglomerações urbanas: o perigo de sedição da turba”¹³.

Passos abre a Avenida Central ligando as principais radiais, como as avenidas que havia construído para a zona sul (como a Beira-mar) e para a zona norte (Mém de Sá e Salvador Allende). Em quatro anos, 1.681 habitações haviam sido derrubadas, quase vinte mil pessoas foram obrigadas a procurar nova moradia. Os cortiços foram finalmente extirpados das áreas centrais e Passos ostentava a insuficiente cifra da construção de “120 casas para operários no beco do Rio, av. Salvador de Sá e rua São Leopoldo, além da conclusão de 147 casas na av. Salvador de Sá para funcionários da própria prefeitura”¹⁴. Com a destruição dos cortiços, as classes

¹¹ BENCHIMOL, 1992

¹² OLIVEIRA, 2009, p.102.

¹³ SANTOS, 1988, p.41.

¹⁴ OLIVEIRA, 2009. p.58 e 59.

populares passam a ocupar os morros centrais, alguns já habitados, como o Morro de Santo Antônio, Morro do Castelo e Morro da Favella¹⁵ (atual Morro da Providência). Gradualmente as “favelas” passam a figurar, como anteriormente com os cortiços, como “o maior problema urbano da cidade, na ausência de uma política pública de habitação”¹⁶. O tom modernizador e excludente se seguiu durante as prefeituras subsequentes de Paulo de Frontin e de Carlos Sampaio.

Em 1927, a administração de Prado Júnior, por iniciativa do Rotary Club, encomendou o primeiro plano diretor a uma equipe de engenheiros liderada pelo urbanista francês Alfred Agache. O Plano Agache buscava “organizar e repartir logicamente os elementos funcionaes particulares que lhe dizem respeito”¹⁷, ou seja, disciplinarizar funcionalmente os grupos sociais no território. Para isso, se fundamentou na política de zoneamento, que proibia a construção de moradias populares nas áreas centrais. O Plano previa a destruição das favelas, e a transferência de seus moradores para habitações provisórias, enquanto não eram construídas as vilas operárias. Ainda que não tenha sido implementado de fato, o Plano Agache influenciou toda a política de zoneamento que manteve as favelas - avessas “a toda e qualquer regra de hygiene”, segundo a visão de Agache - em estágio permanente de precariedade, como o Código de Obras de 1937.

A política higienista e de remoções foi temporariamente suspensa pela Revolução de 1930, e a conseqüente necessidade de Getúlio Vargas em angariar apoio popular. Se a política habitacional da República Velha teve resultados pífios de poucos Parques Proletários Provisórios¹⁸, o corporativismo varguista irá atingir resultados mais relevantes, por meio dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), financiados sob uma perspectiva de “cidadania seletiva”¹⁹ e custeado pelo modelo tripartite de empregados, empregadores e Estado da previdência. Uma conjuntura favorável às favelas e à classe trabalhadora se manteve durante boa parte dos anos 30, com a constituição progressista de 1934 e uma prefeitura em diálogo com os movimentos trabalhistas, como a de Pedro Ernesto - que inclusive passou a dialogar

¹⁵ A origem do termo “favela” remonta à volta dos soldados da Guerra de Canudos, estes os quais, no momento em que não receberam residências na capital como havia sido prometido, ocuparam o morro atrás do Ministério da Guerra, como forma de reivindicação. No morro - atual Morro da Providência - encontraram planta semelhante à “favella” (*Cnidocolus quercifolius*) que tiveram contato no sertão baiano.

¹⁶ GONÇALVES, 2013, p.69.

¹⁷ AGACHE, 1930, p.127.

¹⁸ RODRIGUES, 2014.

¹⁹ OLIVEIRA, 2009, p.64.

com as “comissões de melhoramentos” das favelas - em 1935. Todavia, há um revés na conjuntura com o golpe do Estado Novo em 1937, alteração que fica nítida com o novo Código de Obras deste ano.

O Decreto nº 6.000, ou Código de Obras de 1937, expressou toda a heteronomia construída no espaço urbano e todo o viés higienista pelas quais eram tomadas as favelas durante o início do século XX. Se tornaram proibidas a formação de novas favelas e a construção de novos barracos nas já existentes. A construção de casas de madeira só seria permitida nos morros situados fora das áreas centrais, com ênfase na proibição em se construir casas nos morros próximos à orla. Passou a ser obrigação da Prefeitura agir “por todos os meios ao seu alcance para impedir a formação de novas favelas ou para a ampliação e execução de qualquer obra nas existentes”²⁰.

Apesar dos esforços legislativos, as favelas continuaram a crescer nos finais dos anos 30 e anos 40. A remoção não era viável pela incapacidade do governo em produzir habitações suficientes, por um lado, mas também na funcionalidade que as favelas e demais habitações populares tinham como mão-de-obra para as indústrias, pelo outro. Neste sentido, as favelas não só não eram combatidas, mas também toleradas e até mesmo incentivadas em algumas regiões industriais, notadamente a Avenida Brasil (aberta em 1946) e a região da Grande Leopoldina²¹. Dessa forma, podemos compreender como os resultados da política habitacional estão muito mais ligados a uma complexa rede de interesses mais ou menos conflitante entre Estado, capital imobiliário, capital industrial e moradores, do que propriamente a algum tipo de pensamento ou linha de raciocínio estática e imutável.

3. Os anos 50 e a União dos Trabalhadores Favelados

Durante as tentativas de remoção de favelas, os moradores demonstraram pleno conhecimento dos instrumentos judiciais que deveriam recorrer e se organizaram no intuito de fazer valer seu direito à propriedade. A mobilização ocorria pela via judicial, ao mesmo tempo em que se lançava mão da atuação política e ação direta quando necessário - ocorrendo inclusive a ocupação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em julho de 1954. A organização passou a ser cada vez maior, encontrando seu ápice durante os anos 50. Com o fim do Estado Novo e a convocação das eleições em 1945, o Partido Comunista do Brasil (PCB) atinge

²⁰ Cap. XV Art. 349 § 2º. Prefeitura do Distrito Federal, 1937.

²¹ RODRIGUES, 2014.

expressiva vitória nas urnas, obtendo quase 10% dos votos nas eleições presidenciais e elegeu 15 dos 286 deputados da Assembleia Constituinte e um senador, Luís Carlos Prestes.

Toda esta expressão fez com que Dutra colocasse o PCB na ilegalidade, e fiscalizasse acentuadamente sua atuação nos sindicatos, o que forçou o partido a se expressar politicamente por meios não tão usuais. Neste sentido, o PCB passa a influenciar a formação de “comitês democráticos” nos bairros, e sub-comitês nas favelas, entre os quais o mais notável, talvez tenha sido o Comitê Democrático da Tijuca. O receio cada vez maior da organização dos comunistas nas favelas fez com que Dutra criasse em 1946 a Fundação Casa Popular e a Igreja Católica, associada a correntes políticas conservadoras, criasse em 1946 a Fundação Leão XIII²². Entre 1947 e 1954, a Fundação Leão XIII interveio em 34 favelas, mantendo oito centros sociais e procurando exercer forte tutela e controle social sobre a população favelada²³. A Fundação possuía inclusive o controle sobre as ações da Guarda Municipal nos mandatos de despejo e repressão à construção de barros, o que lhe conferiu forte antagonismo das comissões de melhoramento.

O discurso moralista sobre a influência do meio na qualidade moral dos moradores permeou todo o controle social exercido nos Parques Proletários Provisórios na administração Henrique Dodsworth nos anos 30 e no Plano para Extinção das Favelas, de Mendes de Moraes, a partir de 1947, esteve presente com toda sua força na atuação da Fundação Leão XIII nas favelas. A influência do PCB nas associações de moradores nas favelas fortaleceu o antigo medo das elites de políticas de “sedição da turba”, agora associada às favelas. É nesse contexto que Carlos Lacerda, a frente do Correio da Manhã, conclama à população à “Batalha do Rio de Janeiro”. Lacerda critica os planos que visavam “combater a favela em vez de recuperar seus habitantes”²⁴, falando não só em melhora nas políticas habitacionais,

²² Como argumentamos em outra oportunidade (REBOUÇAS, 2017) a Igreja Católica pode ser considerada ator fundamental para as transformações na conjuntura política da cidade do Rio de Janeiro, seja no sentido repressivo ou em viradas progressistas. Neste momento, o movimento da Ação Católica esteve profundamente arraigado de conservadorismo de suas fontes na Encíclica *Rerum Novarum*, que clamava para o apoio cristão aos pobres, ao mesmo tempo em que negava a luta de classes. (Ver SIMÕES, 2008, p. 121). Este elemento explica as posturas em relação aos pobres da Fundação Leão XIII e da Cruzada de São Sebastião. Podemos perceber como já a partir dos anos 60 esta característica recuará e dará espaço para vertentes populares e progressistas, principalmente na Ação Católica. (Ver DUARTE, 2010).

²³ GONÇALVES, 2013.

²⁴ CORREIO DA MANHÃ, 1948, p.2.

mas também em um preparo cívico do favelado, convidando os poderes públicos a sanear os problemas sociais, antes que se tornem também problemas políticos.

Durante os anos 40 e 50, o processo de remoção de favelas é freado pelo pacto trabalhista, estabelecido por políticos do PTB e PSD, que viam nos moradores favelados uma reserva de capital político. A precariedade e provisoriedade eram mantidas para o funcionamento deste sistema, e os despejos eram barrados pelas associações juridicamente. A Fundação Leão XIII, juntamente ao poder público, se colocava ao mesmo tempo contrária à política clientelista e à influência comunista. Procurava produzir melhorias sob forte tutela das organizações populares, empenhando-se em “estimular o espírito associativo, através da criação, da orientação e do controle de várias associações de moradores”, almejando legitimar sua ação “através de mutirões e de atividades de autoconstrução”²⁵. Uma verdadeira simbiose podia ser verificada entre as ações da FLXIII e as políticas públicas do Estado, serviços básicos como saúde e educação²⁶. Além de todo o controle social, o discurso da Fundação Leão XIII era extremamente marcado pelo estigma à forma de vida favelada, tomada quanto “perversão moral”²⁷.

Todavia, podemos afirmar que em meados dos anos 50 a conjuntura passa a estar marcada por novo crescimento das tentativas de despejo, principalmente, por parte dos proprietários privados²⁸. A região da Grande Tijuca exercia forte atração de mão-de-obra pelas empresas instaladas na área, e pela ausência de uma Política Habitacional eficiente teve diversos de seus morros ocupados. Nos anos 50 a pressão imobiliária passou a ser exercida mediante à valorização do bairro, fato que atraiu a atenção de grileiros e empresários que se diziam herdeiros dos antigos donos das terras valorizadas²⁹. As obras de terreplanagem realizadas a mando da imobiliária Boreu Meuron foram tomadas como um sinal para a emergência de um novo despejo.

A União dos Trabalhadores Favelados foi criada em 1954 como resultado direto da preocupação dos moradores em angariar fundos para o processo de defesa

²⁵ GONÇALVES, 2013, p.151.

²⁶ SCHEUERMANN, 2015, p.134.

²⁷ Ibidem, p.188.

²⁸ PESTANA, 2013, p.72.

²⁹ Boa parte dos Comitês Democráticos, como o Comitê Democrático da Tijuca, organizou resistência a grileiros que se diziam herdeiros dos donos iniciais das terras onde hoje estão as favelas, como é o caso de Emílio Turano. Assim como o Turano, muitos morros da cidade foram nomeados - e seus moradores, muitas vezes, tentaram renomeá-los - com o nome desses antigos proprietários, como os irmãos Borel, Vidigal e Domingos Alves Salgueiro.

judicial, como alertava o advogado Antoine Margarino Torres. A União foi criada por moradores de sete favelas diferentes, além dos moradores do Borel (organizados no Comitê Democrático da Tijuca), estavam presentes moradores do Salgueiro, Morro da Formiga, Mangueira, Santa Marta, Morro dos Macacos, Favela do Esqueleto e Coelho Neto; as quais se somaram mais seis: Providência, Candelária, Jacarezinho, Juramento, Macedo Sobrinho e Alemão³⁰. Entre estas favelas, a UTF conseguiu estabelecer uma rede de solidariedade capaz de fomentar laços sociais, políticos e culturais estreitos e imprescindíveis à resistência de seus moradores.

Além da mobilização pela permanência, a UTF orientava os Centros de Trabalhadores Favelados a participarem das comissões que reivindicavam melhorias dos serviços públicos. Caso estes serviços não fossem assumidos pelo poder público, os próprios moradores se cotizavam e construíam aquilo que precisavam.

“Assim, em abril de 1955, uma reunião do Centro de Trabalhadores Favelados do morro da Candelária determinou que os moradores cobrariam do Departamento de Água e Esgoto (DAE) a instalação de uma caixa d’água na favela. Em virtude da alegação do responsável pelo órgão de que não havia recursos disponíveis para a obra, os moradores se cotizaram e construíram eles mesmos a caixa. A partir daí, iniciou-se novo processo de pressão sobre o DAE, que deveria realizar as obras de canalização da água para a caixa construída pelos moradores, cujo desfecho não pude verificar. Esse episódio evidencia que a falta de preocupação do Estado com o atendimento das reivindicações mais simples dos favelados conduziu, por vezes, ao abandono da tática de pressionar o Estado a realizar suas atribuições em favor de uma abordagem mutualista dos problemas cotidianos, indicando terem sido alcançados elevados graus de coesão e organização interna”³¹.

Desta forma, podemos verificar uma organização bem estruturada da UTF em torno das questões centrais que permeiam a vida urbana, já apresentando formas de ação coletiva que hoje estão no repertório dos movimentos sociais³²: não só buscam a

³⁰ PESTANA, 2013, p.63.

³¹ Ibidem, p.78.

³² Nos referimos a repertórios de ação não-estadocêntricos que passaram a permear o mundo dos movimentos sociais a partir dos anos 90. A teoria TOURAINE (1981) foi paradigmática exatamente em abordar os “novos movimentos sociais”, surgidos a partir dos anos 70, como movimentos que não compartilham a preocupação pela tomada ou participação no poder estatal, como faziam os movimentos trabalhistas anteriores. Já segundo SOUZA (2012, p.25), os anos 90 contaram com uma “segunda geração” dos novos movimentos sociais, que procuraram exatamente uma (re)valorização de práticas libertárias, portanto, radicalizando práticas políticas não-estadocêntricas.

contestação, mas também atingem a solução de seus problemas via ação direta. A União dos Trabalhadores Favelados ainda gerou solidariedade inter-favelas por meio de inúmeras festas realizadas em seus Centros, por meio do esporte e por meio da cultura, influenciando diretamente o surgimento de escolas de samba como a Deixa Falar e a Portela, tendo um de seus postos instalados na quadra da Unidos da Tijuca no Borel³³.

Neste sentido, a UTF apresentava toda uma capilarização nas favelas, além de suas atividades contestatárias, como a já citada ocupação da Câmara Municipal em 1954³⁴. Podemos perceber no tecido urbano a conquista que teve esta organização com a presença das inúmeras favelas da Grande Tijuca ainda hoje em seus territórios iniciais, fato que não ocorreu com outras regiões, como o Maracanã e a Lagoa Rodrigo de Freitas, por exemplo. A União dos Trabalhadores Favelados conseguiu, de fato, democratizar a forma de se implementar Política Habitacional no Rio de Janeiro, não pelas vias institucionais tradicionais - fechadas há várias décadas à participação real, como vimos no início deste apanhado histórico -, mas pela ação direta e pela solidariedade inter-favelas construída por este movimento social. Uma organização autônoma - ainda que tenha um “agente externo” como seu principal articulador - desse porte representa uma característica vital para a história da política urbana na cidade.

A UTF pretendia ampliar seu campo de ação, com o objetivo de filiar todos os morros, e instalar uma secretaria em cada associação filiada. Antes de atingir este objetivo, o movimento procurou manter em cada morro “um posto-secretaria, com ambulatório médico, departamento jurídico, departamento cultural e recreativa, etc., dirigidos por diretorias provisórias”³⁵. A ação da UTF passou a incomodar profundamente as autoridades, dentre suas características mais ameaçadoras era o seu corte, não somente territorial, mas também classista, o que podia lhe incorporar ao âmbito das lutas corporativas de classe. O nível territorial, no entanto, nos chama atenção pela forma como a UTF conseguiu lidar com a espacialidade heterônoma do Rio de Janeiro.

O movimento teve a qualidade de garantir a inclusão dos moradores de favela, não por meio de políticas de baixo-para-cima e artificiais, mas por meio da garantia de

³³ BITTENCOURT, 2012, p.81.

³⁴ LIMA, 1989, p.82.

³⁵ Tribuna da Imprensa, 2 de novembro de 1954, p.6.

simetria de poder em relação aos demais atores políticos da cidade. Os centros de trabalhadores favelados garantiram aos moradores da favela acesso aos “serviços de consumo coletivo”³⁶, seja por meio da contestação, seja atingindo a própria solução dos problemas de forma autogerida. Portanto, a *apropriação*³⁷ do espaço urbano e dos meios necessários à vida possibilitou uma participação real dos moradores favelados, para além dos mecanismos institucionais e meramente formais.

É neste sentido, e em comparação ao histórico de heteronomia da política urbana do Rio de Janeiro é que acreditamos ser possível falar sobre *ganhos de autonomia*³⁸ pela União dos Trabalhadores Favelados. Para que seja produzida a simetria de poder, condição *sine qua non* para que possamos falar de uma participação real, é preciso que tenhamos níveis de autonomia razoáveis em um dado território. Sem a presença de um movimento social territorializado que garanta voz a seus moradores, conjunturas históricas marcadas pela heteronomia - como a política habitacional no Rio de Janeiro - estarão fadadas ao autoritarismo e à repressão. Acusada de subversiva e em razão de seus presumidos laços com o PCB, a UTF foi fechada em 24 de janeiro de 1957 pelo Divisão Política e Social (DPS) da polícia. A União dos Trabalhadores Favelados conseguiu organizar as resistências que ocorriam até então de forma difusa, e participar ativamente na política urbana da cidade.

Assim como outras organizações da Igreja Católica, a Cruzada de São Sebastião do bispo Dom Helder Câmara também operou no sentido de estender o controle social aos favelados, submetendo-os a estrita disciplina para extinguir as influências moralmente deformadoras do meio em que viviam. Influenciada pelo movimento Economia e Humanismo do Padre Lebrecht, a Cruzada tinha como objetivo fornecer uma solução cristã e pacífica ao problema das favelas. Almejando acabar com sua presença na paisagem carioca em doze anos³⁹, pôde, através de subvenções públicas, atuar em diversas comunidades da cidade, sob o tripé: urbanizar, humanizar e cristianizar. Sua principal obra talvez tenha sido o conjunto de prédios populares conhecidos como Bairro de São Sebastião, no Leblon. A Cruzada proibia reuniões políticas exatamente para coibir a presença de associações autônomas e/ou ligadas à UTF em seus conjuntos habitacionais.

³⁶ KOWARICK, 1979. p.59

³⁷ LEFEBVRE, 2001, p.140.

³⁸ SOUZA, 2006, p.111.

³⁹ SIMÕES, 2008, p.131.

Por ocasião da eleição de 1958, Margarino Torres pretendia concorrer ao cargo de vereador e neste sentido selou aliança com José Gomes Talarico, que concorria a uma cadeira na Câmara dos Deputados pelo PTB. A aliança rendeu espaço dentro da máquina estatal para o movimento dos favelados, tendo Talarico se tornou subchefe de gabinete do ministro de trabalho em 1960 e mais tarde, assessor do vice-presidente João Goulart. Em 19 de novembro de 1959, por ocasião do Congresso dos Trabalhadores Favelados, com apoio do Ministério do Trabalho, do PCB e do PTB, é formada a herdeira política da UTF, a Coalizão dos Trabalhados Favelados da Cidade do Rio de Janeiro (CTFRJ). No entanto, a ação desta organização passou a se dar menos quanto um organismo reivindicatório e autônomo, e mais como mero colaborador dos organismos públicos, o que limitou sua atuação e representatividade até ser substituída em 1963 pela Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara, a FAFEG⁴⁰.

4. Institucionalidade e Remoção nos anos 60

Os anos 60 presenciaram uma conjuntura radicalmente diferente, marcada por uma polarização cada vez maior entre as correntes políticas no Brasil, por conta da Revolução Cubana de 1959. Em 1960, o jornalista autor da “Batalha do Rio de Janeiro”, Carlos Lacerda, é eleito governador do recém-criado Estado da Guanabara e promete apresentar resultados em torno do problema habitacional, cada vez mais acentuado por conta do êxodo rural e inchaço das cidades. Visando uma resposta enfática à questão e por sua aproximação nas eleições de 1960⁴¹, Lacerda nomeia o sociólogo José Arthur Rios para a chefia do Serviço Especial de Reabilitação das Favelas e das Habitações Anti-Higiênicas (Serfha).

Arthur Rios, também influenciado pelo movimento Economia e Humanismo do Padre Lebrecht, almejava a urbanização completa das favelas com a participação das associações de moradores. O sociólogo procurou urbanizar as favelas por meio de mutirões organizados pelos próprios moradores - não-remunerados, diga-se de passagem - com material e técnicos fornecidos pelo governo. Sob sua administração, o Serfha procurou impedir a cobrança de aluguéis nas favelas - proibido pela Lei das Favelas de 1961. O Projeto Mutirão levou a cabo a institucionalização das associações de moradores, que deveriam colaborar com a Coordenação de Serviços Sociais, submetendo-se à autoridade da Coordenação. Todavia, embora a perspectiva participativa de Arthur Rios, este modelo acabou gerando a cooptação dos principais

⁴⁰ GONÇALVES, 2013, p.158.

⁴¹ OAKIM, 2014, p.22.

líderes locais e inverteu o papel das associações de moradores, que passaram a ser representante do poder público junto aos moradores.

Almejando atingir as vultuosas somas do Fundo do Trigo, decorrentes do programa Aliança para o Progresso, e por pressão de inúmeros atores, como os políticos despojados de suas redes clientelistas, setores da Igreja Católica e, principalmente, pelo capital imobiliário que desejava a liberação de terrenos valorizados, Lacerda exonera Arthur Rios e inicia logo em seguida o maior programa de remoção de favelas da história da cidade⁴². A abertura dos canais institucionais pela estrutura orquestrada por Arthur Rios pôde gerar a cooptação necessária das associações de moradores, e a participação institucional se mostrou, neste momento, aliada à política de remoções de Lacerda. Neste contexto, o governo limita as funções da Cruzada de São Sebastião e incorpora completamente a Fundação Leão XIII ao poder público. Criada em 1962, a Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB-GB) ficou responsável por adquirir terrenos que seriam destinados à construção de conjuntos habitacionais, para onde se destinariam os favelados removidos da política urbana em gestação.

A COHAB-GB será responsável por criar, entre outras, a Vila Esperança, a Vila Kennedy e a Vila Aliança para abrigar os removidos, e pela urbanização das favelas que não seriam removidas. Sandra Cavalcanti é nomeada para a chefia da recém-criada Secretaria de Serviços Sociais, com posição antagônica à de Arthur Rios, completando o quadro institucional para política de remoções. A primeira remoção de Lacerda marcada pelo debate público foi a do Morro do Pasmado, na qual seus moradores foram forçados - com tímida resistência por parte da FAFEG - à migração em 1964 para a Vila Aliança, em Bangu. O mesmo se deu com os moradores da Favela Getúlio Vargas, sendo removidos para a Vila Kennedy e para os Parques Proletários do Leblon e da Gávea⁴³. Sob protestos também foram removidos a Favela da Praia de Ramos, Favela João Cândido na Avenida Brasil, e vinte famílias da Favela da Mãe Solteira, no Porto. A mais conhecida talvez tenha sido a Favela do Esqueleto, que cresceu em volta de um prédio inacabado, que seria um grande hospital do INPS.

Somente entre 1962 e 1965, durante o período da Lacerda como governador, quase 42 mil pessoas foram removidas de suas casas, foram removidos 8.078

⁴² GONÇALVES, 2013.

⁴³ OAKIM, 2014, p.47.

barracos e a erradicação total ou parcial de 27 favelas⁴⁴. Por sua vez, o regime militar encontrou a necessidade em responder ao desgaste que representava a questão habitacional para os governos antecessores durante os anos 50 e 60. Para isso, o regime implementou algumas propostas formuladas pelo Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU) de 1963, como a criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), com a função de controlar e coordenar o Banco Nacional da Habitação (BNH). Com o BNH servindo a uma política pública centralizada de urbanização e construção de conjuntos habitacionais, o governo estadual pôde encontrar apoio estrutural suficiente na política de remoção de favelas.

O ex-prefeito Negrão de Lima é eleito governador do Estado da Guanabara em 1965, já no contexto pós-golpe militar, com forte discurso contrário às remoções de Lacerda. É importante pontuarmos que a eleição de um candidato da oposição no Estado da Guanabara, assim como em Minas Gerais no mesmo ano, foi elemento de desgaste para o regime militar, o que levou à instauração do bipartidarismo pelo Ato Institucional nº2. É sob a tônica em intervir mais para a urbanização e consolidação das favelas que por sua erradicação que o governo Negrão de Lima cria a Companhia de Desenvolvimento das Comunidades (CODESCO). Esta companhia representava forte inovação na Política Habitacional do Rio de Janeiro, por dialogar diretamente com as associações de moradores que conseguiram resistir às remoções de Lacerda, principalmente as favelas de Brás de Pina e do Catumbi.

A CODESCO também trabalhava com política de mutirão, dessa vez com a participação dos moradores nas decisões sobre o material a ser utilizado e na forma a ser utilizado o financiamento para a construção de suas casas. Alguns técnicos da CODESCO já haviam assessorado a FAFEG na urbanização de outras favelas, e, neste sentido possuíam uma abordagem positiva tanto em relação às favelas, quanto da auto-construção em si. Carlos Nelson Ferreira dos Santos, neste momento, via no surgimento das favelas a resposta da população mais pobre aos demais problemas do país. Em sua concepção, a cidade exerce uma força centrípeta sobre as populações rurais que desejam o modo de vida urbano, e são expulsas do campo por, entre outros fatores, a mecanização.

A favela seria a solução buscada pela população, e não o contrário, “toma-se por doença uma reação saudável do organismo urbano, fazendo-se tentativas de

⁴⁴ GONÇALVES, 2013, p.218.

arrasar os sintomas para fingir que não existem outras causas⁴⁵. Ainda que, de fato haja o debate sobre o aumento o grau de autonomia nos locais onde se faz presente e o dever do Estado em produzir essas habitações⁴⁶, a autoconstrução sempre foi a alternativa encontrada pelos moradores do Rio de Janeiro. A política urbana sempre encontrou na cidade, como vimos até aqui, forte grau de heteronomia e segregação, o que forçou a população local a procurar suas alternativas políticas próprias. Deste modo, independentemente do modelo a ser designado para projetos de reforma urbana, o fato é que se deve respeitar as alternativas políticas construídas pela própria população que encontrou suas formas próprias de política, economia e cultura em resposta à falta de diálogo com o poder público.

Poucos meses depois de Negrão de Lima criar a CODESCO, o governo militar irá intervir na política estadual e criará a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM). A CHISAM relançou o programa de remoção de favelas, que com Lacerda se concentrava na zona norte para obras estruturais ligadas ao sistema viário, e desta vez estará ligado à liberação de terrenos valiosos na Zona Sul. O padrão urbano do Rio de Janeiro segue um aumento da elitização das áreas centrais, como vimos, primeiro na expulsão dos pobres do centro financeiro, e nos anos 60 esse padrão atinge finalmente as poucas áreas da zona sul nas quais ainda havia presença de favelas, como notadamente, a região da Lagoa Rodrigo de Freitas e do Leblon.

Como toda a atividade do regime militar esteve centrada na articulação com a capital, a política habitacional no Rio de Janeiro não será diferente. As favelas serão retiradas das áreas valorizadas da zona sul e seus moradores serão deslocados para conjuntos habitacionais nas regiões industriais para servirem de mão-de-obra. Foi essa a lógica da remoção dos moradores de favelas para regiões afastadas alimentadas pela Avenida Brasil, em direção ao Porto de Sepetiba. À Ação Comunitária do Brasil coube adequar os favelados removidos para os novos locais de moradia, atribuindo-lhes uma qualificação profissional para as indústrias, como nas regiões Cordovil, Penha, Irajá e Ramos. Situados longe da oferta de mão-de-obra e

⁴⁵ Jornal do Brasil, 15 de agosto de 1968.

⁴⁶ O debate entre autoconstrução e construção de conjuntos habitacionais será travado entre aqueles que acreditam na capacidade da autoconstrução em - para além da entrega da construção em si - gerar autonomia para os moradores (TURNER, 1979), e por aqueles que acreditam que somente o Estado é capaz de gerar política pública capaz de dar conta da necessidade de moradia da população (BURGESS, 1979). O fato é que, para além da utilização de conjuntos em políticas urbanas autoritárias, a autoconstrução foi utilizada nos anos 70, 80 e 90 como forma de financiamento para liberar os Estados de seu papel redistributivo (DAVIS, 2006, p.84).

serviços a que estavam habituados, esses moradores geralmente voltavam para outras favelas nas áreas centrais, o que minou a lógica da política de remoção. A CHISAM procurou prover mão-de-obra barata para as indústrias, como por meio da implantação de sistemas de aprendizado nos “Centros de Recuperação”. Os fundos para o programa eram captados, entre outros, pela venda de terrenos liberados pela remoção de favelas na própria zona norte (como em Inhaúma e Bonsucesso) para as próprias indústrias⁴⁷.

A CHISAM investiu seu processo de remoções focando na zona sul, com as favelas: Jóquei Clube, Ilha das Dragas, Macedo Sobrinho, Rio Rainha, Alto Solar, Praia do Pinto e Catacumba, se concentrando no Leblon e Lagoa Rodrigo de Freitas. Levantamentos da COHAB-GB revelam que 63.910 pessoas foram removidas no período 1968-71 e 26.665 no período 1971-74⁴⁸. Para abrigar os removidos foram construídos o Conjunto Habitacional da Cidade Alta em Cordovil e novas unidades na Cidade de Deus. A resistência dos moradores foi se dissipando conforme a ditadura foi arrefecendo a repressão. A primeira favela a resistir, a da Ilha das Dragas, efetuou uma resistência forte com apoio da FAFEG e de políticos influentes, quatro de seus líderes foram sequestrados durante a resistência.

A favela da Praia do Pinto, por sua vez, organizou também forte resistência e três diretores da FAFEG foram presos no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), durante dez dias. A resistência acabou quando a favela foi tomada por um incêndio, obrigando seus moradores a aceitarem a proposta do governo. Por fim, a associação de moradores da Favela da Catacumba chegou a pedir para que seus moradores colaborassem com as autoridades e chegou a defender as ações da CHISAM. O governo Negrão de Lima chegou a remover mais pessoas de suas casas que Carlos Lacerda, as remoções continuaram ainda no governo Chagas Freitas. No total foram quase 140 mil pessoas removidas de suas casas no período entre 1962 e 1974.

5. Considerações Finais

Por meio desta abordagem histórica podemos perceber o quanto a política habitacional da cidade do Rio de Janeiro está marcada por acentuados padrões de segregação sócio-espacial, no que se refere à sua formatação atual, e à heteronomia, no que se refere aos meios de tomada de decisão política. A política habitacional

⁴⁷ BRUM, 2010.

⁴⁸ LIMA, 1989. p.130.

se deu, não somente com os canais institucionais fechados à participação durante os períodos “democráticos”, mas também de forma cruel, durante o regime militar que chegou a torturar aqueles que resistiram às remoções. As fases democráticas, todavia, não procuraram fomentar a autonomia da população urbana. As diversas iniciativas políticas junto à Igreja Católica para desenvolver mecanismos de controle social das camadas populares revelam uma forte abordagem conservadora de nossas elites políticas.

Não desejamos desenvolver aqui uma espécie de maniqueísmo, onde o Estado esteja sempre do lado opressor, e os movimentos sociais quanto única alternativa a esta opressão. Procuramos apenas salientar às perspectivas de participação nas políticas públicas no Rio de Janeiro sobre a necessária dosagem de realismo para que façamos uma leitura política relevante. Neste sentido, em relação às nossas duas perguntas iniciais podem afirmar que: i) toda e qualquer pretensão normativa em torno da democracia participativa precisa levar em conta as assimetrias de poder, responsáveis por anular a validade de uma política baseada em “atos de fala”⁴⁹, e ii) movimentos sociais territorializados são capazes de gerar a simetria de poder em seus territórios, assim como o acesso às necessidades básicas urbanas por meio da contestação e da construção de soluções.

Neste sentido, falar sobre democracia radical e a emergência de novas sociabilidades no Rio de Janeiro não é possível sem falar sobre a história de seus movimentos sociais de base, entre os quais se situa a União dos Trabalhadores Favelados (UTF). Não somente por se tratar de uma história de sucesso em promover a participação dos moradores e na construção de relações de solidariedade entre as favelas, mas também por conter os principais dilemas em torno da autonomia - e é exatamente a autonomia o elemento diferenciador destes movimentos -, pelos quais os movimentos sociais se deparam. A UTF se iniciou sobre forte influência de “agentes externos” do PCB, assim como na própria figura de Margarino Torres, e teve sua autonomia quebrada por uma institucionalidade supostamente “democrática”.

O grupo que restou do fim da UTF apoiou a candidatura de Margarino Torres e, dessa forma, foram a favor de uma aproximação com o Ministério do Trabalho. Essa proximidade maior com o Estado acabou por finalizar de vez o legado da UTF⁵⁰. Por

⁴⁹ HABERMAS, 1989.

⁵⁰ A retomada de sua memória por certo setor da FAFEG foi abordada quanto fator de disputa por GONÇALVES e AMOROSO (2012).

fim, as associações de moradores acabaram por serem cooptadas pela primeira política de participação efetiva elaborada por José Arthur Rios, com a premissa de urbanização das favelas. Essa cooptação tornou possível toda a política de remoções que será presenciada nas próximas décadas. A autonomia, portanto, se mostrou fator vital para que falemos, não só sobre democracia radical, mas sobre participação real dos moradores da cidade do Rio de Janeiro nas decisões políticas que lhes dizem respeito.

O elemento territorial se fez central para que pudéssemos compreender *repertórios de ação* que não estão ligados à estrutura estatal. Portanto, território e estrutura se configuram quanto formas díspares - ainda que possam dialogar e se misturar nos demais repertórios - de se fazer política pelos movimentos sociais. As perspectivas de participação, portanto, precisam estar atentas às espacialidades - em seus graus de autonomia e heteronomia - se quiserem se mostrar realistas no que tange às relações Estado-sociedade civil das conjunturas a que estão ligadas. O território quanto dimensão política nos torna possível, não somente realizar uma compreensão mais realista da política, mas também estar atento às lutas cotidianas das cidades em que vivemos e atuamos. A União dos Trabalhadores Favelados demonstrou que, por meio do território e de uma mobilização autônoma é possível que se produza participação política, e, portanto, níveis de radicalização democrática, mesmo em ambientes fortemente marcados pela heteronomia.

6. Bibliografia

ABERS, Rebecca, SERAFIM, Lizandra e TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo**: A experiência na Era Lula. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, nº2, 2014, pp. 325 a 357.

ABREU, Mauricio de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

AGACHE, Alfred. **Cidade do Rio de Janeiro**. Remodelação - Extensão - Embellezamento. Paris: Foyer Brésilien Editor, 1930.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BITTENCOURT, Danielle Lopes. **“O morro é do povo”**: memórias e experiências de mobilização em favelas cariocas. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2012.

BRUM, Mario Sergio Ignácio. **Ordenando o espaço urbano no Rio de Janeiro**: O programa de remoção da CHISAM e as ‘utilidades’ para os favelados (1968-1973). XIV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Memória e Patrimônio. 2010.

BURGESS, Rod. **Petty commodity housing or dweller control?** A critique of John Turner’s views on housing policy. In: BROMLEY, R. The urban informal sector. Oxford: Pergamon, 1979. P. 1105 – 1133.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto III**. O mundo fragmentado. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

CORREIO DA MANHÃ. **A Batalha do Rio de Janeiro**. Nº. 18.921 Ano XLVII. Quarta-feira, 19 de Maio de 1948. p.2.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DUARTE, Hugo Villaça. **A Ação Popular e a questão humanista**: das origens cristãs ao marxismo (1963-1973). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. Niterói, 2010.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro**: História e direito. Rio de Janeiro: Pallas, Ed. PUC-Rio, 2013.

GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro. **A centralidade da UTF na reconstrução da memória dos movimentos associativos de moradores nas Favelas cariocas**. Anais do XI Encontro Nacional de História Oral. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Tradução: Guido A. Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

IMPrensa POPULAR. **Serão Instaladas Secretarias da UTF em Todas as Favelas**. Ano VII, Nº 1.344. Rio de Janeiro, terça-feira, 2 de novembro de 1954.

Jornal do Brasil. **Casa não é o único problema para os favelados do Rio**. 15 de agosto de 1968.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

OAKIM, Juliana. **“Urbanização sim, remoção não”**. A atuação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense. Departamento de História. Niterói, 2014.

OLIVEIRA, Elaine Freitas. **Revitalização dos centros urbanos: a luta pelo direito à cidade**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Rio de Janeiro, 2009.

PESTANA, Marco M. **A União dos Trabalhadores Favelados e a luta contra o controle negociado nas favelas cariocas (1954-1964)**. Universidade Federal Fluminense. Departamento de História. Niterói, 2013.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. **Código de Obras do Distrito Federal**. Decreto N. 6.000. de 1 de julho de 1937. Separata da Revista Municipal de Engenharia. Rio de Janeiro - Brasil, 1937.

REBOUÇAS, William Bueno. **Florescimento autônomo em territórios periféricos do Rio de Janeiro: Pelos caminhos da Comunidade Popular Chico Mendes**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Niterói, 2017.

RODRIGUES, Rute Imanishi. **Os parques proletários e os subúrbios do Rio de Janeiro: Aspectos da Política Governamental para as favelas entre as décadas de 1930 e 1940**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SCHEUERMANN, Reginaldo Costa. **A Fundação Leão XIII Educando os Favelados (1947-1964)**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro, 2015.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Cruzada São Sebastião do Leblon**: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional da Zona Sul do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-graduação em Antropologia. Niterói, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a Ágora**: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Geografia**: A hora e a vez do pensamento libertário. Boletim Gaúcho de Geografia, 38: 15-34, maio, 2012.

TOURAINÉ, Alain. **The Voice and the Eye**: An Analysis of Social Movements. Publisher, Cambridge U.P., 1981.

TURNER, John. **Housing in three dimensions**: terms of reference for the housing question redefined. In: BROMLEY, R. The urban informal sector. Oxford: Pergamon, 1979. P. 1135 – 1145.

III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas;

30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES)

ST 11 - Anticapitalismo, Democracia Radical e Sociabilidades Emergentes:
abordagens Teóricas e Empíricas Sobre o Ativismo Social Contemporâneo

**Título: Constituição e tendências do sujeito revolucionário: Uma análise da
relação especular fetichista entre anarquistas e comunistas nas Jornadas de
Junho.**

Lara Sartorio Gonçalves (IESP/UERJ)

Resumo

Junho de 2013 marcou uma inflexão no cenário sociopolítico do Brasil. O contexto extraordinário de mobilizações que tomaram as ruas em diversas cidades do país revelou contradições nas históricas divergências dos anarquistas e comunistas e impôs novos desafios às disputas políticas. O corrente artigo se dedica a compreender de que forma esses grupos se confrontaram na experiência de Junho no Rio de Janeiro e como essa relação permeia as rearticulações de sujeitos coletivos da geração pós-2013.

As diferenças entre anarquistas e comunistas atravessam origens teóricas e históricas e servem de fundamento para a rejeição entre eles. Buscamos analisar em que medida essas divergências acabaram sendo atenuadas no processo das Jornadas de Junho, no sentido de que as características se demonstraram muitas vezes fluidas entre as práticas das correntes libertárias e comunistas. Acreditamos que a dinâmica de interação entre os grupos pode ser pensada através de uma relação de espelho, sobre a qual o conceito freudiano de Renegação Fetichista nos auxilia, tendo em vista a diluição de diferenças entre os sujeitos analisados, em um processo de falsa rejeição ou mimese recalcada.

Palavras-chave: Anarquismo; Comunismo; Jornadas de Junho.

Constituição e tendências do sujeito revolucionário: Uma análise da relação especular fetichista entre anarquistas e comunistas nas Jornadas de Junho de 2013

A polêmica entre anarquistas e comunistas marcou os episódios revolucionários e as formulações teóricas da esquerda no desenvolvimento do século XIX. A relação de tensão entre os grupos segue existindo até os dias atuais, caracterizando a fragmentação da esquerda revolucionária. O ano de 2013 no Brasil foi surpreendido pelo que se convencionou chamar “Jornadas de Junho”, uma série de manifestações que tomaram as ruas em diversas cidades do país. Esse contexto extraordinário de lutas revelou contradições nas históricas divergências dos anarquistas e comunistas e impôs novos desafios às disputas políticas.

Quando pensamos nas características que pautam as diferenças entre os anarquistas e os comunistas, o que frequentemente se destaca é a organização destes, em contraposição ao ativismo daqueles. O recurso às instituições, por um lado, e a ação direta por outro. A disciplina partidária em oposição à ausência de lideranças e a organicidade em contraposição à liberdade individual. Por uma breve recapitulação teórica, transitaremos pelo debate entre as vertentes e suas divergências mais elementares.

1. Anarquismo e Comunismo; anarquistas e comunistas:

O anarquismo é reivindicado por correntes diversas, que se diferenciam quanto à forma como concebem uma nova sociedade e o processo pelo qual seria possível se chegar a ela. A convergência entre eles consiste na absoluta rejeição à ideia de que a construção de outra sociedade se assuma por meio de um processo estadista. Bakunin, em "Socialismo sin Estado: Anarquia", argumenta que o horizonte vislumbrado pelo anarquismo é de uma sociedade em que homens e mulheres possam desenvolver suas aptidões, organizada de modo a ser impossível a exploração de qualquer trabalhador e em que a produção e apropriação da riqueza social sejam coletivas.

A divergência com o comunismo, entretanto, é logo acentuada pelo autor:

"Em nome da liberdade, que reconhecemos como fundamento único e único principio criador da organização, econômica ou

política, protestaremos contra todo regime que remotamente possa assemelhar-se ao Comunismo Estadista, ou ao Socialismo Estadista.”¹

Segundo Bakunin, na tática revolucionária que deverá ser aplicada para uma revolução *social*, apresentada por ele próprio como “diametralmente oposta a uma revolução política”, as autoridades políticas não contam, “enquanto a ação espontânea das massas é tudo”. O autor pressupõe o “poder natural das massas” para a condução do processo revolucionário, cabendo aos indivíduos apenas propagar ideias que correspondam ao instinto popular, e não mais que isso. O resto deverá ser realizado pela ação espontânea do povo, pois de qualquer outra forma o processo conduziria à ditadura política, ao ressurgimento do Estado e à opressão. Bakunin é estrito na diferenciação que faz, por um lado, da revolução social dos libertários (anarquistas) e, por outro, da revolução política dos autoritários (comunistas):

“Os comunistas creem que é necessário organizar as forças dos trabalhadores para tomar posse do poder político estatal. Os socialistas revolucionários os organizam com o objetivo de destruir, ou se preferir expressão mais refinada, para liquidar o Estado. Os comunistas são partidários do princípio e da prática da autoridade, enquanto os socialistas revolucionários apenas colocam sua fé na liberdade. Ambos são partidários tanto da ciência, que deve destruir a superstição e tomar o lugar da fé, mas os primeiros querem impor a ciência para o povo, enquanto os coletivistas revolucionários tentam espalhar a ciência e o conhecimento entre o povo, para que os vários grupos da sociedade humana, uma vez convencidos pela propaganda, possam organizar-se e combinar-se espontaneamente em federações, de acordo com suas tendências naturais e de seus interesses reais, mas nunca de acordo com um plano previamente elaborado e imposto para as massas ignorantes por algumas inteligências “superiores”.²

Assim como Bakunin, Errico Malatesta classifica os comunistas como “socialistas autoritários”, em contraposições ao anarquismo, identificado como socialismo libertário. O debate da autoridade marcou as discussões entre anarquistas e comunistas, tema de importância central principalmente para os primeiros, que se

¹ Ibidem.

² BAKUNIN, *Socialismo sin Estado: Anarquismo*, cit.

voltavam para a noção de "liberdade" como princípio inegociável. Entretanto, é possível identificar processos tais como uma espécie de autocrítica dos autores, a exemplo do texto de Malatesta, que admite certo grau de autoridade:

“A anarquia é a sociedade organizada sem autoridade, compreendendo-se a autoridade como a faculdade de impor a própria vontade. Todavia, também significa o fato inevitável e benéfico de que aquele que melhor compreenda e saiba fazer uma coisa, consiga fazer aceitar mais facilmente sua opinião, e sirva de guia nesta determinada coisa aos que são menos capazes.”³

A diferenciação realizada por Bakunin entre os comunistas e coletivistas revolucionários, contudo, se assemelha às divergências entre os “economistas” e os “social-democratas”, expostas por Lênin, na obra “Que fazer?”. Suas análises destacam o processo de burocratização dos partidos, em que o ascenso das massas é contido por uma direção vacilante. Dessa forma, Lênin combate os “economistas”, representados pela revista *Rabótcheie Dielo*, e ataca o conceito de massa criança (massas ignorantes, nas palavras de Bakunin).

Segundo ele, os economistas são pautados por lutas econômicas tangenciais ao tratarem as classes exploradas como ignorantes e incapazes de alcançar um grau de consciência determinado para transformar a luta econômica em luta política e o descontentamento espontâneo em organização. Esse comportamento de ‘intelectuais superiores’, externos ao movimento real e descolado das trocas de conhecimento com as bases sociais, é rigidamente condenado por Lênin. O papel da militância revolucionária, para ele, em muito se assemelha ao descrito por Bakunin, como aqueles responsáveis por espalhar ciência e conhecimento político. Ao analisar a realidade concreta em que estava inserido, Lênin aponta que “devemos ir a todas as classes da população”, como “teóricos, como propagandistas, como agitadores e como organizadores.”⁴

Contemporâneos, Marx e Proudhon tentavam influenciar os rumos da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) – posteriormente conhecida como a I Internacional. Enquanto Marx atentava para as circunstâncias históricas em que o desenvolvimento das forças produtivas levaria o proletariado a desenvolver uma consciência coletiva e a se colocar como organização revolucionária, Proudhon

³ MALATESTA, Errico. *Anarquismo e Anarquia*. Fáiça, 2009, p. 4.

⁴ LÊNIN, V.I. *Que Fazer?* V1 In: Obras escolhidas. Lisboa: Edições Avante!, 1981, p. 148.

defendia o *mutualismo* em que, através de associações progressistas dos produtores seria possível dar fim ao capitalismo espontaneamente. O fundador do socialismo “autonomista” enfrentou as rígidas críticas de Marx, que acusava sua teoria de idealista, descolada das condições reais e com influências pequeno-burguesas. Marx, ao tratar de Proudhon, é bastante duro em seus apontamentos:

[...] “é o homem que anda à procura de fórmulas. É assim que o sr. Proudhon se gaba de haver feito a crítica da economia política e do comunismo: ele está abaixo de uma e de outra cousa. Abaixo dos economistas, porque, como filósofo, que tem a seu alcance uma fórmula mágica, acreditou poder se dispensar de entrar em pormenores puramente econômicos; abaixo dos socialistas, porque não tem nem bastante coragem, nem luzes bastantes para se elevar, não fosse especulativamente, acima do horizonte burguês... Ele quer planar como homem de ciência acima dos burgueses e dos proletários; e não é senão o pequeno-burguês oscilando constantemente entre o capital e o trabalho, entre a economia política e o comunismo.”⁵

Marx argumenta que é impossível tratar de parte da sociedade sem recorrer às outras relações sociais e por isso a necessidade de uma abordagem dialética. A polêmica travada na internacional consistia, de um lado, em Marx defendendo a tese comunista de que é idealismo pensar que os seres humanos desta sociedade estão voluntariamente prontos para o comunismo, sem antes passar por uma transição socialista de centralismo proletário. E, por outro lado, a ideia radical dos anarquistas de a liquidação imediata do Estado era a única via possível da revolução, pois dele emana a exploração. Os comunistas, por outro lado, defendiam que essa apreensão estava invertida, na medida em que é a divisão de classes e a exploração que originariam o Estado e não o contrário⁶.

Joseph Proudhon fundamenta sua teoria a partir da questão econômica e, em sua obra “Filosofia da Miséria”, o autor sustenta que o socialismo conclui e declara a economia política como uma hipótese falsa e que nada mais é que argumento inventado em proveito da dominação da maioria pela minoria. Em suas palavras:

“O socialismo aceita todas estas consequências. Para ele

⁵ MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. Apêndice I: *Proudhon Julgado por Karl Marx* [Carta a J. B. Von Schweitzer]. <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/miseria/anexo01.htm>> Acessado em 03 de janeiro de 2014.

⁶ Preobrazhensky, E. *Anarquismo e Comunismo*. Editora Sundermann.

a economia política, considerada por muitos como a fisiologia da riqueza, nada mais é que a prática organizada do roubo e da miséria; assim como a jurisprudência, condecorada pelos legistas com o nome de razão escrita, não é mais, aos seus olhos, que a compilação das rubricas do banditismo legal e oficial ou, em uma palavra, da propriedade. Consideradas em suas relações estas duas pretensas ciências -a economia política e o direito -formam, no dizer do socialismo, a teoria completa da iniquidade e da discórdia. Passando a seguir da negação à afirmação, o socialismo opõe ao princípio da propriedade o princípio da associação e se fortalece ao recriar de alto a baixo a economia social, isto é, ao constituir um direito novo, uma nova política e instituições e costumes diametralmente opostos às formas antigas.⁷

Proudhon defende, a partir dessa análise, que o fim da exploração do homem pelo homem e o fim do governo são a mesma coisa. Nesse sentido, o argumento de que a revolução se trata de uma luta social, e não política, consiste em conceber a emancipação dos trabalhadores não por meios políticos, mas sim econômicos. É através da organização voluntária do próprio trabalho em um sistema de troca equitativa entre produtores autônomos (organizados individualmente ou através de associações) que Proudhon chegou ao que foi chamado de “mutualismo”. Segundo suas reflexões em “Do princípio federalista”, quando “transportado para a esfera política, o que chamamos até ao momento mutualismo toma o nome de Federalismo. Numa simples sinonímia é dada toda a revolução, política e econômica.”⁸

O dito idealismo dos anarquistas, de que fala Marx, entretanto, se contrastava com o oportunismo dos reformistas. Isso fez com que maiores esforços tenham sido concentrados para uma diferenciação entre os comunistas e os oportunistas, e muito tenha sido produzido no sentido de buscar uma aproximação entre os anarquistas e comunistas. Engels, em “Sobre a autoridade”, tenta estimular esse debate:

“Por que é que os adversários da autoridade não se limitam a gritar contra a autoridade política, contra o Estado? Todos os socialistas estão de acordo em que o Estado e, com ele, a autoridade política

⁷ PROUDHON, Joseph. Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria. São Paulo: Ícone, 2010, p. 90.

⁸ PROUDHON, Joseph. De la Capacité politique des Classes Ouvrières, Marcel Rivière, Paris; p.198.

desaparecerão em consequência da revolução social futura; isso significa que as funções públicas perderão o seu caráter político e transformar-se-ão em simples funções administrativas que zelarão pelos interesses sociais. Mas, os adversários da autoridade exigem que o Estado político seja suprimido de uma vez, antes mesmo que sejam suprimidas as condições sociais que o criaram.”⁹

Ainda que de maneira tímida, a obra de Proudhon “Do Princípio federativo e da necessidade de reconstrução do Partido da Revolução”, de 1863, caminha para uma correspondência com Engels, no sentido de finalmente admitir uma autoridade e pautar os conceitos de “autonomia e liberdade” como noções relativas. O que Engels deixa claro, entretanto, é que as divergências entre eles no campo da autoridade e da liberdade são situadas não na dimensão dos princípios, mas na forma como se declara o problema: “Estes senhores julgam ter mudado as coisas quando só mudaram os nomes.”¹⁰. Engels finaliza sua abordagem pontuando que “se os autonomistas se tivessem contentado em dizer que a organização social do futuro não admitirá a autoridade senão nos limites do que lhe são traçados pelas condições mesmas da produção, poderíamos entender-nos com eles”¹¹.

Dentro do debate entre Marx e Proudhon, até mesmo Bakunin se sentiu mais compatível com as ideias de Marx, quando escreveu:

"O Sr. Marx leu, é óbvio, todos os socialistas franceses, de Saint-Simon a Proudhon, inclusive; sabe-se que detesta Proudhon e, na crítica implacável que lhe fez, há, sem dúvida alguma, muita verdade: apesar de todos os seus esforços para se situar em terreno sólido, Proudhon permaneceu um idealista e um metafísico. Seu ponto de partida é a noção abstrata do direito; ele vai do direito ao fato econômico, enquanto o Sr.Marx, ao contrário dele, enunciou e demonstrou a incontestável verdade, confirmada por toda a História Antiga e Moderna da sociedade humana, das Nações e dos Estados, que o fato econômico precedeu e continua a preceder o direito

⁹ ENGELS, Friedrich. Sobre a autoridade. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1873/03/autoridade-pt.htm>> Acessado e 02 de janeiro de 2014.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

político e jurídico. Um dos principais méritos científicos do Sr. Marx é o de ter enunciado e demonstrado esta verdade." ¹²

A experiência de uma das maiores revoluções proletárias, a Comuna de Paris de 1871, fez com que Marx e Engels formulassem algumas lições dela decorrentes, atentos à sua filosofia do materialismo dialético. Para eles, o programa do partido comunista estava naquele momento “envelhecido em alguns pontos”: A comuna, especialmente, demonstrou que “não basta a classe operária apoderar-se da máquina do Estado para adaptá-la aos seus próprios fins.”¹³. Lênin, à luz das considerações marxianas sobre a Comuna, defende que o Estado burguês deve ser entendido como forma de dominação que deve ser aniquilada. No que tange ao Estado Proletário, seu caráter deve ser transitório, servindo apenas à garantia de que a reação burguesa não realizará a contra-revolução. O teórico reitera que nenhum Estado deve ser tratado como objetivo da revolução, mas como parte da afirmação do processo revolucionário.

É a opinião em relação ao Estado o que aproxima os comunistas dos anarquistas e os afastam dos oportunistas. Nas palavras de Lênin, “Marx está de acordo com Proudhon no fato de ambos serem pela “demolição” da máquina contemporânea do Estado.”¹⁴. Ao passo que Marx se afasta dos proudhonianos precisamente na questão do federalismo anarquista em contraposição ao centralismo comunista.

O que o marxismo enfatiza é que a supressão do Estado deve coincidir com a supressão das classes, acusando os anarquistas da pretensão da destruição do Estado se realize “de um dia para o outro”¹⁵. Segundo Lênin:

“O proletariado precisa do Estado só por um certo tempo. Sobre a questão da supressão do Estado, como *objetivo*, não nos separamos absolutamente dos anarquistas. Nós sustentamos que, para atingir esse objetivo, é indispensável utilizar provisoriamente, contra os exploradores, os instrumentos, os meios e os processos do poder político, da mesma forma que, para suprimir as classes, é indispensável a ditadura provisória da classe oprimida.”¹⁶

¹² BAKUNIN, *Estatismo e Anarquia*. São Paulo: Editora r. Disponível em: <http://docs10.minhateca.com.br/640615697,BR,0,0,Estatismo-e-Anarquia-Bakunin.pdf>

¹³ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. apud LÊNIN, V. I. O Estado e a Revolução, V 2 In: Obras escolhidas. Lisboa: Edições Avante!, 1981, p. 46.

¹⁴ Ibidem, p. 66.

¹⁵ Ibidem, p. 74.

¹⁶ Ibidem, p. 76-77.

Lênin reforça, ao longo do texto, que as polêmicas criadas pelos oportunistas com os anarquistas não podem, nem devem, ser feitas pelos marxistas¹⁷. Os oportunistas são aqueles que se reivindicam partidários do Estado, que através de sua estrutura é possível governar para os trabalhadores. No que tange à crítica aos anarquistas, reduzem-na a apontá-los como aqueles que negam o Estado. A reivindicação dos comunistas, no entanto, coincide com a dos anarquistas exatamente na negação do Estado. A divergência está na defesa realizada por Marx e Engels de que o desaparecimento do Estado deve ser consequência da revolução socialista, ou seja, através de uma ditadura do proletariado que conduziria o fim das classes e o definhamento do Estado. Os anarquistas não reivindicam esse processo transitório e sim a destruição imediata de qualquer forma de centralidade política, já que qualquer Estado é uma forma de organização da violência, inclusive o de uma minoria dirigente proletária.

2. Confrontação especular:

É notável que as experiências do século XIX levaram os anarquistas e comunistas a um rigor teórico de quem experimentava na prática um momento de possibilidades de transformação. Ainda assim, na breve recapitulação que realizamos, pudemos observar maior coincidência entre anarquistas e comunistas, no sentido teórico, do que entre os comunistas "reformistas-estadistas" e os "revolucionários". Cabe lembrar, que em nossos apontamentos também se evidenciou uma flexibilização do sentido tático a partir da vivência da realidade concreta, implicando em autocrítica teórica de ambas correntes.

Pudemos observar que Malatesta, Proudhon e, em especial Bakunin, repensaram a questão da autoridade e dimensão organizativa do movimento ao se confrontarem com as dificuldades práticas. Por outro lado, vimos que Marx e Engels passaram por um processo de autocrítica importante na própria ideia de tendência histórica e de sujeitos revolucionários ao lidarem com a Comuna de Paris. O resultado disso foi não apenas a alteração textual do Manifesto do Partido Comunista, como a escritura do livro "Guerra civil em França" que pode ser entendido como uma aproximação destaca do anarquismo em suas obras.

Lênin é perspicaz nesta notável observação:

¹⁷ Referência ao texto da página 78 da obra LENIN, V.I., *O Estado e a Revolução*.

“A conclusão contra os anarquistas foi mil vezes repetida, repisada e simplificada, fixando-se nos cérebros com a tenacidade de um preconceito. A conclusão contra os oportunistas, porém, deixaram-na na sombra e esquecida!”¹⁸

A lógica estigmatizadora, capaz de titular simbolicamente a identidade do outro é evidente na relação entre semelhantes, como os anarquistas e comunistas. Podemos, com isso, recorrer à figura do espelho enquanto ferramenta analítica de nosso estudo. O espelho é marcadamente relevante em diversas áreas, da psicanálise à literatura, no que tange às discussões relativas à constituição do sujeito. No âmbito da psicanálise, Lacan, em seu texto , aponta a imagem como elemento primordial da constituição do eu. A função do estádio do espelho é de estabelecer uma relação do organismo com a sua realidade, do *Innenwelt* (mundo interior) com o *Umwelt* (mundo circundante). Nesse processo, o reconhecimento que se dá é de você com o espelho, sendo este um reconhecimento precoce, que não se sustenta por si mesmo (é o exemplo do bebê que ainda não fica em pé, mas que sua mãe o sustenta em postura ereta em frente ao espelho).

Isso porque o Eu especular é uma projeção precipitada “da insuficiência para a antecipação”¹⁹, em que fantasias se sucedem desde a imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade, que Lacan chama de ortopédica. É o que fabrica para o sujeito em sua passagem para o Eu social uma armadura que dará forma com a sua “estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental”. Essa estrutura é responsável por limitar a consciência do sujeito, que vai assumindo uma identidade alienante. Guimarães Rosa, assim reflete essa relação estimatizante do outro e limitadora de si:

“E os próprios olhos, de cada um de nós, padecem viciação de origem, defeitos com que cresceram e a que se afizeram, mais e mais. [...] Os olhos, por enquanto, são a porta do engano; duvide deles, dos seus, não de mim.”²⁰

Frequentemente, na vida social, o espelho é o outro, em relação ao qual o sujeito se compara. Sob o próximo como minha imagem especular mais imediata,

¹⁸ LÊNIN, V.I. O Estado e a Revolução. Ed. HUCITEC, São Paulo, 1978; p.24.

¹⁹ LACAN, Jacques. *O Estádio do Espelho como formador da função do Eu*. In: Zizek, S. (Org.) Um Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p.100.

²⁰ ROSA, João de G., “*O Espelho*”. Disponível em: <http://cocminas.com.br/arquivos/file/o%20espelho.pdf>. Acessado em: 10 de janeiro de 2013.

imprime-se uma dialética de identificação com o outro, na medida em que eu não sou ele. É o momento em que se conclui o estágio do espelho e que o homem passa a mediatizar seu desejo pelo desejo dos outros, tratando de “constituir seus objetos numa equivalência abstrata pela concorrência de outrem”²¹.

A identificação do Sujeito e o Nome, por sua vez, constituem importante aspecto da linguagem para o reconhecimento. Na medida em que o outro se constitui enquanto padrão de comparação objetivado em nossas mentes, através do Nome, passa a existir o Outro como Coisa, bem compreendido no que Lacan chama de “palavra fundadora”²², que trata de formas de titular simbolicamente uma pessoa (ou grupo) e faz dela o que se proclama que ela é, constituindo sua identidade simbólica. A partir do título nomeado a outro, imediatamente me constituo pela relação que defino com ele. “Essa noção é comumente percebida como um eco da teoria dos performativos, de atos de fala que realizam no próprio ato de sua enunciação o estado de coisas que declaram”.²³

Esse recurso performativo em Lacan estabelece um compromisso simbólico, na medida em que o outro não é apenas meu duplo especular, mas um Outro absoluto que permanece insondável. Isso nos auxilia em reconhecimentos que se forjam de um com o outro a partir do que se deseja ser, ou do que não se deseja ser, mas não imediatamente o que é. Esse tipo de formulação do reconhecimento pressupõe uma relação de sentido com o outro que se apresenta, na medida em que suas ações, imagens e títulos simbólicos fazem sentido.

3. Renegação Fetichista: “comecei a procurar-me — ao eu por detrás de mim — à tona dos espelhos”²⁴

A partir dessa exposição, nos aproximamos de nossa hipótese inicial para pensar a interação entre anarquistas e comunistas como uma *renegação fetichista*, conceito forjado por Freud em seu texto "Fetichismo". O psicanalista aponta o fetiche como um "indício do triunfo sobre a ameaça de castração e como uma proteção contra ela"²⁵ e a rejeição é o mecanismo que estaria por trás da construção do fetiche. A rejeição é indicada como uma parte da realidade na constituição da psique do sujeito.

21 Ibidem., p.101.

22 ZIZEK, Slavoj. Como ler Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010, p.59.

23 Ibidem., p.59.

24 ROSA, João de G., “O Espelho”. Disponível em: <http://cocminas.com.br/arquivos/file/o%20espelho.pdf>. Acessado em: 10 de janeiro de 2013.

25 FREUD, Sigmund. Obras Completas (Imago) - Vol. 21 (1927-1931), p. 96.

Haveria uma parte da vida psíquica que se condicionaria ao desejo, ao passo que a outra se dirigiria à realidade.

Podemos contrastar essa noção com o que Lacan apresenta como os registros entrelaçados constituidores da realidade dos seres humanos. O *Simbólico*, registro da linguagem, é o que possibilita o encadeamento de significantes. Uma vez que não configuram a compreensão total dos símbolos, funcionam na transitoriedade, na constante reconstrução que leva aos enlaçamentos do sujeito. O registro *Imaginário* é onde se localizam as demandas que, situadas no contexto do sistema capitalista, com frequência são também as frustrações. O registro do *Real* é aquilo que está dado, está no campo da necessidade. Além de ser um registro inapreensível pela consciência, impõe-se de forma desmedida, e por vezes traumática. Nota-se aqui, que o registro simbólico é o das “castrações”. A castração simbólica, trabalhada por Lacan, indica o hiato entre a identidade psicológica direta e a identidade simbólica (a máscara ou título simbólico que uso, definindo o que sou no que projeto socialmente).

É complementar refletir o conceito de fetichismo em Freud associado com o mesmo conceito em Marx. O texto *O fetichismo da Mercadoria: seu segredo*, no primeiro livro de *O Capital*, aponta que na sociedade capitalista os objetos materiais possuem propriedades que lhes são conferidas por meio das relações sociais dominantes, mas que obscurecidas, disfarçadas. As relações sociais se apresentam como relações que existem entre as coisas, e não entre as pessoas (ou entre os produtos, e não os produtores). Quando o outro é atribuído como Coisa, na medida em que é identificado por sua insígnia, e não pelo que é em realidade, estamos falando de um mesmo fetichismo. No Dicionário do Pensamento Marxista, essa conexão fica ainda mais evidente:

“(...) as propriedades conferidas aos objetos do processo econômico, verdadeiras forças que sujeitam as pessoas ao domínio deste processo, são como que uma espécie de máscara para as relações sociais peculiares ao capitalismo. Isto dá lugar às ilusões quanto à origem natural dessas forças. Mas a máscara não é ilusão. As aparências que mistificam e deturpam a percepção espontânea da ordem capitalista são reais: são formas sociais objetivas, que, simultaneamente, são determinadas pelas relações subjacentes e as obscurecem”.²⁶

²⁶ Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Ed. ZAHAR, 1988.

Essas aparências criadas como disfarce, próprias da sociedade capitalista, imergem os sujeitos no fetichismo de tal forma que por mais que identifiquem as mercadorias como uma expressão refinada das relações sociais e não um objeto mágico de poderes especiais, é questionável se também inconscientemente o fetichismo foi superado. Há, mesmo na identificação da recusa, uma interpelação de desejo fetichizado por aquilo que se rejeita.

A apropriação conceitual se faz adequada na medida em que a rejeição entre anarquistas e comunistas é dada em um patamar de narcisismo de pequenas diferenças em um contexto que não consiste nas dificuldades de uma situação revolucionária, tal como momentos de debate acirrado do século XIX. Por outro lado, as insígnias rejeitadas pelos sujeitos são simultaneamente objetos de fetichização. O objeto de fetiche é, na perversão, o que eleger para encobrir a própria ameaça de castração. Aquilo ameaça o meu desejo, ao passo que também faz parte dele. Nos interessa, nesse sentido, observar como que nas Jornadas de Junho de 2013, o que se evidenciou foi, ao contrário do que o debate teórico apontou, uma fragmentação crescente entre anarquistas e comunistas, que se retiraram do espaço comum de articulação - a saber, o Fórum de Lutas contra o Aumento da Passagem- passando a se organizarem em grupos separados - a FIP (Frente Independente Popular) e o Fórum- acolhendo, em cada um desses grupos, setores reformistas (mais numerosos entre os comunistas, pelo compartilhamento da forma partido).

É intrigante pensar como que a maior compatibilidade gera, por fim, estranhamento. Ao passo que este estranhamento conduz também à uma fetichização que levou, em alguma medida, à uma mimese recalcada na experiência das jornadas, sobre a qual nos debruçaremos a seguir.

4. Jornadas de Junho de 2013: da fantasia para o real, ou do real para a fantasia?

As concepções teóricas dos anarquistas e comunistas demonstram a relação dialógica existente entre ambos desde sua origem, seja em relação aos avanços que se seguiram à Revolução Francesa diante da necessidade de superação da teoria rousseauiana, passando pelas disputas de influência nos marcos das Internacionais²⁷ até as tentativas de revisão e recuperação da esquerda atual. A tensão teórica entre eles foi brevemente discutida neste artigo e serviu como sinalização para as divergências que se diluem até mesmo em suas polêmicas históricas mais

²⁷ Tratando principalmente a I e a II Internacional, já que não houve a participação dos anarquistas nem na III e nem na IV, pois foram expulsos pelos marxistas desde a II Internacional.

fundamentais, quais sejam as opiniões relativas ao Estado, à autoridade e a concepção de uma nova sociedade. O debate será retomado pelas experiências práticas, analisando de que forma as divergências entre anarquistas e comunistas podem ser verificadas dentro da dinâmica de renegação fetichista através das *Jornadas de Junho*.

As mobilizações de Junho forçaram um contato entre anarquistas e comunistas que gerou estranhamento, dado que a apreensão simbólica do outro e de si mesmo já estavam concebidas prematuramente. A passagem do que circundava o virtual – as manifestações e protestos nas redes sociais – para o contato com o real revelaram as primeiras contradições do movimento que foram definitivas para os passos seguintes. A massa de manifestantes “despedaçada” e disforme que foi às ruas representava uma totalidade que assustou. E assustou principalmente a esquerda partidária, que seguia até então em monólogo no palco das ruas. As experiências aqui retomadas são parte de um estudo mais amplo de observação participante²⁸ - ou pesquisa militante, como conceituação mais apropriada- e serão utilizadas de maneira menos sistemática e mais ilustrativa do argumentação pelo caráter breve do texto.

“FINJA, ATÉ QUE SEJA VERDADE”²⁹

“Isto é, se nos ajoelharmos e rezarmos não tanto para abraçar nossas crenças, mas sim para nos livrarmos delas, de sua intrusão, para assegurar um espaço para respirar? Acreditar – acreditar diretamente, sem mediação – é um fardo opressivo que, felizmente, pode ser descarregado sobre outrem pela prática de um ritual.”³⁰

Há uma dimensão do agir compulsivo por parte da esquerda, que se caracteriza por manifestações de pautas reativas à ataques de direitos, que leva ao aspecto ritualizado da ação contestatória. O que se observa é um agir pelo agir, sem de fato acreditar que aquilo transformará algo, um ritual estruturante da ação de modo a permanecer no lugar seguro da conservação. As manifestações esporádicas, de evento, nada mais demonstravam que uma tentativa compulsiva da esquerda de cumprir seu papel, quase que como forma de se livrar daquilo que ela acredita.

²⁸ Estudo realizado para o trabalho monográfico, apresentado em dezembro de 2013- como forma de avaliação para obtenção do título de bacharela em Ciência Política na Universidade Federal do Estado do Rio e Janeiro (UNIRIO).

²⁹ Frase comumente repetida em encontros de alcoólicos anônimos (AA).

³⁰ *Ibidem*, p. 42 e 43.

Ao refletirmos esse elemento, é preciso retomar o contexto muito específico da esquerda atualmente no Brasil, que vive a busca desesperada por preencher o vazio deixado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) após sua chegada à estrutura de poder. O partido funcionou, em seus treze anos de governo, como verdadeiro administrador da luta de classes. Por um lado, manteve uma política econômica que segue à risca a cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, por outro, ampliou o número de contemplados por políticas assistencialistas em âmbito social. A trajetória do PT serviu, de certa forma, como confirmação da tese de que todos os partidos seguem a mesma lógica de oportunismo eleitoral, o que levou a uma ainda maior descrença no instrumento político partidário.

Como aponta Bringel (2016), podemos entender os movimentos sociais como "termômetros" de movimentos societários e as Jornadas de Junho são uma demonstração disso. A ascensão de imaginários político-ideológicos mais conservadores e também libertários em contraposição aos programas comunistas não são fenômenos surpreendentes dada a interação experimentada no Brasil entre a esquerda e as estruturas de Estado.

À luz desse contexto, eram muitos e complexos os problemas de uma sociedade com pouca ou nenhuma prática política em movimento real nos últimos anos. O retorno do PT às ruas, desacostumado e até mesmo descrente daqueles processos; a esquerda organizada em partidos, acostumada ao seu grito uníssono e seguro nos espaços até então ocupados apenas por ela; e os conservadores e reacionários experimentando um repertório tradicionalmente vinculado à esquerda, levando para a disputa viva as narrativas apresentadas pela mídia hegemônica, como a rede Globo.

Com o avanço dos conservadores, caracterizados pelo recurso à bandeira do Brasil, a palavra de ordem "Sem partido!", as cores verde e amarela riscadas no rosto e uma rejeição violenta à tudo que se desdobrava do "vermelho", associado aos "petistas" ou a "comunistas" como uma generalização da influência do PT, o campo da esquerda se unificou. A primeira tentativa de unidade, foi uma plenária que ocorreu na UFRJ chamada de "Frente democrática contra o fascismo". Ali estavam reunidos os reformistas, PT (ainda governo e com integrantes de outros partidos de sua base aliada), os anarquistas, e os comunistas organizados em partidos, coletivos e também independentes. O fracasso do processo se deu no próprio local da plenária, em que integrantes aproveitaram o espaço amplo e formaram uma roda separada com uma dinâmica organizativa mais horizontal.

A plenária, por um lado, contava com o aparato dos partidos, na organização comum às assembleias do Fórum de Lutas Contra o Aumento das Passagens, que era uma mesa com representantes que coordenavam a assembleia, utilizando microfones e controlando o tempo de fala dos demais, eram também os responsáveis por anotar os encaminhamentos e inscrever as falas. O que se repetia e era parte do desgaste das relações, principalmente por parte dos anarquistas, era como a dinâmica era voltada para o "dizer" e pouco para "ouvir". Cada um ia para a frente das assembleias com suas falas organizadas por um roteiro e pouco dialogavam com o que havia sido dito antes. Funcionavam, visto da perspectiva crítica de alguns, como um espaço para propagandear organizações quase como que expondo-as em vitrines, a partir de falas mais eloquentes e melhores articuladas.

De todo modo, foi na emblemática assembleia de junho que reuniu cerca de quatro mil pessoas que a ruptura se deu de fato e os anarquistas (mas também alguns maoístas e leninistas) anunciaram que fundariam a FIP (Frente Independente Popular). Este foi um momento de acirramento dos ânimos e de efêmera massificação dos movimentos pelo furo de bloqueio midiático adquirido pela manifestação do dia 17 de junho, que marcou as jornadas no Rio de Janeiro e também no Brasil. Foi o dia em que mais de um milhão de pessoas foram às ruas e que a ação direta foi recurso de luta privilegiado a ponto de possibilitar o encurralamento de 70 policiais dentro da ALERJ e a ocupação da escadaria e do prédio por milhares de pessoas. Foi neste mesmo dia que militantes do PSTU, partido trotskysta revolucionário, foram hospitalizados em função da agressão que sofreram por portarem bandeiras do partido na manifestação. O PSTU identificou que era anarquistas os que praticaram a violência.

O decorrer das manifestações foi a todo tempo inviabilizando a relação entre anarquistas e comunistas e, ao passo que a renegação de intensificava, era possível observar uma maior reprodução de práticas comuns entre eles. De um lado, nas manifestações, passou a haver um destacamento de ação direta mais forte por parte da esquerda partidária, ainda que em uma nítida dinâmica mimética simuladora de uma busca pela radicalidade perdida. O caso sublinhador desta experiência, nas jornadas de junho, pode ser destacado pela tentativa de se criar os "Red block" em contraposição aos Black Block. Foi emblemático notar o lançamento, por parte de militantes organizados, de coquetéis *molotov* contra o paredão de mármore da Câmara Municipal em uma das manifestações, no dia 20 de junho. Certos de que não haveria efeito concreto daquela ação, viviam a frenética compulsão de agir por cumprir um papel de busca pelo reconhecimento de um lugar que, na verdade, não ocupavam.

O repertório das manifestações se ritualizaram a partir de uma gramática tal que era possível compartimentar etapas do protesto, em que a esquerda organizada realizava sua tradicional concentração, com trajeto, carros de som e bateria e, em determinado momento, próximo ao fim da manifestação, as dirigências identificavam que o local deixava de ser seguro e os militantes estariam em risco, direcionando-os para suas sedes ou outros locais seguros. Perto deste momento era quando a tática black bloc se manifestava, muitos chegavam na manifestação mais próximos deste momento, atuando com repertório único da ação direta, que era também o momento de a polícia agir com maior e mais violenta repressão. Em muitos casos, inclusive, utilizando munição letal para "conter" manifestantes.

Por outro lado, o que se observou nas plenárias da FIP foi uma reprodução de nível burocrático tal qual o criticado por eles no Fórum. A centralização de tarefas se reproduzia, o controle do tempo de falas foi inevitável, e as divergências pontuais relativas à palavras de ordem e panfletos escritos foram ainda mais desmobilizadoras e desgastantes que as que ocorriam em escala muito maior no Fórum de Lutas, tendo em vista que o fórum contava com a maior parte do campo progressista das jornadas e funcionava desde Outubro de 2012 com uma atuação regular de enfrentamento do aumento do custo de vida na cidade. Contudo, a repercussão prática da burocratização dos anarquistas se evidencia por meio da própria ação direta ritualizada que, como tática única, se concentrava, grande parte das vezes, num agir compulsivo.

Dentro desta perspectiva de um agir em repetição, também se observa a militância de partidos políticos, suas ações acabam enrijecidas dentro de uma mesma dinâmica rotinizada, o que conduz às ações ritualizadas, seja pela via da própria estrutura partidária, confundida com uma estratégia eleitoral de mercado político, seja pela própria forma de atuar politicamente nos eventos de protesto. Por ambas as vias, a definição de uma espécie de estrutura de ação conduz aos riscos de burocratização dentro da lógica do sistema a que os sujeitos contra-hegemônicos combatem, se afastando de qualquer perspectiva de quebra e ruptura.

A repetição tal qual verificamos nos movimentos coincide, por um lado, com o que aponta Espinosa, a repetição se conforma como modo de produção de noções comuns. Mas também se aproxima do entendimento de Lacan, em que a repetição se dá como uma compulsão constituinte do sujeito, mas que corre sérias ameaças de fazer o sujeito padecer na repetição durkheimiana da conservação e da agregação – seja no caso dos partidos, seja no caso dos movimentos. A ação dos anarquistas e comunistas posta nesses termos e, como vimos, produtora de insígnias, símbolos e ritual, sinaliza que estamos tratando de contradições de sujeitos em crise.

É inegável que a participação dos anarquistas nas *Jornadas de Junho* imprimiram a força e vitalidade que parecia perdida entre os comunistas e socialistas. A ação direta, que é uma política de confronto, marcada pela superação do medo, assustou e causou desprezo, no sentido espinosano, em que quando algo é tão estranho a nós que, ao nos tocar, somos levados a imaginar a coisa de acordo com aquilo que supomos melhor convir com *nossa* natureza. Ou seja, ver no objeto aquilo que não lhe é próprio, mas que, como um ato falho, revela nossa própria castração. Da mesma forma, o processo de burocratização da esquerda está atrelado ao próprio receio de burocratização. É também por isso que o olhar da esquerda sobre os anarquistas está também imbuído das percepções de si mesmo e, a partir delas, do outro. A ação política dos anarquistas, marcada pela desobediência e ausência de medo, portanto, causou um desprezo por parte da esquerda partidária que vinha da concepção que tem de si mesma e do que ela rejeita em si e no outro.

É nesse sentido que as ações dos partidos de esquerda buscam, através de seus eventos, a visibilidade por meio daquilo que aparenta ser mais radical, na busca por tornar visível sua rejeição às farsas inerentes à lógica do mercado político, própria do sistema democrático liberal. O mimetismo reativo dos anarquistas acaba conduzindo-os a um efeito *sui generis* que conforma uma ação política dispersa e diluída, com uma radicalidade obediente por parte de um sujeito rígido, com vistas ao reconhecimento.

A centralidade na ação direta, seja como farsa, seja como único recurso de militância, descolado de um programa político-ideológico que seja capaz de conectar mais amplamente com a classe trabalhadora, é problemática e limitadora do alcance dos movimentos. O própria livro "Urgência das Ruas", uma compilação de artigos de iniciativa anarquista, aponta que a insistência nesse tipo de ação persiste "até quando os defensores da ordem estabelecida puderem sustentar seus discursos -descritas como irrupções de violência, na tentativa de isolá-las, criminalizá-las e desqualificá-las moralmente"³¹, afastando e dificultando a identificação da população como um todo com as práticas da esquerda. Também em um artigo chamado "Abandone o ativismo", do livro organizado por Ned Ludd, é feita uma crítica às práticas que configuram o que se convencionou chamar ativista:

"Ser revolucionário pode consistir, em parte, em saber a hora de parar e esperar. Pode ser importante saber como e quando atacar

³¹ *Abandone o ativismo*. In: LUDD, Ned. *Urgência das ruas*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002; p. 9.

para se ter uma máxima eficácia, e também como e quando NÃO atacar. Ativistas têm a atitude "Precisamos fazer algo AGORA!" que parece ser movida por culpa. Tal atitude é completamente antiestratégica."³²

A questão apontada aqui, que se refere à dificuldade de entender dialeticamente a realidade e que cada contexto específico exige maneiras distintas de atuação. Entender que existem fórmulas sobre como lidar com a realidade é reivindicar dogmas dentro da contingência da vida e da política. Essa questão também foi colocada reiteradamente por Lênin ao tratar do que ele chama "revolucionarismo" em "Esquerdismo: doença infantil do comunismo". Para Lênin, a questão fundamental de divergência entre comunistas e anarquistas é a dificuldade de os anarquistas contrastarem as táticas revolucionárias com a realidade. Nem sempre, diz ele, a situação é "favorável à ação revolucionária imediata e direta".³³ Ainda que seja possível aplicar o argumento de maneira desfavorável tanto para os anarquistas, quanto para os comunistas.

A história da relação entre anarquistas e comunistas de constante tensão e conflito construída ao longo das revoluções do século XIX passa a ser suporte da repetição pelo recalque da esquerda. Essa dificuldade de aproximação entre anarquistas e comunistas carrega, dentre os últimos, o medo histórico de ser identificado com o passado histórico por eles rejeitado das experiências stalinistas. Ao mesmo tempo em que os anarquistas carregam o recalque de sua expulsão das Internacionais e das experiências soviéticas. O que vemos aqui como pulsão recalçada e fetichista nos conduz a pensar a necessária busca pela superação do que tensiona a polarização entre anarquistas e comunistas. E, para isso, é preciso que a barreira que divide o espontâneo do organizado, o teórico do prático, o lúdico do disciplinado seja destruída e uma relação dialética se estabeleça.

Essa análise nos leva a pensar que a confrontação entre anarquistas e comunistas é central no debate contra-hegemônico. A relação especular entre esses sujeitos de que falamos, que nega ao mesmo tempo em que afirma as imagens, os faz refletir em condição de espectro ainda disforme que precisa ser preenchido por lições tiradas do movimento real com vistas a constituir-se enquanto sujeito que se propõe revolucionário. Foi possível notar, no decorrer deste trabalho, que a rejeição existente insere-se em uma dinâmica de fetichismo, na medida em que há oscilações entre o

³² LUDD, Ned. *Urgência das ruas*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002; p.32.

³³ LENINE. *A doença infantil do comunismo: o radicalismo de esquerda*. Ed: Avante!, 1975. p.30.

que se afirma de si e o que se nega no outro, transformando acusações mútuas na própria reprodução de ações anteriormente renegadas.

O desafio que parece se colocar para a esquerda revolucionária hoje é a tentativa de um reencontro mais amigável e solidário entre os comunistas e os anarquistas. A burocratização, assumida com frequência como efeito inerente da organização em partidos políticos, se demonstrou também presente dentre aqueles que rejeitam instrumentos de mediação. Os problemas narcísicos que acometem o movimento de esquerda conduzem a elucubrações voltadas para o reconhecimento e configuram desvios da proposta defendida de projeto ideológico. Os problemas de um sujeito contra-hegemônico atuar visando o reconhecimento situam-no em um perigoso engendramento do comportamento próprio da sociedade de modo de produção capitalista.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. *Ideologias e Aparelhos Ideológicos de Estado*. In: ZIZEK, Slavoj (org). *Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996;

BAKUNIN, Mikhail. *Socialismo sin Estado*.

In: [/www.marxists.org/espanol/bakunin/socsinestado.htm](http://www.marxists.org/espanol/bakunin/socsinestado.htm);

BAKUNIN, Mikhail. *O conceito de liberdade*. Porto: RES, 1975;

DAHL, Robert. *Um prefácio à democracia econômica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992;

BOTTOMORE, Tom (edit.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Ed. ZAHAR, 1988.

ENGELS, Friedrich. Sobre a autoridade. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1873/03/autoridade-pt.htm>> Acessado e 02 de janeiro de 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Vol.5. O Risorgimento: Notas sobre a história da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002;

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982;

HONNET, Axel. *Luta por reconhecimento – a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003;

LACAN, Jacques. *Seminário 16 – de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008;

_____. *O estádio do espelho como formador da função do eu*. In: ZIZEK, Slavoj (org). *Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996a;

_____. *Seminário 16 – de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008;

_____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 286.

LÊNIN, V.I. *Que Fazer? V1* In: Obras escolhidas. Lisboa: Edições Avante!, 1981

_____. *O Estado e a Revolução, V 2* In: Obras escolhidas. Lisboa: Edições Avante!, 1981c;

_____. *Esquerdismo – doença infantil do comunismo*. São Paulo: Anita Garibaldi.

_____. *Nosso programa*. Disponível em:

<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1899/09/programa.htm>. Acessado em: 10 de janeiro de 2013.

LOSURDO, Domenico. *Democracia e Bonapartismo*. São Paulo: Unesp, 2004;

LUDD, Ned. (org). *Urgência das ruas*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.

MALATESTA, Errico. *Anarquismo e Anarquia*. Faísca, 2009;

_____. *Escritos revolucionários*. Disponível em <
<http://anarquista.net/wp-content/uploads/2013/12/Escritos-Revolucionarios-Errico-Malatesta.pdf>> Acessado em 03 de janeiro de 2014;

MARX, Karl. *Guerra Civil na França*. In: Textos. Volume 1. São Paulo: Edições Sociais, 1977a;

_____. Miséria da Filosofia. <
<https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/miseria/index.htm>> Acessado em 03 de janeiro de 2014.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007;

MORENO, Nahuel. *As Revoluções do Século XX*. Disponível em: <
<http://www.marxists.org/portugues/moreno/1984/mes/revolucoes.htm>> Acessado em 02 de janeiro de 2014.

NEGRI, Antonio. *Kairós, Alma Venus, Multidão – nove lições ensinadas a mim mesmo de Antônio Negri*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003;

PROUDHON, Joseph. *Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria*. São Paulo: Ícone, 2010;

_____. *Do princípio federativo*. São Paulo: Imaginário, 2001, p. 16.

ROSA, João de G., “O Espelho”. Disponível em:
<http://cocminas.com.br/arquivos/file/o%20espelho.pdf>. Acessado em: 10 de janeiro de 2013.

SCHUMPETER Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva*. V.1 e 2. Brasília: Editora UNB, 1999;

ZIZEK, Slavoj. *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

_____. *Às portas da revolução: escritos de Lênin de 1917*. Rio de Janeiro: Editora Boitempo, 2005.

Cartografia das Identidades e Diferenças em Movimentos Sociais de Minorias

Pablo Ornelas Rosa¹

Paulo Edgar da Rocha Resende²

RESUMO

Os movimentos radicais de minorias têm buscado visibilizar e tornar públicos os problemas que os identificam em suas condições de vida, através de uma tática de apresentação de sua legitimidade revolucionária ou subversiva atrelada à práticas discursivas amparadas na condição de subalternidade e/ou de estigma. Este procedimento de produção contra-hegemônica no sentido gramsciano, se vale de um processo que implica no agenciamento decorrente da deslegitimação de discursos identitários e na exclusão da legitimidade de partícipes identificados na luta social como privilegiados que exercem certo poder hegemônico, ainda que amparado em micro-hegemonias. Tal identificação de opressores e oprimidos, dominantes e dominados, em seus marcos discursivos lhes permitem criar condições de luta em que se multiplicam os oponentes e se homogenizam aqueles que aqui exercem o que estamos chamando de “capital subalterno”. Neste marco discursivo, muitos desse grupos se valem da afirmação identitária baseada na vivência de determinadas condições de cunho biológico ou cultural e de segmentação binária tais como masculino e feminino, branco ou negro, homo ou heterossexual, etc. No entanto, se por um lado esse binarismo fortalece certos grupos subalternos ou estigmatizados, por outro, reproduz condições sociais já existentes no sistema social opressor.

Palavras-chave: movimentos sociais; minorias; esquerda radical.

Contextualizando

Desde o final da década de 1960, a luta pelos direitos de minorias socioculturais vem pautando um crescente número de movimentos sociais, ampliando o confronto político, que antes se centrava mais em leis e políticas estatais, para o âmbito cultural-identitário (Melucci, 1994). Por definição, este campo também perpassa processos subjetivos e cognitivos, expressado por uma multiplicidade de formas de comunicação e relações pessoais. Neste âmbito de lutas micropolíticas, que produz resistências políticas e culturais na vida cotidiana, novos movimentos têm buscado dar visibilidade e criar

¹ Pós-Doutor em Sociologia pela UFPR, Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP, Mestre em Sociologia Política e Bacharel em Ciências Sociais pela UFSC. Atua como professor nos Programas de Mestrado em Sociologia Política e em Segurança Pública da UVV.

² Doutor e Mestre em Ciência Política pela Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha. Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Atualmente é professor do Programa de Mestrado em Sociologia Política da Universidade Vila Velha – UVV.

sensibilidade sobre suas condições estigmatizantes e/ou subalternas, exigindo mudanças nas interações sociais que envolvam os respectivos grupos a que pertencem.

Cada grupo ou organização de movimento define sua agenda com base na minoria social a qual buscará dar visibilidade, passando por processos de identificação e seleção das características socioculturais que lhe conferem a condição de segmento oprimido e subalterno. Ao observar e participar de alguns movimentos, os autores têm constatado certa tendência que parece crescente entre movimentos radicais de minorias. Militantes que se afirmam ou demonstram ser de outra categoria social, com outras características referentes às condições de gênero, classe, orientação sexual, raça, etnia, hábitos alimentares, afirmações estético-políticas, etc., tendem a não ser aceitos na mesma militância ou são até mesmo combatidos, caso não compartilhem da utilização dos elementos e signos mais relevantes do movimento em que atuam.

Indivíduos com características biológicas, sociais e/ou culturais pertencentes a qualquer uma das categorias sociais historicamente privilegiadas – como homens, *cis*, heterossexuais, brancos e ricos – ao não dispor do que aqui denominamos “capital subalterno” em certos contextos ou cenários, estão sujeitos a táticas diversas de agressões diretas ou indiretas que visam reduzir seus espaços, suas possibilidades de fala e sua estatura moral. Trata-se, portanto, de uma relação de soma zero em que indivíduos que exercem o capital subalterno somente vislumbram a possibilidade de ganhar espaço, respeito e aceitação da sociedade, mediante a retirada de espaço, respeito e aceitação dos grupos sociais tidos como privilegiados por esses grupos que se reconhecem em uma condição contrária. Assim, a luta que deveria ter o foco contra o privilégio acaba se direcionando para os privilegiados, melindrando as relações intergrupais, produzindo uma espécie de desconfiança prévia a todas suas falas e posturas.

Neste trabalho problematizamos os percursos e significados em que esses movimentos radicais de minorias identitárias buscam retificar as imagens estigmatizadas (Goffman, 2013) que possuem através do deslocamento dos contornos dos sujeitos que ocupam uma condição de subalternidade. Enquanto dispositivos, ou máquinas de fazer ver e fazer falar³, as ações coletivas desses novos movimentos formam “regimes de enunciados” (Deleuze, 2012, p.11) que afirmam a legitimação de seu posicionamento

³ Nessa definição Deleuze toma emprestado de Foucault a noção de dispositivo, entendendo que as “máquinas de fazer ver e fazer falar” estão compostas de linhas de luz que formam figuras variáveis e próprias de tal ou qual dispositivo (Deleuze, 2012, p.11).

político de resistência através do delineamento das formas da opressão sofridas e da identificação de opressores e oprimidos.

Não obstante, o processo para deixar a condição de oprimidos e embarcar na luta que é simbólica e cognitiva contra opressores requer descolonizar signos e significados com os quais cada ativista é obrigado a conviver diariamente. As lutas políticas produzem constantes questionamentos sobre os processos de subjetivação pelos quais são definidas as características e contornos do mundo em que vivem os militantes e dos indivíduos com quem convivem. Rupturas, distanciamentos e desterritorializações às formas conhecidas de entendimento social, de convivência cotidiana e da prática política estão sujeitas a distintas intensidades. Na medida em que as lutas políticas subalternas se distanciam das linhas duras precedentes que definem os conteúdos e as formas da opressão, novos saberes e o exercício de novos poderes ganham potência para crescer e se desenvolver.

O alvo de grupos historicamente oprimidos tem sido a erradicação de formas de opressão bem precisas, aquelas das quais são vítimas históricas. Sendo assim, a importância dessas lutas é indiscutível, dada a urgência de colocar fim a milênios, séculos e/ou décadas de discriminações, estigmatizações, segregações, violências e toda sorte de injustiças sociais que impedem que desfrutem dos mesmos direitos e liberdades do restante da sociedade. Na busca por fortalecer essas lutas e suas potências subversivas, lançamos o olhar para os alcances de sua radicalidade, em outras palavras, nos atentamos à intensidade⁴ com que combatem a opressão e rompem com o sistema social, político e cultural que a sustenta.

Intensidades e potências desertoras na luta contra a opressão

O desafio que se coloca aos movimentos de minorias radicais está tanto em romper com os conteúdos de sociabilidades autoritárias que definem quais sujeitos e grupos socioculturais serão vítimas de opressão, como também com as próprias formas autoritárias de sociabilidade que produzem subalternidade e dominações das mais diversas. Neste sentido, cabe a cada grupo se perguntar como erradicar o patriarcalismo, o racismo, a heteronormatividade o classismo, a transfobia, e diversas outras opressões, sem recorrer ao punitivismo que alimenta e fortalece qualquer sistema social opressor.

⁴ A perspectiva analítica da intensidade da ação, que propomos, se baseia, principalmente, nas noções de Deleuze e Guattari sobre linhas duras, habituais, que percorrem planos estriados; linhas flexíveis, ambíguas, circulam sobre planos lisos, com desterritorializações relativas e oscilando entre as duas outras linhas; e as linhas de fuga, que implicam em desterritorializações absolutas (Deleuze e Guattari, 1996, p. 58-75).

O problema é colocado a partir da verificação de ocorrências históricas em que há inversão da condição de opressão, tornando o oprimido um novo opressor. Veja-se por exemplo o caso dos judeus, que após serem longamente estigmatizados por europeus e dizimados pelos nazistas, tem dispensado aos palestinos tratamentos bastante semelhantes aos que os negros sofreram durante o Apartheid sul-africano. É também o caso da Revolução Russa, que substituiu a ditadura da burguesia pela ditadura do proletariado na expectativa de que ao inverter as condições de dominação, elevando a classe oprimida à condição da classe opressora, seria possível consagrar os objetivos de liberdade e igualdade.

A violência em que as lutas pela libertação é acometida contra indivíduos em condições de dominação foi criticada por Bakunin, que, vislumbrando revoluções sociais, lança as linhas mestras do abolicionismo penal e considera mais útil a violência aplicada a propriedades, instituições e o Estado:

Todos os revolucionários, os oprimidos, as vítimas da atual organização da sociedade, cujos corações estão, por suposto, cheios de vingança e ódio, devem lembrar-se de que os reis, os opressores, os exploradores de todo tipo são tão culpados quanto os criminosos procedentes das massas: são delinquentes mas não culpados, dado que também são como os criminosos comuns, produtos involuntários da atual organização da sociedade (Bakunin, 1868, s/p).

A tática de atacar as bases do sistema político, econômico, social e cultural ao invés de atacar os indivíduos que o reproduzem, para Bakunin, trata-se de aprendizado histórico a partir da mal denominada Revolução Francesa:

(...) a terrível guilhotina de 1793, que não se pode acusar nem de preguiçosa, nem de lentidão, não teve êxito em destruir a nobreza na França. A aristocracia não foi completamente destruída, mas sim profundamente abalada, se não pela guilhotina, mas pelo confisco e venda de seus bens. E, em geral, pode-se dizer que as matanças políticas nunca mataram os partidos; resultaram impotentes contra as classes privilegiadas (Bakunin, 1868, s/p).

É certo que as resistências, por vezes violenta dos oprimidos não deve ser equiparada à violência dos opressores, pois ao ser estrutural mais que individual, esta ocorre de forma onipresente e sistemática, requerendo dos subalternos ações de autodefesa. Ainda que compreensíveis, com vistas a produzir transformações profundas nas relações sociais essas violências se demonstram pouco eficazes. A anarcafeminista Emma Goldman sugere atenção para adequar as formas da luta a seus objetivos. Uma sociedade livre de opressão e autoritarismo será construída a partir de lutas sociais sem novas opressões e autoritarismos:

Os métodos revolucionários devem estar em harmonia com os fins revolucionários. Os meios utilizados para promover a revolução devem estar em harmonia com seus propósitos. Em resumo, é preciso que os valores éticos que a revolução pretende estabelecer na nova sociedade sejam aplicados desde o início das atividades revolucionárias do assim chamado “período de transição”, pois eles só poderão servir como uma verdadeira e segura ponte para a nova vida se forem construídos com os mesmos materiais da vida que se quer alcançar (Goldman, 1977, p. 148-149).

Importante pontuar que revoluções sociais, do ponto de vista de anarquistas como Goldman e Bakunin, vão muito além de simples melhorias nas condições de vida das classes subalternas e definitivamente transcendem à lei do Estado e à administração de sua burocracia. Trata-se de transformações fundamentais nas relações humanas, tal como o explicita Goldman ao discorrer sobre o fracasso da Revolução Russa em promover mudanças substantivas:

(...) a grande missão da revolução, da **revolução social**, é uma transposição fundamental de valores. Uma transposição não apenas dos valores sociais mas dos valores humanos, estes até mais importantes, já que são a base de todos os outros. Nossas instituições e as condições em que vivemos estão fundadas em ideias profundamente enraizadas. Mudar essas condições, deixando ao mesmo tempo intactas as ideias e valores subjacentes, significa que houve apenas transformações superficiais que não poderiam ser permanentes nem trariam qualquer melhora real. E que seriam apenas mudanças de forma, não de substância, como ficou tragicamente provado na Rússia” (Goldman, 1977, p. 145).

Os anarquistas insistem que “para fazer uma revolução radical deve-se atacar as posições e as coisas, destruir a propriedade e o Estado” (Bakunin, op. cit). Não é por acaso. A divisão social em castas, grupos, classes e identidades culturais servem ao controle social intrínseco ao Estado. Com o Tratado de Westphalia, no século XVII, se estabeleceu a fundação do Estado Nação moderno, determinando para cada Estado a soberania sobre seu território e o monopólio da violência sobre seu povo, definido por uma identidade nacional homogeneizante e excludente. Para controlar e governar seu povo, as instituições estatais determinam a variedade étnica, linguística e o comportamento social adequado para o gozo da cidadania que serão estipuladas nos séculos subsequentes. O endurecimento da divisão social em segmentos identitários para além das multiplicidades socioculturais de qualquer sociedade, servem às agências de estatística e de controle social do Estado (cf. “Micropolítica e Segmentaridade” in Deleuze e Guattari, 1996 e Deleuze, 2008). Simplifica-se as diversidades para domesticar, disciplinar, tornar os corpos úteis, fazendo da multidão o alvo das tecnologias de governo,

e justificando, assim, a soberania sobre o território (cf. “A Governamentalidade” in Foucault, 2007).

Todo movimento de resistência que se propõe a transformar radicalmente seja o sistema de organização social e política, seja as relações sociais e seus processos subjetivos de identificação dos sujeitos, está sujeito ao “viver perigosamente” nietzschiano. Isto é, trilhar caminhos não percorridos anteriormente e buscar respostas para os desafios e problemas na medida em que vão surgindo. Resistir à colonização, que pode também ser chamada de sistema de captura, de domesticação e imposição de percepções sociais validadas como corretas, ou mesmo toleráveis, implica certamente em questionar, rejeitar e confrontar.

O nível de criatividade de um movimento ou a medida em que se reproduz condutas habituais variam conforme o movimento se desterritorializa de seus marcos de referência cognitiva e se abre para o novo, sem deixar de se autoquestionar. Independente das situações enfrentadas em cada contexto, as experiências prévias e a cultura política dos ativistas influenciam ou determinam em grande medida a forma como os movimentos conduzem suas lutas (McAdam, 1994).

Singularidades e resistências micropolíticas ao marxismo e ao fascismo

Conjecturamos que o marxismo, em especial sua tradição gramsciana, exerce sobre os novos movimentos de confronto sociocultural da esquerda radical uma especial influência sobre tais posturas de luta, marcadas pela dicotômica disputa por hegemonia. Essas disputas perpassam o processo de produção de inclusão/exclusão de militantes da luta política, da identificação do opressor e do oprimido e dos enunciados opressores ou de resistência. O processo de produção da consciência de classe é difuso e pode abarcar ampla miríade de possibilidades. A persistência de referenciais marxistas e suas concepções de conflito nos novos movimentos sociais tem sido verificada por diversos autores (McAdam, 1994; Laraña 1994; Day, 2005).

A radicalidade em termos marxistas implica na ação revolucionária que não extingui a centralidade e hierarquização das relações de poder, as inverte levando os oprimidos a toda violência e concentração de poder que julga-se necessária para resistir e combater ao opressor. Qualquer sutileza na ação contra os opressores está sujeita a ser identificada como reformista, conivente ou microopressora, na medida em que não embarque na luta deflagrada pelas vanguardas.

O ideal revolucionário se inicia, assim, com a rotulação identitária daqueles com quem se compartilha da legitimidade conferida pela condição de oprimido, ou capital subalterno, e pela rotulação de opressora a toda e qualquer contradição a militantes ou a táticas de luta estabelecidas pelas vanguardas. Tal processo, por uma questão ontológica, acaba sendo marcado por dois grandes perigos às lutas antifascistas: o essencialismo e o purismo. O primeiro, se visualiza na identificação de algumas condições pré-definidas biológica, econômica ou culturalmente, e que determinarão o que chamamos de capital subalterno; o segundo, pela exigência de que essas condições somente se satisfaçam mediante uma pureza do indivíduo entre as condições previamente admitidas como historicamente estigmatizadas, oprimidas e subalternas.

O principal problema que tais lutas apresentam à busca de superação do fascismo nas práticas da vida cotidiana e do autoritarismo nas lutas sociais, está justamente na reprodução do binarismo e da micropolítica transcendente produzida pelo Estado e por qualquer indivíduo que julga ao outro com base em uma pré-construção simbólica do sujeito, geralmente carregada de preconceitos e estigmas sociais. Como já comentado, as identificações binárias utilizadas pelo Estado possuem uma implícita vocação de controle, pois se reduz a diversificação social para que possa ser facilmente rotulada, categorizada, julgada e, sobretudo, controlada.

Nas sociedades de controle (Deleuze, 2008), desenvolvidas e ampliadas pelas redes de informação e de tecnologias digitais, as condutas são facilmente controladas, vigiadas, categorizadas e julgadas. Se a luta é micropolítica, todas as possíveis microopressões serão condenadas e combatidas, se tornarão o próprio foco da luta social. A dificuldade na busca pelo micro, no entanto, é não cair na condição persecutória sobre a conduta e a fala de qualquer indivíduo que provenha de outras vivências ou que compartilhe de um status social privilegiado.

Essa condição persecutória, ao mesmo tempo que se compõe como arma, é a principal limitação desses movimentos. Seus ativistas acreditam estar lutando por legitimidade e por microtransformações sociais instantâneas. Entretanto, produzem negações de afetos, rejeições e exclusões. Suas potências de devir, de se mestiçar, afetar e ser afetado são interrompidas, entrecortadas pela desconfiança permanente em se relacionar, ou pior ainda, militar na companhia de um possível opressor. Em lugar de criar singularidade, os processos subjetivos de criação de estigmas são reproduzidos, impedindo as formas autoritárias de sociabilidade ruírem, já que encontram na estigmatização a própria força de afirmação de uma suposta superioridade (Goffman,

2013). O movimento funciona numa dinâmica centrípeta de auto exclusão de seus recursos mais valiosos, o capital humano, para valer-se de sua arma de auto aniquilação, a identificação constante do micro opressor.

No limite, essa busca incessante em castrar o diferente pode estar partindo de uma postura um tanto narcísica por parte do agente, uma vez que a desvalorização subjetiva das características do outro é produzida concomitantemente à afirmação das próprias qualidades e potências. Enquanto Foucault incita a libertar-se das “velhas categorias do Negativo (a lei, o limite, a castração, a falta, a lacuna)” (Foucault, 2006, p.32), para viver uma vida não fascista, muitos ativistas tem visto nessas estratégias, típicas de grupos dominantes, uma forma de empoderar e recuperar a autoestima dos sujeitos subalternos estigmatizados socialmente. É sem dúvida importante que as diferenças singulares desses grupos sejam reconhecidas e valorizadas. Entretanto, as afirmações e valorizações de singularidades quando excluem outras possibilidades de existência, flertam severamente com o fascismo, ao vislumbrar certa unificação e homogeneização social (*idem*).

A micropolítica da imanência, quando sobrepuja a da transcendência, se apresenta disposta a ver o outro conforme ele se revele em sua natureza, em suas paixões, em suas potencialidades de afeto e suas intensidades de busca de aceitação e compreensão do outro (Deleuze e Guattari, 1996). A tentativa de trânsito entre universos distintos implica disposição a beber de outras águas, a vestir-se de outras modas, enfim, experimentar outras vivências. O ser nômade segue em fluxo contínuo, seja harmônico ou disruptivo, com ou sem interrupções que alternam o congelamento de planos subjetivos singulares, geralmente em torno de algo que lhes convenha, que lhes interesse naquele momento. Busca fazer novas conexões distintas daquelas que cartografou, desenhou e reproduziu, com seus relevos e sinuosidades, dos caminhos já percorridos.

Richard Day (2005) sugere o termo “novíssimos movimentos sociais” para designar os novos movimentos que conseguiram superar a luta por hegemonia e contra hegemonia, rejeitando a produção de novas dominações. Os novíssimos se revelam de tendência anarquista, justamente por permitir e se abrir à multiplicidade, às diversidades de éticas e estéticas da existência. Os anarquistas sugerem a implosão dos sistemas de dominação com repertórios de ação direta. Está para ser definido como esses repertórios podem ser adaptados por movimentos combativos centrados principalmente em estigmas e processos subjetivos. Na resistência ao higienismo social e ao segregacionismo fascista, as lutas anarquistas se apresentam como estilos de vida subversivos se sustentando nas micropolíticas da vida cotidiana (*cf.* Bookchin, 2010). Agem pela negação de toda e

qualquer autoridade. A desobediência coletiva e a rejeição frontal a processos de dominação, enquanto táticas de luta e formas de vida, têm sido registradas por escritos filosóficos desde pelo menos o século XVI, com La Boétie (2009):

(...) não é preciso combater esse único tirano, não é preciso anulá-lo; ele se anula por si mesmo, contanto que o país não consinta a sua servidão; não se deve tirá-lhe coisa alguma, e sim nada lhe dar; não é preciso que o país se esforce a fazer algo para si, contanto que nada faça contra si. Portanto são os próprios povos que se deixam, ou melhor, se fazem dominar, pois cessando de servir estariam quites; é o povo que se sujeita, que se degola, que, tendo a escolha entre ser servo ou ser livre, abandona sua franquia e aceita o jugo (LA BOÉTIE, 2009, p. 30).

Das classes sociais ao capital subalterno: percursos teóricos

A noção de luta de classes localizada principalmente nos escritos de Karl Marx que datam o século XIX, passou por uma espécie de desdobramento proto-culturalista refinado com a emergência dos escritos de Antônio Gramsci no século XX, possibilitando uma leitura mais “aberta” e elástica do marxismo, conforme mostrou Hall (2011). Ao acreditar que a estrutura geral da teoria de Marx necessitava de constantes desenvolvimentos teóricos ao ser aplicada a novas condições contextuais e históricas, já que o pensamento desse autor se dava a partir da utilização do método dialético, Gramsci (1999; 2011) acabou colocando em pleno funcionamento conceitos que o marxismo ainda não havia fornecido, mas sem os quais não seria possível essa tradição teórica explicar adequadamente a complexidade de certos fenômenos sociais hodiernos que ultrapassam os limites de uma construção de cunho economicista, ampliando possibilidades interpretativas que passaram a abarcar o campo cultural.

Gramsci (1999; 2011) propôs uma nova leitura acerca da noção de luta de classes, abrangendo outro campo que até então era menosprezado por grande parte dos autores tributários da tradição marxista. Embora não tenha escrito sobre raça, etnia ou racismo, acerca de seus significados e/ou de suas manifestações contemporâneas, além de não ter analisado profundamente as experiências coloniais ou mesmo o colonialismo que revelaram emergentes racismos presentes em sua época, Gramsci direcionou sua atenção ao seu país, centrando suas análises posteriores à construção socialista tanto da Europa ocidental quanto oriental, ao fracasso das revoluções nas sociedades capitalistas desenvolvidas no ocidente, a ameaça do emergente fascismo, assim como a importância do partido na construção da hegemonia, conforme mostrou Hall (2011).

Ainda que o autor não tenha escrito sobre racismo, deixando de abordar esse assunto de maneira mais direta, os conceitos construídos por ele permitiram o

desenvolvimento de desdobramentos extremamente importantes para outras teorias sociais, a exemplo dos estudos culturais propostos pela chamada Escola de Birmingham, assim como grande parte das teorias pós-colonialistas. No entanto, foi através de certa proposição fundamentada na elasticidade do conceito de classes sociais apresentada por Gramsci (1999; 2011), para além de uma perspectiva reducionista ao campo da economia, que essa noção se ampliou atingindo um campo cultural e suas relações de dominação por meio daquilo que o autor chamou de classes subalternas.

(...) o que “lidera” em um período de hegemonia não é mais a “classe dominante” da linguagem tradicional, mas um bloco histórico. Esse termo se refere decisivamente à “classe” como um nível determinante da análise; mas não traduz todas as classes diretamente sobre o palco político-ideológico como atores históricos unificados. Os “elementos de liderança” em um bloco histórico podem ser apenas uma fração da classe econômica dominante – por exemplo, capital financeiro, em vez do capital industrial; o capital nacional, em vez do capital internacional. Junto com estes, dentro do “bloco”, estarão os extratos das classes subalternas e dominadas que foram conquistados através de concessões e compromissos específicos e que formam parte da constelação social, mas ocupando uma função subordinada (Hall, 2011, p. 294).

No entanto, foi também no século XX, sobretudo, a partir da emergência da chamada teoria do capital humano, advinda da escola econômica de Chicago, que vimos emergir certo sujeito histórico de nossa época que Foucault (2008) chamou de *homo oeconomicus* e que, de alguma forma passou a incidir nos movimentos sociais através da mobilização de certas identidades ou classes que passaram a operar aquilo que estamos chamando de capital subalterno. A emergência dessa nova razão empreendedora, que se sobrepôs ao poder soberano decorrente de sua coerção através da razão de Estado, passou a incorporar tecnologias disciplinares concomitantemente àquilo que Foucault (2008) chamou de biopolítica, tendo como inspiração a formação de um sujeito produtor de si mesmo que transforma seu corpo em um material humano de investimentos visando exclusivamente ganhos através de um esforço fundamentado no cultivo do fortalecimento de um *self* empreendedor.

O self deve ser um ente subjetivo, ele deve aspirar a autonomia, lutar por realização pessoal em sua vida terrena, interpretar sua realidade e destino como uma questão de responsabilidade individual e encontrar significado na existência moldando sua vida através de atos de escolha (Rose, 2011, p. 210).

Esse modo como a noção de *self* se insere na cultura administrativa, mostra de que forma as técnicas psicológicas foram introduzidas como dispositivos que observam, analisam e agem sobre a subjetividade, alterando o gerenciamento do sujeito em

desenvolvimento na medida em que incentiva a procura constante pela ênfase na autonomia e investimento em si. Mas, nesse ponto o que menos chama a atenção é a constituição de uma forma singular de gerenciamento sobre os sujeitos, que na perspectiva do *self*, busca intensificar as responsabilidades provocadas pelas ações individuais, supostamente “autônomas”, e assim, podendo agir em duas frentes: direcionando metas para alcançar determinados objetivos individuais e reconhecer falhas e resultados (Rosa; Puzio, 2013).

Essa emergente racionalidade administrativa contemporânea discursa, cria, proporciona e produz nos e aos sujeitos um poder de “escolha” que alimenta, em termos de ganhos, um conjunto de somatórias que poderá compor o seu capital humano, além de potencializar o exercício de certo capital subalterno através da mobilização de discursos cunhados em práticas discursivas identitárias presentes nos denominados novos movimentos sociais. Desse modo, a configuração do exercício do poder que Foucault (2000; 2007; 2008) apontou se enquadra nessa perspectiva, na medida em que para ele, o poder não pode ser pensado restritamente a partir de sua função de repressão e negação da subjetividade dos que estão sobre sua ação.

O poder para Foucault (2000; 2007; 2008) é pensado na ótica neoliberal estadunidense emergente a partir dos campos administrativos, que visam apreender a subjetividade de cada sujeito através de seu gerenciamento e modelagem, investindo sobre eles características de uma produtividade institucional. Assim, a emergência da compreensão dos sujeitos como dotados de um *self*, ou seja, de uma subjetividade singular, mostra como essa nova governamentalidade emergente age em forma de apreensão deste e, posteriormente, de sua regulação por meio da liberdade.

Esse dispositivo apreendido pelo indivíduo que o induz a pensar sempre em termos de ganhos durante e sobre sua vida, é mobilizado como recurso para as novas formas de cálculos e estratégias administrativas contemporâneas, localizadas por Foucault (2008) nesta nova racionalidade neoliberal estadunidense que prepondera às demais relações econômicas encontradas em nossa época, responsáveis pela produção de um sujeito chamado pelo autor de *homo oeconomicus*.

Para Rose (2011), essas tecnologias apresentadas por Foucault (2000; 2007; 2008) agem através de formas administrativas que passam a ser tratadas como uma espécie de orquestração calculada das atividades dos sujeitos sob certa racionalidade prática dirigida a certos objetivos. Segundo o autor, elas visam tanto maximizar certas capacidades dos indivíduos quanto restringir drasticamente outras através da governamentalização

daqueles tipos de saberes apresentados como legítimos. Dentre eles, o campo científico, que age por meio de certa economia política da legitimidade operada por certos capitais, através de *habitus* específicos que não apenas atuam nesse campo acadêmico que busca do monopólio pela verdade, conforme os termos apresentados por Pierre Bourdieu (2011), mas também operam no campo dos movimentos sociais através da legitimação dos discursos hierarquicamente amparados na fala em primeira pessoa.

Ao apresentar uma crítica ao estruturalismo, Bourdieu (2004) apresenta um debate epistemológico que questiona veementemente o paradigma universal apresentado por essa tradição do pensamento, que pode ser muito bem utilizado no entendimento do que estamos chamando de capital subalterno e da forma com que ele passa a ser mobilizado. Essa universalização é exatamente presumida através da aceitação de uma classe ou sujeito subalterno que ocupa da mesma forma uma mesma condição estabelecida pelo corpo que habita indistintamente os mais diferentes mundos sociais.

Da mesma forma com que Gramsci (1999; 2011) - e demais tributários da tradição marxista iniciada com esse autor - localizou certa limitação da noção de classe social, Bourdieu (2004) também apontou críticas a essa construção marxista não apenas questionando o entendimento sobre o capital situado exclusivamente ao campo econômico, mas também distinguindo o que entende por *classe real e classe no papel*.

Porém, assim como o subjetivismo predispõe a reduzir as estruturas às interações, o objetivismo tende a deduzir as ações e interações da estrutura. Assim, o erro maior, o erro teorista encontrado em Marx, consistiria em tratar as classes no papel como classes reais, em concluir, da homogeneidade objetiva das condições, dos condicionamentos, e portanto das disposições, que decorre da identidade de posição no espaço social, a existência enquanto grupo unificado, enquanto classe. A noção de espaço social permite escapar à alternativa do nominalismo e do realismo em matéria de classes sociais: o trabalho político destinado a produzir classes sociais enquanto *corporate bodies*, grupos permanentes, dotados de órgãos permanentes de representação, de siglas, etc., tem muito mais possibilidade de ser bem-sucedido na medida em que os agentes que se pretendem reunir, unificar, constituir como grupo, estiverem mais próximos no espaço social (logo, pertencentes à mesma classe no papel). As classes no sentido de Marx estão por fazer-se mediante um trabalho político que possui tanto mais possibilidades de ser bem-sucedido quanto mais se munir de uma teoria bem fundada na realidade, logo, mais capaz de exercer um efeito da teoria – *theorien*, em grego, quer dizer “ver” -, isto é, de impor uma visão das divisões (Bourdieu, 2004, p. 155-156).

Ao verificar a possibilidade de mobilizar diferentes recursos no intuito de exercer poder por meio de capitais construídos, sobretudo, através de certas representações que atravessam os corpos dos sujeitos que o reivindicam, Bourdieu (2004) mostrou a emergência das chamadas estratégias de condescendência, na qual os agentes se ocupam

de uma posição superior em uma das hierarquias construídas no espaço objetivo do campo analisando que negam simbolicamente a distância social, garantindo a permanência de certo exercício de poder e assegurando as vantagens do reconhecimento estabelecido a uma denegação simbólica. A partir dessa constatação, presumimos que “os agentes estão distribuídos no espaço social global, na primeira dimensão de acordo com o volume global de capital que eles possuem sob diferentes espécies, e, na segunda dimensão, de acordo com a estrutura do capital, isto é, de acordo com o peso relativo das diferentes espécies de capital” (Bourdieu, 2004, p. 154).

Ao visar a superação da chamada oposição artificial que emerge da relação entre as estruturas e as representações, Bourdieu (2004) propôs um rompimento com um modo de pensamento que chamou de substancialista, que leva a um não reconhecimento de outras realidades além daquelas que se oferecem à intuição direta na experiência cotidiana dos sujeitos e grupos. Portanto, ao afirmar que “as distâncias sociais estão inscritas no corpo, ou, mais exatamente, na relação com o corpo, com a linguagem e com o tempo” (Bourdieu, 2004, p. 155), o autor estabelece que a emergência de certo capital pode ser mobilizado como recurso que reivindica o exercício de poder através de um suposto capital ocupado em determinado espaço social através de mobilizações discursivas que operam atravessando os corpos e os discursos que os perpassam. É a partir dessa condição que o autor presumirá a relação entre dominantes e dominados.

Contudo, nesse trabalho estamos propondo que a relação entre dominantes e dominados, bem como os demais elementos que compõem o que Bourdieu (2004) chamou de *habitus*, dependerá exclusivamente do campo e do espaço social ocupado pelo sujeito. Sendo assim, embora reconheçamos que a condição de homem, branco, europeu, intelectual, heterossexual, heteronormativo, etc. presume certa condição de dominação em grande parte dos espaços sociais compartilhados com demais indivíduos, estamos propondo que em outros campos, como, por exemplo, em certos movimentos sociais que operam a partir da legitimidade atribuída a certa condição ocupada pelos sujeitos, sobretudo, através de seus corpos, essas características representem uma condição de dominação não necessariamente no sentido ontológico, mas em sentido discursivo, principalmente no que se refere a fala em primeira pessoa, já que parte desses grupos fundamentam suas representações e/ou práticas discursivas na governamentalização de um sujeito universal, algo repudiado pelo autor (Bourdieu, 2004).

A procura por formas invariantes de perceber ou de construir a realidade social acaba por dissimular diversos elementos presentes nessas construções discursivas,

conforme ponderou Bourdieu (2004) ao compreender que essa construção social não apenas opera em um vazio social, na medida em que está submetida a coações estruturais estabelecidas pelos grupos dos quais fazem parte aqueles que reivindicam o exercício desse capital, como também age a partir das estruturas estruturantes, ou seja, das estruturas cognitivas que também são socialmente estruturadas.

No entanto, no caso do capital subalterno, verificamos que há um deslocamento construído hierarquicamente que estabelece certas condições em que um determinado campo e/ou espaço social dos privilégios apresentados por certos indivíduos ou grupos são tratados como elementos deslegitimantes, uma vez que estes sujeitos ocupam o lugar de dominantes. Por outro lado, aquelas características que configuram a condição de dominados podem aparecer como recursos a serem mobilizados através de justificativas que operam no e através do corpo, legitimando discursos que invertem a lógica de dominantes e dominados e o próprio exercício do poder através do discurso operado pela condição de subalternidade ou estigma, por exemplo.

Como para Bourdieu (2004) a construção da realidade social não é apenas um empreendimento individual, ela também pode operar como um empreendimento coletivo em que, em nosso entendimento, o próprio grupo que se encontra em uma suposta condição de subalternidade e/ou de estigma pode alterar sua interpretação acerca das estruturas estruturantes presentes na realidade social, invertendo a relação entre dominantes e dominados, já que “as representações dos agentes variam segundo sua posição (e os interesses que estão associados a ela) e segundo seu *habitus* como sistema de esquemas de percepção e apreciação” (Bourdieu, 2004, p. 158).

Em síntese...

As questões micropolíticas que compõem as zonas de batalha dos novos movimentos sociais – racismo, heteronormatividade, transfobia, classismo, entre outras – tem sido combatidas com as mesmas armas com que processos de dominação ocorrem em todos os meios sociais: com afirmações identitárias, estigmatizações e exclusões sociais. Detectamos as origens desse processo na herança marxista, particularmente de tendência gramsciana, nas redes de ativistas e movimentos sociais que atuam no cenário.

O desafio posto para os movimentos radicais de minorias é lutar contra a opressão na vida cotidiana, sem gerar novas opressões, acabar com o autoritarismo sem serem autoritários. Isto é, superar as disputas por hegemonia, que, desde Gramsci, tem proposto combatê-la com processos de contra-hegemonia. A outra cara da mesma moeda.

Nesses processos contra-hegemônicos, ativistas de movimentos radicais de minorias têm se legitimado na luta através de um dispositivo que denominamos capital subalterno. Formado pela composição dos recursos identitários considerados oprimidos, estigmatizados, subalternos, e, portanto, legítimos para a luta, como principalmente as questões de gênero, orientação sexual, raça, etnia, classe social, dentre outros muitos. O grande problema que localizamos nesse processo de identificação e rotulação de ativistas válidos é não somente o de exclusão de possibilidades de reconhecimento da imanência revolucionária em outras singularidades e outros grupos sociais, mas o risco de presumir e difundir certos essencialismos e purismo bastante próximos dos posicionamentos fascistas que se utilizam do punitivismo em suas práticas cotidianas.

Referências

- BAKUNIN, Mikhail. **Estatutos secretos da Aliança: Programa e objeto da Organização Revolucionária dos Irmãos Internacionais**. Trad. Frank Mintz. 1868. Disponível em: <http://www.cabn.libertar.org/wp-content/uploads/2012/02/Bakunin_-_Estatutos_secretos_da_Aliança.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- BOOKCHIN, Murray. **Anarquismo crítica e autocrítica**. São Paulo: Hedra, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.
- DAY, Richard. **Gramsci is Dead: anarchist currents in the newest social movements**. Londres: Pluto Press, 2005.
- DELEUZE, Gilles. Qué es un dispositivo?. In DELEUZE, Gilles e TIQQUN. **Contribución a la Guerra en Curso**. Madri: Errata Naturae, 2012.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Vol. 3. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. In _____. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. Introdução à vida não fascista. In **Comunicação & Política**, vol. 24, n.2, p.229-33, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Ed. Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2013.
- GOLDMAN, Emma. O Fracasso da Revolução Russa. In WOODCOCK, G. (org.) **Os Grandes Escritos Anarquistas**. Porto Alegre: L & PM Editores, 1977. p. 140-149.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1999.

- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol 2. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- LA BOÉTIE, Étienne de. **Discurso da Servidão Voluntária**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2009.
- LARAÑA, Enrique. Continuidad y unidad en las nuevas formas de acción colectiva. Un análisis comparado de movimientos estudiantiles. In LARAÑA, E. e GUSFIELD, J. (orgs.) **Los Nuevos Movimientos Sociales: de la ideología a la identidad**. Madri: CIS, 1994.
- MELUCCI, Alberto. Qué hay de nuevo en los nuevos movimientos sociales?. In LARAÑA, E. e GUSFIELD, J. (orgs.) **Los Nuevos Movimientos Sociales: de la ideología a la identidad**. Madri: CIS, 1994.
- MCADAM, Doug. Cultura y Movimientos Sociales. In LARAÑA, E. e GUSFIELD, J. (orgs.) **Los Nuevos Movimientos Sociales: de la ideología a la identidad**. Madri: CIS, 1994.
- ROSA, Pablo O.; PUZIO, Marcelo. Governamentalizando o empreendedorismo de si: Como as “psico-ciências” fomentam a produção do *homo oeconomicus*. In **Revista Sociologias Plurais**. Vol. 01. N. 02. Curitiba. Programa de Pós-Graduação em Sociologia –PPGS. Universidade Federal do Paraná – UFPR. Agosto de 2013.
- ROSE, Nikolas. **Inventando nossos Selves**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas
30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES)

ST 11 - Anticapitalismo, Democracia Radical e Sociabilidades Emergentes: abordagens
Teóricas e Empíricas Sobre o Ativismo Social Contemporâneo

“ISSO AQUI VAI VIRAR TURQUIA”: Limites e possibilidades metodológicas para o estudo
das inovações nos repertórios de contestação

Camila Farias da Silva (PPGS/UFRGS)

RESUMO

Nos últimos anos novas experiências de ativismo emergiram ao redor do mundo, complexificando antigas problemáticas e apresentando novos desafios para o campo de estudo de movimentos sociais. Um desses desafios encontra-se nas novas formas de ação adotadas pelos ativistas. Nesse artigo, demonstra-se uma possibilidade de abordagem metodológica para a interpretação do cenário contemporâneo, a partir do estudo das inovações nos repertórios de contestação. Para tal, foram estudadas as manifestações em torno do transporte público em Porto Alegre (1970-2015). A partir de uma abordagem por mecanismos e uma análise histórico-comparativa, tentou-se entender como ocorre o processo de inovação nos repertórios a partir das performances realizadas no ciclo de protestos de 2013. A pesquisa se baseia na utilização das informações do banco de dados sobre manifestações públicas de demandas coletivas construído pelo Grupo de Pesquisa Associativismo Contestação e Engajamento (GPACE/UFRGS), além da realização de entrevistas semiestruturadas e pesquisa em jornais para a produção de informações referentes ao período 2013-2015.

Palavras-chave: Ativismo; Repertório; Metodologia

NOTAS INTRODUTÓRIAS: AVANÇANDO EM UM MODELO EXPLICATIVO PARA AS INOVAÇÕES NOS REPERTÓRIOS DE CONTESTAÇÃO

Nos últimos anos, grandes manifestações aconteceram em diferentes locais ao redor do mundo, tencionando os esquemas de interpretação dos pesquisadores. O cenário contemporâneo do ativismo traz desafios teórico-metodológicos para o campo de estudo dos movimentos sociais. Um desses desafios encontra-se nas novas formas de ação adotadas pelos ativistas.

No Brasil, o ciclo de protestos de 2013 foi uma dessas experiências, o que, no início, parecia ser uma mobilização "tradicional", ou seja, já compreendida e com um *script* esperado socialmente, revelou-se como um processo complexo e marcado por inovações. A pergunta clássica de Erving Goffman (2012) tornou-se recorrente: "O que está acontecendo aqui?". Uma das possíveis razões para esta tensão foi a maneira com que se apresentou a reivindicação. Ou, ainda, as formas de ação que conformaram tais manifestações.

O campo de estudo de movimentos sociais foi surpreendido por esse fenômeno. As ferramentas analíticas tradicionalmente usadas para a interpretação dos processos de contestação se demonstraram, por vezes, não suficientes. Nesse artigo, demonstra-se uma possibilidade de abordagem metodológica para a interpretação do cenário contemporâneo do ativismo.

O foco deste estudo não são os movimentos sociais - ou ativistas - enquanto atores, mas sim os eventos de protesto e, mais especificamente, as performances públicas de contestação. Propõe-se, por tanto, o estudo dos processos de inovação nos repertórios de contestação, através de suas performances.

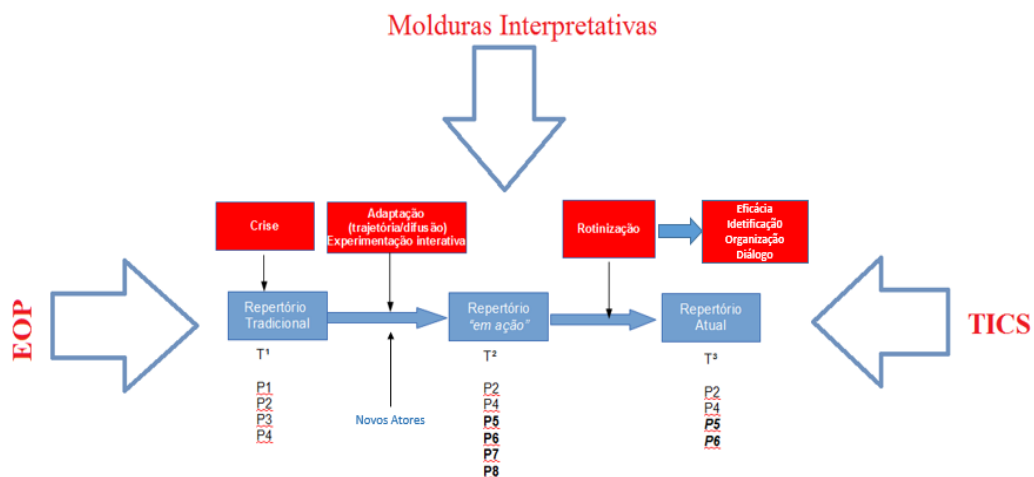
A partir do estudo de eventos de protesto relacionados ao tema do transporte público, tendo o ciclo de protestos de 2013 e seus desdobramentos como objeto empírico central, analisa-se como, através de diferentes performances que conformam tais eventos, são produzidas inovações nos repertórios de contestação. Essa pesquisa foi desenvolvida durante o período de mestrado acadêmico na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFRGS). No entanto, a abordagem central nesse artigo não são os resultados da pesquisa, mas os caminhos metodológicos que a fizeram possível.

Tendo por referência a literatura sobre repertórios (TILLY, 1978; 1995; 2006; 2008; TILLY; TARROW, 2007; TARROW, 2009), performances (ALEXANDER, 2011; GOFFMAN, 2013; SCHECHNER, 2006; TILLY; 2008), e os resultados da pesquisa (SILVA, 2016; SILVA, SILVA, 2016), foi elaborado o seguinte modelo explicativo para o processo de inovação:

- a) As inovações ocorrem de maneira processual, na qual são identificados três tempos: Tempo 1 – o repertório que vem sendo executado em um tempo relativamente longo (repertório tradicional), no qual as performances que o compõe já são tradicionalmente (re)conhecidas; Tempo 2 – o momento em que aparecem novas performances durante as manifestações (repertório em ação); Tempo 3 – o momento em que, das novas performances produzidas, algumas são incorporadas ao repertório (repertório atual).
- b) Para compreender como se dá esse processo de inovação, é necessário questionar-se a respeito de como surgem essas novas performances no T² e por que apenas algumas são incorporadas ao repertório (T³).
- c) Durante o T², a entrada de novos atores é central para a explicação de todo o processo.
- d) Com isso, os mecanismos de explicação do processo de mudança dos repertórios aparecem a partir de performances inovadoras. Quanto ao surgimento, os atores realizam novas performances a partir de dois mecanismos básicos: o processo de adaptação de experiências diretamente vivenciadas em suas trajetórias e/ou de difusão de ações já realizadas em outros contextos; e o processo de experimentação interativa, na qual, durante a interação dos atores envolvidos no evento, novas performances emergiriam a partir de novas necessidades e/ou oportunidades contextuais. No que diz respeito à permanência, é realizado um processo de rotinização de determinadas performances, baseado em uma noção de eficácia (instrumental e/ou expressiva), identificação, organização e diálogo, que fazem com que estas sejam incorporadas no *script* do fazer reivindicatório (repertório).
- e) O modelo de análise utilizado nesta pesquisa também inclui o argumento hipotético de que existiria uma "crise" com o repertório tradicional no T¹, abrindo espaço para a inovação. Tal argumento, porém, não foi objeto de estudo para verificar sua pertinência, sendo o foco da análise compreender o que acontece posteriormente, no T² e T³.
- f) Ao longo da pesquisa algumas dimensões apresentaram-se com importante papel nesse processo, porém não foram aprofundadas na explicação: as implicações das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), das molduras interpretativas e da estrutura de oportunidades políticas.

Traduzido na figura 1:

Figura 1: Modelo explicativo do processo de inovação nos repertórios de contestação



Fonte: SILVA, 2016

Para chegar a esse modelo explicativo sobre o processo de inovação nos repertórios, foram necessários procedimentos metodológicos que se basearam principalmente na proposta epistemológica e ontológica da “explicação por mecanismos”. Em oposição à explicação causal clássica, essa perspectiva defende que, uma correlação entre fenômenos não é uma explicação suficiente da realidade, sendo necessária, ainda, a compreensão dos motivos pelos quais dois fenômenos estão associados, ou seja, dos mecanismos que geram a associação entre A e B (KIRSCHBAUM, 2013; TILLY, 2001; McAdam, Tarrow e Tilly; 2001). Também foi realizada uma análise histórico-comparativa fundamentada no método de Análise de Eventos de Protesto (AEP), que busca mapear de forma sistemática a ocorrência de eventos de protesto em determinado recorte espaço-temporal (Koopmans; Neidhardt; Rucht, 1999; Koopmans; Rucht, 2002; Olzak, 1989).

A proposta no artigo é explorar os caminhos traçados em cada etapa da pesquisa, afim de expor possíveis formas de abordar as dinâmicas da conflitualidade contemporânea. Conferir centralidade aos procedimentos metodológicos permite maior diálogo entre as pesquisas e permite avançar na construção de propostas que superem os limites teóricos-metodológicos que as experiências do ativismo contemporâneo colocam para o campo de pesquisa.

ESCOLHAS METODOLÓGICAS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Para o processo de inovações nos repertórios, foram estudadas as performances públicas de contestação presentes nas mobilizações em torno do transporte público. Mais especificamente, as manifestações ocorridas entre os anos 1970 e 2010, 2013, 2014 e 2015, em Porto Alegre.

A escolha de um período abrangente diz respeito às demandas colocadas pelo objeto de investigação: a identificação e a análise das mudanças nos repertórios de ação tendem a exigir estudos que abordem temporalidades relativamente longas. Assim, o período de 1970 a 2010 é pertinente a tal análise na medida em que possibilita a identificação de práticas que tradicionalmente vinham sendo realizadas nas manifestações sobre o transporte público na cidade de Porto Alegre, permitindo caracterizar aquilo que se denomina de repertório tradicional. O ano de 2013 é analisado por tratar-se do período de ocorrência das manifestações identificadas como aquelas que apresentam mudanças significativas em relação ao repertório tradicional. Os anos de 2014 e 2015, por sua vez, são estudados para tentar apreender o que ficou das mudanças que emergiram em 2013, conformando o repertório atual.

Para a classificação das performances que conformam o repertório tradicional, pesquisou-se o banco de dados de repertórios de manifestações públicas de demandas coletivas, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Associativismo, Contestação e Engajamento¹ (GPACE-UFRGS). Esse banco integra a pesquisa “Dinâmicas da Ação Coletiva: Análise de Eventos de Protesto no Estudo dos Repertórios Associativos”², a qual consiste na construção de um catálogo de eventos de reivindicação coletiva no Estado do Rio Grande do Sul no período de 1970 a 2010, tendo como fonte o jornal Zero Hora. O banco possui as seguintes variáveis: duração, localização, ator, número de participantes, objeto, alvo, repertório de ação coletiva, repressão, recurso à violência pelos participantes, eventos inter-relacionados. A partir do banco, pode-se identificar de qual reportagem foram retiradas essas informações, sendo possível, então, retornar à fonte a fim de buscar outras informações pertinentes.

Quanto à pesquisa das novas performances que conformam o repertório em ação no ano de 2013, realizou-se uma busca de todas as notícias sobre eventos de protesto ocorridos durante esse ano com publicação no jornal Zero Hora. A busca nessa

¹ Grupo coordenado pelo Professor Dr. Marcelo Kunrath Silva. Mais informações: <https://www.ufrgs.br/gpace/pt/>

² Sobre o desenho metodológico dessa pesquisa ver sobre em SILVA, ARAÚJO, PEREIRA, 2016.

mídia impressa foi realizada por ser a mesma fonte do banco de dados que foi utilizado para a caracterização do repertório tradicional. Quanto às performances que compõe o repertório atual, foi realizado o mesmo procedimento de pesquisa no jornal Zero Hora, além da observação direta nos eventos de protesto de 2014 e 2015.

O uso de jornais apresenta-se como fonte central para AEP. É reconhecido o viés da cobertura da imprensa, no entanto, sustenta-se que esse tipo de fonte permite obter informações relevantes para responder à problemática:

Para a maior parte das questões de pesquisa que ocupam nossa atenção, todavia, conhecimento sobre os números “verdadeiros” e os níveis “absolutos” [dos protestos] são relativamente sem importância. [...] De fato, não são tanto os níveis precisos que interessam, mas tendências e diferenças, e estas também podem ser inferidas de fontes distorcidas, garantindo que a distorção seja mais ou menos constante, e na medida em que o número de eventos de protesto reportado é amplo o suficiente para permitir detectar tendências e diferenças significantes. (KOOPMANS, 1999, p.96, *tradução nossa*)

Para analisar os três períodos que compõem o modelo de análise – Repertório Tradicional (1970 a 2010), Repertório “em Ação” (2013) e Repertório Atual (2014 e 2015) –, foram coletadas 475 reportagens do Jornal Zero Hora³ que apresentavam como conteúdo o tema do transporte público. Destas reportagens, após seleção, 136 diziam respeito apenas à temática do transporte em Porto Alegre (sem incluir circulação, trânsito ou outras cidades) e, destas, 60 apresentavam mobilizações em torno da tarifa ou das condições das linhas de ônibus (conforme a Tabela 1).

Tabela 1: Notícias coletadas

PERÍODO	NÚMERO DE IMAGENS	TRANSPORTE	TARIFA CONDIÇÕES
1970-2010 (T ¹)	122	80	23
2013-2014-2015	353	56	37
2013 (T ²)	-	33	25
2014-2015 (T ³)	-	23	12
1970-2015	475	136	60

Fonte: SILVA, 2016

Para compreender de que modo foram produzidas as performances identificadas

³ É reconhecido o viés do jornal fonte dessa pesquisa. Existe a possibilidade de alguns eventos de protesto durante o período analisado não terem sido noticiados.

como inovadores nas manifestações de 2013 e, ainda, se/como estas foram incorporadas ao repertório dos protestos sobre transporte público na cidade de Porto Alegre em 2014 e 2015, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com participantes dos eventos de protestos. Ao todo, foram 15 entrevistas.

PRIMEIRA ETAPA: Coleta de dados

a) T¹- Repertório Tradicional (1970-2010)

Como referido anteriormente, para caracterizar o T¹, foi realizada a coleta de notícias a partir do banco de dados da pesquisa desenvolvida pelo GPACE. A alimentação do banco de dados se faz a partir de notícias sobre todas as manifestações públicas de demandas coletivas que ocorreram em determinado mês em todos os anos da pesquisa⁴ (por exemplo, todos os casos ocorridos no mês janeiro de 1970, de 1975, de 1980, de 1985, etc.; em seguida, todos os casos ocorridos no mês de fevereiro dos referidos anos; e assim sucessivamente). As imagens das notícias ficam armazenadas em pastas segundo o mês, o ano e, então, as imagens (Figura 2). Assim, para ter acesso às notícias dos eventos de protesto sobre transporte, foi isolada a categoria “transporte, trânsito e circulação” da variável “objeto de reivindicação” (Figura 3), a qual foi cruzada com o mês, o ano e o número da foto correspondente no banco (Figura 4). Com esses dados, pode-se voltar direto à imagem da notícia, para, assim, categorizá-la de acordo com os interesses específicos desta pesquisa.

Figura 2: Pastas das notícias



Fonte: autoria própria, 2015

⁴ A coleta abrange o período de 1970 a 2010, analisando todas as edições do jornal ZH publicadas a cada cinco anos: 1970, 1975, 1980, 1985, 1990, 1995, 2000, 2005 e 2010.

Figura 3: Variável “transporte, transito e circulação” no banco de dados

foto	ano	mês	local	duracao	ator	participantes	objeto
3082	1990	Setembro	Porto Alegre	1	Sindicatos, Federações e Associações de Servidores Públicos	NS	Salario ou Trabalhista
3083	1990	Setembro	Porto Alegre	1	Atores Múltiplos (Sociedade e Estado)	6	Transporte, Trânsito e Circulação
3084	1990	Setembro	Porto Alegre	1	Profissionais Assalariados da Mesma Área	80	Salario ou Trabalhista
3085	1990	Setembro	Cruz Alta	Em Aberto	Profissionais Assalariados da Mesma Área	NS	Salario ou Trabalhista
3086	1990	Setembro	Cruz Alta	1	Profissionais Assalariados da Mesma Área	NS	Salario ou Trabalhista
3087	1990	Setembro	Porto Alegre	Em Aberto	Profissionais Assalariados da Mesma Área	NS	Salario ou Trabalhista
3088	1990	Setembro	Passo Fundo	1	Profissionais Assalariados da Mesma Área	NS	Salario ou Trabalhista
3089	1990	Setembro	Porto Alegre	Em Aberto	Profissionais Assalariados da Mesma Área	NS	Salario ou Trabalhista
3090	1990	Setembro	Porto Alegre	1		Outros	Educação
3091	1990	Setembro	Porto Alegre	1		Outros	Educação
3092	1990	Setembro	Porto Alegre	1		Outros	Educação
3093	1990	Setembro	Porto Alegre	1	Grupos de Amigos e/ou Parentes	NS	Educação
3094	1990	Setembro	Porto Alegre	1		Outros	Educação
3095	1990	Setembro	Porto Alegre	1	Atores Múltiplos (Sociedade)	NS	Educação
3096	1990	Setembro	Porto Alegre	1	Profissionais Assalariados da Mesma Área	NS	Salario ou Trabalhista
3097	1990	Setembro	Porto Alegre	1	Profissionais Assalariados da Mesma Área	NS	Salario ou Trabalhista
3098	1990	Setembro	Porto Alegre	7	Profissionais Assalariados da Mesma Área	NS	Salario ou Trabalhista
3099	1990	Setembro	Porto Alegre	1	Profissionais Assalariados da Mesma Área	NS	Salario ou Trabalhista
3100	1990	Setembro	Porto Alegre	1	Profissionais Assalariados da Mesma Área	NS	Salario ou Trabalhista
3101	1990	Setembro	Porto Alegre	1	Profissionais Assalariados da Mesma Área	NS	Salario ou Trabalhista
3102	1990	Setembro	Porto Alegre	1	Estudantes	NS	Educação
3103	1990	Setembro	Porto Alegre	1	Estudantes	NS	Educação

Fonte autoria própria, 2015.

Figura 4: Cruzamento mês, ano e número da foto

Mês de ocorrência do evento:	Número da(s) foto(s) de referência:	Tipo de objeto do conflito:	
		Transporte, Trânsito e Circulação	Total
Janeiro	12	Ano de ocorrência do evento: 1985	1
	Total		1
13	13	Ano de ocorrência do evento: 1985	1
	Total		1
14	14	Ano de ocorrência do evento: 1985	1
	Total		1
15	15	Ano de ocorrência do evento: 1985	1
	Total		1
16	16	Ano de ocorrência do evento: 1985	1
	Total		1
17	17	Ano de ocorrência do evento: 1985	1
	Total		1
18	18	Ano de ocorrência do evento: 1985	1
	Total		1
19	19	Ano de ocorrência do evento: 1985	3
	Total		3
21	21	Ano de ocorrência do evento: 1985	1
	Total		1
23	23	Ano de ocorrência do evento: 1985	1
	Total		1
34	34	Ano de ocorrência do evento: 1985	1
	Total		1
38	38	Ano de ocorrência do evento: 1990	1
	Total		1
52	52	Ano de ocorrência do evento: 1990	1
	Total		1
70	70	Ano de ocorrência do evento: 2005	1
	Total		1
Total		Ano de ocorrência do evento: 1980	1
		1985	13
		1990	1
		2005	1

Fonte: autoria própria, 2015

Foram selecionadas 122 notícias sobre manifestações referentes ao transporte. Porém, muitas delas diziam respeito a questões de “circulação” ou de “trânsito” (como, por exemplo, manifestações por estradas em más condições ou bloqueios de ruas devido ao trânsito violento no local). Assim, a partir da exclusão destes casos, foram selecionadas 80 imagens. Muitas destas, porém, diziam respeito a reivindicações que não integravam o objeto de estudos da pesquisa, como demandas trabalhistas dos rodoviários ou, ainda, que não ocorreram em Porto Alegre.

Determinou-se, então, que seriam selecionados apenas os eventos de protesto que diziam respeito às tarifas e às condições do transporte público, uma vez que estes constituíram os objetos centrais de reivindicação das manifestações ocorridas em 2013 em Porto Alegre. Assim, foram selecionados 23 eventos de protestos noticiados pela Zero Hora com essas características (ver Tabela 1).

b) T² – Repertório “em Ação” (2013) e T³ – Repertório Atual (2014-2015)

A coleta de dados para esse período foi realizada na sede do jornal Zero Hora, através do Centro de Documentação e Informação do próprio jornal (CDI). A base de dados do jornal foi acessada a partir das palavras-chave “Bloco de Lutas” e “manifestações” nos anos de 2013, 2014 e 2015, resultando em 353 notícias em PDF, das quais foram selecionadas, no local, 56 que diziam respeito especificamente a manifestações referentes ao transporte. Após a leitura mais detalhada das notícias, foram selecionados 37 eventos de protesto noticiados.

A escolha dessas palavras-chave foi pensada para que surgissem apenas manifestações que tivessem alguma ligação com as reivindicações sobre o transporte público a partir de 2013. O Bloco de Lutas pelo Transporte Público⁵ esteve presente em todas as manifestações, pautando a redução da tarifa, o transporte público de qualidade para todos, entre outras demandas. Assim, a utilização desse termo como palavra-chave foi pensada como a mais adequada para identificar as notícias de manifestações que, em alguma medida, referiam-se ao tema do transporte público como objeto.

⁵ Organização que articulava diferentes grupos políticos de Porto Alegre, ver sobre em MUHALE, 2014.

SEGUNDA ETAPA: Caracterização dos períodos

Todos os eventos de protestos noticiados foram categorizados com auxílio do *software* NVivo 10. Como dimensões de análise, foram estabelecidos, a partir da literatura e da exploração do material empírico, os aspectos que são os componentes da performance. Assim, a performance foi abordada a partir das seguintes dimensões: ação, estética, mensagem e ator. Ainda foi acrescentada uma quinta dimensão, a Internet, na medida em que esta apresentou significativa importância nas manifestações do T² (Figura 5).

Figura 5: Nós

Nós							
Nome	Fontes	Referências	Criado em	Criado por	Modificado em	Modificado por	
Ação	55	111	06/07/2015 11:15	CFS	02/08/2015 15:58	CFS	
Atores	30	34	24/06/2015 19:35	CFS	23/07/2015 19:36	CFS	
Estética	30	52	22/06/2015 14:55	CFS	23/07/2015 19:41	CFS	
Internet	7	7	10/07/2015 11:05	CFS	02/08/2015 15:58	CFS	
Mensagem	40	53	22/06/2015 14:56	CFS	23/07/2015 19:42	CFS	

Fonte: SILVA, 201

A categoria “ação” diz respeito ao tipo de ação promovida pelos manifestantes identificada na notícia. “Atores” refere-se ao tipo de ator que realiza a ação, ou seja, o tipo de organização a qual pertencem ou alguma característica que os defina em termos de identificação a um grupo específico. Na categoria “mensagem” foram destacados os conteúdos aos quais referem-se as ações desempenhadas, ou seja, o tipo de mensagem que transmitem. Quanto a categoria “estética”, foram selecionadas nas notícias principalmente características que indicavam símbolos e acessórios mobilizados, também registrava-se se ocorreram a noite ou durante o dia. Por fim, foi acrescentada a categoria “internet” que diz respeito as referências as implicações das redes para realização dos protestos.

Todas as notícias foram categorizadas a partir de seus textos e imagens. Seleciona-se a área (ou texto, dependendo da extensão do arquivo) e adiciona-se a um nó (classificação do NVivo para designar uma categoria). Quando selecionado um texto, ele automaticamente é adicionado ao nó de escolha, no entanto quando seleciona-se uma região (que pode ser de uma imagem, ou também de um texto que não reconheça a seleção de palavras devido a sua extensão) é necessário escrever sobre o que está sendo referido (Figura 4), para então realizar a categorizar em um nó. Quando

selecionado um nó específico, é possível observar a notícia (e seleção) categorizada (Figura 5).

Figura 6: Exemplo de seleção de região (notícia “Vila Ipe” de 1970)

	Região	Conteúdo
1	690,1130 - 1200,1250	grandes dificuldades no que diz respeito a condução.
2	470,2430 - 1250,2560	Grata pela publicação..
3	500,1500 - 1250,1650	superlotados
4	720,1380 - 1140,1450	40 a 50 minutos esperando
5	500,860 - 1250,1090	Moradora da Vila IPE do Novo Partenon e em nome de todos moradores deste núcleo residencial
*		

Fonte: autoria própria, 2015

Figura 7: Exemplo de retorno a seleção categorizada (notícia “Protesto contra aumento da tarifa”, 2015)

PROTESTO CONTRA AUMENTO DA TARIFA



Denominado 5º Ato Contra o Aumento da Passagem, um protesto organizado pelo Bloco de Lutas reuniu dezenas de pessoas a partir do final da tarde de ontem no Centro Histórico de Porto Alegre. Contrários ao reajuste de 10,17% na tarifa do transporte público, que elevou para R\$ 3,25 a passagem, os manifestantes se reuniram mais uma vez em frente à prefeitura e caminharam pelas ruas do Centro em direção ao Largo

Zumbi dos Palmares. Antes de chegar ao destino, eles foram até a sede do Ministério da Agricultura, na Avenida Loureiro da Silva, e manifestaram apoio aos trabalhadores rurais do MST e da Via Campesina, que estão acampados no local.

A Brigada Militar acompanhou de perto a mobilização, assim como a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), que bloqueou as ruas e desviou o fluxo de veículos.

	30	34	24/05/2015 19:05
Atores	6	7	13/07/2015 16:46
Bloco de Lutas pelo	11	12	10/07/2015 11:05

Bloco de Lutas pelo Transporte

lo Bloco de Luta pelo Transporte Público

Referência 2 - 0,55% Cobertura

contra a realização doLundal.

[clnterarsi/2015/07/ - Manifestação: 2015/07 - 5 1 referência codificada \[0,65% Cobertura\]](#)

Referência 3 - 2,05% Cobertura

Denominado 5º Ato Contra o Aumento da Passagem, um protesto organizado pelo Bloco de Lutas reuniu dezenas de pessoas a partir do final da tarde de ontem no Centro Histórico de Porto Alegre.

Fonte: autoria própria, 2015

a) Cruzamentos

Para caracterizar os períodos, após a categorização das notícias, cruzou-se as dimensões analisadas com os anos em que ocorreram os eventos de protesto. Para isso, cada fonte (notícia) foi classificada com o ano do evento que representava. Assim, foi possível identificar, por exemplo, que tipo de ação ocorreu em cada ano e quantas vezes. A partir das tabelas geradas (Tabela 2), gráficos foram elaborados para melhor visualizar os dados, apenas com as categorias mais abstratas por apresentarem números mais significativos a partir do agrupamento das informações.

Tabela 2: Ação x Anos

Tipos de Ação	B: Ano/Año = 1970	C: Ano/Año = 1975	D: Ano/Año = 1980	E: Ano/Año = 1985	F: Ano/Año = 1990	H: Ano/Año = 2005	I: Ano/Año = 2010	J: Ano/Año = 2014	K: Ano/Año = 2015
2: Ações de apoio	0	0	0	0	0	0	1	0	0
3: Ações de deslocamento	0	0	0	0	1	2	8	5	2
4: Ações de ocupação e tentativa de ocupação efêmeras de	0	0	0	0	0	2	1	4	0
5: Ações de protesto em frente a prédios públicos ou privados	0	0	0	0	0	5	2	0	0
6: Ações de rupturas simbólicas	0	0	0	0	0	1	5	0	0
7: Ações de tentativa de acordo e decisão	0	1	2	0	0	0	2	0	0
8: Ações de tentativa de interromper um processo contínuo	0	0	0	2	0	6	0	1	0
9: Ações de transmissão de mensagem escrita	1	2	1	3	0	0	2	0	1
10: Ações de transmissão de mensagem verbal	0	0	0	0	1	1	1	0	0
11: Ações em espaços do poder público	0	0	0	1	2	0	0	0	0
12: Ações lúdicas	0	0	0	0	0	0	4	0	0
13: Ações violentas	0	0	0	0	0	7	14	11	0

Fonte: SILVA, 2016

Foi possível, a partir da realização dessas etapas, identificar as transformações nas manifestações públicas de demandas relacionadas ao transporte coletivo na cidade de Porto Alegre entre os anos de 1970 e 2015. Mais especificamente, demonstrar que, apesar da permanência do tema do transporte coletivo como objeto de demandas sociais ao longo do período pesquisado, as formas, dinâmicas e intensidade das manifestações públicas apresentam profundas variações⁶. Essas variações foram estudadas em relação ao contexto histórico e político de cada período.

A AEP permite, então, apreender mudanças quantitativas e qualitativas nas formas de protesto ao longo do período analisado. No entanto, a metodologia de análise

⁶ Ver sobre tais variações e, por tanto, as mudanças significativas no processo de construção e enfrentamento do problema do transporte coletivo em SILVA; SILVA, 2016.

de eventos de protesto tende a ser insuficiente para uma investigação que pretende apreender a complexidade dessas mudanças, que procura avançar na superação de buscar possíveis explicações a partir do estabelecimento de correlações, sem tentar compreender *como* operam na realidade empírica. Portanto, afim de avançar nessa lacuna da AEP, a partir da caracterização dos períodos da pesquisa, e assim a construção de correlações entre as performances e as características identificadas, buscou-se identificar os mecanismos que explicam tais correlações, a partir da realização de entrevistas.

TERCEIRA ETAPA: entendendo as possíveis mudanças nas performances públicas de contestação

Segundo Charles Tilly⁷, “o repertório disponível de ações coletivas para uma população é surpreendentemente limitado” (1978, p. 151). No entanto, apesar de limitados (e datados historicamente), o autor concebe que possa ocorrer variações. Essas variações ocorrem, principalmente, através do que o autor chama de performances:

Podemos capturar algumas das características recorrentes, historicamente, incorporado pela política contestatória, por meio de duas metáforas teatrais relacionadas: performances e repertórios. Se olharmos de perto uma reivindicação coletiva, veremos que casos particulares improvisam a partir de roteiros [scripts] compartilhados. [...] A metáfora teatral chama a atenção para o caráter agrupado, aprendido e, ainda assim, improvisado das interações [...]. Reivindicar usualmente se parece com jazz e *commedia dell'arte* mais do que com a leitura ritual de uma escritura sagrada. Como um trio de jazz ou grupo de teatro de improviso, as pessoas que participam em política confrontacional normalmente podem atuar em diversas peças, mas não numa infinidade delas (TILLY, 2006, p. 35, *tradução nossa*).

Assim, quanto ao surgimento de um novo repertório, Tilly (2008), a partir de seu estudo sobre o confronto político na Inglaterra, diz que

um novo repertório nasce no século XIX porque novos usuários assumiram novas tarefas e encontraram as ferramentas disponíveis para os seus problemas e habilidades. No curso das lutas atuais, pessoas fazem

⁷ Para uma sistematização da obra de Tilly ver sobre em BRENO, 2012 e ALONSO, 2012.

reivindicações e contra reivindicações formando novos significados do fazer reivindicatório. Eles agrupam performances complementares nos repertórios (p. 45, *tradução nossa*).

Tendo por referência a literatura, argumenta-se que a inovação nos repertórios tende a ocorrer de forma lenta, gradual e incremental, a partir de adaptações, experiências, mudanças e/ou criações realizadas pelos manifestantes em suas performances públicas. Tal processo de inovação ocorre através da interação entre os atores envolvidos nas manifestações (manifestantes, forças de segurança, mídia, governantes, apoiadores, observadores, etc.) e, também, de um processo de difusão (transferência e apropriação) de formas de ação entre tempos, lugares e grupos. Para que tais performances inovadoras se tornem permanentes, integrando os repertórios de ação, os autores supracitados trabalham com a noção de eficácia, ou seja, as performances que são interpretadas como mais eficazes para atingir os objetivos dos manifestantes, que podem ser instrumentais e/ou expressivos, tenderiam a permanecer (TILLY, 2006; 2008; TARROW, 2009).

Esse fenômeno será analisado a partir das manifestações de junho de 2013, que são entendidas aqui como um ciclo de protestos,

uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos de ação coletiva, novos ou transformados; como uma combinação de participação organizada e não organizada; e com sequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades (TARROW, 2009, p. 182).

São, principalmente, os ciclos de protestos que possibilitam o surgimento de novas formas de confronto político: “na incerteza e exuberância da fase inicial de um ciclo de mobilização, a inovação se acelera e novas formas de confronto são desenvolvidas e difundidas” (TARROW, p. 186). O ciclo tem como característica a mobilização de uma grande variedade de atores que trazem novas possibilidades de ação que, em outros momentos, não são possíveis.

Porém, nem todas as inovações que aparecem neste período de confronto continuam após o ápice do ciclo de protestos.

Algumas estão diretamente ligadas ao pico do confronto [...] outras dependem do alto nível de participação e de fluxos de informação característicos dos ciclos e não podem ser mantidas quando a mobilização declina e as fontes de informação se voltam para outros tópicos. E algumas são da paralisia temporária das forças da ordem, na medida que se veem frente a massas inesperadas de desafiantes nas ruas; quando elas se reagrupam, as táticas que pareciam impossíveis de derrotar no pico do ciclo são facilmente esmagadas (TARROW, 2009, p.187).

Assim, como o objetivo desta pesquisa foi avançar na sistematização de uma explicação para o processo de inovação no repertório, a partir do estudo das performances públicas de contestação identificadas nas manifestações relacionadas ao tema do transporte público que deu início ao ciclo de protestos de junho de 2013, foi necessário compreender então, por um lado, como emergem novas performances, e por outro, por que algumas são incorporadas ao repertório enquanto outras são “excluídas”. Para tal, foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas.

a) Entrevistas

As entrevistas foram estruturadas sobre três eixos de perguntas. O primeiro eixo diz respeito à trajetória: questões sobre experiências pessoais e políticas dos entrevistados. No segundo eixo o foco foram as manifestações em 2013: envolvimento, tipos de ação e interpretações sobre alguns eventos específicos. Por fim, o terceiro eixo abordou as manifestações em 2014 e 2015, semelhante ao eixo anterior. Perguntou-se, ainda, sobre todos os processos de mobilizações nos quais os entrevistados haviam participado, as diferenças, os aprendizados e os arrependimentos.

O critério de seleção para as entrevista se deu, primeiramente, a partir da busca por pessoas que haviam participado das manifestações em 2013 com maior envolvimento, ou seja, que tivessem participado não apenas dos eventos de protesto, mas também do processo de construção de tais eventos. Seria interessante, ainda, que tais indivíduos tivessem participado de manifestações antes e depois de 2013, de forma a possuírem informações para avaliar as hipotéticas mudanças que teriam caracterizado as performances de protesto em 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A explicitação dos procedimentos realizados para chegar aos resultados da pesquisa contribui para que se encontrem formas mais adequadas de abordar os problemas que se impõem ao campo. Nesse artigo foram apresentadas as três etapas realizadas para avançar em uma sistematização do processo de inovação nos repertórios, a partir do estudo das mudanças nas performances públicas de contestação de eventos de protestos sobre a temática do transporte público.

Na primeira etapa demonstrou-se como foram coletados os dados; em seguida foi apresentada como ocorreu a realização da caracterização dos períodos analisados na pesquisa; e por fim, como emergem novas performances e por que algumas foram incorporadas ao repertório, enquanto outras não. No entanto, para além da descrição das etapas, chama-se atenção para a importância de estudos que aproximem abordagens históricas aos problemas relativos ao campo de estudos de movimentos sociais.

Apresentou-se a proposta de utilização da metodologia de análise de eventos de protestos (AEP), que permite mapear a ocorrência de eventos de protesto em um recorte espaço-temporal, possibilitando a observação das dinâmicas dos processos de contestação. No entanto, reitera-se que para uma análise mais qualificada, é importante ir além da construção de correlações e avançar na busca de possíveis explicações. Para isso foi proposto abordar o problema a partir da busca de mecanismos explicativos para as correlações identificadas.

É indiscutível que a forma como foram operacionalizadas essas propostas metodológicas, para essa pesquisa, apresenta fragilidades. Ainda, esse artigo tem um caráter descritivo, que não problematiza teoricamente as implicações dessas escolhas. No entanto, o objetivo foi, principalmente, chamar atenção a importância de conferir centralidade a explicitação dos procedimentos metodológicos adotados nas pesquisas que compõem o campo de estudo de movimentos sociais. Importância que diz respeito, principalmente, as implicações dos processos contemporâneos de ativismo identificados em vários países ao redor do mundo, que trazem desafios para os pesquisadores, na qual uma das formas de avançar na superação é propor um debate de como abordar metodologicamente esse fenômeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, J. *Performative Revolutions in Egypt*. Londres: Bloomsbury Academic, 2011
- ALONSO, Angela. (2012) “Repertório segundo Charles Tilly: História de um conceito”. *sociologia&antropologia*, 02 (03): 21-41.
- BRINGEL, Breno. (2012) Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. *Sociologia&antropologia* | v.02.03: 43–67.
- GOFFMAN, Erving. (2012). *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Editora Vozes.
- GOFFMAN, Erving. (2013). *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- KIRSCHBAUM, Charles. (2013). Decisões entre pesquisas quali e quanti sob a perspectiva de mecanismos causais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 28 n° 82.
- KOOPMANS, Ruud; NEIDHARDT, Friedhelm; RUCHT, Dieter (eds). (1999), *Acts of dissent: New Development in the Study of Protest*, Lanham, Rowman & Littlefield.
- KOOPMANS, Ruud; RUCHT, Dieter. “Protest Event Analysis”. (2002), in Bert Klandermans & Suzanne Staggenborg (eds.). *Methods of Social Movements Research*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILL Y, Charles. (2001). *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MUHALE, Miguel J. J. (2014). *Lutar, construir poder popular: Uma perspectiva etnográfica do Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre/RS*. Dissertação de Mestrado. 151f.; il. Orientadora: Dr. Partrice Shuch. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia.
- OLSAK, Susan. (1989), “Analysis of Events in the Study of Collective Action”. *Annual Review of Sociology*, 15: 119-141.
- SCHECHNER, Richard. (2006). “O que é performance?” In: *Performance studies: an introduccion*. Second edition. New York & London: Routledge. p. 28-51.
- SILVA, Camila Farias da. (2016), *Inovação nos Repertórios de Contestação: O confronto em torno do transporte público em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- SILVA, Camila Farias da; SILVA, Marcelo Kunrath. (2016). “Se a passagem não baixar, a cidade vai parar”: transformações nas manifestações públicas de demandas relacionadas ao transporte coletivo na cidade de porto alegre, 1970 – 2013”, in Vanessa Marx (org.), *Participações, Conflitos e Intervenções Urbanas*:

Contribuições à HABITAT III, Porto Alegre, Editora UFRGS.

- SILVA, Marcelo Kunrath; ARAUJO, Gabrielle Oliveira; PEREIRA, Matheus Mazzilli. (2016). Análise de Eventos de Protesto no Estudo dos Repertórios Associativos. In: Pedro Robertt; Carla Rech; Pedro Lisdero & Rochele Fellini Fachinetto (orgs.), *Metodologia em Ciências Sociais Hoje: práticas, abordagens e experiências de investigação*, Jundiaí, Paco Editorial
- TILLY, Charles; TARROW, Sidney. (2007), *Contentious politics*, Boulder, Paradigm Publishers.
- TILLY. Charles. (1995). Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, Mark (ed.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press.
- _____. Charles. (2008). *Contentious performances*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (2006). *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press.
- _____. (1978). *From mobilization to revolution*. Addison-Wesley Pub. Co
- _____.(2001). Mechanisms in political processes. *Annual Review of Political Science*, 4: 21-41.

III Encontro Internacional
Participação, Democracia e Políticas Públicas (PDPP) 2017
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória, 30 de maio a 2 de junho de 2017

Seminário Temático 11

Anticapitalismo, Democracia Radical e Sociabilidades Emergentes: abordagens Teóricas e Empíricas Sobre o Ativismo Social Contemporâneo

Sessão 01

Sistema-mundo moderno/colonial, anticapitalismo e vicissitudes do ativismo contemporâneo

Título

Matriz abissal e lutas de movimentos indígenas na América Latina/Abya Yala

Autor

Maurício Hashizume – Universidade de Coimbra (UC)

Resumo

Intersecções decisivas entre relações de poder capitalistas, coloniais e patriarcais para a reprodução de ordens desiguais e opressoras desafiam as ciências sociais. Proponho dois movimentos para lidar com esse desafio. O primeiro deles, de caráter histórico-historiográfico, tem a ver com uma releitura da formação e do desenvolvimento do capitalismo. Abundam interpretações que situam o sistema capitalista moderno como resultado e até como contraponto a “resquícios” tradicionais (coloniais e patriarcais). Em contraste, sustento – a partir de referências como a “acumulação primitiva” em Marx e a “acumulação do capital” em Luxemburgo - que capitalismo, colonialismo e patriarcado são intrínsecos em termos materiais (trabalho) e simbólicos (hegemonia). O segundo movimento consiste na conjugação desta “matriz abissal” (em consonância com a “linha abissal” de Santos) forjada no século XVI (“sistema-mundo moderno”) com reflexões e processos de lutas contemporâneas protagonizadas por movimentos indígenas na América Latina/Abya Yala no bojo das chamadas Epistemologias do Sul.

Palavras-chave

Capitalismo, colonialismo, patriarcado

Trabalho completo

Introdução

Como fenômeno aparentemente independente que se move e se transforma por si só, apenas e tão somente pelas lógicas e pelos impulsos inerentes, específicos e internos ao seu próprio funcionamento, o capitalismo foi separado do colonialismo e do patriarcado. A questão é que, para desalento de tantas certezas (quase sempre vindas dos centros globais dominantes de produção e de exercício de saber/poder¹), esses outros dois componentes fulcrais (repito: o colonialismo e o patriarcado), também o constituem. Essa engenhosa operação de cisão e de afastamento entre esses três macro-vetores de desigualdade – apontada com acurácia pela operação de “produção ativa da não-existência” (Santos, 2007) - pode ser considerada como um dos edifícios político-ideológicos mais potentes e influentes da modernidade ocidental hegemônica. Dada a sua relevância, essa separação², em si, certamente mereceria não só uma, mas múltiplas teses que pudessem se dedicar com mais afinco somente a ela e/ou às demais questões que orbitam à sua volta.

Pretendo, neste artigo, apenas pincelar alguns aspectos que considero substantivamente pertinentes para dar conta de dois movimentos. O primeiro deles, de caráter histórico-historiográfico, tem a ver com uma releitura da própria formação e do desenvolvimento do capitalismo. Abundam interpretações que situam o sistema capitalista moderno como resultado e até como contraponto a “resquícios” tradicionais (coloniais e patriarcais). Em contraste, sustento – a partir de referências como a “acumulação do capital” em Rosa Luxemburgo, o instigante processo ampliado de “caça às bruxas” salientado por Silvia Federici e a “acumulação por espoliação”

¹ “Há efeitos de verdade que uma sociedade como a ocidental – e agora podemos dizer a sociedade mundial – produz a cada instante. Produz-se a verdade. Essas produções de verdades não podem se dissociar do poder e dos mecanismos de poder, porque estes últimos fazem com que seja possível, induzem essas produções de verdade e, ao mesmo tempo, porque estas mesmas têm efeitos de poder que nos ligam, nos atam” (Foucault, 2012 [1994]: 73). Ou ainda: “Não há exercício de poder possível sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione em, a partir de e através desta cúpula: estamos submetidos à produção da verdade do poder e não podemos exercer o poder se não através da produção da verdade. Isso vale para toda sociedade, mas creio que na nossa a relação entre poder, direito e verdade se organiza de modo muito particular” (Foucault, 1992: 73).

² Nem o colonialismo e nem propriamente o patriarcado, contudo, acabam merecendo uma análise mais profunda e direta por parte de Foucault. Como enfatiza Stoler (1995: 62), a análise foucaultiana - tomando como referência principal as aulas proferidas no *College de France* entre 1975 e 1976, que foram reunidas na obra *Em defesa da sociedade* – “parece evitar o fato de que o racismo de Estado e a expansão imperial europeia ocorreram juntas”. Em outra passagem, são enfatizados impulsos contraditórios no trabalho de Foucault: “um foco no racismo e uma elisão do mesmo, uma historiografia tão encerrada na Europa e em suas formações discursivas que o genocídio e as narrativas coloniais relacionadas a ela poderiam apenas ser derivadas da dinâmica interna dos Estados europeus” (Stoler, 1995: 59-60). Sobre o patriarcado, adiciona Federici (2010 [1984]: 14), “a análise de Foucault sobre as técnicas de poder e as disciplinas às quais o corpo foi submetido ignora o processo de reprodução, funde as histórias feminina e masculina num todo indiferenciado e se desinteressa pelo ‘disciplinamiento’ das mulheres, ao ponto de nunca mencionar um dos ataques mais monstruosos contra o corpo que já foi perpetrado na era moderna: a caça às bruxas”.

proposta por David Harvey - que capitalismo, colonialismo e patriarcado são intrínsecos em termos materiais (trabalho/produção de mais-valia) e simbólicos (hegemonia, no sentido atribuído por Gramsci).

O segundo movimento consiste em conjugar esta operação de profunda violência, exploração e opressão concretas do passado que, ao mesmo tempo e desde então, tiveram profundas implicações abstratas em termos de conformação de uma base político-ideológica-cultural com as configurações sociais do presente. Forjada no século XVI - conforme alguns dos fundamentos da teoria do “sistema-mundo moderno”, de Wallerstein, e das linhas que enfatizam mais o aspecto de “sistema-mundo moderno/colonial”, que ganharam projeção com a obra de Quijano -, a formação do capitalismo/colonialismo/patriarcado apresenta implicações diretas e indiretas e vem sendo desafiada por processos de lutas contemporâneas, em especial aquelas protagonizadas por movimentos indígenas na América Latina.

Em grande medida, o panorama histórico-social aqui desenhado é informado pela formulação crítico-analítica da “linha abissal”, elaborada, desenvolvida e disseminada por Boaventura de Sousa Santos³. Em síntese, assumo a pretensão de demonstrar que a hermenêutica dominante em torno da explicação e da compreensão do capitalismo é, em si mesma, “abissal”. Ou seja, está assentada ela própria em um “pensamento abissal” que se limita a iluminar “o lado de cá da linha” (nesse caso, o capitalismo) e se empenha em minimizar e esconder, ou ainda melhor, em *produzir ativamente como não-existente* “o outro lado da linha” (colonialismo e patriarcado).

O tema da *abissalidade* do sistema⁴ que pauta a organização social em seu molde hegemônico – cuja arqueologia e genealogia⁵ podem ser encontradas, de algum modo, em dois movimentos históricos, materiais e simbólicos decisivos: a estruturação do patriarcado moderno por meio de fenômenos como a caça as bruxas (juntamente com outras perseguições de ordem étnico-cultural-religiosa aos corpos femininos

³ A noção de “linha abissal” permeia vários trabalhos do autor, mas o artigo (Santos, 2009) que acompanha a coletânea *Epistemologias do Sul* - e que já havia sido publicado de forma avulsa na *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Santos, 2007), em Portugal, e na *Revista Novos Estudos*, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), no Brasil; bem como na revista *Review*, no mesmo ano, em Inglês - condensa algumas das principais ideias do seu pensamento. Foi apresentado originalmente no Centro Fernand Braudel, na Universidade de Binghampton, em 2006 - e nas Universidades de Glasgow e Victoria (Canada), bem como nas Universidades de Coimbra e de Madison-Wisconsin, onde dá aulas.

⁴ Como bem nota Grosfoguel (2011), é possível traçar um diálogo crítico entre a “sociologia descolonial de Sousa Santos” e a “visão descolonial de Frantz Fanon”. Particularmente, é estabelecido um paralelo entre a diferenciação entre a “zona do ser” e a “zona do não-ser”, que faz parte da concepção de racismo estrutural de Fanon (2010) [1952], com o “lado de cá” e o “lado de lá” da “linha abissal”, de Santos. A lógica e o funcionamento desse processo de diferenciação social é aqui denominada como *abissalidade* (nos capítulos finais, far-se-ão distinções com as clássicas divisões de *classe* e *estamento*). “A teoria crítica de esquerda produzida a partir da geopolítica do conhecimento e da corpo-política do conhecimento da experiência histórico-social do ‘Outro’ dentro da zona do ser [lado de cá da ‘linha abissal’] não é suficiente para entender os problemas vividos nem a maneira como se articulam os processos de violência e apropriação da dominação e da exploração na zona do não ser [lado de lá da ‘linha abissal’]” (Grosfoguel, 2011: 102). Em vez de simplesmente sublinhar essa diferença entre as duas zonas, o que se pretende assinalar aqui é que as duas zonas são interdeterminantes e interdependentes.

⁵ Nesse tocante das ‘metodologias’ frente à “sociedade de normalização”, em diálogo com Foucault.

rebeldes) tanto no “Velho Continente” como em territórios colonizados (Federici, 2010 [1984]) e a efetivação da profunda lógica colonial com a invasão, espólio e massacre dos povos indígenas no “Novo Mundo” *per se*, a partir do final do século XV (a qual também teve reflexos dentro da Europa) e ao longo do século XVI⁶ – ocupará o centro do capítulo seguinte, dedicado especialmente à discussão do que chamarei, a partir deste ponto, de *matriz abissal*.

Em consonância com o programa de pesquisa proposto por Santos (2002) de aplicação de uma “sociologia das ausências” a fim de desmontar quadros erigidos pela *razão indolente* e suas sombras, invisibilizações e anulações, apresento o argumento de que a habilitação do *pensamento abissal* relativamente ao entendimento do capitalismo (e do sistema capitalista tal qual ele se formou, se desenvolveu, se expandiu e funciona até os dias de hoje) fratura o diagnóstico e, por consequência, a possibilidade de ações concretas e reflexões profícuas diante desse mesmo sistema.

Primeiro movimento

Neste primeiro movimento, a partir da análise realizada em literaturas interdisciplinares e também como consequência de experiências vividas com os sujeitos de pesquisa (que protagonizam as lutas sociais que ocupam o centro dos estudos de caso escolhidos, sobre os quais tratarei mais adiante), destaco duas frentes desviantes que interagem de forma constante e se permeiam entre elas. Admito que seria possível desatar esse novelo puxando outros fios que não necessariamente esses aos quais me dedicarei. Como já se referiu, trata-se de um esforço com alcances limitados que tem o propósito de dar alguns contornos a um quadro-geral para as temáticas que serão estudadas.

A primeira frente diz respeito a um dos aspectos mais discutidos quanto à economia política da formação daquilo que a teoria marxista denomina como modo de produção capitalista⁷. Aspectos factuais e interpretativos que compõem a genealogia

⁶ Grosfoguel (2013) se refere aos quatro genocídios/epistemicídios no longo século XVI - contra a população judia e muçulmana na conquista de *Al-Andalus* [denominação da península ibérica segundo conquistadores islâmicos], contra os povos indígenas na conquista do continente americano, contra os africanos raptados e escravizados no continente americano e contra as mulheres queimadas vivas sob acusações de bruxaria na Europa. O intento do autor é interconectar e inter-relacionar esses quatro genocídios/epistemicídios entre si, como parte constitutivas das estruturas epistêmicas do *sistema-mundo capitalista/patriarcal occidentalocêntrico/cristianocêntrico moderno/colonial*. A referência ao longo século XVI (1450-1650) remete ao trabalho do historiador francês Fernand Braudel, que influenciou a formulação de *sistema-mundo moderno* de Immanuel Wallerstein.

⁷ Há distintas perspectivas no campo da história econômica sobre o processo que também ficou conhecido como *A Ascensão do Ocidente* (que é inclusive o título de uma influente obra sobre o tema, de autoria de William H. McNeill). A partir, por exemplo, de assumidas concordâncias com a “teoria neoclássica *standart*”, tais perspectivas “revertem à explicação interna como alegada superioridade do Ocidente o porquê de sua ascendência sobre o resto do mundo” (Frank e Gills, 2014 [1993]: 28). Mesmo sobre as abordagens da história econômica marxista, Frank e Gills (2014 [1993]: 28-29) realçam que elas são “resultado do eurocentrismo e da preferência por marcos explicativos endógenos, classistas e causalísticos” visto que “nenhuma lei dita que a limitação do alcance da análise seja inevitável ou imposta”.

do capitalismo, entendido como tal, serão retomados com o intento de recolher pistas para uma releitura de processos e dinâmicas sociais que, embora distantes em termos da linearidade temporal convencional, perduram até configurações da sociedade contemporânea. Merecerá destaque, por exemplo, nesta passagem em específico, o chamado “debate sobre a transição” do feudalismo ao capitalismo (comumente entendido como um fenômeno endógeno e exclusivo da Europa), no sentido de *descolonizá-lo*.

Desde Marx, estudar a gênese do capitalismo tem sido um passo obrigatório para aqueles ativistas e acadêmicos convencidos de que a primeira tarefa na agenda da humanidade é a construção de uma alternativa [da alternativa, acrescento, em consonância com a proposta de Boaventura de Sousa Santos (2007)] à sociedade capitalista. Não surpreende que cada novo movimento revolucionário tenha regressado à ‘transição ao capitalismo’, aportando a ele as perspectivas de novos sujeitos sociais e descobrindo novos terrenos de exploração e resistência (Federici, 2010 [1984]: 19).

Não é difícil supor que balizas consagradas (quase sempre a partir de suposições eurocêntricas⁸, etnocêntricas⁹ e imperiais¹⁰) tenderam a produzir uma sorte de galvanização de um viés redutor da importância do colonialismo¹¹ e do

⁸ Wallerstein (1997: 97) aponta cinco caminhos seguidos pelos quais as ciências sociais expressam seu eurocentrismo: historiografia, paroquialidade do seu universalismo, suposições acerca da civilização ocidental, Orientalismo [em referência à obra de Said] e suas tentativas para impor a teoria do progresso. Ainda que o próprio com a sua teoria do *sistema-mundo moderno* (ao repetir ideias como a de que a Europa fez ‘algo especial’ do século XVI ao século XVIII), como se verá mais à frente, também esteja sujeito a receber o mesmo tipo de crítica de não desvencilhamento do eurocentrismo que ele mesmo desabona.

⁹ “O etnocentrismo baseia-se numa distinção grupo interior-grupo exterior penetrante e rígida: envolve imagens negativas estereotipadas e atitudes hostis em relação aos grupos exteriores, imagens positivas estereotipadas e atitudes submissivas em relação aos grupos interiores, e uma visão hierárquica, autoritária, da interação do grupo em que os grupos interiores são justamente dominantes, os grupos exteriores subordinados” (Adorno *et al.*, 1950:150).

¹⁰ Para Said (1993: 8), imperialismo significa a macro-estrutura conceitual e prática de dominação de um centro metropolitano com relação a territórios satélites e periféricos, enquanto que colonialismo seria a implantação de assentamentos em contextos distantes. Ou seja, o colonialismo, segundo essa visão, seria um desdobramento da ideologia imperial. Tendo a discordar. Não só porque “o colonialismo europeu no mundo pós-Renascimento se tornou uma forma suficientemente especializada e historicamente específica de expansão imperial para justificar seu uso geral como um tipo distinto de ideologia política” (Ashcroft *et al.*, 2007 [2000]: 40, no verbete sobre *Colonialismo*), mas porque entendo a questão de outra maneira. O imperialismo, a meu ver, se configura como uma modalidade acionada (ou não) pela *matriz abissal*, composta por capitalismo, colonialismo e patriarcado, a qual será dissecada no capítulo seguinte.

¹¹ Justamente pela frequente limitação do conceito à dominação oficial e formal de um determinado centro metropolitano frente a uma “colônia”, o colonialismo custa a ser entendido – até porque as herméticas que historicamente vêm se dedicando a decifrá-lo tomam como referência o colonizador (diante da menor relevância ‘naturalizada’ do colonizado). Como realçam Ashcroft *et al.* (2007 [2000]: 41), o “colonialismo desenvolveu uma ideologia enraizada numa justificação ofuscante, e seu processo violento e essencialmente injusto se tornou crescentemente difícil de ser percebido por trás de uma tela de fumaça liberal de ‘tarefa’ civilizatória, ‘desenvolvimento’ e ‘ajuda’ paternalistas”. Alguns salientam que, a partir da expansão europeia do século XVI, colonialismo e capitalismo (bem como o patriarcado, como já se disse) se retroalimentaram mutuamente (Ferreira, 2014), embora a problematização do colonialismo jamais tenha merecido nada nem próximo aos esforços canalizados para entender o

patriarcado¹² nos estudos e nas interpretações de um dos temas mais recorrentes e polêmicos para a constituição do mundo moderno e para a reprodução do padrão das relações de poder hegemônicas tais quais elas existem hoje. Não é preciso também grande esforço para se perceber que essa formação do capitalismo tem sido entendida como uma consequência das virtudes da Europa, reduzindo o peso do quadro maior que excede em muito o espaço-tempo europeu¹³.

Ainda que possa parecer algo relativamente distanciado do tema de estudo, sustento que essa construção histórico-interpretativa tem sido central para a consolidação de um enquadramento político-ideológico com fortes traços *abissais* (o qual se estende para muito além da questão específica da Europa, evidentemente), que tende a anular a agência e as subjetividades próprias dos povos e corpos disciplinados, e ao mesmo tempo rebeldes, perante o capital. Este enfoque que naturaliza o mercantilismo (como se ele não tivesse em sua base o imperialismo, ou seja, a subjugação de um povo em relação ao outro, e muitos massacres e explorações ferrenhas do trabalho e dos conhecimentos das populações colonizadas) estabelece e reafirma uma separação decisiva do capitalismo de suas outras duas partes constitutivas e inseparáveis, porém veladas: o colonialismo e o patriarcado. Na esteira da crítica a essa naturalização, a exploração do trabalho escravo tanto da população indígena como negra e o tráfico de pessoas escravizadas complementa esse quadro geral que se baseia no congelamento de ambas como fontes de produção de riqueza supostamente circunscritas e circunstanciais ao passado, sempre a reboque de um centro irradiador de “luzes” modernizantes. Essa abordagem crítica a esse conjunto de

capitalismo. A naturalização patente do colonialismo que está presente nas obras clássicas de Said (*Orientalismo e Cultura e Imperialismo*) chama atenção para a forma como o fenômeno é visto. Mas, assim como já se disse na nota anterior (11), existe uma tendência de entendimento invertido e fragmentado que dificulta a tentativa de compreensão da relação complementar entre os fenômenos.

¹² Obras como a de Federici (2010) [1984], ao qual se referirá muitas vezes aqui, demonstram a conexão entre as formações do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado. O presente estudo reconhece a relevância da discriminação de gênero nesse processo. Como toda obra, contudo, é um retrato parcial centrado mais intensivamente na relação entre capitalismo e colonialismo, que não aspira a qualquer ânsia de abarcar qualquer totalidade. Trata-se apenas de uma questão de limitação e foco: há várias portas abertas para análises que possam intercalar relações de poder capitalistas, coloniais e patriarcais. Neste trabalho, em particular, a ênfase maior reside na presença e nos reflexos do colonialismo no funcionamento daquilo que se convencionou entender como sistema capitalista.

¹³ “Nesta preferência por unidades de análise limitadas que, por sua vez, são causas da limitação, tais como estado nacional, sociedade, civilização, as ‘transições’ ocorrem principalmente por causas ‘internas’ de ‘classe’. Nestas ‘transições’ têm sido fundamentais as transições entre modos de produção, que foram analisadas usualmente como se tivessem ocorrido completamente no interior de cada entidade separada, de acordo com o desenvolvimento de suas contradições internas” (Frank e Gills, 2014 [1993]: 29). Estes autores enfatizam que “marxistas e não-marxistas”, assim como “neo-classicistas e outros estudiosos eurocêntricos”, têm “colocado suas perguntas e buscado suas respostas só ou principalmente *dentro* [grifo dos autores] da Europa, seja em seus ‘modos de produção’, em suas ‘instituições de propriedade’ ou em qualquer outras qualquer” (Frank e Gills, 2014 [1993]: 31). Em contrapartida, os mesmos apresentam esse processo como “consequência de uma mudança no centro econômico de gravidade do Oriente para o Ocidente”, isto é, dão uma explicação causal “sistêmica e conjuntural” para a “mudança ‘transicional’ que aparece ‘externa’ à Europa e suas relações de produção ‘internas’” (Frank e Gills, 2014 [1993]: 30).

interpretações que corroboram para cristalizar a condição de objeto de indivíduos e coletivos colonizados, que entendem as *colônias como ausências* (riquezas materiais das quais só se pode aproveitar, sem vida e agência, como um mero recurso natural administrável e extraível), encontra contrapontos em diversas obras - como a de Eric Williams (2011 [1944]), a qual postula uma linha direta entre os negócios e os lucros proporcionados pelo sistema escravocrata e a Revolução Industrial na Inglaterra.

A segunda frente consiste na releitura de uma das noções mais influentes que relega o colonialismo ao passado (notadamente no espectro político-ideológico ampliado da *esquerda* global): a “acumulação primitiva”, que veio a se tornar conhecida pela pena de Karl Marx. Como parte de uma poderosa engrenagem crítica de desconstrução do modo de produção capitalista com base no materialismo histórico e dialético, Marx formulou, em sua obra mais conhecida (*O Capital*), a concepção de “acumulação primitiva”, considerada como o ponto de partida da produção capitalista, isto é, quase uma espécie de “pecado original” do capitalismo – segundo, inclusive, uma analogia com paradigmas teológicos feita pelo próprio autor¹⁴.

Objeto de reflexões praticamente desde o momento em que veio à tona, a “acumulação primitiva” de Marx estimulou uma série de contributos posteriores acerca do funcionamento do sistema – não apenas no que se refere ao seu “centro”, mas principalmente nas chamadas “periferias”. Intelectuais e militantes como Rosa Luxemburgo e, mais recentemente, David Harvey e Silvia Federici, entre muitas e muitos outros analistas marxistas e não marxistas do Sul e do Norte Global, têm apontado para aspectos complementares que envolvem um senso mais alargado e contínuo dessa ideia de “acumulação” - já não mais apenas limitada aos cercos dos adjetivos “primitiva”, quando da sua formação histórica a partir da expansão colonial do final dos séculos XV e XVI, ou “capitalista”, em sua fase mais “desenvolvida” na esteira da Revolução Industrial, mas submetida a uma série de distintas abordagens. Essa continuidade acumulativa é associada aqui em particular à *emergência dos impérios*, visto que as consolidações do Estado ainda monárquico (notadamente a coroa espanhola, na virada dos séculos XV para XVI) e também do Estado-nação moderno (atribuído à Revolução Francesa, no século XVIII) tem no seu bojo processos imperialistas de dominação de territórios alheios, fontes privilegiadas da própria acumulação.

Essas temáticas listadas foram tratadas ao longo da história e continuam sendo enfrentadas no presente por uma série de produções político-intelectuais a partir dos mais diversos pontos-de-vista. Poder-se-ia mobilizar uma infinidade de obras

¹⁴ Segundo Marx (1996) [1867], no Capítulo 24 do Volume I (Livro Primeiro) d’*O capital*: “A acumulação do capital [...] pressupõe a mais-valia, a mais-valia a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos sair supondo uma acumulação ‘primitiva’ (*previous accumulation* [ou acumulação prévia] em Adam Smith), precedente à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida” (Marx, (1996) [1867]: 339).

(acerca de conquistas, derrotas e processos históricos em andamento), trajetórias e intervenções dos mais variados sujeitos individuais e coletivos do largo e megadiverso subcontinente¹⁵, tendo ou não como referência as especificidades, bem como a diversidade dos povos, de suas histórias e de seus modos de vida, que marcam as vidas e as realidades sociais na América Latina/Abya Yala¹⁶. A intenção aqui não é, de modo algum, elaborar ou sequer esboçar uma sorte de catálogo dessas múltiplas análises. Ciente dos riscos que qualquer pretensão de totalidade contém, optei por uma seleção bastante limitada (e focada nos propósitos que assumi) de trabalhos, linhas de pensamento e movimentos de base que colocam contrapontos à narrativa da minimização (que por vezes alcança um nível muito próximo da supressão) do colonialismo e do patriarcado na constituição do capitalismo.

Historiador especialista no estudo da dinâmica do capitalismo, Braudel (1987 [1985]: 96) reforça que o capitalismo vive de um escalonamento regular em que “zonas exteriores alimentam as zonas médias e, sobretudo, as zonas centrais”. Como o autor coloca, esta tese da convivência do capitalismo com o trabalho escravo e a servidão consiste numa interpretação “bem diversa da do habitual modelo em sequência: escravatura, servidão, capitalismo”.

Põe em destaque uma simultaneidade, um sincronismo demasiado singular para não ter um vasto alcance. Mas não explica, nem pode explicar, tudo. Pelo menos, em relação a um determinado ponto, que penso ser essencial para as origens do capitalismo moderno, isto é, tudo o que se passa para além das fronteiras da economia-mundo europeia (Braudel (1987 [1985]: 97).

Em dissonância com o tom da burguesia homogeneizante da formação e expansão do capitalismo que está embutido na leitura de Marx e Engels, Braudel oferece três argumentos em torno da conceptualização do capitalismo como processo de longa duração (apesar de reconhecer a extraordinária mudança de envergadura e de proporções ao longo do tempo). O primeiro deles é o de que o capitalismo “assenta, ainda, sobre uma exploração dos recursos e das possibilidades internacionais, por outras palavras, existe à escala mundial, ou pelo menos aspira ao mundo inteiro”; o segundo argumento é o de que o capitalismo se apoia “ainda e sempre, obstinadamente, em monopólios de direito ou de fato, apesar de todas as violências que por essa razão se têm desencadeado contra si”; e o terceiro é o de que o capitalismo “não abarca toda a economia, *toda* [grifo do autor] a sociedade em atividade; não consegue jamais encerrar nem uma, nem outra, num sistema, o seu, que seria o sistema perfeito” (Braudel, 1987 [1985]: 114-115).

¹⁵ São incontornáveis, acerca da sucessão de saques e de massacres em *Nuestra América* e de reflexões em torno das mesmas, as obras de Galeano (1978) [1970] e Martí (1991) [1891].

¹⁶ A intelectual e militante do movimento negro brasileiro, Lélia González retoma e reitera a formulação alternativa proposta por Magno Machado Dias, para o caso mais específico do Brasil, de “América Ladina”: “este barato chamado Brasil nada mais é do que uma América Africana, ou seja, uma América Ladina” (González, 1984: 236).

O que se pode extrair dessas considerações de Braudel, portanto, é que o capitalismo¹⁷ sempre foi promotor – e se aproveitou profundamente, sem nunca conseguir superá-las de uma forma definitiva - de heterogeneidades e de hierarquias (e não necessariamente de homogeneizações e de igualitarismos); foi desde sempre também monopolista e desconforme com a economia de mercado concorrencial (a despeito das aparências contrárias, que grassam tanto na direita como na esquerda do espectro político-ideológico, as quais costumam associar o capitalismo somente ao livre mercado). Em suma, foi, desde sempre e até hoje, para ele, uma atividade econômica de cúpula, que tende para a cúpula¹⁸. Nesse tocante, aproxima-se das reflexões de Polanyi (2000) [1944] acerca d’*A grande transformação*.

Ainda segundo Braudel, a Europa ocidental “transferiu e, como que reinventou a escravatura à antiga para o quadro do Novo Mundo e que, por exigências da sua

¹⁷ Que também se chocam com algumas das conclusões de Lenin (2012 [1917]), especialmente quanto ao entendimento do Imperialismo como “estágio superior” do capitalismo, marcado pela exportação de capitais, naquilo que seria uma fase posterior ao capitalismo mercantil, supostamente regido pela livre concorrência, em que predominava a exportação de mercadorias. Também Arendt (2009) [1949] parece encampar a mesma linha de raciocínio de Lenin, na qual o imperialismo é caracterizado como a fase da “exportação de capital”, embora ela mesma prefira a ideia de que o primeiro deva ser considerado como “o primeiro estágio do domínio político da burguesia e não o último estágio do capitalismo” (Arendt, 2009 [1949]: 206). A autora admite a violência desse período posterior sem levar em consideração a abissalidade da violência empregada logo da invasão colonial das Américas pelos europeus, a partir do fim do século XV. “A primeira consequência da exportação do poder foi esta: os instrumentos de violência do Estado, a polícia e o Exército – que na estrutura da nação, existindo ao lado das demais instituições nacionais, eram controlados por elas -, foram delas separados e promovidos à posição de representantes nacionais em países fracos ou não civilizados. Aqui, em regiões atrasadas, sem indústria e sem organização política, onde a violência campeava mais livre que em qualquer país europeu, as chamadas leis do capitalismo tinham permissão de criar novas realidades. O desejo da burguesia de fazer com que o dinheiro gerasse dinheiro como homens geravam homens não passava de um sonho: o dinheiro tinha de percorrer o longo caminho desde o investimento na produção; o dinheiro não gerava dinheiro – os homens é eu faziam as coisas e o dinheiro” (Arendt, 2009 [1949]: 204). Curiosamente, ela só vê a eliminação de todas as leis econômicas e a imposição da força nesse período posterior, já no final do século XIX. “O segredo do sucesso estava precisamente no fato de terem sido eliminadas as leis econômicas para não barrarem o caminho à cobiça das classes proprietárias. O dinheiro podia, finalmente, gerar dinheiro porque a força, em completo desrespeito às leis – econômicas e éticas -, podia apoderar-se de riquezas. O dinheiro exportado só pode realizar os desígnios de seus proprietários quando conseguiu estimular e concomitantemente exportar a força. Somente o acúmulo ilimitado de poder podia levar o acúmulo ilimitado de capital” (Arendt, 2009 [1949]: 204). Fica, porém, a pergunta: por acaso, durante todo o período colonial que antecedeu essa “exportação de capital e de força”, alguma lei econômica ou ética era respeitada em territórios coloniais? Essa confusão se refletirá no próprio entendimento dela sobre a questão do racismo como destruidor (e não como a própria base) não só do “mundo ocidental”, mas de “toda a civilização humana”.

¹⁸ Destaco aqui trecho da obra (Braudel, 1987 [1986]: 145) que reúne o conteúdo das Jornadas Fernand Braudel, realizadas em outubro de 1985, no Centro de Châteauevallon (em Toulon-Ollioules), um mês antes do falecimento do historiador. Numa das passagens do colóquio, Braudel insiste com a ideia de que o capitalismo se notabiliza pela tendência para a cúpula, e para tanto utiliza o próprio exemplo do Brasil, num diálogo com o economista Celso Furtado, acerca do “capitalismo brasileiro que cabe na palma da mão”. “Em São Paulo, a capital viva do Brasil, chamam-lhes os *grã-finos*. [...] [E]ssas pessoas distintas que conheci em 1939, que recebiam de uma maneira extraordinária e que representavam, por si só, riquezas fabulosas. Talvez já não sejam os mesmos, mas existe lá uma conjuntura que é absolutamente a meu favor”.

economia ‘induziu’ a segunda servidão na Europa do Leste”. Como uma criação da desigualdade no mundo¹⁹, o capitalismo precisa da economia internacional para se desenvolver e “é filho da organização autoritária de um espaço sem dúvida desmedido” e “talvez nem sequer tivesse surgido sem o recurso do trabalho servil dos outros” (Braudel (1987 [1985]: 97).

Algumas particulares interpretações histórico-sociológicas do fenômeno de formação, expansão e domínio global do sistema capitalista ganharam pretensões universalistas ao longo da história²⁰. Produzidas originalmente em sua grande maioria nos círculos intelectual-acadêmicos do Norte²¹ e dotadas de larga influência em termos político-ideológicos²², foram espalhadas no senso comum e povoam os imaginários de dominantes e dominados. O primeiro e talvez mais poderoso raciocínio por trás dessas versões pode ser resumido da seguinte forma: o colonialismo consiste meramente em um fenômeno componente de uma etapa parcial (juntamente com o *capitalismo mercantil* ou *mercantilismo*, reduzido frequentemente ao seu aspecto econômico) e preliminar da formação definitiva do capitalismo. Segundo esse lugar-comum do mundo das ideias, tudo que se possa associar ao colonial seria por obrigação *pré-capitalista*.

Não raro, o colonialismo acaba por ser apresentado como um par indissociável do capitalismo mercantil, não apenas como etapa intermediária (por vezes até substituível e/ou descartável), mas até como antípoda ao capitalismo burguês em seu sentido mais acabado, numa equação inversamente proporcional em que se deduz que *quanto maior o capitalismo, menor o colonialismo*. Poucos escritos traduzem essa potência modernizadora do capital como o *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels.

A burguesia desempenhou na História um papel altamente revolucionário.

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus ‘superiores naturais’, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras

¹⁹ Wallerstein *apud* Braudel (1987 [1985]: 97).

²⁰ Em trabalho que versa sobre “a interconectividade das histórias, o reconhecimento do colonialismo como *integral* [grifo meu] para a história da modernidade e para a formação de suas instituições – isto é, para a apreensão do nosso mundo contemporâneo – e a crítica de hierarquias pré-determinadas de conhecimentos”, Bhambra (2007: 154) problematiza a relação do projeto (e das projeções) de modernidade europeia com a imaginação sociológica hegemônica, assim como dissecou os mitos em torno da integridade cultural (Renascimento), do Estado-Nação moderno (Revolução Francesa) e do capitalismo industrial (Revolução Industrial). Com isso, a autora procurou não apenas mostrar que os registros históricos associados a conceitos aplicados à sociologia (os quais são entendidos como condição obrigatória para o diálogo) são mais ricos e variados do que geralmente se imagina, e que assim o são justamente “em relação a experiências de outros cujas particularidades têm sido negadas (enquanto a particularidade dominante é obliterada na esteira de um falso universalismo)”.

²¹ Norte metafórico, em contraposição ao Sul metafórico (Santos, 2009).

²² Harman (2004) realça, por exemplo, que o argumento que se encontra mais disseminado em geral é o de que o capitalismo surgiu e ganhou impulso na Europa ocidental como resultado de valores especiais que vieram de uma herança helênica ou ‘judaico-cristã’ - interpretação para a qual obras como *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, de Max Weber, certamente contribuíram sobremaneira.

exigências do ‘pagamento à vista’. Afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou a exploração aberta, direta, despudorada e brutal.

A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas como dignas e encaradas com piedoso respeito. Fez do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio seus servidores assalariados.

A burguesia rasgou o veu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a meras relações monetárias.

A burguesia revelou como a brutal manifestação de força na Idade Média, tão admirada pela reação, encontra seu complemento natural na ociosidade mais completa. Foi a primeira a provar o que a atividade humana pode realizar: criou maravilhas maiores que as pirâmides do Egito, os aquedutos romanos, as catedrais góticas; conduziu expedições que empanaram mesmo as antigas invasões e as Cruzadas.

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época da burguesia de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e ideias secularmente veneradas, as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens (Marx e Engels, 2010 [1848]: 42-43).

Bastante interessadas em disseminar ideias e inflamar mobilizações anti-sistêmicas, interpretações histórico-econômico-políticas como a do *Manifesto Comunista* trazem consigo uma pesada carga de hierarquização e um poderoso sentido linear de progresso²³. Corroboram, assim, para aparentemente “comprovar” de forma

²³ É preciso realçar, porém, que Marx e Engels também criticavam a concepções teleológicas da história. Em uma passagem d’*A Ideologia Alemã*, Marx e Engels discorrem sobre essa questão: “A história não é senão a sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais, as forças produtivas que lhe são transmitidas pelas gerações precedentes; assim sendo, cada geração, por um lado, continua o modo de atividade que lhe é transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas, e, por outro lado, ela modifica as antigas circunstâncias entregando-se a uma atividade radicalmente diferente; chega-se a desnaturar esses fatos pela especulação, fazendo-se da história recente a finalidade da história anterior; é assim, por exemplo, que se atribui à descoberta da América o seguinte objetivo: ajudar a eclodir a Revolução Francesa; dessa maneira, confere-se então à história seus fins particulares e dela se faz ‘uma pessoa ao lado das outras’ (a saber, ‘consciência de si, crítica,

antecipada e definitiva a *exterioridade* (no sentido da diferenciação com relação a outras partes do mundo) e a *superioridade* europeias²⁴ - as quais aparentemente teriam sido antecipadas pelo Renascimento e depois viriam a ser coroadas com o Iluminismo e com o advento do amplo espectro de inovações forjadas pela modernidade ocidental hegemônica. Tendo a consolidação do Estado como uma de suas principais derivações, esses ciclos de transformações são comumente representados como capítulos da história “universal”: das Revoluções Francesa e Industrial, na Inglaterra, seguidas pela ampliação exponencial do poderio dos Estados Unidos da América (EUA), e suas distintas modalidades de supremacias (intra e internacional) e de imperialismos que incluem o Atlântico Norte, como um todo.

São conhecidas as inúmeras correntes teórico-sociológicas que explicam o “desenvolvimento” dos países centrais do Ocidente (ao mesmo tempo em que se tenta justificar o flagelo do “subdesenvolvimento”²⁵ de praticamente todas as outras partes do mundo) com essa linha de argumentação “endógena”²⁶, ou seja, que tem como

único etc.), enquanto que aquilo que se designa pelos termos ‘determinação’, ‘finalidade’, ‘germe’, ‘ideia’ da história passada nada mais é do que uma abstração da história anterior, uma *influência ativa que a história anterior exerce sobre a história atual* [grifo meu] (Marx e Engels, 2007 [1933]: 46-47). É simbólico que os acontecimentos históricos escolhidos por Marx e Engels para ilustrar essa relação entre o passado e o presente sejam justamente a “descoberta” da América e seus inúmeros e substanciais contributos ao advento da Revolução Francesa. Através dessas lentes teleológicas criticadas pelos autores, o colonialismo é entendido e apresentado como algo *necessário* para a *progressão da humanidade*, como um todo.

²⁴ Conforme Goody (2006: 5), “uma visão de mundo particular sobre a Antiguidade Europeia, que foi reforçada pela autoridade derivada do extenso uso da escrita pelo sistema alfabético romano, foi apropriada pela e absorvida dentro do discurso historiográfico europeu, propiciando um aparente revestimento científico a uma variante de um fenômeno comum [*etnocentricidade*]”.

²⁵ Variadas obras, como a de Lacoste (1961), se dedicaram exclusivamente a pontuar os “caracteres constitutivos”, as causas “originais” e até as “formas e perspectivas de evolução” do fenômeno do “subdesenvolvimento”. Segundo este autor, “apesar da grande diversidade, é possível estabelecer, na grande maioria dos casos, um conjunto coerente de *sintomas qualitativos* [grifo meu], evidentemente variáveis em intensidade” (Lacoste, 1961: 9) que poderiam justificar o “subdesenvolvimento” que, na década de 1960, caracterizava a vida cotidiana de três quartos da população mundial. Para além desses tais *sintomas* (como insuficiência alimentar, deficiências na agricultura, baixa renda nacional, reduzida industrialização, subordinação econômica, setor comercial atrofiado e estruturas sociais ultrapassadas, intensa natalidade, deficiente nível de instrução, frágil integração nacional e falta de consciência, entre outros), são apresentados como causas concretas (em contraposição aos apontamentos relacionados ao clima, a fatores étnico-raciais e religiosos) a existência de uma “verdadeira burguesia” surgida de um processo histórico de “verdadeiro feudalismo” (que dissociava os comerciantes emergentes da aristocracia dirigente), isto é, de uma particular “individualidade criadora” (Lacoste, 1961: 56). Na América Latina, por exemplo, essa classe de “empreendedores” e suas formas de organização social correspondentes teriam sido implantadas, de acordo com o mesmo analista geógrafo, “por uma mistura complexa de estruturas feudais, escravistas e de mercantilismo colonial” (Lacoste, 1961: 59).

²⁶ “Em sua ardente preocupação de defender ‘a lei geral marxista de desenvolvimento na qual as sociedades econômicas são movidas por suas próprias contradições’ (Dobb) e ainda sem serem capazes de demonstrar o funcionamento dessa lei, seus litigantes [participantes filiados ao marxismo que se enfrentaram no “debate da transição” desde a década de 1950] acabaram aceitando a posição absurda de que a abertura do mundo não teve qualquer efeito quer sobre o declínio do feudalismo ou quer sobre o surgimento do capitalismo” (Rudra, 1987: 175). Contudo, Rudra parece estar mais preocupado em entender porque a extração de mais-valia por parte dos proprietários de terra na Índia “pré-colonial” (conforme ele mesmo designa, os quais não eram menos “vorazes”, “extravagantes” ou

substrato e explicação as próprias virtudes dos pretensos “vencedores” da história²⁷, os colonizadores. Estes últimos se (auto-)apresentam como impetuosos e destemidos o suficiente para cruzar oceanos e estabelecer as mais distintas e longínquas intervenções coloniais da forma como o fizeram sob a justificativa de que se “aproveitaram” desse processo, afinal, para produzir “benefícios e vantagens” comuns que somente a Europa ocidental poderia ter aproveitado²⁸.

Segundo Harman (2008 [1999]: 141), deram-se muitas explicações para a transformação da Europa no centro do sistema capitalista de alcance mundial, “variando do maravilhoso, passando pelo absurdo, até o obscuro”.

Alguns atribuem-na à tradição “judaico-cristã”, ainda que o lado cristão disso certamente não mostrou mérito algum durante os últimos anos do Império romano, a Idade Média na Europa e a estagnação de Bizâncio. Outros atribuem-na ao clima que encorajaria o “trabalho” e a “empresa”, alegação que faz pensar como as primeiras grandes civilizações foram capazes de prosperar. A tentativa obscena de explicá-la em termos da alegada superioridade “racial” dos europeus desaba diante do primeiro obstáculo de que eles estiveram “atrasados” [em relação a outras civilizações] por tanto tempo. Outra linha de pensamento atribui a ascensão da Europa a fatores “contingentes” – em outras palavras, foi um acidente. Existiu uma fortuita emergência de uma série de grandes homens, de acordo com uma história tradicional mainstream, houve a bem-aventurada ascensão do Calvinismo e da “ética protestante”, de acordo com os seguidores do sociólogo alemão Max Weber; houve a oportunidade do resultado dos embates entre camponeses e proprietários de terras na Inglaterra do século XV, o qual resultou na vitória de nenhum dos dois lados, de acordo com alguns acadêmicos norte-americanos [referência ao ‘marxismo político’ de intelectuais como Robert Brenner e Ellen Meiksins Wood] (Harman, 2008 [1999]: 141)

“belicistas” que os seus congêneres europeus), “não gerou nenhum processo de inovações ou de atividades de empreendedorismo”, fatores que estariam no coração do “milagre europeu” e que poderiam explicar a “não-transição” no caso indiano. Ao fim e ao cabo, parece aceitar a explicação triplíce formada pela luta de classes (e não só por ela, como advoga Brenner), por fatores demográficos e pelo incremento do comércio e divisão internacional do trabalho.

²⁷ Em sua obra, Bhambra (2007) argumenta que o modo como entendemos o passado tem implicações para as teorias sociais desenvolvidas para lidar com as situações em que vivemos hoje; daí a premência de se reconceptualizar formas de discurso teórico e de prática política por meio de uma reviravolta com relação à maioria das teorias amplamente baseadas na ideia da singularidade da Europa. “A história é, então, não simplesmente um registro ‘do que aconteceu’, mas, em vez disso, um registro daquilo que foi como nós acreditamos que tenha acontecido – condicionada pelos padrões das comunidades nas quais essas reivindicações foram feitas – e, como tal, traz consigo necessárias falhas de acurácia e silêncios [...]. Note-se que o que *não* [grifo da autora] está sendo dito aqui é que isso faz algumas histórias mais ‘verdadeiras’ que outra, mas mais *poderosas* [grifo meu]. A base para seus poderes não reside na veracidade ou no fato de serem representações ‘melhores’, mas na aceitação geral da *reivindicação* de que assim o são” (Bhambra, 2007: 10). Sobre essas histórias *poderosas* de formação do capitalismo, capazes de ofuscar outras histórias de colonialismo e patriarcado, trata este capítulo.

²⁸ Bhambra (2007: 5) delinea também uma definição de eurocentrismo - a partir de suas reflexões de contestação do “fato” da excepcionalidade da Europa presente, direta ou indiretamente - em outras propostas de normatização, que reforça esse aspecto: “Eurocentrismo é a crença, implícita ou de outra forma, na significância histórica mundial de eventos sobre quais se acredita que tenham se desenvolvido endogenamente no interior da esfera cultural-geográfica da Europa”.

De qualquer modo, há um raciocínio quase subliminar (daí tão poderoso) na base desses “avanços” que com frequência é aceito passivamente: essas transformações não significaram melhorias apenas para os próprios “conquistadores” ilustrados, mas também para consolidar incrementos decisivos para as condições de vida dos bárbaros “conquistados”. Seriam ganhos, portanto, pretensamente *coletivos* e *universais* (e até supostamente desvantajosos para os próprios colonizadores, a despeito de todas as incontáveis vantagens das quais se aproveitaram por tempos prolongados) que alcançaram tal projeção ideológica a ponto de serem formuladas nos termos do célebre “fardo do Homem Branco”²⁹. Um dos propósitos principais desta subsecção é demonstrar que tais conclusões não se sustentam absolutamente, em especial do ponto de vista das dinâmicas vigentes nas periferias do sistema.

Como já se comentou, estas reflexões iniciais têm como objetivo prover uma contextualização geral preliminar ao conjunto do artigo e procuram demonstrar que grande parte dessas deduções são problemáticas, pois visam produzir ativamente relações de poder coloniais e também patriarcais³⁰ como *não existentes (sociologia das ausências)*. *Não existentes* por terem sido deslocados da centralidade de (e “digeridos” por) um sistema que seria fundamental e primeiramente capitalista e impulsionador de ganhos e melhorias em prol da humanidade como um todo, sendo o feudalismo e tudo o que ele implicava o mal de todos os males, a treva de todas as trevas. O acúmulo absoluto de poderes (da aliança entre a coroa e a burguesia contra os senhores feudais e a nobreza³¹) por um setor social, paradoxalmente, convertera-se em raios de liberdade e de igualdade idealmente resguardadas por um ente específico, separado e superior, estatal. Tais procedimentos se chocam com uma releitura dos processos e dinâmicas sociais, em que capitalismo, colonialismo e patriarcado se coadunam de modo decisivo no seu penetrante arco de ideologias e estruturas (institucionais e não-institucionais).

²⁹ O “fardo do Homem Branco” (em língua inglesa, *White Man's burden*) é o título de um poema do britânico Rudyard Kipling, escrito no final do século XIX, em que o autor descreve o que seria para ele a passagem das “responsabilidades imperiais” que eram da Inglaterra para os EUA, no sentido de assegurar a difusão de bens e valores civilizacionais próprios dessas potências aos bárbaros colonizados mundo afora. Para o bem dos “governados” e o infortúnio dos “governadores”, que veriam condenados os “seus filhos ao exílio” para servir “cativos”, cujos perfis poderiam ser resumidos em “metade crianças, metade demônios”.

³⁰ Há estudos interessantes, como o já citado de Federici (2010 [1984]), que demonstram que também o patriarcado cumpriu esse papel estrutural de formação, impulso e sustentação do sistema capitalista. Não por acaso, o subtítulo enfoca a relação das mulheres e do corpo com a “acumulação primitiva”.

³¹ A obra de Huberman (2010) [1936] é um exemplo desse tipo de panorama que parece superestimar a adesão geral às sucessivas “revoluções” emplacadas pela burguesia nascente (por via inclusive do engajamento de terceiros, como na Reforma protestante ou na desvalorização real e deliberada de moedas) e em que a relevância das colônias é subestimada. A coincidência temporal de mudanças entre o final do século XV e início dos XVI (expectativas e ações no âmbito das febres coloniais evidenciadas nas companhias mercadoras multiplicadas e nos grandes banqueiros) não é enfatizada a ponto de se sustentar que “para o povo do século XV, Colombo, que não tivera êxito em sua viagem às Índias, representava um fracasso”; o navegador só teve reconhecido o devido valor de suas “descobertas” no século XVI, “com o afluxo da prata das minas do México e do Peru para a Espanha” (Huberman, 2010 [1936]: 68). Tem-se a ideia por vezes que esses metais preciosos simplesmente voavam espontaneamente da América para a Europa, sem que um mundo enorme de inter-relações (profundamente assimétricas, violentas e aceitas como civilizatórias, daí abissais, no caso das populações nativas) não se desse para que isso fosse possível.

Segundo movimento

Organizações sociais indígenas com intensa atuação na América Latina, em suas lutas diversificadas e ancoradas nas *epistemologias do Sul*³² por direitos plenos de viver conforme os seus desígnios, pelo exercício da auto-determinação, são um exemplo que escancaram e deslegitimam a referida *matriz abissal*. Com base nessa abordagem mais ampliada (que de algum modo segue a senda da *longue durée* de Braudel), aquilo que poderia parecer uma mera “luta identitária”, um desvio ao enfrentamento direto a um entendimento mais tópico de capitalismo, como mero “essencialismo” ou luta pela diversidade que se coadunaria com o sistema neoliberal, se converte em uma luta muito mais alargada que entende colonialismo e patriarcado como constituintes do próprio capitalismo, ainda que possam ser muito distintas as suas manifestações.

A partir da intersecção das premissas apresentadas acerca do Estado como “relação social” (Poulantzas, 1980 [1978]) de uma matriz de poder capitalista, colonial e patriarcal com os processos histórico-sociais de construção de “novas institucionalidades” protagonizados por movimentos indígenas no Brasil e na Bolívia, apresento uma seleção de contribuições empíricas vindas das pesquisas realizadas nos respectivos terrenos – região de Uiramutã, na Raposa Serra do Sol, em Roraima; e Raqaypampa, parte do município de Mizque, em Cochabamba - entre setembro de 2013 e março de 2014.

Numa entrevista com uma das lideranças da Central Regional Sindical Única de Camponeses Indígenas de Raqaypampa (CRSUCIR), Clemente Salazar que, para ilustrar o percurso que seguiram no sentido de garantir conquistas para as comunidades locais, utilizou literalmente a seguinte expressão: “nós fomos perfurando o sistema”³³.

Salazar, que atuava na ocasião como secretário-executivo da CRSUCIR e também como diretor da Coordenadora Nacional de Autonomias Indígenas Originárias (Conaioc), enfatizou durante a entrevista o caminho percorrido no enfrentamento dos *mecanismos de dispersão* do Estado, muito antes do ciclo de agitações impulsionado pelas manifestações contra a privatização da água em Cochabamba (2000). Para os desdobramentos de fortalecimento da organização social comunitária em torno da estrutura de sindicatos agrários em Raqaypampa, o processo relacionado com a formação dos Conselhos Comunitários de Educação (CCEs) - colegiados auto-organizados com participação de integrantes da comunidade local e das unidades escolares que se dedicavam a discutir e deliberar sobre questões educacionais - ocupou uma posição relevante, como confirmam diversos outros depoimentos e variadas publicações (Cenda e CRSUCIR, 1999; Ledezma Rivera, 2003; Regalsky, 2007 [2003]).

Segundo Salazar, a ideia de autonomia vem há muito fazendo parte do horizonte das/dos comunárias/os de Raqaypampa por dois motivos principais: para

³² A obra mais recente, que já vem sendo desenvolvida há décadas, vem a ser Santos (2014).

³³ Entrevista realizada em 25 de março de 2014 na cidade de Cochabamba.

que não se tornem cada vez mais dependentes de imposições vindas de fora e também para seguir cultivando o modo de vida “diferente” das/dos quechuas “das alturas”³⁴ (incluindo as músicas, festas, vestimentas etc.)

Desde meados da década de 1980, ainda quando do início de parcerias entre as comunidades e a organização não-governamental (ONG) Centro de Comunicação e Desenvolvimento Andino (Cenda), passou a se instalar uma situação de maior tensão e disputa entre os professores do sistema escolar público que vinham de fora para dar aulas em quatro grupos escolares e os coletivos locais. O ponto da discórdia era a exigência de comunárias/os de que a educação se desse em consonância com o cotidiano vivido em Raqaypampa - tanto em termos de calendário escolar, como em termos do conteúdo oferecido. Além de manter uma iniciativa pioneira da escola em Rumi Muqu (entre 1987 e 1991) que seguia parâmetros determinados e era mantida pela própria população local, buscou-se uma articulação mais ampla para que se obtivessem os objetivos pretendidos. Foi uma decisão que partiu fundamentalmente das próprias organizações de base, que tinham contra si não apenas os próprios professores, mas também as forças policiais da localidade de Aiquile (distrito vizinho em que havia representação das autoridades educacionais descentralizadas à época) quando decidiam pleitear publicamente pela educação intercultural bilíngue, de acordo com as demandas comunitárias, que ainda começava a ser defendida na época.

Pergunta – Seguindo um pouco essa linha histórica, o senhor falava do processo em que estavam fortalecendo a organização e até houve uma certa desconfiança de algumas pessoas por causa da questão das escolas...

Clemente Salazar - Por uma temporada [apenas]. Porque cortaram os “itens” [as rubricas do orçamento público para as vagas que garantem os salários dos professores]. Estava bem para eles [alguns pais e professores]. Bastava que a criança soubesse ler alguma coisa e escrever. Essa não era a educação que queríamos. Educação tem que ser adequada à realidade.

Pergunta - Foram, então, direto a La Paz? Uma das primeiras vezes, não?

*Sim. Fomos a La Paz, como agora [nas mobilizações em prol de melhorias na educação acompanhadas *in loco* durante a pesquisa de campo realizada entre fevereiro e março de 2014, também na esteira da reivindicação da autonomia, inclusive conjuntamente com outros povos e organizações reunidos na Conaioc]. Naquela época, ainda não havia uma Direção Geral de Educação Indígena.*

Pergunta - E como receberam vocês? Não era muito comum receber camponeses-indígenas naquela época?

Nos receberam e conversaram com a gente porque tivemos capacidade de apresentar nossas demandas. Conversamos um bocado. Demos a explicação do porquê a educação deveria ser assim. “Ah, vocês têm razão”. Foi em 1992. Vieram para Raqaypampa as principais autoridades de nível nacional, inclusive o [secretário] executivo da CSUTCB [Central Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia, principal entidade do sindicalismo agrário do país, organização fundada em 1979], Mario Flores. Também veio

³⁴ A referência topo-geográfica das “alturas” é frequente nas conversas com os camponeses indígenas de Raqaypampa. Pode ser entendida inclusive como uma das características distintivas auto-conferidas pelas comunidades locais, que expressam uma forte sintonia com os fenômenos naturais que as cerca.

Raul Montoya, [que era diretor de educação rural] do Ministério da Educação. Deram muita razão em todos os sentidos: calendário e conteúdos. E foi emitida uma resolução administrativa para que o calendário escolar fosse regionalizado em Raqaypampa. Os professores não sabiam o que dizer e comentavam: “como eles conseguiram isso?” A partir daí, a confiança cresceu em nós. Aí começamos a reivindicar mais coisas por meio das leis. Também buscamos levar em conta o que pensa a comunidade. Desta maneira, ganhamos muita confiança.

Pergunta - Foi nesse momento que passaram a entender melhor a relação com o Estado?

Desta vez, nem tanto. Estávamos começando. Entendemos que tínhamos que cobrar. Cobrar porque é nosso direito. Temos esses direitos. Por meio do Convênio 169 da OIT, coisas como essas.

Pergunta - Mas isso [da Convenção 169 da OIT] foi depois, não?

Foi depois. Assim, temos pensado como temos que viver. Também fomos alunos da escola, a educação tinha que servir para mais coisas e não apenas para aprender a escrever e nada mais. Era nosso direito. E fomos reivindicar isso. Assim nos movemos, com Florencio [Alarcón]³⁵ e outras pessoas. Tínhamos ainda que ser orgânicos. Assim se avançava. Havia que planejar, fundar e pensar mais à frente, em nos unir. Era preciso criar um CREA [Conselho Regional das Alturas] para que se pudesse aglutinar os Conselhos Comunitários de Educação [CCEs], os quatro núcleos. E como fazemos? Tínhamos que formar professores camponeses. Como? Criando o Cefoa [Centro de Formação Originária das Alturas; que posteriormente recebeu o nome adicional de Centro de Educação Alternativa Fermín Vallejos³⁶].

Pergunta - Depois foi a Central [Regional Sindical Única dos Camponeses Indígenas de Raqaypampa (CRSUCIR)], não? Tudo dentro desse processo...

Depois do Cefoa foi a Central. Em 1997. Assim começamos perfurando tudo. Com a rádio, muitas coisas... Fomos perfurando o sistema. O companheiro Florencio [Alarcón] se tornou membro da Federação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses de Cochabamba [FSUTCC, representação em nível departamental da CSUTCB, uma das principais impulsionadoras da Educação Intercultural Bilingue (EIB) na Bolívia, inclusive a partir da experiência de Raqaypampa]. Foi muito importante.

A narrativa histórica e o conjunto de informações apresentados pela liderança de Raqaypampa são representativas de vários aspectos da forma como os sujeitos camponeses-indígenas se posicionam, tomam decisões e agem perante os “mecanismos de dispersão” da *forma política* Estado. Em alguma medida, é possível verificar a presença concomitante, neste episódio sintético da formação da CRSUCIR entre a década de 1980 e 1990, dos três tipos de “mecanismos de dispersão” supracitados: *socialização/integração* (que tem certamente nos padrões de educação formal impostos a partir de cima um de seus principais vetores); *trivialização/neutralização* (através do manejo do orçamento público em âmbito mais local por parte daqueles descontentes com a mobilização por direitos específicos

³⁵ De acordo com informações do próprio Clemente Salazar, Florencio Alarcón havia se transferido para a região (com forte presença do cultivo de coca) do Chapare, que é uma das áreas para a qual as/os comunitárias/os de Raqaypampa se deslocam em busca de alternativas para a obtenção de renda.

³⁶ Falecido em 1992, “Tata” Fermín Vallejos foi *yachaq* [espécie de pajé] e ex-dirigente comunitário e Raqaypampa. A trajetória e depoimentos de Fermín Vallejos estão registrados em Cenda (1995).

indígenas, por exemplo); e *repressão/exclusão* (acionamento da polícia em atos de força contra manifestantes que se insurgiam contra a ordem estabelecida).

Também no contexto de pesquisa no Brasil, é possível identificar uma gama de obstáculos e hierarquizações que não se limitam apenas a opressão clássica de diferenciação entre classes sociais tipificadas pela teoria social, mas também que não são única e exclusivamente relacionadas com a discriminação étnico-racial. O trecho selecionado da entrevista com Mário Nicácio³⁷, do povo Wapixana, coordenador geral do Conselho Indígena de Roraima (CIR), possibilita muitas leituras, mas não deixa de sobressair a ênfase nos laços intersetoriais para a aplicação de uma sufocante agenda antiindígena – bem como as incisivas e bem-sucedidas reações organizadas.

Pergunta – Quando você pensa no Estado, nas possibilidades e das dificuldades que ele oferece, o que você vê?

Mário Nicácio - Primeiro, nós, povos indígenas de Roraima, que tem uma tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana, a gente sempre trabalha nesse tratamento sem fronteiras, né. Cada um dos países, que são Estados - Brasil, Venezuela e Guiana -, cada um tem um tratamento diferenciado.

Mas, específico para nós dos povos indígenas, um dos avanços que a gente coloca até hoje como base do diálogo com o Estado é a conquista dos dois artigos na Constituição Federal: 231 e 232. Foi uma luta. Não foi porque os políticos quiseram colocar. Foi uma pressão das lideranças indígenas. Não sou dessa geração, da década de 1970. Antes mesmo da Constituinte, naquele momento de ditadura militar. Tudo que se falava contra o Estado era punido. E o indígena entrou nesse conjunto de reivindicações [pela garantia de direitos] que deu certo. Foi uma liderança aqui de Roraima, o Waldir Tobias, que é macuxi, participou diretamente dessa reivindicação junto com outros indígenas do Brasil todo.

E, por outro lado, nós sempre entendemos como indígena... Não a estrutura do Estado, mas as pessoas que querem mandar no Estado, que são os governantes, que são eleitos para governar o Estado, sempre trataram os povos indígenas não de forma pacífica. Aquela história do coronelismo, aquela coisa do colonialismo, de que o indígena tem que sempre ser indígena. Tem que servir de empregado. Sempre os governantes trataram isso [dessa forma], desde a invasão do Brasil, há mais de 500 anos. Aqui em Roraima também.

E específico de Roraima, o Estado [nesse caso, o governo estadual] nunca tratou os povos indígenas como uma população do Estado de Roraima. Sempre tratou como qualquer um – se é [ou não] da região. Essa relação tem sido chamada atenção. Muito. Desde a conquista da educação diferenciada e específica, saúde diferenciada e específica. Uso da cultura dentro da educação. A gente tem buscado muito isso para apresentar para os governantes.

E também tivemos que fazer um enfrentamento muito grande contra as igrejas. Veio aqui a Igreja Católica e também tentou tirar essa cultura indígena durante um certo tempo. E as lideranças conseguiram emplacar isso com eles também. O problema da Igreja é um problema de querer impor para a gente. Nós tivemos certas pessoas, certos missionários, que também contribuíram. Não foi o papel da Igreja, foi o papel das pessoas em si que contribuíram. A gente sentia muito que a Igreja estava do lado dos

³⁷ Entrevista realizada em 10 de outubro de 2013.

fazendeiros, dos militares. Era [uma forma] até mesmo de conquistar os indígenas. No momento que a gente notou isso, tivemos que, aquilo mesmo: “Ou vai ou racha.”³⁸ Ou vocês estão do nosso lado ou vocês ficam para lá. Porque a gente não vai...”. Foi o momento que a gente tratou isso.

Agora a relação que nós temos com o Estado brasileiro como um todo é a bandeira de luta - como a gente sempre coloca hoje: é a terra. Com certeza, os 13% que tem no Brasil e os 46% no Estado de Roraima foram uma bandeira de luta única. Todos os povos indígenas se uniram em uma única e só voz para dizer assim: a gente só vai ter saúde, a gente só vai ter educação, só vai ter alimento para comer se a gente tiver terra. Porque o governo não vai dar essa reivindicação para a gente.

Então, a bandeira de luta principal, até o dia de hoje, é isso. Ter a terra, fazer a gestão da terra. Que o governo reconheça isso, a questão territorial. Porque a questão política não é só uma questão de política partidária. É uma questão de política também territorial. O que a gente sempre coloca aqui é que são direitos fundamentais, de qualquer cidadão. Aí, nessa relação [com o Estado], a gente tem tratado isso.

Mas só que aqui em Roraima, infelizmente, apesar de ter um nome indígena³⁹, os governantes nunca trataram a gente [como sujeitos de direitos], né. Você vê, aqui em Boa Vista mesmo, todo lugar tem símbolo de garimpeiro⁴⁰. Menos de indígena. Se tiver de indígena, é uma coisa bem escondida. Daí dá pra ter uma ideia, para quem vem de fora, de que Roraima é uma terra indígena. Tem [demarcadas] 46% [da área total do Estado]. Quase metade de Roraima é de terra indígena e por que isso não tem uma visibilidade clara? São as pessoas que tem um olhar muito mais preconceituoso, de que o indígena é incapaz e tal. Que é atraso.

Como se percebe, os porta-vozes das organizações indígenas do Brasil e da Bolívia fazem leituras e oferecem diversos elementos que denotam as múltiplas interfaces e estratégias utilizadas com vistas ao enfraquecimento, desconstrução e subversão dos “mecanismos de dispersão” que tem na *forma* Estado um catalisador. Considero que esses dois trechos de entrevistas possam também deixar transparecer um evidente protagonismo indígena no sentido do enfrentamento das outras duas frentes que desafiam a matriz capitalista, colonial e patriarcal: a exterioridade e sobreordinação do Estado idealizado⁴¹ e a deslegitimação das noções de igualdade e de liberdade que sustentam a “dialética negativa” (de promessas emancipatórias que

³⁸ “Ou vai ou racha” é a denominação simbólica como o movimento indígena de Roraima deixou marcada a reunião de tuxauas (lideranças comunitárias) realizada em 1977 no Maturuca, vértice da Região das Serras da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em que os presentes tomaram a decisão de abolir a entrada e o consumo de bebidas alcoólicas nos territórios, juntamente com a posição unificada (representada por um “feixe de varas” unido que não se quebra facilmente como se estivesse desgarrado) de combater a atividade de garimpo clandestino que devastava o meio social e ambiental.

³⁹ Atribui-se a origem etimológica de “Roraima” a diversas versões (como “roro-imã” ou “monte verde”, em pemon), mas todas elas derivam de línguas e culturas indígenas.

⁴⁰ Na praça principal (cujo nome oficial é Praça do Centro Cívico Joaquim Nabuco) de Boa Vista, onde se encontra a sede do governo estadual de Roraima (Palácio Senador Hélio Campos), há também o Monumento ao Garimpeiro. Ao redor da mesma praça principal, encontram-se as sedes dos dois outros poderes – a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima e o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

⁴¹ Mas extremamente concreto e muitas vezes eficaz quando se trata de cumprir sua “razão” em favor da matriz hegemônica através dos “mecanismos de dispersão”.

jamais se cumprem; de uma suposta posição “isenta e justa” que sempre acaba favorecendo apenas a alguns privilegiados) desse mesmo Estado.

Nos dois contextos, há um movimento impulsionado pelos sujeitos subalternos que contesta profundamente a condição de cidadania que lhes é imposta. E essa contestação não diz respeito apenas a uma opressão específica – seja do modo capitalista, seja de tipificação colonial ou de diferenciação de gênero⁴² - nem a formas limitadas e domesticadas de demandas pré-estabelecidas por reconhecimento ou redistribuição (retomando aqui a dicotomia restritiva revista por Fraser, 2002).

Esses impulsos denunciam a falácia da posição separada e privilegiada do Estado, tirando-o do pedestal em que foi colocado pela ciência e pelo direito em suas versões modernas e hegemônicas. Tais procedimentos se dão, contudo, não de acordo com os modelos de lutas anti-sistêmicas propostas e espalhadas pelas correntes ideológicas socialistas e comunistas de esquerda, acostumados à gramática auto-excludente entre a reforma ou a revolução para a tomada de poder, mas por meio dessas experimentações de “novas institucionalidades” que, a meu ver, se traduzem nessa metáfora do ato de “perfurar o sistema”.

Referências Bibliográficas

Bhambra (2007), Gurminder K., *Rethinking Modernity: Postcolonialism and the Sociological Imagination*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Blaut, James M. (1992), *1492: The debate on colonialism, Eurocentrism and history*, Trenton: First Africa World Press.

Braudel, Fernand (1983), *The Wheels of Commerce (Civilization and Capitalism 15th-18th Century, Vol. II)*, London: Book Club Associates.

Braudel, Fernand (1984), *The Perspective of the World (Civilization and Capitalism 15th-18th Century, Vol. III)*, London: Collins.

Braudel, Fernand (1987) [1986], *Fernand Braudel e a História – Châteauevallon/Outubro 1985*, Lisboa: Teorema.

Brenner, Robert [1987] (1977), “Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe”, in Ashton e Phipin (org.) (1987), *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe (Past and Present Publications)*, Cambridge University Press.

Brenner, Robert (1978), “Dobb on the transition from feudalism to capitalism”, *Cambridge Journal of Economics* 2: 121: 140.

Césaire, Aimé (2006) [1955], *Discurso sobre el colonialismo*, Madrid: Akal.

Dussel, Enrique (1994) [1992], *1492, El encubrimiento del Outro: Hacia el origen del “mito de la Modernidad”*, La Paz: Plural.

Federici, Silvia (2010) [1984], *Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria*, Buenos Aires: Tinta Limón.

⁴² Não há menções específicas sobre a opressão de gênero nos dois trechos selecionados, mas outras entrevistas feitas ao longo das pesquisas de campo mostram a conjugação desse aspecto na matriz dominante de relações de poder aqui referida.

Fraser, Nancy (2002), "A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação", *Revista Crítica de Ciências Sociais (RCCS)* 63: 7-20.

Foucault, Michel (1992), *Genealogía del racismo*, Buenos Aires: Caronte.

Foucault, Michel (2012) [1994], *El poder, una bestia magnífica: Sobre el poder, la prisión y la vida*, Buenos Aires: Siglo Veintiuno.

Grosfoguel, R. e Cervantes-Rodríguez, A. M. (2002), *The Modern/Colonial/Capitalist World-System in the Twentieth Century: Global Processes, Antisystemic Movements, and the Geopolitics of Knowledge*, New York: Praeger

Gunder Frank, A. e Gills, B. (2014) [1993], "The 5.000-Year Old System – An interdisciplinary introduction", in Andre Gunder Frank e Barry K. Gills, *The World System: Five Hundred Years or Five Thousand?*, London and New York: Routledge: 3-55.

Gunder Frank, Andre (1969), *Latin America: Underdevelopment or Revolution*, New York: Monthly Review Press.

Gunder Frank, Andre (1978), *World Accumulation, 1492-1789*, Nova York, Monthly Review Press.

Gunder Frank, Andre (1998), *ReOrient: Global Economy in the Asian Age*, Berkeley: University of California Press.

Harman, Chris (2004), "The rise of capitalism", *International Socialism Journal*, v 2 n 102: 53-86.

Harman, Chris (2008) [1999], *A People's History of the World*, London: Verso.

Harvey, David (1982), *The Limits to Capital*, Oxford: Basil Blackwell.

Harvey, David (2005) [2001], *A produção capitalista do espaço*, Carlos Szlak (tradução), São Paulo: Annablume.

Harvey, David (2011), *The Enigma of Capital and the Crises of Capitalism*, London: Profile Books.

Hilton, Rodney H. (1987), "Introduction", in Aston, T. H. e Philpin, C. H. E. (eds.) (1985), *The Brenner debate: agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe*, Cambridge: Cambridge University Press: 5-9.

Luxemburgo, Rosa (1985) [1913], *A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural

Marx, Karl (1980) [1867], "A chamada acumulação primitiva", in Karl Marx, *O Capital*, Rio de Janeiro: Zahar Editores

Marx, K. e Engels, F. (2007) [1932], *A ideologia alemã*, trad. Luis Claudio de Castro e Costa, 3 ed, São Paulo: Martins Fontes.

Santos, Boaventura de Sousa (1982), "O Estado, o Direito e a Questão Urbana", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 9: 9-86.

Santos, Boaventura de Sousa (2003), "Poderá o direito ser emancipatório?", *Revista Crítica de Ciências Sociais (RCCS)*, Centro de Estudos Sociais (CES), n. 65: 10

Santos, Boaventura de Sousa (2009) [2007] "Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes", in Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (orgs.), *Epistemologias do Sul*, Coimbra: Editora Almedina: 23-71.

Santos, Boaventura de Sousa (2014), *Epistemologies of the South. Justice against Epistemicide*, Boulder/Londres: Paradigm.